

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CAMPUS DE CIÊNCIAS SÓCIO-ECONÔMICAS E HUMANAS**

MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANIDADES

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS NO CERRADO**

**“UM REMÉDIO PARA A ALMA”: O RISÍVEL EM GOIÁS NO JORNAL
SANTUARIO DA TRINDADE (1922-1931)**

Andréia Márcia de Castro Galvão

**Anápolis – GO
2015**

ANDRÉIA MÁRCIA DE CASTRO GALVÃO

**“UM REMÉDIO PARA A ALMA”: O RISÍVEL EM GOIÁS NO JORNAL
SANTUARIO DA TRINDADE (1922-1931)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Estadual de Goiás.

Área de concentração: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado.

Orientador: Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira

**Anápolis – GO
2015**

Ficha catalográfica

G182r	<p>Galvão, Andréia Márcia de Castro.</p> <p>"Um remédio para a alma" [manuscrito] : o risível em Goiás no Jornal Santuário da Trindade(1922 -1931) / Andréia Márcia de Castro Galvão. – 2015.</p> <p>166 f.: il. ; 30cm.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado), Universidade Estadual de Goiás, Câmpus de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas, Anápolis, 2015.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Religião católica – História – Goiás(Estado). 2. Análise do discurso - Jornal religioso – Goiás(Estado). 3. Humorismo - Jornal Santuário da Trindade – Goiás(Estado). 4. Dissertações – TECCER – UEG/CCSEH. I.Título.</p>
-------	---

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus Fernandes
Bibliotecária do Câmpus de CCSEH
CRB1/2385

ANDRÉIA MÁRCIA DE CASTRO GALVÃO

**“UM REMÉDIO PARA A ALMA”: O RISÍVEL EM GOIÁS NO JORNAL
SANTUARIO DA TRINDADE (1922-1931)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanidades da Universidade Estadual de Goiás.
Área de concentração: Territórios e Expressões Culturais no Cerrado.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Eliézer Cardoso de Oliveira

Examinador: Prof. Dr. Sírio Possenti

Examinador: Prof. Dr. Eduardo Gusmão de Quadros

Examinador: Prof. Dr. Ademir Luiz da Silva (suplente)

**Anápolis – GO
2015**



COORDENAÇÃO DO PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS DO CERRADO
(TECCER)

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aluno(a):	Início do Mestrado:
Andréia Márcia de Castro Galvão	2013

Informações sobre a banca:

Orientador:	Eliezer Cardoso de Oliveira
Convidado:	Sírio Possenti
Convidado:	Eduardo Gusmão de Quadros
Suplente:	Ademir Luiz Silva

Realização da defesa:

Local:	Auditório do Mestrado	Data:	12 março de 2015
Horário de início:	9:00	Horário de término:	11:00 h

Avaliação:

Título da dissertação:	"Um remédio para a alma": O Missível em Goiás no jornal Santuário da Trindade (1922-1931)
Resultado:	<input type="checkbox"/> Aprovado <input type="checkbox"/> Aprovado com sugestões de alterações <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado com louvor <input type="checkbox"/> Reprovado



COORDENAÇÃO DO PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
TERRITÓRIOS E EXPRESSÕES CULTURAIS DO CERRADO
(TECCER)

Comentários (obrigatório para aprovação com alterações ou reprovação)

--

Assinatura:

Orientador:	
Componente:	
Componente:	
Discente:	

Devolver a ata na coordenação do mestrado

COMPARTILHAMENTO

Compartilho este texto com minha família, amig@s e docentes, pensando-o como um produto de minha formação não só acadêmica, mas também pessoal. Assim, além da troca de experiências em sala (e alhures) com Profs. e Profas., foram também essenciais os bate-papos informais, os momentos descontraídos e contraídos, os mimimis e chororôs vividos com parentes e amig@s. A paciência, amizade, apoio, compreensão, ausência, silêncio, conhecimento e carinho, recebidos e divididos, foram de suma importância na preservação da minha sanidade mental (e sorriso) durante a confecção desse trabalho. Por tudo isso, sintam-se proclamad@s e abraçad@s!

Em especial, divido o mérito – e, em certa medida, algum demérito – dessa pesquisa com meu (nada) draconiano orientador Eliézer Cardoso de Oliveira, cuja participação e disponibilidade foram imprescindíveis e confortantes. Esta cena abaixo faz parte de sua preciosa filosofia de incentivo. A infalibilidade deste método carece ainda de comprovação, mas posso afirmar que comigo funcionou!!!



Ilustração 1: Este meme (não somos nós, eu juro) expõe um nosso diálogo ocorrido via e-mail dia 11-06-2014.

RESUMO

A proposta desta pesquisa é analisar o humor expresso no jornal *Santuário da Trindade*, fundado e dirigido por missionários bávaros da Congregação do Santíssimo Redentor – redentoristas. O jornal, em circulação de 1922 a 1931, veiculava matérias regionais, nacionais e internacionais, religiosas e laicas, quase sempre com um viés conservador, moralizador e evangelizante, em consonância com o contexto particular e delicado da época, no qual o protestantismo, a maçonaria, o espiritismo e o ateísmo ameaçavam a “verdadeira religião” no território goiano e brasileiro. No que concerne a esta pesquisa, a singularidade do jornal foi a seção “Anecdotas”, na qual se publicavam piadas com personagens e situações variadas. A presença constante de uma seção de humor num jornal católico do início do século XX em Goiás gerou o seguinte questionamento: qual o propósito da inserção dessas piadas, levando em conta que o humor é fortemente associado ao não-sério e ao inoportuno, geralmente pouco valorizado (ou repudiado) do ponto de vista religioso? Valendo-se de autores como: Bakhtin (1999), Bergson (1983) e Freud (1905), acredita-se na veiculação do humor como uma estratégia discursiva que visava tanto atrair o público leitor por meio de um espaço de descontração e relaxamento cerebral, quanto revigorar o conteúdo das matérias sérias, de forma cômica e aparentemente despretensiosa, já que diversas piadas traziam também as mesmas mensagens moralizantes do conteúdo habitual do jornal. Em suma, a inserção do humor no *Santuário da Trindade* pode ter servido como uma válvula de escape capaz de oferecer momentos de leveza e descontração, e também, em outros casos, reforçar os ideais da Igreja Católica por meio do escárnio de determinados hábitos indesejados.

PALAVRAS-CHAVE: Igreja Católica; Jornal *Santuário da Trindade*; Humor; História de Goiás.

ABSTRACT

The purpose of this research is to analyze the humor expressed in the journal *Santuário da Trindade*, founded and directed by bavarian missionaries of the Congregação do Santíssimo Redentor – redemptorists. The newspaper, in circulation from 1922 to 1931, conveyed regional materials, national and international, religious and secular, often with a conservative bias, moralizing and evangelizing, in line with the particular and delicate context of the time, which protestantism, masonry, spiritualism and atheism threatened the "true religion" in Goiás and Brazil. With regard to this research, the paper's uniqueness was the "anecdotes" section, which were published jokes with characters and different situations. The constant presence of a section of humor in a Catholic newspaper of the early twentieth century in Goiás created the following question: what is the purpose of the inclusion of these jokes, considering that humor is strongly associated with not-serious and unsuitable, generally undervalued (or repudiated) from the religious point of view? Drawing on authors as Bakhtin (1999), Bergson (1983) and Freud (1905), it believes in spreading humor as a discursive strategy aimed at both attracting readership through a recreational space and brain relaxation, as invigorate the content of serious matters, in a comically and unpretentious way, since many jokes also brought the same moralizing messages from the usual content of the newspaper. In short, the inclusion of humor in *Santuário de Trindade* may have served as an outlet able to offer moments of lightness and relaxation, and also in other cases, strengthen the ideals of the Catholic Church through the scoff of certain unwanted habits.

KEYWORDS: Catholic Church; Journal *Santuário de Trindade*; Humor; History of Goiás.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Família de Dom Emanuel Gomes de Oliveira.....	37
Figura 2: Pe. João Batista Kiermeier.....	49
Figura 3: Pe. José Lopes Ferreira.....	49
Figura 4: Pe. Lourenço Hubbauer.....	49
Figura 5: Pe. Antonio Penteado de Oliveira.....	49
Figura 6: Pe. Geraldo Pires de Souza.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Preços de alguns jornais goianos (1900-1940).....	58
---	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Possível área de circulação do jornal <i>Santuário da Trindade</i> em 1924.....	60
Mapa 2: Possível área de circulação do jornal <i>Santuário da Trindade</i> em 1930.....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1. A PRESENÇA REDENTORISTA EM GOIÁS, VAMOS NOTICIAR!.....	22
1.1. O contexto religioso brasileiro no final do século XIX.....	22
1.2. A Congregação do Santíssimo Redentor em Goiás (1894-1931).....	29
1.3. Fundação e aspectos históricos do jornal <i>Santuário da Trindade</i>	43
1.3.1. Jornal <i>Santuário da Trindade</i> : aspectos formais.....	55
1.3.2. O fechamento do jornal <i>Santuário da Trindade</i>	61
2. O PRAZER DO RISO: MOMENTOS DE DISTRAÇÃO.....	69
2.1. Bakhtin e o riso irreverente.....	70
2.2. Entre rir e chorar, salve-se pelo humor!.....	78
2.3. Homens da lei condenados pelo humor.....	96
3. O HUMOR E O RISO A SERVIÇO DO CONSTRANGIMENTO.....	114
3.1. O riso moralizador de Bergson.....	116
3.2. Casamento em Goiás: caso de rir ou chorar?.....	124
3.3. Rir dos costumes está na moda!.....	137
CONCLUSÃO.....	147
REFERÊNCIAS.....	151
ANEXOS.....	162

INTRODUÇÃO

Em março de 2013, o canal Porta dos Fundos veiculou no site *Youtube* um vídeo humorístico intitulado “Deus”¹. Este vídeo, que em 30-12-2014 já contava com mais de 9 milhões de acessos e mais de 38 mil comentários, narra a seguinte história: uma moça chega ao céu e se depara com deus. A garota não o reconhece e ele se identifica como o “deus verdadeiro”, cujos únicos fiéis são os membros de uma tribo da Polinésia, que conseqüentemente, serão os únicos a serem salvos. A moça argumenta que “lá embaixo ninguém tá sabendo”, ou seja, a grandíssima maioria das pessoas da “Terra” está acreditando em outro(s) deus(es). Após lamentações e pedidos não atendidos, diante da inexorável revelação, ela faz uma última súplica: pede para dar a notícia sobre o verdadeiro deus a um certo pastor (nominado no vídeo), quando este chegasse ao local.

Por tratar de tema delicado, o vídeo recebeu, além de elogios, diversas e duras críticas. Assuntos como crença, deus e religião não podem ser tema de humor, teriam dito alguns. E, em relação a essa tentativa de restrição, lastima-se o recente ataque à redação do semanário satírico francês *Charlie Hebdo*², que, além de realçar o extremismo religioso de alguns grupos islâmicos, trouxe à tona reflexões tanto sobre a liberdade de expressão/censura, quanto sobre o “poder” do humor. Fato é que não foi a primeira e seguramente não será a última vez que humoristas se utilizaram de temas controversos para provocar questionamentos e fazer piada. No vídeo “Deus”, por exemplo, as diversas crenças foram o alvo, e rechaçados todos os discursos religiosos sobre o monopólio da verdade e do deus verdadeiro. Afinal, “todas” as crenças estavam erradas. Quem poderia imaginar que o deus verdadeiro fosse aquele cultuado por uma tribo desconhecida da Polinésia?

Nesse sentido, é válida a assertiva de Possenti (1998) sobre o fato de as piadas – e o material humorístico, em geral – constituírem objeto de estudo composto por material riquíssimo, pois elas, além de tratarem de temas socialmente controversos (como o exemplo acima, a morte, racismo, casamento etc.), também trabalham com estereótipos, fornecendo material para pesquisas no campo das “representações”, e, ainda, trazem à tona um “discurso proibido, subterrâneo, não oficial”. Desse modo, nas piadas

¹ O vídeo é interpretado por Clarisse Falcão e Rafael Infante, roteiro de Fábio Porchat. Duração: 3:00 minutos.

² O ataque que ocasionou 12 mortes (dentre as vítimas, 5 eram cartunistas do *Charlie Hebdo*) e vários feridos ocorreu dia 07 de janeiro de 2015. Entretanto, desde 2006 o semanário vinha tendo controvérsias com os fundamentalistas islâmicos devido a charges cujos “alvos” eram o profeta Maomé e seus seguidores. O semanário já havia sido vítima de uma bomba incendiária em novembro de 2011.

as pessoas se casam por interesse (e não por amor), os governantes são ridículos (e não competentes e dedicados), os professores são incompetentes (e não dedicados e sábios), os padres e as freiras violam seus votos (ao invés de lutarem para mantê-los), as línguas são cheias de ambiguidades (e não códigos que servem para a comunicação eficiente e a expressão clara do pensamento) etc (POSSENTI, 1998, p. 26).

Antes de apresentar a fonte principal e as hipóteses dessa pesquisa faz-se necessário, primeiramente, expor algumas considerações desenvolvidas por filósofos – e não somente – que se dedicaram ao tema do humor e do riso. Assinala-se, antes de tudo, que a palavra “humor” sofreu algumas variações ao longo do tempo. Na antiguidade, por exemplo, Hipócrates atribuía-lhe a culpa pelas enfermidades, acreditando, então, que a mistura desordenada dos humores (fluidos corporais: bile, sangue etc.) poderia provocar diversas doenças. A palavra ganhou um sentido novo somente no século XVI, graças ao seu uso no teatro inglês; mas foi somente no século XVIII que Ben Jonson tornou possível seu significado como “esta graça particular”. A partir desse período, passou a ganhar o “*status* de arte, de efeito estético, associada a uma representação que leva ao riso” (SANTOS, 2012, p. 22).

A complexidade do humor (e do riso) é tamanha que muitos autores importantes têm se dedicado a compreender sua “significação”, nem sempre com otimismo e positividade. Santos (2012, p. 19) argumenta que na concepção de Aristóteles, “a tragédia representa os homens melhores do que são, enquanto na comédia são mostrados piores do que são”. Os princípios aristotélicos que viam o riso como a “expressão de desprezo pelo vício” foram ampliados, desenvolvidos, ou mesmo, questionados em textos produzidos durante a Renascença. Com efeito, muitos textos desse período destacam os acontecimentos prazerosos e inesperados como causas do riso. No entanto, alguns autores do século XVII, como Hobbes e Descartes por exemplo, retornam à teoria clássica do riso. O humor em Hobbes é associado ao poder e o riso é considerado um “sinal de desprezo, indicativo da falta de autoestima por parte daquele que ri da falha do outro, sendo ainda uma ameaça à paz” (SANTOS, 2012, p. 22). Ainda em meados do século XIX, Baudelaire afirma que o riso é satânico, posto que indica a ideia de superioridade que o ser humano possui de si.

Todavia, no século XIX o riso ascendeu à categoria dos “comportamentos fundamentais”, afirma Minois (2003), tornando-se tema de estudo de quase todos os filósofos

importantes do período. Ao contrário de Kierkegaard, que tinha uma visão otimista da ironia (como um modo de experimentar valores) e do humor (como um meio de acesso à seriedade absoluta, melhor dizendo, a Deus), Hegel criticava o humor dos alemães, desconfiava do riso e condenava a ironia, acreditando-a incompatível com a essencialidade das coisas e a construção intelectual. Ele se identificava mais com o grotesco, assinala Minois (2003, p. 513), e o via como a “antidialética”, como o “choque indefinido e perpétuo entre a tese e a antítese que jamais chega à síntese, que fica suspenso na indefinição inquieta. Mistura de contrários, deslocação, perpetuação de contrastes, o grotesco é o contrapé da lógica”. Bakhtin (1999, p. 39), por sua vez, assinala que Hegel fez somente uma alusão à fase arcaica do grotesco e que ignorava totalmente “o papel organizador do princípio cômico no grotesco e considera-o fora de qualquer ligação com a comicidade”.

Sobre a visão de Schopenhauer, Minois (2003) ressalta que ele pensava que o mundo no qual vivia – onde todos riam de tudo – era por si só humorístico, salvando-se somente o riso do filósofo que percebia o *nonsense* da vida em relação à vontade de viver. Schopenhauer acreditava que o riso deveria ser proporcional à realidade absurda e deslocada do mundo, e que o mecanismo do riso derivava da “descoberta súbita de uma incongruência”, sendo sua agradável sensação o resultado do fato “de o riso residir numa confrontação entre a intuição e o pensamento abstrato, que se resolve pela vitória da intuição” (MINOIS, 2003, p. 515). Esta acima, segundo Alberti (2002), é a passagem mais importante da teoria do riso proposta por Schopenhauer, vale dizer, ri-se ao constatar que a realidade objetiva não pode ser apreendida pelo pensamento abstrato, posto que este é limitado e não consegue ir além de si mesmo. Vale dizer que, em Schopenhauer

é a razão (a gravidade, o sério) que se torna "ridícula": ela tem a aparência de verdade, porque não é capaz de alcançar a realidade. Os conceitos pelos quais a razão "pensa" a realidade estão sempre sujeitos a um desnudamento que revele sua falsidade, e esse desnudamento nada mais é do que o objeto do riso (ALBERTI, 2002, p.196).

Outro importante pensador do século XIX que se dedicou ao tema foi Nietzsche. Ele acreditava que a grandeza do riso estava, por assim dizer, no fato dele ser um “remédio contra a vida”, afinal “o homem sofre tão profundamente que precisou inventar o riso. O animal mais infeliz e mais melancólico é, bem entendido, o mais alegre” (NIETZSCHE apud MINOIS, 2003, p. 518). Assim, riso e pessimismo distraem-se mutuamente e o riso ajudaria a suportar o absurdo da consciência e condição humanas. Minois (2003, p. 520) acrescenta que os diversos

aforismos sobre o riso presentes na obra do filósofo alemão parecem contradizerem-se, num misto de nostalgia e desejo de “rir de tudo e contra tudo”, como se o riso fosse a redenção. Para Nietzsche: “ver naufragar as naturezas trágicas e ainda poder rir, apesar da mais profunda compreensão, da emoção e da compaixão, isto é divino” (NIETZSCHE apud ALBERTI, 2002, p. 203).

Alberti (2002, p. 198) indica que nas teorias clássicas “o sério e a gravidade coincidem com a verdade, de modo que o não-sério (o espaço do riso) é o não-verdadeiro”. Ao contrário, nas teorias modernas “o sério e a gravidade não coincidem mais com a verdade; o riso continua a ser o não-sério, mas isso, agora, é positivo, porque significa que ele pode ir para além do sério e atingir uma realidade 'mais real' que a do pensado”. Assim sendo, “o não-sério passa a ser mais 'verdadeiro' que o sério, fazendo com que a significação do riso se torne 'mais fundamental’”. E nessa mudança, argumenta Alberti (2002, p. 201), “o não-sério tomou o lugar da verdade, parece que o riso destruidor vai mais longe, negando toda espécie de verdade”.

Para Saliba (2002, p. 29), a representação humorística é uma “epifania da emoção” e tem como características, dentre outras, “aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis e de recolher, enfim, as rebarbas das temporalidades que a história, no seu constructo racional, foi deixando para trás”.

Sobre o riso como fenômeno cultural, Le Goff (2000, p. 65) esclarece que “de acordo com a sociedade e a época, as atitudes em relação ao riso, a maneira como é praticado, seus alvos e suas formas não são constantes, mas mutáveis”. E como fenômeno social, ele necessita de, no mínimo, duas ou três pessoas para se realizar: daquela que ri, do objeto do riso e da causadora do riso. O autor concorda com Bergson sobre o riso como prática social, com seus códigos, rituais, palcos e atores próprios.

Possenti (2013, p. 148), ao contrário, argumenta que o discurso humorístico “faz apelo a um saber, a uma memória – mas não necessariamente a uma cultura específica”. Em outro texto, o autor anuncia que é impossível considerar que existam coisas que não são culturais, e as piadas o são, como qualquer outra coisa, ou seja, “a rigor, tudo é cultural”. Esclarece também que as piadas são relativamente poucas, elas “são repetidas com pequenas variações, muito frequentemente trocando-se apenas os personagens” (POSSENTI, (1998, p. 43). Assim, segundo o autor,

Às vezes, ao contrário do que se diz correntemente, poder-se-á ser levado a pensar que as piadas são quase universais...não só no sentido de que provavelmente todos os povos produzem piadas, mas no sentido de que elas versam sobre poucos tópicos, sempre os mesmos, e apenas variam como decorrência de certas especificidades linguísticas (POSSENTI, 1998, pp. 43-44).

Folkis (2004), valendo-se dos estudos de Possenti, complementa que

O discurso humorístico, assim como qualquer outro, traz as marcas sócio-históricas – as diversas manifestações culturais e ideológicas, valores arraigados que nele se manifestam e, por isso, ele não deve ser entendido apenas como um instrumento de diversão; o que nele está sendo dito não pode ser simplesmente ignorado (FOLKIS, 2004, p. 1).

Com efeito, Freud faz uma associação do humor com o sonho, dizendo que ambos expressam desejos inconscientes, e o riso libera emoções reprimidas. Freud faz a seguinte distinção: no riso provocado pelo “chiste” (gracejo, trocadilho, piada), o prazer decorre da economia da inibição; no “humor”, o prazer é proporcionado pela economia de sentimento e o riso nasce da pouca importância dada aos infortúnios, ao perceber seu lado engraçado; e, no “cômico”, por sua vez, (presente nos objetos ou eventos lúdicos, ridículos etc.) o riso é provocado pela percepção de contrastes e o prazer advém da economia do pensamento. Em suma, para Freud, essas “expressões comportamentais relacionam-se com a suspensão temporária da censura ou coerção – sobretudo no cômico de fundo agressivo, obsceno ou macabro – gerando economia na quantidade de energia psíquica usada para reforçar a censura” (SANTOS, 2012, p. 28).

Por meio das poucas considerações apresentadas, é possível perceber tanto que o humor e o riso foram temas de interesse de variados pensadores importantes de áreas distintas, quanto o fato de não ter havido um consenso sobre a positividade, funções, meios, expressões etc. dessas manifestações.

Tendo como premissas essas diferentes observações, chega-se finalmente à apresentação da pesquisa. Afirma-se que, se muitas vezes o humor teve como alvo (como no vídeo “Deus”) questões filosóficas, religiosas e ideológicas, em outras, ao contrário, ele valeu-se de situações extremamente práticas, como no exemplo a seguir.

— Teu alfaiate tomou bem todas as medidas para que a obra saia bem?
— Todas: até exigiu-me pagamento adiantado³.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 321, p. 3)

³ A linguagem utilizada corresponde ao original da época.

Em matéria de funcionalidade e praticidade, a piada abaixo é igualmente ilustrativa.

Na casa do barbeiro.

— Porque aqui só ha jornaes dando noticias de mortes e outros crimes sensacionaes?

— Barbeiro: É que os freguezes lendo taes jornaes, ficam com os cabellos arripiados, e assim é muito mais facil cortal-os.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 223 p. 3)

Acredita-se que, assim como o barbeiro da pilhéria valia-se das notícias dos jornais para atingir seu propósito, vale dizer, assustar os fregueses a fim de cortar mais facilmente seus cabelos, os responsáveis pelo jornal *Santuário da Trindade* pretenderam alcançar determinados objetivos, muito bem definidos, com a veiculação do humor em suas páginas.

O jornal *Santuário da Trindade*⁴ foi lançado pelos membros da Congregação do Santíssimo Redentor, mais conhecidos como “redentoristas”, e circulou de 1922 a 1931 e era à época o único jornal religioso de Goiás. Vale ressaltar que a mídia impressa era, até as primeiras décadas do século XX, um dos poucos veículos de comunicação no país, fato que torna os periódicos uma fonte preciosa para se fazer uma leitura dos diferentes aspectos da sociedade.

Com efeito, Saliba (2002) assinala que o rádio⁵ viria a se popularizar somente nos anos de 1930, primeiramente nas grandes cidades do litoral e depois no interior do país, e que os periódicos tiveram a característica de instituírem regras de comportamento ideais para a vida pública e privada. Nesse sentido, os editores-chefes do jornal *Santuário da Trindade*, carregados de ideologia cristã, cuja fé e doutrina eram percebidas como a mão salvadora de todo o caos que se preanunciava naqueles tempos difíceis do início do século XX, foram sagazes o suficiente para se valerem desse instrumento midiático na difusão de ideias e ideais, não somente religiosos, mas também civis, como se verá adiante.

O humor esteve presente no periódico por meio da seção “Anecdotas”⁶. Continha piadas curtas que variavam de uma a quatro por edição. Possivelmente a quantidade dependia do espaço disponível e conseqüentemente do tamanho de cada uma delas. Algumas

⁴ Esta pesquisa traz a cópia de um exemplar do jornal *Santuário da Trindade* em anexo (ver anexo 1).

⁵ De acordo com Santos (2012), a baixa nos preços dos aparelhos receptores e a inserção de anúncios publicitários nas programações levaram à chamada “era de ouro” do rádio, até a década de 1950, quando a televisão toma a frente na predileção popular. O autor realça a importância dos programas de humor, juntamente com a radionovela e os programas de variedades, na conquista do público ouvinte.

⁶ Não obstante alguns autores importantes, como Freud (1905) dentre outros, façam distinção entre “piada”, “chiste”, “anedota” e “pilhéria”, nesta pesquisa estas diversas denominações serão utilizadas indistintamente, todas a denotar uma pequena história, real ou fictícia, que intenciona provocar o riso.

particularidades chamam a atenção em relação a esta seção, primeiramente sua frequência, uma vez que possuía um espaço, poder-se-ia dizer, permanente; e, em segundo lugar, desperta o interesse o caráter insólito da união: “humor + mídia religiosa”. Mas qual teria sido o propósito de dedicar um espaço fixo ao humor neste jornal? Esta foi uma das principais questões motivadoras da pesquisa.

Uma resposta a este questionamento pode ser aventada tendo por base uma matéria do próprio periódico. Na sessão “Leituras Amenas”, de 28 de julho de 1928, foi veiculado o conto “A clarineta do Vigário”, de Pe. Silverio, vigário de Paraopeba⁷, o qual narra a história de um jovem vigário francês, recém-chegado a uma comunidade, que teve de valer-se de todos os recursos para arrebanhar fiéis para as missas, utilizando até mesmo seus dotes artísticos (uso da clarineta, como anuncia o título) para tal fim. A importância dessa matéria não é tanto o conto em si, mas a explicação que vem logo em seguida. O narrador, em primeira pessoa, no intuito de salvar o diário *A União*⁸ que sob influência maçônica vinha perdendo seus leitores, comunica que “para attrahil-os, engendrei estes contos do padre Silverio”. Conta que

Os contos, começados tarde, não puderam salvar o diário; continuaram nos semanarios que lhe succederam: o HEBDOMADARIO DE NOSSA SENHORA DA GLORIA, o HEBDOMADARIO CATHOLICO, o BI HEBDOMADARIO, a PATRIA BRASILEIRA, e, afinal, n'A UNIÃO, semanario e bi-semanario [...] À parte a modestia, é inegavel que foram elles um incentivo a muita gente para a leitura dos alludidos jornaes catholicos (SANTUARIO DA TRINDADE. 1928, n.264, p.3)

A matéria anuncia ainda que esta mesma opinião era partilhada por Pe. Pedro Boss⁹, o qual teria elogiado a iniciativa da publicação dos primeiros contos do Pe. Silverio, vigário de Paraopeba, ao diretor do *A União*, dizendo: “Bem compreendo a sua intenção. Você quer leitores para o seu jornal catholico; e então, toca viola na porta da igreja, para attrahir a freguezia”. O texto se conclui com o seguinte esclarecimento “Ahi està a razão de ser destes contos, e explicado fica o desalinho do estylo. Não são páginas literarias, são méras nugas

⁷ Acredita-se que “Pe. Silverio, vigário de Paraopeba”, fora um pseudônimo utilizado por Antônio Felício dos Santos. Este, convertido ao catolicismo em 1897, começou a dedicar-se ao jornalismo, destacando-se como o fundador (juntamente com João Hosannah de Oliveira) e diretor do jornal carioca *A União* até, ao menos, 26 de dezembro de 1926. No acervo consultado há uma lacuna das edições de 1926 a 1948, não sendo possível afirmar se Antônio dos Santos continuou na direção até seu falecimento, ocorrido em 1931. Entre a bibliografia de Antônio Felício dos Santos consta a obra *40 contos do Padre Silverio*.

⁸ A Hemeroteca Digital Brasileira possui 18 anos de edições do jornal *A União*: 1905 e 1906; de 1913 a 1926 e de 1948 a 1950.

⁹ Pe. Boss foi um importante religioso de origem francesa que tem o mérito da idéia original (em 1859) de construir um monumento ao Cristo Redentor no Corcovado.

para passatempo a alguns e afrouxamento do arco mental para manter-se a elasticidade dos leitores de coisas sérias” (SANTUARIO DA TRINDADE. 1928, n.264, p.4). A mensagem é bastante clara: fazer o que estiver ao alcance e utilizar todos os meios disponíveis para chamar o público leitor aos jornais católicos.

Vale a premissa de que o humor, geralmente visto como parte do não-sério e do lúdico, pode parecer, num primeiro momento, estar fora do contexto do jornal *Santuário da Trindade*, já que este era formado, como se verá adiante, por conteúdos seríssimos e moralizadores, que intencionavam moldar comportamentos e mentalidades, dentro da moral cristã. Contudo, um olhar mais atento permite vislumbrar nuances e possibilidades outras sobre a inserção dessas anedotas. Assim, o objetivo desse trabalho é analisar essa coluna de humor e demonstrar que a mesma não estava em franca oposição aos ideais religiosos, ao contrário, acredita-se que possa ter servido ora como um necessário momento de descontração e relaxamento cerebral, propósito claramente expresso em relação à veiculação dos contos de Pe. Silverio, vigário de Paraopeba, ora como um recurso pedagógico importante na condenação de certas práticas e na fixação de mensagens também corretoras e moralizadoras.

O *Santuário da Trindade* não foi, entretanto, o primeiro periódico religioso a utilizar o humor em suas páginas. Outros o precederam. A exemplo do citado jornal *A União* que trazia anedotas vez ou outra e que, a partir de 1920, passou a ter uma coluna fixa intitulada “Variedades”, contendo um pensamento, uma poesia e um chiste. Bem antes disso, em Goiás, o jornal da diocese *O Lidador*, lançado por Dom Prudêncio, reportou algumas anedotas. Porém, o uso de piadas n’*O Lidador* não era uma constante. Para se ter uma ideia, entre os anos de 1909 a 1917, foram encontrados somente seis chistes, três em 1910, um no ano seguinte, um em 1914 e outro em 1916.

As pilhérias veiculadas no jornal *Santuário da Trindade*, ao contrário, foram inúmeras, geralmente com temas complexos e personagens variados. Ao longo das 402 edições, suas piadas de salão¹⁰ satirizaram médicos, pacientes, estudantes, professores, maridos, esposas, sogras, genros, caipiras, juízes, a pobreza, a doença, dentre outros. Um exemplo da complexidade desse material humorístico pode ser verificado na piada abaixo.

Dois homens encontram-se n’um caminho deserto.
— Meu amigo, não encontrou por ahí nenhum viajante?
— Não senhor, ha tres leguas de distancia não ha viva alma.
— Nesse caso, para cá sua carteira.

¹⁰ “Aquele que não inclui palavras ou descrições obscenas ou grosseiras, podendo por isso ser contada em círculos e ambientes convencionais” (Dicionário Aulete Digital, acesso dia: 24-10-2014)

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 98, p. 3)

Neste chiste, o humor vale-se de uma atitude reprovável à moral cristã: o oportunismo de um homem que, vendo-se livre de ameaças de terceiros, resolve praticar um assalto ao outro viajante. Qual seria a moral construtiva desta piada, algo esperado já que ela se encontra num jornal católico? Aparentemente não há. Este caso dialoga com o texto apresentado por Minois (2003), a respeito dos conteúdos de alguns controversos *exempla*¹¹

A visão do mundo que se depreende dos *exempla* não é muito diferente da que observamos nas fábulas e farsas: uma visão pessimista da sociedade, em que metade é de espertos e metade de ingênuos e na qual os que levam a melhor são os mais astutos, sem consideração de moral. Em alguns *exempla*, de gosto duvidoso, chegamos a perguntar qual é a moral – se é que há uma (MINOIS, 2003, p. 216).

No mesmo tópico, intitulado *O riso conservador dos pregadores*, o autor narra que a partir do século XII, na Europa, o relativo melhoramento de certos aspectos da vida fez enfraquecer a “mensagem miserabilista” e relaxar a atenção, sendo necessário desenvolver estratégias para conquistar novamente os espíritos. Nesse contexto, alguns pregadores passaram a utilizar pequenas histórias cômicas no intuito de excitar os ouvidos e ajudar a “guardar a lição”. Essa mistura de riso e sagrado muitas vezes levava as/os ouvintes das “lágrimas ao riso”.

Outra interessante passagem apresentada por Minois (2003) coaduna a opinião do diretor do jornal *A União* e do Pe. Boss sobre a necessária utilização de recursos vários para chamar a atenção do público, e a importância de se alternar os conteúdos sérios e aqueles mais amenos, a fim de instigar a mente e propiciar o aprendizado das mensagens úteis. Nela, o pregador Jacques de Vitry anuncia que

para edificá-los [os fiéis] e também para acordá-los quando, fatigados e tomados pelo tédio, eles começam a cochilar, ... é preciso reanimá-los com a ajuda de exemplos divertidos e apresentar-lhes histórias para que, já acordados, eles prestem atenção a palavras sérias e úteis (MINOIS, 2003, p. 215).

Outro trecho, pronunciado por Geoffroy de Vinsauf, deixa claro que as pregações deveriam estar próximas à comunidade de fiéis: “Se, portanto, temos à disposição um material

¹¹ Os *exempla* eram textos medievais utilizados nos sermões com o intuito de transmitirem valores morais por meio dos protagonistas, que serviam de modelos para a época. Esses protagonistas ilustravam um ensinamento concreto, simples e acessível ao público (BARREIRA, 2011, p. 111, nota 15).

provido de qualidades humorísticas, usar-se-ão termos triviais e familiares, pertinentes às coisas e às pessoas com quem falamos” (MINOIS, 2003, p. 215). Esta fala exalta também a necessidade de certa maleabilidade nas pregações para se alcançar melhores resultados, levando em conta as particularidades do público ouvinte.

Nesse sentido, cabe uma outra indagação: o jornal *Santuário da Trindade* pode ser considerado o espelho que refletiu o modo especificamente goiano e católico de se ver e estar no mundo, na década de 1920? Mesmo que não se consiga responder plenamente esta questão ao longo da pesquisa, fica evidente que ao menos em alguns momentos, tanto os redentoristas (diretores do jornal) quanto a população goiana (público-alvo) riram pelos mesmos motivos, por meio das *anecdotas!*

Folkis (2004, p. 12) assinala que “as piadas, de maneira geral, não indicam seus autores. [...] Se não há um autor, não há a quem responsabilizar pela circulação de um discurso eventualmente proibido ou desrespeitoso: não há julgamento moral sobre quem conta uma piada” e, nesse sentido, os humoristas se tornam isentos de condenações, pois não têm que assumir a função social do sujeito falante enquanto produtores do discurso.

Eles são “somente”

aqueles que captam a fragilidade do homem, seus conflitos, sua finitude, sua dor e seu sofrimento, cravam as unhas no mal-estar, desviam do interdito e dali saem com um dito espirituoso que os faz rir de si mesmos, ou do outro, e faz o outro rir. São eles que revelam nossas contradições, nossas falhas, nossas imperfeições. Através do humor, todo poder constituído é gozado, as teorias perdem sua pomposidade, as religiões, as ideologias mostram sua face frágil e nua. O humor é transgressor! (MORAIS, 2008, p. 119).

Esta afirmação peremptória do caráter transgressor do humor pode ser, contudo, facilmente refutada. Com efeito

O humor nem sempre é progressista. O que caracteriza o humor é muito provavelmente o fato de que ele permite dizer alguma coisa mais ou menos proibida, mas não necessariamente crítica, no sentido corrente, isto é revolucionária, contrária aos costumes arraigados e prejudiciais. O humor pode ser extremamente reacionário, quando é uma forma de manifestação de um discurso veiculador de preconceitos, caso em que acaba sendo contrário a costumes que são, de alguma forma, bons ou, pelo menos, razoáveis, civilizados, como os tendentes ao igualitarismo, sem dúvida melhores que os seus contrários. Como dizer que o humor é crítico, nesses casos? (POSSENTI, 1998, p. 49).

Esse questionamento parece bastante plausível. Entretanto, o autor admite igualmente que o humor pode ser também transgressor. Em todo caso, o que aqui se deseja assinalar é que se os humoristas (anônimos) fazem a leitura das vivências humanas e as transformam em algo risível, poder-se-ia então considerar que os editores-chefes do jornal *Santuário da Trindade*, veiculadores desse humor (sem autoria), cumpriram o papel de coautores dessas pequenas histórias anedóticas. Essa consideração encontra respaldo se consideradas as dinâmicas do humor apresentadas nas análises desse trabalho, tanto como relaxante cerebral e amenizador de tensões pessoais e sociais (primeira hipótese da pesquisa), quanto no humor como reforçador de alguns ideais e práticas religiosas (segunda hipótese apresentada).

Se, como assinalado, na maioria dos casos as tiradas humorísticas não possuem autoria, infelizmente nem mesmo a procedência das piadas veiculadas no periódico pôde ser rastreada. Entretanto, algumas suposições foram levantadas: elas teriam sido tiradas de algum livro de piadas? Essa hipótese parece plausível, embora, se se tratasse de uma compilação única (livro, almanaque humorístico etc.) seria estranho que uma mesma anedota fosse repetida com algumas palavras diversas, como ocorreu variadas vezes. Ou seja, parece duvidosa a inserção de piadas repetidas num mesmo livro. Elas teriam sido copiadas de outros jornais? É correto afirmar que havia grande circulação de periódicos à época¹², contudo poucos deles tinham por costume veiculá-las, o que dificultaria (ou impossibilitaria) a constante presença dessas anedotas na folha em questão. Ou ainda, elas teriam sido colhidas pelos missionários redentoristas nas andanças pela diocese?¹³ Essa ideia, embora interessante, parece também pouco factível, dentre outros motivos, pelas dificuldades e excesso de afazeres durante essas viagens, como várias vezes foram narrados nos relatórios anuais da Congregação. Como foi possível perceber, cada uma das hipóteses levantadas encontra ao menos um argumento que a inviabiliza. Em todo caso, até que esse mistério ganhe uma resposta, todas essas possibilidades – e outras mais – podem ser consideradas minimamente aceitáveis.

¹² O *Santuário da Trindade* oferece uma ideia sobre essas publicações na matéria “O seminário”, de 1926. Somente na chamada “boa imprensa” seriam mais de 250 impressos. Os maiores destaques eram: *Ave Maria* com mais de 50.000 assinaturas, o *Mensageiro da Fé* (Bahia) com 30.000 e muitos outros com 20.000 mil assinantes.

¹³ Não deixa de ser intrigante, contudo, uma descrição de Pe. Lorena (2004, p. 198) sobre um dos missionários redentoristas que viveu em Goiás, Pe. José Benedito da Silva, o qual estava “sempre atrás das expressões e piadas caipiras, não deixava de contar também as suas”. Com efeito, uma longa carta (que, datilografadas, somam cerca de 8 páginas) de 1930, escrita por Pe. José aos redentoristas brasileiros em Gars, deixa evidente seu senso de humor e predisposição ao riso. Nela, se encontram trocadilhos, três causos humorísticos, palavras e frases espirituosas, como “No mais, seu Tomais, este mundo Seu Raimundo é um bolo, seu Tolo, ou porcaria Seu Zécária, considerado a fundo, filosófica e terapeuticamente analisado” (COPRESP, v. X, 1928-1930, p. 568).

No que se refere à metodologia dessa pesquisa, embasam-na autoras como Luca (2008) e Zicman (1985) que mostraram ser possível a escrita da história por meio da imprensa; e os principais autores que se dedicaram ao estudo do humor e do riso como: Bergson (1983) que anunciou a função social do humor como corretor social; Freud (1905) que analisou o humor como uma forma de “driblar” as repressões sociais; Bakhtin (1999) que assinalou a importância do riso popular como aliviador das tensões sociais e hierárquicas no período medieval e no Renascimento; Minois (2003) que mostrou que o riso possui uma longa história, com características distintas no tempo e espaço. A escolha desses “autores do riso” se justifica por oferecerem perspectivas diversas, capazes de fornecer reflexões sobre a variedade e complexidade dessas narrativas humorísticas.

Não se deve desconsiderar, assinala Possenti (2013, p. 157), que Freud além de comparar os chistes aos sonhos, classificá-los em “inocentes”, “tendenciosos” ou “cínicos” e associá-los à expressão de desejos inconscientes, também esclarece de forma detalhada e rigorosa “os mecanismos linguísticos e textuais do chiste, sem os quais esses textos nem chistes seriam”. Nesse sentido, procurou-se oferecer, possivelmente nem sempre com o sucesso desejado, pequenas descrições sobre cada anedota utilizada. Pela carência de conhecimentos específicos (Linguística, Análise do Discurso etc.), não foram feitas análises e explicações minuciosas como sugere Possenti (2013), mas somente comentários que indicam uma das formas possíveis de leitura das piadas, levando em conta que muitas vezes os textos humorísticos, sobretudo aqueles mais antigos, não trazem consigo um sentido (ou uma informação) óbvio e podem carregar algumas dificuldades intrínsecas.

Esta pesquisa se encontra no limite de vários campos do saber. Estão presentes autoras/es ligados à história, à sociologia, à linguística, à psicanálise, à filosofia, à ciência da religião etc. Em relação às fontes também houve diversidade. Na tentativa de abraçar a complexidade da proposta de pesquisa e tentar compreender, dentre outros, as possíveis relações entre a veiculação do humor na folha goiana e sua possível “funcionalidade”, foram utilizados jornais diversos, livros de memórias, romances históricos, códigos legais, arquivos visuais retirados da internet etc. Contudo, mesmo com os diversos recursos assinalados, a comprovação empírica das hipóteses da pesquisa não é plenamente possível, como ocorre em vários trabalhos do gênero. O que se aventa são hipóteses e possibilidades.

Esse texto é dividido em três capítulos. O primeiro *A presença redentorista em Goiás, vamos noticiar!* analisa as condições socioeconômicas, culturais e religiosas que levaram

Dom Eduardo a se dirigir à Europa em busca de missionários estrangeiros para auxiliar o trabalho religioso no estado. Narra alguns aspectos dos primeiros anos da Congregação do Santíssimo Redentor em Goiás, bem como da abertura do jornal em 1922 ao seu fechamento em 1931. Também discorre sobre características dos diversos editores do jornal e alguns confrontos e embates internos da diocese.

O segundo capítulo *O prazer do riso: momentos de distração* oferece uma explanação da teoria de Mikhail Bakhtin (1999) que, juntamente com as reflexões de Sigmund Freud (1905), contribue para se pensar o humor das piadas do jornal *Santuário da Trindade* como desdramatizador¹⁴ da realidade e aliviador das tensões sociais e individuais. Assim, a riqueza e complexidade do material humorístico do periódico trouxeram à tona variados temas, situações e personagens que corroboram a primeira hipótese da pesquisa que é a da utilização das *anecdotas* como atrativo do periódico, por oferecer um alento às preocupações cotidianas, como meio de relaxamento cerebral e distração. Nesse sentido, ressalta-se que problemas como doenças, pobreza, criminalidade, mas também as relações da população civil com os “homens da lei” tornaram-se temas do humor, e muitas dessas pilhérias iam em sentido contrário, ou ao menos em sentido diverso, das matérias sérias da folha, reforçando a ideia do humor como um necessário momento de descontração e alívio, diante das restrições e dificuldades do período.

O terceiro capítulo *O humor e o riso a serviço do constrangimento* traz uma divisão das piadas em categorias/tipos/situações, a fim de oferecer exemplos mais específicos e facilmente verificáveis, tornando mais inteligíveis as propostas de análise da segunda hipótese da pesquisa, vale dizer, a de que a veiculação de algumas anedotas pode ter servido a reforçar, de maneira aparentemente desprezível, as mesmas mensagens moralizadoras e corretoras das matérias sérias do jornal. A teoria de embasamento para as discussões é a do filósofo Henri Bergson (1983), para o qual o humor é também um corretor social, por meio do riso de seus automatismos. Foram escolhidos para a discussão os seguintes assuntos: as relações entre marido e mulher no matrimônio e a modernização dos costumes. Nesse sentido assinala-se que tanto as matérias sérias, quanto diversas pilhérias discutiram essas problemáticas, cada qual dentro de suas formas narrativas específicas, mas com mensagens idênticas.

Mesmo que os capítulos desta pesquisa possam ser apreciados separadamente, quer-se

¹⁴ Na psicanálise, o drama (ao contrário da tragédia) é incompatível com o humor, é nele que mora o ressentimento que posteriormente poderá se transformar em masoquismo e melancolia, como assinala Moraes (2008).

crer que eles se tornem mais belos e interessantes se vistos conjuntamente. Assim, acredita-se que a análise das anedotas seria puramente ilustrativa se não se atentasse à possível intencionalidade em sua veiculação no referido jornal católico goiano. E, da mesma forma, a falta de uma contextualização espaço-temporal que levasse em conta também o momento histórico, social, religioso e cultural de Goiás não justificaria o estranhamento sobre a presença constante dessa coluna de humor no periódico.

Ao final, o desejo sincero é que a leitura desse trabalho consiga minimamente contagiar e descontrair os espíritos mais sisudos e que não ocorra como na anedota a seguir.

- Não posso compreender, dizia um orador popular, como è que a mesma coisa pòde produzir effeitos tão diversos.
 - Porque dizes isso?
 - É a proposito do meu discurso... Para compol-o não dormi duas noites, e as pessôas que o ouviram adormeceram todas!...
- (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1925, n. 132, p. 3)

1. A PRESENÇA REDENTORISTA EM GOIÁS, VAMOS NOTICIAR!

Neste primeiro capítulo serão explanadas as condições históricas, políticas, sociais, religiosas e culturais do final do século XIX que possibilitaram a vinda dos missionários bávaros da Congregação do Santíssimo Redentor (redentoristas) a Goiás. Serão expostos também alguns episódios relevantes referentes aos bispados de Dom Eduardo (1891-1907), responsável pela vinda da mencionada congregação ao estado goiano, e Dom Emanuel (1922-1955¹⁵) prelado à época da circulação do jornal fundado pelos missionários supracitados. Para finalizar, será apresentada, finalmente, a fonte principal dessa pesquisa, vale dizer, o jornal *Santuário da Trindade*, fundado e editado pelos membros da congregação redentorista na cidade de Campinas – GO. De seu lançamento, ocorrido em julho de 1922 a julho de 1931, ano de seu fechamento, este periódico pretendeu ser a bússola da comunidade católica no território goiano. Nesse sentido, foi também alvo e palco de litígios religiosos e culturais, dado o delicado período de confronto pelo qual passava a Igreja Católica em relação às diversas religiosidades que adentravam, lenta e progressivamente, no estado. Somam-se a isso os diversos desentendimentos e embates internos, ocorridos entre os membros religiosos da própria diocese.

1.1. O CONTEXTO RELIGIOSO BRASILEIRO NO FINAL DO SÉCULO XIX

As mudanças na legislação brasileira, ocorridas no final do século XIX, afetaram, direta ou indiretamente, todas as esferas sociais do país, posto que instituíram importantes rupturas políticas, econômicas, religiosas e culturais com o passado imperial. Destacam-se a Lei Áurea, de 1888, que pôs fim a mais de 300 anos de escravidão institucionalizada; a Proclamação da República, em 1889; o Decreto 119A do Governo Provisório de 1890 e a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1891. O Decreto e a Constituição de 1891 são particularmente interessantes a esta pesquisa, visto que o fim do sistema de padroado régio (ou regalismo) com a separação dos poderes temporal e espiritual e a promulgação do Estado laico romperam o *status quo* da Igreja Católica, compelindo-a a rever suas estratégias de ação a fim de não perder sua influência na sociedade. Até então, ela

¹⁵ Muito embora o bispado de Dom Emanuel tenha se estendido até 1955, os episódios narrados neste trabalho se restringem até o ano do fechamento do jornal *Santuário da Trindade*, em 1931.

havia sido, como assinala Silva (2009, p. 76), “responsável por celebrar desde o nascimento até o falecimento” da população brasileira.

Sobre a instituição do Estado laico¹⁶ proposta pela Constituição de 1891, no entanto, o artigo *O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil* de Fábio C. Leite questiona a leitura tradicional do tema, segundo a qual a laicidade instituída teoricamente na Primeira República teria efetivamente se concretizado na prática. O autor apresenta importantes reflexões sobre uma suposta não separação rígida entre o Estado e a Igreja Católica, ressaltando o fato de que o período entre a Constituição de 1891 e aquela de 1934 – tido como o marco anunciador do período de cooperação entre estas instituições – é demasiado longo para se ter um traço marcante e definitivo sobre a questão da laicidade e que, embora a Carta Magna tenha anunciado a separação, é inegável que a população e, por consequência, o quadro administrativo do Estado restaram esmagadoramente católicos. Silva (2009, p. 24) corrobora essa ideia anunciando que “a separação não afetou diretamente as práticas de devoção dos fiéis, que, por sua vez, não deixaram de requisitar os sacramentos, frequentar as festas religiosas e cultuar os santos da Igreja [católica]”.

Nesse sentido

o que se verifica é que, na prática, a República brasileira conheceu apenas um modelo de laicidade. É verdade que houve debates sobre o tema, e de uma forma que talvez não tenha se repetido ao longo da história do país, mas o que se impôs na realidade foi um modelo de cooperação e proximidade entre Estado e religião, com o previsível destaque à religião majoritária (LEITE, 2011, p. s/n).

A fim de reforçar sua leitura sobre a questão, Leite (2011) contrasta cinco posturas laicistas da Primeira República. Resumidamente falando, sobre “a ausência de qualquer menção a Deus no preâmbulo da Constituição” anuncia que algumas constituições estaduais faziam-lhe menção expressa, como a de Minas Gerais, por exemplo, e que sua ausência na Constituição Federal é algo mais simbólico que jurídico; em relação à “retirada de crucifixos e símbolos religiosos dos locais públicos” declara que aqueles retirados foram sendo lentamente recolocados já nos primeiros anos da República, com o apoio do governo e da imprensa¹⁷; referente à “secularização dos cemitérios”, que então passaram a ser

¹⁶ Giumbelli (2003, p. 39) propõe a descrição de uma “laicidade de presença” para o caso brasileiro, no sentido que o Estado adotou o preceito de separação para estruturar as relações entre religião e espaço público, mas, ao mesmo tempo, não trouxe a “supressão da presença da religião no espaço público e comporta posições que, na sociedade civil, lutam pela atuação pública da religião”.

¹⁷ Um exemplo que elucida muito bem o anunciado é o caso do “Cristo no Júri” narrado por Giumbelli (2003). O

administrados pelos municípios, aponta para a presença de cemitérios particulares e confessionais que acabou por comprometer, muitas vezes, a liberdade garantida aos crentes de diferentes denominações religiosas; quanto à “omissão no texto constitucional do compromisso de manutenção das relações diplomáticas entre o Brasil e a Santa Sé”, fora proposto um rompimento desse compromisso, contudo as propostas foram rejeitadas pelo governo; e, finalmente, em relação ao “caráter leigo do ensino público” anuncia que, com o apoio de juristas da época, em estados como o Rio de Janeiro, Santa Catarina, Ceará, Minas Gerais, dentre outros, o ensino religioso continuou sendo ministrado nas escolas.

No que diz respeito a essa não separação rígida – ou comunhão – entre o Estado e a Igreja Católica, o jornal *Santuário da Trindade* corrobora, constituindo-se numa fonte interessante para a percepção da relação ainda bastante estreita de cumplicidade e ajuda mútua entre estas instituições, já na década de 1920¹⁸. Por meio de suas matérias é perceptível a “função” da Igreja como colaboradora do programa nacional a fim de formar boas cidadãs e bons cidadãos, zelosos dos deveres para com a pátria, a família e o trabalho e, por seu turno, a Igreja contava com o Estado para manter a ideia de uma identidade nacional, pautada nos valores da Igreja, mantendo seu *status quo* de “religião do povo brasileiro”.

Alguns exemplos ajudam a elucidar essa comunhão. A matéria intitulada “Religião e Patriotismo”, assinada por P. B. J. (padre João Batista Kiermeier), afirma que eram os religiosos, sobretudo aqueles mais fervorosos, os que possuíam as melhores condições de servir a pátria e assumir cargos públicos, posto que mais propensos a sacrifícios pessoais e menos interessados nas regalias que estes cargos podiam oferecer. Segundo o redator, “em parte alguma Religião e o patriotismo andaram sempre tão estreitamente unidos como no Brasil” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 5. p. 1).

O Estado também via com bons olhos esta união, considerada necessária para o bom funcionamento da política nacional. A matéria intitulada “Importante discurso”¹⁹, veiculada em 12 de julho de 1923, destaca a comemoração da imposição do Palio ao novo arcebispo do Maranhão, na qual o Ministro Félix Pacheco anuncia a preocupação do Estado com a norma moral – considerada a maior necessidade do Brasil de então. O Ministro culpa o espírito da fato ocorreu em 1891, no Rio de Janeiro, envolvendo o protesto do pastor evangélico Miguel Vieira Pereira contra a presença de um crucifixo na sala do júri. Os embates e episódios polêmicos entre o pastor e as autoridades judiciais estão presentes no livro “O Cristo no Júri” do referido pastor e também em diversas matérias dos jornais cariocas da época.

¹⁸ Segundo Gomes Filho (2011), o processo de “restauração” das relações Estado/Igreja teve início em Goiás já em 1907 com o bispado de Dom Prudêncio, vindo a intensificar-se com aquele de Dom Emanuel, a partir de 1922.

¹⁹ Esta matéria foi copiada do *Jornal do Commercio*.

irreligião como gerador de homens sem fé, com forças negativas e elementos de dissociação e desordem, ele anuncia que este espírito era o grande responsável por todos os vícios e defeitos e, o fator moral, o elemento primordial para uma boa organização. Félix Pacheco exalta a importância da Igreja e da religião como elementos moderadores dos maus instintos e vê a Igreja como a aliada natural do governo, não somente na moralização dos costumes, posto que “falava melhor aos corações do povo”, mas também no saneamento do meio político e na regularização da vida social e administrativa. O Ministro finaliza o discurso incitando os representantes do poder público a saudar a Igreja como a melhor colaboradora do programa nacional, valia dizer: a vitória da ordem e da moralidade.

Por outro lado, embora houvesse esta já descrita interligação não oficial entre a Igreja Católica e o Estado, é possível perceber um certo incômodo com a separação oficializada. O artigo intitulado: “Capellão da força publica” narra que

No tempo da monarchia as forças do exército da polícia tinham seus capellães. A Republica aboliu-os, julgando-se impelida a isto pelo princípio da separação da Igreja e do Estado. Desde então, muito se tem falado sobre a necessidade de conceder os auxilios religiosos aos soldados que estão impedidos de os encontrar fora do quartel ou do navio de guerra em que se acham. Certamente virá o dia em que o governo fará justiça a estas reclamações (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 12. p. 2).

A matéria conclui citando o pedido feito pelo presidente de Estado de Sergipe, Dr. Graccho Cardoso, para a nomeação de um capellão para o batalhão de polícia. O pedido foi imediatamente atendido pelo bispo diocesano, deixando perceptível, por um lado, um certo ressentimento quando se reivindica que “justiça seja feita aos apelos dos fiéis!” e, por outro, a clara prontidão da Igreja em atender as dissidências que porventura viessem a ocorrer, contrariando a separação constitucional.

Uma grande “vitória” anunciada pelo *Santuario da Trindade* corrobora o narrado por Leite (2011) referente à reinserção de crucifixos em instituições públicas, como a ocorrida no Paço Municipal de Campinas (SP) – feita pela população por meio de um abaixo-assinado – ou, no Salão do Júri em Uberaba e em Sete Lagoas ou, ainda, a reposição da imagem de Jesus em escolas da capital baiana.

Em divergência com a separação institucional, os membros do alto clero possuíam tratamento realmente diferenciado. Exemplo disso é o decreto publicado pelo já mencionado Ministro do Exterior, Félix Pacheco, e anunciado no jornal *Santuario da Trindade* em 25 de agosto de 1923. No ato, são concedidas aos cardeais as honras de príncipes de sangue, fato

considerado “lógico e justo” pelo periódico, posto que os cardeais eram “sucessores possíveis do papa”. À época, desde 1905, Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti (1850-1930), mais conhecido como Cardeal Arcoverde, ocupava esse importante “cargo”, tendo sido o primeiro sacerdote latino-americano a receber o título de cardeal. Devido à honra de príncipe, por ocasião de seu falecimento o presidente da República Washington Luiz decretou: “no dia dos funeraes à Sua Eminencia o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro ser-lhe-ão prestadas as honras correspondentes ao cargo de vice-presidente da República” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 354, p. 2).

Um outro aspecto a ser considerado sobre a relação da Igreja Católica com o Estado republicano refere-se aos preparativos de um grande acontecimento, ocorrido em 1931, mas planejado e executado, entretanto, durante a década de 1920, vale dizer, a construção do Monumento ao Cristo Redentor a ser colocado no morro do Corcovado, na então Capital Federal.

No ano de 1923, o *Santuário da Trindade* apresenta uma comunidade católica em polvorosa com a construção desse monumento. Contra os protestos dos não católicos em relação à obra, que marcaria de forma indelével a república laica, os editores do periódico respondem que

... o Monumento é um precioso ensino que damos às gerações futuras, o Monumento é a expressão sublime de um esforço heroico em tempo de desânimo, de um protesto de fé no tempo em que o ateísmo e o protestantismo e o espiritismo uniram suas forças para atacarem a Religião do povo brasileiro (SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 38, p. 1).

Segundo Grinberg (1999), nas primeiras décadas da República, a Igreja Católica participou de intensas lutas pela ocupação do espaço público, sendo a estátua do Cristo Redentor uma de suas principais propostas. Nesse sentido, o Monumento ao Cristo cumpria uma dupla função: fazia propaganda do Brasil como um país católico e sacralizava o espaço social profano, tornando-se, pois, uma forte arma no combate aos “inimigos da Igreja” por meio da inserção simbólica – e material – na vida nacional republicana. Grinberg (1999, p. 65) assinala que “a inauguração do monumento tem sido vista como parte da política de pressão e cooperação da Igreja Católica sobre o Estado”.

Percebe-se, tanto nas matérias do jornal *Santuário da Trindade* quanto na narrativa de Leite (2011) que mesmo com a separação institucionalizada entre o Estado e a Igreja, a maioria da população e, em certa medida, o aparelho do Estado, permaneceram com os

hábitos religiosos do catolicismo. Entretanto, vale ressaltar que mesmo que esta ruptura não tenha ocorrido em termos absolutos, é inegável que sua oficialização indicou em termos simbólicos e práticos, uma realidade nova. Afinal, além de tudo, possibilitou que outras denominações religiosas e seculares pudessem se manifestar livremente²⁰ (ou quase) pelo país.

Da mesma forma, os artigos do Decreto 119A anunciaram importantes mudanças na relação do Estado com as religiões. Ficaram instituídas: a liberdade de professar religiosidades outras, de forma individual ou coletivamente; a perda do suporte material e financeiro dispensado à Igreja Católica, que, a partir de então foi obrigada a prover-se com seus próprios recursos – fato que possibilitou tanto à igreja romana quanto às outras denominações religiosas, adquirir e administrar bens próprios – e, por fim, a extinção do padroado régio. Em virtude do padroado, a Igreja Católica

era subordinada aos ditames do Estado, e sua manutenção junto aos fiéis prescindia de estrutura burocrática forte, sendo seus negócios considerados apenas como mais um dos tantos assuntos governamentais portugueses, tratado neste particular pela Mesa de Consciência e Ordens, no período colonial, e pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, no decorrer do Império (CÂMARA NETO, 2006, p. 14).

Sendo “somente” mais um dos assuntos do Estado, a religiosidade brasileira fora, durante os períodos colonial e imperial, administrada pela Coroa Portuguesa e coordenada, muitas vezes, por irmandades leigas “auxiliadas” pelo clero. Santos (1976, p. 88) anuncia que ao poder civil cabia indicar os bispos para as dioceses e a atuação das ordens religiosas, formar o clero nos seminários, administrar os bens materiais da Igreja, determinar suas circunscrições e cobrar dízimos, ele possuía “até o direito de censura sobre documentos episcopais e mesmo pontifícios”.

Por outro lado, Silva (2000) realça que embora as ordens eclesiásticas devessem obediência irrestrita ao Imperador, posto que seus membros eram funcionários do Estado, o regime do padroado garantia à Igreja Católica

uma significativa parcela de poder, ainda que estivesse numa posição submissa. Em troca de manter a unidade e coesão social do Império luso, a

²⁰ De acordo com Giumbelli (2008, p. 84) o princípio da “liberdade religiosa” garantida pela Constituição de 1891 acabou gerando discussões relacionadas ao estatuto de “religião”, sobretudo em relação aos chamados “cultos mediúnicos”. Essa afirmativa pode ser ilustrada pela criminalização das práticas do espiritismo e do curandeirismo pelo Código Penal de 1890, em seu capítulo III: “dos crimes contra a saúde pública. Art. 157: Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar de talismãs e cartomancias para despertar sentimentos de ódio ou amor, inculcar cura de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, para fascinar e subjugar a credulidade pública. Penas – de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$000”.

Igreja recebia do Estado português não só o direito de monopolizar a prática religiosa, como também o suporte material e financeiro para sua sustentação e propagação no Brasil (SILVA, 2000, p. 69).

Possivelmente o *status* de religião oficial do Império concedia-lhe o direito ao monopólio das práticas religiosas. Contudo, também este ponto de vista deve ser relativizado. De acordo com Santos (2006, p. 77), ao longo dos séculos, o padroado foi moldando tanto o clero quanto os leigos brasileiros. O período é definido pela presença de um catolicismo mais leigo do que clerical, marcado pela comunhão de práticas religiosas medievais e mágicas, com características portuguesas, indígenas e africanas. Os clérigos possuíam pouca formação e disciplina religiosas, eram permissivos e geralmente não seguiam o celibato, além de se ocuparem de assuntos mundanos.

Sobre o fim do padroado e a laicização do Estado, Mariano (2002, s/p) observa que, se por um lado a Igreja Católica perdera seus privilégios legais, ela ganhara, por outro, a plena liberdade da tutela do Estado, ou seja, “o fim da política regalista significou total liberdade para agir conforme os meios e princípios providos e ditados pelo Vaticano, sem a mediação, o controle, a sujeição e a censura impostos anteriormente pelo Estado”. Sobre essa liberdade “conquistada”, Silva (2009, p. 29) anuncia que em Goiás, os autores da revista católica *A Cruz* aclamaram-na, esclarecendo que “antes viviam a escravidão praticada em nome do padroado régio e, por isso, não poderiam levantar um brado em defesa da Igreja submetida às normas imperiais”.

A realidade brasileira, caracterizada pela forte religiosidade popular leiga e pela formação clerical não propriamente preparada e disciplinada, entrava em desacordo com um movimento da Igreja Católica que vinha ganhando força desde a segunda metade do século XIX, denominado de ultramontanismo. Este movimento pregava a centralização e verticalização do poder clerical: papa → bispos → clero, para uma maior eficácia junto à comunidade leiga. O termo “ultramontanismo” que significa “para além dos montes” sofreu variadas apropriações no tempo. No século XIX, entretanto, segundo assinala Santirocchi (2010, p. 32, nota 57, grifo do autor), “esse conceito já estava praticamente desvinculado desta idéia geográfica, existindo *ultramontanos* mesmo dentro de Roma, representando, então, um conjunto de ideais políticos, eclesiásticos, teológicos e dogmáticos”, resumidos no

fortalecimento da autoridade pontifícia sobre as autoridades locais; a reafirmação da escolástica; o restabelecimento da Companhia de Jesus (1814); a definição dos “perigos” que assolavam a Igreja (galicismo,

jansenismo, regalismo, todos os tipos de liberalismo, protestantismo, maçonaria, deísmo, racionalismo, socialismo, casamento civil, liberdade de imprensa e outras mais) (SANTIROCCHI, 2010, p. 24).

Nas palavras de Silva (2000), o ultramontanismo buscava, dentre outras questões

retomar as determinações tridentinas, sacralizar os locais de culto, moralizar o clero, reforçar a estrutura hierárquica da Igreja e diminuir o poder dos leigos organizados. As principais ações foram junto aos seminários [...] a partir da melhora e ampliação da formação do clero brasileiro, do incentivo à vinda de ordens estrangeiras para suprir as carências nacionais bem como de iniciativas para conseguir mais fundos, uma vez que, com a separação do Estado, muitas doações públicas deixaram de ser feitas (SILVA, 2000, p. 72).

A linha religiosa ultramontana fora coroada pelo Concílio Vaticano I (1869-1870), embora já tivesse sido anunciada pelo papa Pio IX em 1864 através da encíclica *Quanta Cura* e do compêndio *Syllabus*. Além da infalibilidade papal, esses documentos instituíram o combate às ideias liberais de influência francesa, que vinham afetando a ordem existente e propondo uma nova ordem, indesejada pela Igreja Católica posto que considerada “moderna” em seus aspectos políticos, econômicos e sociais (SILVA, 2009, pp. 13-4). As disputas entre essas duas frentes contrárias, a liberal e a religiosa, marcaram fortemente o país, sobretudo na virada do século XIX e primeiras décadas do XX. A aprovação das diversas leis no final do século XIX deveu-se, em grande medida, ao pensamento liberal dos membros de alguns partidos políticos ligados à maçonaria que questionavam a hegemonia da Igreja Católica desde meados da década de 1870.

Conclui-se que tanto a instituição da laicidade do Estado – institucionalizando a perda da hegemonia católica –, quanto o fim do padroado régio com as mudanças derivadas desse fato, forjaram novas realidades no Brasil. Com isso, a Igreja Católica foi obrigada a reavaliar seus discursos, métodos e práticas a fim de defender seu espaço e manter-se viva dentro desse contexto. Agora, a Igreja Católica precisava justificar a sua existência e importância na sociedade e disputar os fiéis com as outras religiões. Para tanto, necessitava de instrumentos para garantir uma maior visibilidade. Dentre esses “instrumentos”, destacam-se a relevância da vinda de religiosos estrangeiros para evangelização e dos jornais católicos para a divulgação e defesa da fé.

1.2. A CONGREGAÇÃO DO SANTÍSSIMO REDENTOR EM GOIÁS (1894-1931)

As referidas leis, aprovadas no final do século XIX, afetaram em grande medida os projetos religiosos em Goiás. Santos (2006, pp. 10-1) anuncia que os bispados de Dom Cláudio José Ponce de Leão (1881-1890) e de Dom Eduardo Duarte da Silva²¹ (1891-1907) foram aqueles que “efetivamente introduziram determinações ultramontanas” em Goiás, embora tenham vivenciado uma conjuntura vigorosamente desfavorável, sobretudo no que diz respeito à manutenção das práticas religiosas tradicionais de então. O bispado de Dom Eduardo²², em particular, foi dos mais conturbados devido a vários fatores: clero exíguo e despreparado, problemas econômicos, religiosidade popular arraigada, intensa oposição por parte das irmandades leigas, embates com grupos políticos de linha liberal e maçônica na capital da Província, à época, sede também da diocese, dentre outros.

A inexistência de um clero numeroso²³ e organizado constituía-se, indubitavelmente, num grave problema para o sucesso da ação ultramontana em Goiás. Nesse sentido, a vinda das missões religiosas europeias se tornava indispensável, posto que, além de reforçarem os recursos humanos, algumas delas ajudariam a operacionalizar as missões, desobrigas e giros paroquiais, práticas importantíssimas num estado fortemente agrário, com regiões ainda bastante isoladas e uma população majoritariamente iletrada, pobre e marcada pelo catolicismo popular. Assim, a vinda da Congregação do Santíssimo Redentor²⁴ para Goiás ocorreu consoante o mencionado projeto ultramontano, com a particularidade de estar diretamente ligada à Romaria de Trindade, como se verá a seguir.

A Romaria de Trindade²⁵, à época arraial Barro Preto, teve início quando a localidade

²¹ Eduardo Duarte Silva nasceu em Santa Catarina, dia 27 de janeiro de 1852. Foi alfabetizado aos 5 anos em escola particular, estudou nos colégios da Congregação da Missão e Santíssimo Salvador. Em 1867, transferiu-se ao Rio de Janeiro e foi estudar no Seminário São José; em 1868 (com 15 anos) dirigiu-se para o colégio Pio Latino americano, em Roma. Já padre, em 1875, formou-se em teologia. Retornando ao Brasil, recebeu o cargo de coadjutor da paróquia de Nossa Senhora do Desterro (sua cidade natal). Em 1878 transferiu-se com a família para o Rio de Janeiro, onde recebeu, no ano seguinte, a nomeação de cônego da capela imperial e catedral do RJ. Em 27 de janeiro de 1891 foi nomeado bispo de Goiás (SILVA, 2007).

²² Para uma leitura mais aprofundada sobre o bispado de Dom Eduardo, consultar também Vaz (1997).

²³ Vaz (1997), valendo-se de textos do Cônego Trindade, ressalta entretanto, que nas primeiras décadas do século XIX, a situação era diversa. Vários fatores externos teriam contribuído ao aumento das vocações como o fato de o Estado custear muitos padres, o cargo abrir as “portas para os cargos públicos” e, também, trazer certa “superioridade e prestígio social”. Contribuem também os baixos critérios de formação exigidos no período. Para se ter uma ideia, no bispado de Dom Francisco (1834 a 1854) foram ordenados 142 padres, embora muitos não tenham ficado em Goiás.

²⁴ A Congregação do Santíssimo Redentor foi fundada em 1732 por Santo Afonso Maria de Ligório e outros cinco companheiros no Reino de Nápoles – Itália. A missão da Congregação é assistir às comunidades pobres e abandonadas. Para o portal redentorista na internet, consultar: <<http://www.redentorista.com.br/>> acesso dia 02-06-2014. Segundo dados reportados pelo jornal *Santuário da Trindade*, a Congregação possuía, em 1928, 310 casas divididas em 21 províncias, somando 5232 membros entre sacerdotes, clérigos, noviços clérigos e leigos, e irmãos (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1928, n. 274, p. 4).

²⁵ De acordo com Reinato (2010), Trindade fora parte do território de Campinas até 1920 – data da criação de seu município – e elevada a cidade apenas no ano de 1927. Sobre o Santuário religioso, assinala que este teve sua

era ainda ligada a Campinas – ou Campininhas das Flores, como era também conhecida. Uma das histórias²⁶ que se conta sobre o início desta romaria e a consequente formação do arraial é que o mesmo se originou no local onde o camponês Constantino Xavier Maria teria encontrado uma medalha de barro com a figura da Santíssima Trindade coroando a Virgem Maria. Sobre a origem da imagem o jornal *Santuário da Trindade* traz, no entanto, uma versão um pouco diversa. Uma matéria assinada por certo W., assinala que Constantino, “como todo mineiro da gemma trouxe da sua terra o 'Santo' da sua devoção. Era mais verônica do que imagem representando as tres pessoas da Santissima Trindade coroando Nossa Senhora Maria Santissima” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 65, p. 2). Essa versão narra, pois, que a imagem teria sido trazida de Minas Gerais (estado de origem de Constantino) e não encontrada “acidentalmente”.

Para a população devota, contudo, a inexistência de uma versão definitiva sobre a origem da imagem foi irrelevante, mesmo se, mais tarde, a versão que se “oficializou” foi a da medalha encontrada em solo goiano. Com o tempo, a fama da medalha representando a coroação se espalhou e um sempre crescente afluxo de pessoas passou a se dirigir ao local, inicialmente para rezar o terço junto à imagem, e depois para a devoção na pequena capela erguida por Constantino em louvor ao Divino Padre Eterno. Os anos da construção da primeira capela e o início das romarias resultam também em datas incertas segundo os diversos documentos analisados por Santos (1976), mas deu-se, muito possivelmente, entre 1840 e 1850. A partir daí, a romaria de Barro Preto – povoado que contava à época apenas com uma dezena de casas – passou a movimentar as estradas esburacadas de Goiás, recebendo um sempre maior número de fiéis em peregrinação²⁷.

Os interesses e as contendas em torno dessa romaria deram “pano pra manga” às autoridades eclesiásticas. O maior problema deveu-se ao confronto entre o catolicismo ultramontano – tridentino, clerical e moralizante – e o catolicismo popular – lusitano, leigo, medieval e familiar, como anuncia Deus (2001, p. 172). Entretanto, não somente o controle político e teológico era desejado, mas também aquele econômico²⁸, e essas variadas

inauguração em 1912 sob a coordenação do missionário e vigário redentorista Antão Jorge.

²⁶ Para maiores detalhes sobre as versões da origem de Barro Preto, consultar a dissertação de Santos (1976).

²⁷ Para se ter uma ideia do afluxo e da mobilização das pessoas para a romaria: “em 1924, houve mais de mil carros de bois na romaria de Trindade. Cada um levava de seis a dez pessoas de até 100 léguas de distância (aproximadamente 400 quilômetros) de suas casas” (DEUS & SILVA, 2002, p. 53).

²⁸ Ao contrário do que se poderia supor, as arrecadações da romaria de Trindade não foram destinadas à diocese, mas permaneceram quase que inteiramente aos seus administradores: os redentoristas de Campinas. Esta situação gerou grandes conflitos entre os missionários e o bispo Dom Emanuel após 1924, como se verá mais adiante.

pretensões geraram acirradas disputas no final do século XIX e início do XX na diocese goiana.

Vale lembrar que, com o fim do regime de padroado e a proclamação da República, a Igreja Católica passara a viver um período bastante delicado, tanto no que diz respeito à “invasão” de outras manifestações religiosas, agora possível graças ao princípio de laicidade garantido pela Constituição Federal de 1891, quanto pela necessidade de gerar sua própria receita. A sempre crescente concorrência religiosa levava a Igreja a pisar em campo minado, afinal, era necessário incentivar as manifestações de religiosidade católica, mesmo que populares e espontâneas como as festas, folias e romarias mas, ao mesmo tempo, conter os excessos de espontaneidade não condizentes com o pensamento católico ultramontano. Em suma, o controle de uma festa tão concorrida como aquela de Barro Preto, dentre outras, era de extrema importância para a administração da diocese.

A romaria de Barro Preto fora até 1894 administrada por leigos em irmandades. Os padres, como assinalado anteriormente, eram em número escasso²⁹ e vinham somente como convidados para as celebrações, geralmente organizadas por um festeiro da comunidade. A preocupação com o controle das romarias e o grande poder das irmandades leigas levou Dom Eduardo à Europa, a fim de angariar padres para a diocese³⁰. Como anuncia em sua autobiografia, o propósito explícito do projeto³¹ era: “entregar os santuários da diocese a ordens religiosas, a fim de se cristianizarem as romarias” (SILVA, 2007, p. 125). O bispo se dirigiu a Roma e de “convento em convento”, após muitos insucessos, conseguiu, junto à Congregação do Santíssimo Redentor, alguns sacerdotes da Alemanha³².

O bispo narra que partiu para a região da Baviera com o intuito de acertar os últimos detalhes sobre a viagem a Goiás, sendo recebido na estação pelo padre Gebardo Wiggermann,

²⁹ Em Barro Preto, no período de 1878 a 1890 – longos 13 anos – não há registros de atuação de sacerdotes. Possivelmente, isso ocorreu devido a vacância de vigários na Paróquia de Campinas, onde também não há registros nos livros paroquiais (SANTOS, 1976, p. 88).

³⁰ De acordo com Santos (1976, p. 92), D. Eduardo, em 1891, nomeou Mons. Ignácio Francisco de Souza como diretor eclesiástico para a festa de Trindade. Este porém, após sofrer fortes perseguições e ameaças por parte das pessoas que controlavam a romaria, pediu ao bispo que solicitasse uma congregação religiosa para cuidar do Santuário de Trindade, visto que já não mais se sentia seguro para desempenhar tal função.

³¹ O projeto seguido por D. Eduardo havia sido anunciado na 1ª Reunião do Episcopado Brasileiro, ocorrida em São Paulo em 1890, na qual ficou decidido: “retirar definitivamente das irmandades leigas a administração financeira dos santuários e confiá-la a institutos religiosos europeus, a serem chamados especificamente para esse fim” e “confiar totalmente a sacerdotes a direção espiritual desses devocionais de maneira a torná-los ‘centros de verdadeira fé católica’” (GAETA, 1997, s/p).

³² Uma peculiar conjuntura histórica incentivou a vinda desses religiosos para o Brasil: o ministério redentorista estava entravado pelo governo da Alemanha que o confundia com o da Companhia de Jesus, que, na época, vinha sofrendo ataques diretos (SANTOS, 1976, p. 92). Os redentoristas alemães não foram os primeiros a virem para o Brasil. De acordo com Câmara Neto (2006, pp. 170-1), em 1893, dois padres redentoristas holandeses haviam se transferido a Mariana, Minas Gerais.

designado como Superior da missão. Detalhe interessante é que muitos membros redentoristas que empreenderam a longa viagem ao Brasil nunca haviam saído de seu país de origem e nenhum deles falava a língua portuguesa. Salvo alguma exceção os religiosos dominavam “somente” a língua-mater e o latim. As barreiras linguísticas e as diferenças culturais constituíram, sem dúvida, um entrave inicial na interação entre esses missionários e a comunidade, nem sempre superadas por alguns membros mais velhos, como anuncia Pe. Lorena (2004).

A primeira leva de missionários redentoristas com destino a Goiás chegou com D. Eduardo em 1894 e se dividiu entre Goiás e São Paulo. Sobre a divisão do grupo alemão, o bispo desabafa: “mais uma vez verificou-se o que disse Virgílio: 'quos ego feci, tulit alter honores'” (SILVA, 2007, p. 140), ou seja, “Do que eu fiz, outro levou as honras”. Dom Eduardo conta que, a pedido do bispo de São Paulo, Dom Joaquim Arcoverde, o cardeal Rampola havia cedido metade dos missionários angariados com tanta dificuldade na Europa, para se encarregarem do Santuário de Aparecida.

Sobre esse assunto, Câmara Neto (2006, p. 169) analisa, entretanto, que em 9 de maio de 1894, D. Arcoverde (à época coadjutor de São Paulo) se dirige a Roma para, dentre outros motivos, obter religiosos para a diocese paulista. Em 6 de agosto vai a Paris e de lá envia uma correspondência ao Superior Geral dos Redentoristas tratando da vinda de alguns missionários para Aparecida. Porém, com a morte do bispo titular, o mesmo teve que retornar às pressas ao Brasil para assumir a diocese, em 30 de setembro de 1894. Sobre as prévias tratativas de D. Arcoverde com os superiores redentoristas a fim de conseguir missionários para São Paulo, Dom Eduardo não menciona nenhuma palavra. Desconheceria o bispo de Goiás essas negociações?

D. Eduardo não esclarece quais os missionários bávaros vieram para Goiás na primeira leva. Contudo, por meio de uma correspondência de 1894 relevou-se as nomeações do P. Geral para Goiás: “P. Wiggermann, como superior e visitador, P. Spaeth e Siebler e fr. Hubbauer [...] Dos irmãos, os frates [sic] Norberto, Gebardo, Ulrico e Floriano podem ir para Goiás”³³. Chegados ao estado goiano, esses religiosos se fixaram em Campininhas das Flores, por ser um local de clima mais ameno que o de Barro Preto ou talvez, também, para evitar atritos com esta comunidade.

Por meio da obra *Aqueles que nos precederam, falecidos da província de São Paulo*

³³ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. I (1817-1896), p. 43. Carta do Cons. P. Carlos Dilgskron ao P. Prov. Antônio Schoepf.

escrita por Pe. Lorena (2004) foi possível perceber a grande heterogeneidade do grupo redentorista que veio a Goiás em 1894. Eis alguns dados: o Superior Gebardo Wiggermann³⁴ (50 anos) foi o fundador e primeiro Superior da Vice Província. Ele transferiu a sede em junho de 1895 para Aparecida onde passou a desempenhar diversas funções; Padre João da Mata Spaeth (63 anos), não conseguiu adaptar-se em Campinas e logo foi transferido a Aparecida (SP), não aprendeu o português e sendo surdo, realizava somente batizados e distribuía a comunhão; Pe. Miguel Siebler³⁵; Irmão Norberto, nome de batismo Miguel Wagenlehner, (37 anos), desempenhou a função de cozinheiro, não aprendeu o português; Irmão Floriano, nome de batismo Vicente Grilhisl, (22 anos), resolvia “todos os assuntos”, aprendeu rapidamente o português, foi ordenado sacerdote em 1900 e escolhido por Dom Prudêncio como acompanhante em suas viagens; Irmão Gebardo Konzet (39 anos), marceneiro, também não aprendeu o português; Irmão Ulrico, nome de batismo José Kammermeier, (não consta a data de nascimento), era “faz tudo” no seminário e, por fim, Lourenço Hubbauer (22 anos), sobre o qual se falará mais adiante.

Dom Eduardo narra que, graças ao controle dos membros redentoristas, as celebrações da romaria de Barro Preto tinham sofrido grandes mudanças benéficas. Afirma que os padres haviam conseguido cristianizar as festas por meio de prédicas, abnegações e um estilo de vida irrepreensível. As práticas e demonstrações populares de fé e devoção, antes carregadas de superstições, vícios e estranhos costumes, contrariando a fé e a moral cristã, haviam se transformado, segundo o bispo, em manifestações de piedade, louvor e adoração a Deus, com grande participação popular nas confissões e comunhões³⁶. Essas práticas diziam respeito, dentre outras, ao pagamento de promessas na forma de ex-votos ou, ainda, pedidos das/os fiéis em desacordo com a moral da Igreja Católica, como as separações de casais, adultérios ou vinganças (SILVA, 2007, pp. 165-6). Essas manifestações, tão criticadas por D. Eduardo, chocavam-se frontalmente com as tentativas de sacralização dos locais de culto e disciplinarização das práticas da religiosidade popular, pretendidas pela corrente

³⁴ Sobre Pe. Gebardo Wiggermann, Gomes Filho (2011) faz uma interessante observação: em diversas ocasiões, observadas por meio de suas cartas e relatórios, este padre demonstrou certa maleabilidade em relação aos costumes e religiosidades tradicionais da população, contrariando, em certa medida, os princípios da reforma ultramontana.

³⁵ Estranhamente, a obra de Pe. Lorena (2004) não menciona esse missionário.

³⁶ Acredita-se que Dom Eduardo à época tenha sido generoso em suas considerações, tanto no que diz respeito à aproximação da comunidade a esses sacramentos, quanto ao abandono das práticas tradicionais populares. Prova disso são algumas Cartas Pastorais posteriores que condenavam a exteriorização da religiosidade e ditavam regras para as festividades. Já na década de 1920, vários artigos do jornal *Santuário da Trindade* oferecem indícios dessa tradição ainda bastante arraigada. Sem contar que o pagamento de promessas na forma de ex-votos é ainda prática corriqueira na atualidade.

ultramontana.

Determinada conjuntura política, e também religiosa, compeliu Dom Eduardo a transferir a sede diocesana da capital do estado a Uberaba, em 1896. Mesmo após a transferência, fortes desavenças ocorreram na diocese, como o caso de Barro Preto, cujo santuário ficou interdito por ordem do bispo de 1901 a 1903. Neste período aconteceram duas festas³⁷, uma em louvor ao Divino Padre Eterno em Barro Preto, levada adiante pela irmandade local, e outra à Santíssima Trindade em Campininhas, coordenada pelos religiosos redentoristas³⁸. Os motivos da contenda foram diversos, dentre eles, a briga pelos patrimônios religiosos, as mudanças moralizadoras pretendidas pelo bispo e a disputa pelo controle da romaria, na qual religiosos e irmandade leiga não se entendiam sobre a data de realização da festa, a exteriorização religiosa (oficial versus popular) e a administração do cofre.

Os desentendimentos foram de tal monta, como assinala D. Eduardo, que o mesmo e seus companheiros religiosos temeram ser mortos nos conflitos de Barro Preto. Com o tempo, os ânimos foram se acalmando e em 1903 os “revoltosos” pediram perdão ao bispo, lamentando-se da ausência de padre no povoado, fato que gerou uma demanda pelos sacramentos, missas e pela palavra de Deus – mas também ocasionou a decadência do comércio e a desvalorização do preço das terras na região. Esse pedido de perdão foi intermediado pelos padres redentoristas que, por meio de um abaixo assinado, garantiram a sinceridade do pedido, como anuncia Santos (1976, p. 95).

Mesmo que este episódio tenha se concluído da melhor forma para o bispado, serviu a evidenciar a dificuldade em se instaurar uma relação pacífica entre Dom Eduardo e parte da população goiana, mais especificamente com as personalidades políticas e membros mais rebeldes das irmandades, que relutavam em aceitar as imposições e mudanças operadas pelo bispo e a perda do poder e prestígio em suas comunidades.

Em 1907, a nomeação de D. Eduardo para a recém-criada diocese de Uberaba colocou em cena Dom Prudêncio Gomes da Silva. Segundo Vaz (1997, p. 163), com a ascensão de

³⁷ Santos (1976, p. 158, nota 41), valendo-se de texto do padre redentorista Nestor Souza, oferece informações sobre a afluência nas festas de Trindade e Campininhas no período do interdito: Campinas em 1901 contou com a presença de muitos forasteiros, porém com somente 400 confissões e 100 crismas, em 1902 com somente cerca de 200 pessoas e não houve concorrência de forasteiros. Em Trindade, no mesmo ano, compareceram mais de 2000 pessoas.

³⁸ Atritos entre comunidades leigas e autoridades eclesiais pelo controle dos santuários não foi um caso restrito a Goiás. Gaeta (1997, s/p) cita que nos santuários de Bom Jesus da Lapa (BA), Jardinópolis (SP), Alto Paraguai (MT) entre outros, tal situação também se verificou. Em Jardinópolis (como em Goiás) chegou-se a comemorar em dois lugares simultaneamente: na matriz e na capela do santo. Este fato gerou ameaças de excomunhão a quem participasse da “festa leiga”.

Dom Prudêncio, a diocese de Goiás “não tinha mais um ultramontano, monarquista e europeizado como bispo, e sim um bispo humilde, formado em seminário nacional, sem estudos no exterior”. Embora este bispado, de duração longa (1908 a 1922), tenha sido muito importante para o estado de Goiás, não lhe será dedicado muito espaço neste trabalho. Sobre ele, somente será ressaltado que, apesar das constantes dificuldades econômicas enfrentadas pela diocese, o mesmo foi de relativa harmonia. No período, as relações com as famílias influentes de Goiás foram restauradas, devido tanto à nova conjuntura política do estado, sobretudo com o declínio político do grupo bulhônico³⁹ – que muito combateu a reforma ultramontana materializada nas ações de D. Eduardo –, quanto pelas características “moderadas” de Dom Prudêncio e suas alianças com políticos católicos do estado.

Com o falecimento de Dom Prudêncio, é nomeado bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira⁴⁰, membro da congregação salesiana desde 1890. Vaz (1997, pp. 190-5) oferece um pequeno histórico de sua vida que ajuda a compreender algumas de suas decisões durante o bispado. O historiador argumenta que por meio do tio e padrinho de Emanuel, Quintiliano José do Amaral (vigário de Santo Antonio e cônego da capela imperial), este e seu irmão Helvécio foram matriculados no Colégio Santa Rosa, em Niterói. O investimento na vida eclesiástica acabou por tirá-los de uma vida que se preanunciava árdua e com pouca possibilidade de ascensão social devido ao falecimento do pai e à pobreza da viúva mãe.

Emanuel ordenou-se em 1901, atuando depois como “missionário, educador e mediador político”. De 1903 a 1911 permaneceu em Mato Grosso onde desenvolveu trabalhos missionários e também foi diretor do Liceu Salesiano de São Gonçalo, em Cuiabá. Em São Paulo, foi indicado diretor do Liceu Salesiano de Campinas. Graças à sua capacidade diplomática foi convidado para retornar a Mato Grosso, desta vez como diretor geral das secretarias do estado, auxiliar direto de Dom Aquino Corrêa, feito Presidente de Mato Grosso a fim de apaziguar conflitos políticos. Em 1922, ocupou o cargo de diretor da casa primacial salesiana em Niterói, e em 27 de outubro do mesmo ano foi indicado bispo de Goiás. Vaz (1997) complementa que o fato de Dom Emanuel pertencer à uma congregação de grande prestígio permitiu o desenvolvimento da Igreja como um todo, graças também às vantagens

³⁹ Vaz (1997, p. 171) narra que “embora Leopoldo de Bulhões tivesse permanecido senador até 1918, a oligarquia bulhônica estava definitivamente derrotada pelas mãos de Hermes da Fonseca” (Presidente da República de 1910 a 1914).

⁴⁰ Toda a bibliografia consultada para este trabalho, como também no site da Arquidiocese de Goiânia e naquele da Congregação Salesiana (a qual pertencia) e, mesmo nas ruas e praças que levam seu nome, o bispo é citado como “Dom Emanuel”. Porém, curiosamente, o jornal *Santuário da Trindade* refere-se ao bispo como “Dom Manuel” ou “Dom Emmanuel”, restando a dúvida do porque dessa discrepância na grafia.

obtidas pelas alianças políticas com a elite governante em Goiás. Enfim, o novo bispo possuía um histórico bem diverso daquele de seus antecessores, e isso se espelhará nas relações com os outros religiosos do estado, como se verá a seguir.

A matéria intitulada “Trinta annos”, veiculada no jornal *Santuário da Trindade* em 13 de dezembro de 1924, narra sobre as primeiras três décadas de permanência da Congregação do Santíssimo Redentor em Goiás. Seu texto é importante na medida em que ajuda perceber a situação econômica, social e religiosa do estado durante esse longo período, e também porque fornece uma ideia de como estes religiosos avaliaram a sua atuação no projeto de crescimento missionário, dentre outros, em Goiás. A matéria, assinada pelo Pe. João Batista Kiermeier (à época residente em São Paulo), trazia a seguinte foto ao centro da página:



Ilustração 2: Partindo da esquerda: D. Helvécio (irmão de D. Emanuel e arcebispo de Mariana), a mãe dos religiosos e D. Emanuel.

Na matéria, é anunciado que o número de membros redentoristas em Goiás havia aumentado desde a chegada, em 1894, passando de 4 para 6 padres e de 4 para 8 irmãos⁴¹. A

⁴¹ Esse aumento de pessoal talvez ressalte uma atenção da Vice-Província em relação à Casa de Campinas mas exalta, seguramente, o crescimento do trabalho, tanto missionário quanto prático/organizacional. Nos relatórios anuais, por exemplo, são constantes as reclamações referentes ao escasso número de religiosos para as missões,

matéria enaltece, e não pouco, o trabalho material e espiritual dos missionários. Destaca que haviam conseguido educar o povo e reportar diversas melhorias para Campinas, a exemplo da transformação das terras para o plantio, da instalação da turbina d'água e de um telefone, do fornecimento de luz elétrica, do florescimento da cidade com uma grande igreja e um colégio conceituado, além da construção de novas capelas nas paróquias de Goiabeiras, Lages e Ribeirão.

Em relação a Trindade⁴², a matéria reivindica que muito devia aos missionários redentoristas e os que sabem agradecer um benefício, reconheceriam isto! Afinal, várias tinham sido as ações naquela cidade: a construção da mais vasta e espaçosa igreja do estado com belos paramentos, novas imagens, grande *harmonium*, relógio de torre e iluminação elétrica, a ligação de Trindade e Campinas por uma rede telefônica e a fundação do jornal *Santuário da Trindade*, a fim de tornar a festa mais conhecida. Na festa, continua o texto, tudo era paz onde antes ocorriam mortes. Os redentoristas forneciam grande ajuda aos romeiros, e naquele ano até haviam comprado um cinema ao ar livre que deveria funcionar nos dias da festa, na tentativa de torná-la ainda mais “solemne e atraente”⁴³. Alguns membros da Congregação davam também auxílio nas visitas pastorais, antes com Dom Prudêncio e depois com Dom Emanuel.

Também outras paróquias lhes foram confiadas e por longo tempo cuidaram de vastíssima área, visitando até 4 vezes por ano todas as paróquias. Em relação às missões, fim principal da Congregação Redentorista, a folha anuncia que começaram em 1898 e nunca pararam. Após a Semana Santa, saíam dois padres e voltavam em fins de outubro ou início de novembro e, de 4 em 4 anos, todas as paróquias, até as mais longínquas, recebiam as missões, do Sul do estado até as divisas da diocese de Porto Nacional. As missões eram fadigasas, descreve a matéria, mas

devido à extensa dimensão da diocese, mas também às várias atividades da Congregação.

⁴² Nas *Ânuas da Casa de Campinas*, várias passagens dão a entender que os redentoristas não eram bem-quistos pelo povo de Trindade. Como exemplos, os escárnios dirigidos aos redentoristas quando da renovação do contrato (discutido logo abaixo) e também o lançamento em 23 de novembro de 1924 do jornal trindadense *O Phanal*, em oposição ao *Santuário da Trindade*. Naquele, publicou-se um “protesto do povo de Trindade, assinado por seu 'chefão’”, contra a matéria referente à comemoração aos 30 anos dos redentoristas em Goiás. Esse dissabor era “pela grande aspiração dos trindadenses – ter em mãos a administração ou antes os rendimentos do cofre do Padre Eterno...”, anuncia o relatório de 1925 (*ÂNUAS*, 1919-1931, p. 270).

⁴³ Quadros (2013, p. 16) narra que a “linguagem cinematográfica” foi inicialmente percebida com certa reserva pelo clero goiano e somente após a década de 1940, com a popularização das salas de transmissão, a “igreja passou a utilizar-se delas para proclamar, de algum modo, sua mensagem”. Assinala as ambiguidades desse processo histórico no caso goiano, dentre outros pelo fato de que enquanto variados costumes “modernos” estavam sendo condenados pela cúria romana na Europa, aqui em Goiás, “o clero acabou sendo um agente da modernidade” (p. 24).

reformam os costumes, reanimam o espirito religioso, conforta o povo na resistencia contra os ataques do protestantismo e espiritismo, dão a tantas pessoas que moram longe da igreja, a ocasião de em seos bairros ouvirem a palavra de Deus e receberem os Sacramentos (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n.88, p. 2).

Vale salientar que, muitas vezes, era somente por meio das missões e desobrigas que algumas comunidades, mais longínquas e abandonadas, tinham acesso aos sacramentos. Em razão disso, o grande mérito missionário na propagação da fé católica e na luta contra a disseminação das doutrinas dos “inimigos da Igreja”. Com efeito, o bispo, em carta ao Pe. Conrado Kohlmann, enaltece o trabalho das missões e se lamenta pela falta de saúde “para os labores apostólicos” dos redentoristas em 1930, dificultando os necessários trabalhos missionários. O bispo deixa claro que

Estando como nunca assediados pelas maléficas influências do protestantismo, espiritismo e maçonismo, nos centros populosos e nas roças!...As santas Missões pregadas de tempo em tempo, será a nossa salvação. Deus permita possamos doravante conseguí-las mais regulares, com o infalível método de sua benemérita C.SS.R. (COPRESP, v. X, 1928-1930, p. 628. Carta de D. Emanuel Gomes de Oliveira ao Pe. Conrado Maria Kohlmann).

Finalizando a matéria, a folha aclama que “fica provado” a grande importância das congregações religiosas como um elemento de progresso⁴⁴ e “bençam para os lugares onde se estabelecem”. Anuncia que Dom Eduardo se sentiu satisfeito por ter trazido religiosos para Campinas, D. Prudêncio manifestara com afeto a gratidão pelos auxílios dos padres redentoristas e D. Emanuel sempre demonstrara estima e confiança, renovando o acordo firmado pelos antecessores a fim de se desenvolver mais ainda os trabalhos. O texto conclui com o seguinte trecho “certamente todos os amigos da Religião são unanimes no desejo de que os trinta annos de lutas e trabalhos que os Redemptoristas acabam de passar em Goyas sejam seguidos de mais annos muitissimos de trabalho abençoados e fructuosos” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n.88, p. 2).

Ressalta-se porém, em contraposição ao anunciado no final da matéria, que as relações entre os redentoristas de Campinas e o bispo Dom Emanuel não foram, seguramente, as mais harmoniosas. Na “Apresentação” das *Ânuas*⁴⁵ referente aos annos de 1919-1931, editada em 1993 (com assinatura ilegível), consta um parágrafo no qual se percebe a complicada

⁴⁴ Sobre o discurso redentorista em relação a “progresso” e “atraso”, consultar o artigo de Gomes Filho (2013).

⁴⁵ Essas cartas/relatórios eram enviadas anualmente pelos superiores da vice-província ao governo provincial na Alemanha. As *Ânuas* começaram a ser traduzidas em 1991 e datilografadas a partir do ano seguinte.

convivência entre os missionários e o bispo diocesano. O redator lamenta pela “escolha de um professor de colégio, para suceder o apostólico vigário de Ponte Nova, elevado a bispo de Goiás, D. Prudêncio”. Concorde, entretanto, que D. Emanuel deva ser reconhecido pelos investimentos na educação, mas, por outro lado, “criou tantas dificuldades com os missionários por causa do cofre de Trindade e foi tão difícil o acerto do contrato de 1924.” Narra que após a boa experiência com D. Prudêncio “foi difícil conviver com um prelado que não tinha a mesma abertura e confiança...” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 4).

Sobre o “estilo de governar” dos bispos Dom Prudêncio e Dom Emanuel, Vaz (1997, p. 210) comenta que enquanto o primeiro, de origem humilde, mostrou-se flexível e contemplativo ao lidar com a delicada situação política do estado à época, o segundo, salesiano – ordem prestigiada e em expansão no Brasil –, com “larga experiência administrativa e calejado por situações de confrontos diversos”, não se deixou intimidar por ameaças.

A “renovação do acordo”, referida na matéria comemorativa do jornal, ocorreu em 5 de dezembro de 1924, mas a assinatura definitiva do contrato deu-se somente em 5 de maio de 1925. Sobre esse assunto, um texto presente nas Ânuas (1919-1931, pp. 210-1) traz um desabafo, pleno de consternação de seu cronista, que, imagina-se, espelhasse também os sentimentos de todos os redentoristas envolvidos. Narra que Dom Emanuel, que até então vinha demonstrando “provas aparentemente sinceras de real amizade”, envia do Rio de Janeiro um “bilhete escrito em forma glacial”, causando admiração e surpresa a todos. Na íntegra

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1924.

Revmo. Vigário de Campinas.

Comunico-vos que em data de 28 de maio pp. determinei ao Revmo. Sr. Vigário Geral da nossa Diocese de Goiás que por ocasião das próximas festas em Barro Preto procedesse a tomada de contas do movimento religioso e financeiro do nosso Santuário Episcopal de Trindade da Paróquia de Campinas.

D. V. Revma.

Servo em Jesus Cristo

D. Manuel, Bispo de Goiás.

O cronista dá a entender que este bilhete caiu como um raio em céu aberto para os desavisados membros redentoristas. Contudo, é necessário, primeiramente, retroceder à época de Dom Prudêncio para elucidar as motivações de Dom Emanuel em tirar das mãos

redentoristas, após longos 30 anos de administração, o controle do cofre do Santuário de Trindade. Sobre esse assunto, Vaz (1997, p. 203) oferece um histórico importante. Segundo o autor, ao tomar posse, D. Emanuel vem a saber que seu antecessor havia deixado a diocese em dívida avultada, de cerca de 75:600\$000 (setenta e cinco contos e seiscentos mil réis). No período de 1909 a 1918 a contribuição do Santuário de Trindade à diocese fora de modestos 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis). Esta pequena quantia havia sido fixada por contrato em 1894, entre Dom Eduardo e o superior redentorista e era destinada à manutenção de alguns seminaristas pobres.

Assim, as enormes e crescentes dificuldades financeiras obrigaram Dom Prudêncio a contrair diversos empréstimos em dinheiro de ordens religiosas e de particulares, pagando juros anuais que variavam de 3 a 6%. Com o intuito de regular as contas e sair dessa situação de penúria, Dom Prudêncio propôs aos redentoristas, em 1919, um novo contrato no qual estes se comprometiam a levar aos cofres da diocese a soma de 12 contos anuais (VAZ, 1997, p. 207). Entretanto, mesmo com essas novas entradas de capital, a situação continuou lastimável.

Intencionando resolver de uma vez por todas a situação econômica da diocese, Dom Emanuel “impõe” aos redentoristas uma nova revisão do contrato. O bispo vislumbrava no cofre de Trindade uma renda “estável”, capaz de suprir tanto as exigências de pagamento das dívidas deixadas por seu antecessor, quanto um meio de colocar em ação seu plano de desenvolvimento na diocese. A “proposta” gerou um grave embate entre as partes, sendo necessárias as intervenções do núncio apostólico e do Cardeal Dom Sebastião Leme para que se chegasse a um acordo⁴⁶.

A história se resolveu após mais de um ano de discussões, pressões, acordos e desacordos. Chegaram a um consenso, com concessões mútuas: “o bispo concedeu os vinte por cento brutos [a proposta do bispo havia sido de 10%] e os redentoristas aceitaram o prazo de vigência de dez anos [do contrato]” (VAZ, 1977, pp. 221-2). Ao final, para que se chegasse a este acordo, muitas cartas foram escritas, várias ameaças foram feitas e diversos ressentimentos foram alimentados. E a congregação redentorista, que antes administrava quase a totalidade dos recursos econômicos vindos do Santuário de Trindade, teve que contentar-se com 20% das arrecadações, mais um salário anual no valor de 12:000\$000 (doze

⁴⁶ As discussões foram tão graves que os membros redentoristas ameaçaram abandonar o estado caso não fossem acatadas algumas reivindicações no novo contrato. D. Emanuel, por sua vez, escreveu diretamente ao Papa Pio XI solicitando que os lucros da romaria “fossem utilizados exclusivamente na manutenção do Seminário [Santa Cruz], das igrejas e na formação de um patrimônio” (VAZ, 1997, p. 214).

contos de réis) a ser dividido entre os seis padres administradores do Santuário.

Por meio deste episódio percebe-se que a Congregação do Santíssimo Redentor viveu, à época, um momento de grande instabilidade e tensões, no qual foi cogitado até o abandono da diocese. Esses religiosos vieram a Goiás para, dentre outros motivos, administrarem a romaria de Trindade e, após longos anos de relativa harmonia, acabaram sentindo o peso forte da mão do novo bispo Dom Emanuel na luta pelo controle do cofre da romaria, evidenciando uma clara mudança no contexto religioso goiano.

Após a assinatura do novo contrato determinando que os redentoristas permaneceriam na administração do Santuário de Trindade, mas não disporiam do total de suas arrecadações, os relatórios anuais passaram a ter uma tônica mais contundente em relação a certos assuntos. Sobre a arrecadação da romaria do Divino Padre Eterno, por exemplo, anunciam que em 1928 “as entradas de dinheiro para o Bispo constituíram um recorde” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 421), insinuando que o dinheiro era destinado ao bispo em pessoa; ou desferindo críticas a Dom Emanuel, anunciando que ele “infelizmente *nunca* se ocupa das causas espirituais da diocese de maneira que nunca se chegou a um ajuste quanto as missões e trabalhos apostólicos” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 266, grifo da autora); ou, em 1925, em vez de proceder com as visitas pastorais pela diocese, o bispo percorria as cidades “em passeio, mais ou menos”, dentre outras situações.

Os relatórios da Casa de Campinas presentes nas Ânuas oferecem vários exemplos do ressentimento geral dos redentoristas após os episódios relativos ao novo contrato, mas basta um último comentário para deixar patente o anunciado. Após narrar que os “revoltosos” haviam cometido roubos e causado destruição em Trindade, esclarece que Campinas fora poupada graças à proteção de Nossa Senhora da Conceição. E mais, em relação à epidemia de varíola ocorrida em 1926, diz que esta

... fizera sua entrada no Estado e na nossa paróquia começou com a Trindade. Nessa vila muitas dezenas de pessoas foram atacadas pelo mal e também muitas levadas pela morte. A localidade parecia um hospital. Cessou o movimento de romeiros, os moradores do lugar em grande número o abandonaram, a miséria e pobreza se apoderaram de Trindade. Por falta absoluta de higiene e cuidados, não havendo separação, nem isolamento, nem desinfecção, nem médico e remédios, o mal tomou grandes proporções e até agora não pôde ser debelado... E novamente por uma proteção especial do céu, Campinas não foi atingida pelo mal, parecendo evidente que Deus patenteava mais uma vez em Trindade a verdade da frase escripturística: “Nole tangere christus meos” (ÂNUAS, 1919-1931, pp. 328-9).

A tradução da frase latina é: “Não toqueis em meus ungidos”. Esta longa citação, além de contar as lamentáveis situações vividas por Trindade em ocasião da doença, permite uma leitura nas entrelinhas: nos dois episódios (passagem dos “revoltosos” de São Paulo e contágio da varíola) o cronista comparou deliberadamente as consequências sobre Campinas – cidade que reconhece e admira o trabalho dos padres redentoristas – onde os episódios tiveram somente poucos efeitos indiretos, e Trindade – que voltou as costas a eles, com menosprezo e humilhação – onde houve mortes, destruição, pobreza e abandono, num cenário quase apocalíptico.

Os diversos episódios narrados neste longo tópico servem a realçar que a presença da Congregação do Santíssimo Redentor em Goiás nem sempre foi um mar de rosas. Muitas vezes os missionários tiveram que suportar agruras extras, e não somente aquelas relacionadas ao trabalho religioso. E, se algum desabafo era possível nos relatórios internos e “confidenciais”, no jornal *Santuário da Trindade* os redatores se mostraram geralmente mais prudentes. A busca do *quieto vivere* era predominante, embora ocorressem, vez ou outra, algumas “alfinetadas” à figura do bispo. O jornal como propagador das “cousas da religião” era solícito em relação aos pedidos de Dom Emanuel: fazia grande publicidade de seus empreendimentos edilícios (a exemplo da construção do “Gymnasio Anchieta” e da “Cathedral de Goyaz”), além de publicar a lista dos donativos para essas obras e dos pedidos de contribuições financeiras para outros variados fins, e, claro, todo o mais necessário no auxílio do amado bispo.

1.3. FUNDAÇÃO E ASPECTOS HISTÓRICOS DO JORNAL *SANTUÁRIO DA TRINDADE*

Antes de discorrer especificamente sobre o jornal *Santuário da Trindade*, é necessário, primeiramente, tecer algumas considerações sobre o jornal *Santuário d'Apparecida*, fundado em 10 de novembro de 1900 pelos redentoristas, na vila de Aparecida, São Paulo⁴⁷. Este jornal teve como finalidade principal instruir e orientar os fiéis – sobretudo os peregrinos – e promover a devoção a Nossa Senhora Aparecida.

Embora o acesso às edições antigas desse periódico tenha sido mínimo,

⁴⁷ Os investimentos econômicos no jornal de São Paulo foram bem maiores que naquele goiano: segundo informações colhidas nas *Ânuas* (1919-1931), em 1921 foi inaugurada a nova tipografia “Santuário de Aparecida”, em prédio novo, planejado *ad hoc*, com máquina impressora e laminadora vindas da Alemanha. A tiragem do jornal *Santuário d'Apparecida* girava em torno de 20.000 exemplares, segundo informações de 1923 (p. 141). Atualmente, o Santuário de Aparecida possui mídias como TV, rádio e jornal. Para maiores informações, consultar: <<http://www.a12.com/>>.

lamentavelmente reduzido a poucas edições⁴⁸, estas possibilitaram perceber, contudo, alguns dados relevantes para se pensar nas possíveis influências que possa ter tido sobre o jornal goiano. A hipótese formulada – e em certa medida, confirmada – foi a de uma relativa semelhança entre os periódicos, pressuposta pelo fato do fundador do *Santuário da Trindade*, Pe. João Batista Kiermeier, ter sido redator por longos 17 anos (1904-1921) do jornal *Santuário d'Apparecida*. De fato, ambos nasceram na intenção de noticiar e fomentar a participação devota em seus respectivos santuários: Aparecida e Trindade.

De modo particular, interessava perceber se a inserção de anedotas era uma constante nos periódicos redentoristas. É Pe. Kiermeier quem assina a matéria principal da edição de 1919, fazendo supor que fosse seu redator-chefe à época, embora não esteja explicitado no cabeçalho do jornal. As seguintes edições presentes no Arquivo são as de 1931 e 1933, cujo redactor é Pe. Kiermeier e, em ambas as edições, foram encontradas anedotas. Excluindo o fator “coincidência” nesta questão, pode-se considerar: ou as anedotas passaram a ser inseridas no jornal paulista após a experiência de Pe. Kiermeier no jornal goiano ou, ao contrário, o jornal *Santuário d'Apparecida* tinha por costume veiculá-las, mas devido à pequena amostragem consultada não foi possível esta constatação. A dúvida permanece.

A ideia de se criar um jornal religioso em Goiás vinha sendo gestada há tempos por Pe. Kiermeier, como deixa claro nesta carta de 1918, na qual elucida a motivação do “necessário” investimento

Não existindo em Goiás nenhum jornal católico, que dê combate aos protestantes e a outros inimigos da Igreja, venho pedir a V. Paternidade, com anuência dos consultores meus seja permitida para o próximo triênio a fundação de um pequeno jornal na nossa casa de Campinas. Penso numa publicação bimensal do jornal, no começo (COPRESP, v. VI, 1913-1920, p. 409. Carta de Pe. João Batista Kiermeier ao Pe. Patrício Murray).

Pe. Kiermeier pretendia começar com edições bimensais, mas como se verá a seguir, a folha já partiu, logo de início, com maior frequência. Na tentativa de uma análise mais aprofundada do jornal *Santuário da Trindade* será utilizada a proposta de Renée Zicman (1985) referente ao esquema de caracterização geral dos jornais e seus aspectos históricos: origem, proprietários e diretores, proposta, corpo de redação e principais campanhas apoiadas

⁴⁸ A pesquisa feita no Arquivo Estadual de São Paulo buscou conseguir, sobretudo, os exemplares de 1900 a 1931, ou seja, da inauguração do *Santuário d'Apparecida* ao fechamento do *Santuário da Trindade*. Foi encontrado um único exemplar dos anos 1902, 1903, 1904 (sob a administração do Superior redentorista Pe. Gebardo Wiggermann), 1908, 1919, 1931 e 1933 (ressalta-se que embora posterior, o exemplar de 1933 foi incluído por ter tido, juntamente como os dois anteriores, Pe. Kiermeier como redator).

pelo jornal.

O jornal católico *Santuário da Trindade* foi lançado em 1º de julho de 1922 e teve sua última edição em 1 de junho de 1931⁴⁹. Este periódico, cuja fundação se deu entre os bispos de Dom Prudêncio Gomes da Silva e Dom Emanuel Gomes de Oliveira, em Campininhas das Flores (atual bairro de Goiânia), “ocupou o lugar” do jornal diocesano *O Lidador* – semanário fundado por D. Prudêncio que esteve em atividade no estado de 1909 a 1917. O *Santuário da Trindade* foi substituído, por sua vez, pelo jornal intitulado *Brasil Central*, que, ao que tudo indica, circulou de outubro de 1931 a 1964.

O jornal *O Lidador* se extinguiu em 1917 devido à falta de recursos. A publicação dos diversos textos com notícias gerais da Igreja Católica no mundo, os assuntos papais, as cartas pastorais etc., bem como aquelas contra o espiritismo e o protestantismo fizeram parte de uma tentativa de “recristianizar” a sociedade. Ele foi, de acordo com Vaz (1997, p. 177), um “importante instrumento de divulgação católica”.

Em relação ao aparecimento do *Santuário da Trindade*, o seguinte comentário do Pe. Conrado Kohlmann (cronista de Campinas no período) confirma as intenções narradas por Pe. Kiermeier em 1918, sobre o jornal como uma possível e importante arma no combate às manifestações contrárias à crença católica que, lenta e paulatinamente, ganhavam terreno no estado. Assim, em 1922,

por ocasião da festa em Trindade, apareceu nosso novo jornal “Santuário da Trindade”, que será um verdadeiro apóstolo para o pobre Goiás, um baluarte contra o protestantismo e o espiritismo, que aos poucos vão se infiltrando neste Estado; um grito na luta contra a maçonaria, que logo investiu contra esta jovem planta de Campinas, mas lhe foram rechaçados com energia. Dizem que não é sem influência do Santuário da Trindade que o grão-mestre da maçonaria será transferido, isto é, jogado para fora de Goiás. Lá na cidade foi construída uma pequena casa para o jornal, bonitinha até (ÂNUAS, 1919-1931, p. 98).

Ao longo de seus nove anos de atividades, o periódico esteve sob a direção de diversos redatores. Alguns membros redentoristas eram constantemente transferidos, de acordo com as necessidades da Congregação e as diversas funções e “aptidões” destes religiosos. Padre João Batista Kiermeier, por exemplo, foi diretor do jornal por dois anos, período no qual foi Superior de Campinas-Trindade (1922-1924). Alguns aspectos de sua vida são narrados por

⁴⁹ Ressalta-se que no ano de 1956 foi lançado jornal de mesmo nome, porém num outro formato. Contudo, este trabalho utilizará somente os nove anos acima indicados por entender que o contexto religioso da década de 1950 fosse já outro, estando além das possibilidades desta pesquisa.

Pe. Lorena (2004, pp. 152-3) o qual anuncia que Pe. Kiermeier nasceu na Alemanha e veio ao Brasil no ano de sua ordenação, em 1897, com apenas 23 anos. Fora inicialmente destinado à casa de Aparecida, onde permaneceu por dois anos; após esse período transferiu-se para Goiás como missionário, residindo ali por seis anos. De volta a São Paulo, ocupou a função de diretor do Juvenato por 11 anos. Dentre seus diversos trabalhos, destacam-se a fundação da Casa de Pelotas, a ocupação do cargo de vice-provincial por dois triênios consecutivos, as melhorias no Colégio Santo Afonso e nos maquinários gráficos. Foi Superior em Aparecida e Penha, colaborou como redator do jornal *Santuário d'Aparecida* por quase 50 anos, além da fundação do jornal em Goiás. O texto narra que padre Kiermeier foi um homem equilibrado e de grande prestígio, prudente, excelente no confessionário, pontual, simples, afável, calmo e caridoso. Fornece também, indícios sutis de que teria sido um homem rigoroso e, às vezes, pouco tolerante com os confrades mais relapsos.

Vale ressaltar que a obra Pe. Lorena (2004) não possui pretensões acadêmicas e foi elaborada com o propósito de “recordar homens nossos do passado. Desde os primeiros, os dos tempos heróicos da fundação, os da romaria incipiente de Aparecida e os que se aventuraram no sertão bravo de Goiás. E os que vieram depois, continuando a tradição de zelo incansável” (LORENA, 2004, p. 2), como é anunciado pelo Bispo Tarcísio Ariovaldo de Amaral na Apresentação da obra. Esclarece que o texto não será um retrato acabado dos membros redentoristas, mas oferecerá somente “alguns traços do retrato, linhas fortes e marcantes”. No entanto, acredita-se que essas descrições serão válidas a esta pesquisa na medida em que oferecem alguns indícios sobre a trajetória eclesial – e tratos do caráter – dos redatores do jornal *Santuário da Trindade*, embora não se possa perder de vista que a intenção do texto é “Louvar seus homens gloriosos!”, prestando-lhes uma homenagem.

Feita essa ressalva, prossegue-se no intuito de traçar minimamente o percurso dos redatores da folha em questão. Em nota no *Santuário da Trindade* do dia 21 de junho de 1924, seu fundador se despede da diocese, anunciando sua transferência a São Paulo. Assume a gerência Felix Franke, permanecendo no cargo até o fechamento do jornal, e como diretor, o padre José Lopes Ferreira⁵⁰, restando até maio de 1927, quando retorna a São Paulo na companhia do então Superior de Campinas, Conrado Kohlmann.

Pe. Lopes Ferreira era brasileiro, nascido em Aparecida em 1890. Foi ordenado

⁵⁰ Segundo informações obtidas no relatório da Casa de Campinas de 1924, no período da transferência de Pe. Lopes Ferreira a Goiás, o mesmo já exercia a função de redator no jornal *Santuário d'Aparecida* (ÂNUAS, 1919-1931, p. 205).

sacerdote em 1913, na Alemanha, e regressou logo em seguida ao Brasil. Trabalhou em Goiás, Araraquara e Penha, participando de diversas missões e retiros. Em 1935, foi transferido a Aparecida onde foi redator do *Santuário*, da *Liga Católica*, dos *Ecos Marianos*, e do *Boletim Redentorista*. “Como jornalista, era de um estilo todo original. Em suas mãos 'O Santuário' [d'Aparecida] foi sempre elogiado, pela ordem, clareza e conteúdo”, assinala Lorena (2004, p. 243). O texto de Pe. Lorena também ressalta que Pe. Lopes Ferreira foi bom orador, ótimo missionário, homem de bom coração, comunicativo, delicado e atencioso, porém, quando necessário, franco e sincero. Uma leitura nas entrelinhas faz supor que tenha sido, assim como o Pe. Kiermeier, bastante rigoroso, direto, e por vezes, impaciente.

Seguindo as edições do jornal *Santuário da Trindade*, releva-se que de 11 de julho de 1927 a 12 de abril de 1930, o cargo de “Director Redactor” foi ocupado por Pe. Lourenço Hubbauer, nomeado Vigário de Campinas. Sobre este, Pe. Lorena (2004, pp. 237-8) assinala que nasceu na Alemanha em 1872 e, como já mencionado, veio ao Brasil na primeira turma, antes de completar os estudos, ou seja, ainda diácono. Fora designado inicialmente para Campininhas, ocupando depois os cargos de Superior e vigário na Penha; como mestre de noviços, formou os primeiros padres no colégio Santo Afonso; preocupou-se com a catequização dos japoneses no Brasil, aprendeu a língua japonesa e trabalhou em fazendas com os mesmos. Destacou-se como homem culto e de virtudes, austero, rigoroso, incansável pregador de retiros e zeloso dos doentes.

Durante a administração de padre Hubbauer, padre Antonio Penteadado de Oliveira – na época, coadjutor de Bella Vista, segundo informação do jornal – colaborou exaustivamente com o *Santuário da Trindade*, escrevendo, muitas vezes, o texto da primeira página. Com a saída de Pe. Hubbauer, o “colaborador” Penteadado de Oliveira tornou-se o diretor do periódico, permanecendo no cargo de 10 de maio a 19 de julho de 1930. Pe. Lorena (2004, pp. 310-1) expõe que “Frei Antão” nasceu em Campinas (SP) em 1896, e uma vez concluídos os estudos superiores na Alemanha, regressou ao Brasil em 1925. Foi missionário em Goiás até 1930 (o ano coincide com o fim de sua assinatura na folha goiana), depois regressou a São Paulo. Desempenhou também as funções de consultor provincial, vigário de Aparecida, professor do Juvenato, mestre redator e diretor do *Santuário d'Aparecida*, Superior em Campininhas, Tietê, Aparecida e Penha. Uma particularidade desse missionário foi sua grande paixão pelas plantas medicinais, sobre as quais escreveu artigos e folhetos.

As fontes consultadas infelizmente não deram a entender sobre o bom ou mau humor

dos redatores do jornal *Santuário da Trindade*. E, nesse sentido, aproveitar-se-á a ocasião para narrar o único relato encontrado sobre um deles e sua visão humorística das coisas. Em 1925, Pe. Penteado de Oliveira estava fora do Brasil e numa correspondência dirigida aos estudantes brasileiros, ele comenta “como já disse, ando sofrendo de uma doença, febre de rir”, e logo depois acrescenta, “outro dia fiz muito esforço para não me arrebrantar em gargalhadas”, isso porque o Pe. Reitor havia cometido algum tropeço em relação à língua portuguesa, dizendo que viajara com um francês “que tinha no Brasil a maior fábrica de 'velhas', em vez de velas” (COPRESP, v. IX, 1927-1927, p. 8).

Em 26 de julho, já quase no fechamento das atividades do periódico, entra em cena Pe. Geraldo Pires de Souza. Sobre ele, Pe. Lorena (2004, pp. 131-2) assinala que era “dono da pena mais fecunda que a província [de Aparecida] até hoje conheceu”. Nascido em Guaratinguetá em 1895, estudou também na Alemanha, mas professou em São Paulo em 1917, sendo designado, logo em seguida, professor e depois prefeito do Juvenato. Em 1926 iniciou sua vida de missionário, destacando-se como pregador nos retiros. Foi o fundador e superior de São João da Boa Vista e também o primeiro redentorista brasileiro a ocupar o cargo de vice-provincial e superior provincial. O autor ressalta que

É de se admirar que em meio a toda a sua atividade como missionário, Superior e Formador, encontrasse tempo para escrever tanto como escreveu. Além de diversas traduções, mais de 13 obras originais, artigos para a “REB”, inúmeros programas para o rádio, diversos trabalhos para o segundo noviciado, contos e traduções para os Ecos Marianos. (LORENA, 2004, p. 132)

Aponta ainda que padre Geraldo Pires foi um homem alegre, brincalhão, bondoso e compreensivo com os pobres, fino, delicado e vivo com as autoridades e pessoas graduadas, e grande apaixonado pelos livros, lendo e escrevendo por toda parte.

Então, recapitulando, os diretores do jornal *Santuário da Trindade* foram: Pe. João Batista Kiermeier, Pe. José Lopes Ferreira, Pe. Lourenço Hubbauer, Pe. Antonio Penteado de Oliveira e por fim, Pe. Geraldo Pires de Souza. Embora esses diretores possuíssem características, idades e formação relativamente distintas, isso não se refletiu de modo considerável na redação do jornal, que permaneceu seguindo uma espécie de “modelo”. As breves descrições apresentadas na obra de Pe. Lorena (2004) possibilitaram perceber que os diversos diretores/redatores redentoristas se alternaram, muitas vezes, entre o jornal *Santuário da Trindade* e o *Santuário d'Aparecida*, ou seja, a arte da escrita desses religiosos foi bem

aproveitada nos dois jornais da Congregação. A obra confirma também a grande mobilidade desses padres em suas variadas funções e atividades. Abaixo, os diretores do jornal *Santuário da Trindade* em imagens retiradas da obra de Pe. Lorena (2004).



Ilustração 3: Pe. João Batista Kiermeier (1874-1958)



Ilustração 4: Pe. José Lopes Ferreira (1890-1940)



Ilustração 5: Pe. Lourenço Hubbauer (1872-1944)



Ilustração 6: Pe. Antonio Penteado de Oliveira (1896-1968)



Ilustração 7: Pe. Geraldo Pires de Souza (1895-1969)

Depreende-se, por meio de uma visão mais aprofundada em relação às matérias do jornal *Santuário da Trindade*, que os diversos diretores pretendiam formar uma espécie de opinião pública entre a comunidade leitora do periódico. As matérias pareciam “falar” em nome de toda a sociedade, dando a entender, muitas vezes, que havia um “consenso geral” em relação aos diversos assuntos. Assim, quando alguma matéria era contestada, a ocasião se constituía numa boa oportunidade para reforçar os pressupostos religiosos, “demonstrando” que a comunidade pensava de tal e tal modo, em acordo com o periódico católico. Acabava-se por forjar um laço social em torno das “cousas da Igreja”, em que a opinião pública vinha acionada e estimulada a se manifestar em sua defesa.

Ainda em relação às matérias, geralmente o redator/diretor era responsável por aquela principal, ou seja, a primeira matéria da primeira página, ou a “vitrine” do jornal, para utilizar uma expressão proposta por Renée Zicman (1985, p. 93). Algumas outras eram veiculadas sem assinatura ou qualquer referência, já os poemas e matérias especiais, por sua vez, geralmente continham a autoria. Ressalta-se que o *Santuário da Trindade* fazia grande uso de matérias de outros periódicos⁵¹, nacionais e estrangeiros, não raro reportando notícias antigas até de anos e, muitas vezes, nesses casos, o crédito da informação era anunciado no jornal, talvez para dar maior autoridade à notícia.

Seguramente uma ideia muito clara em relação às intenções primordiais do jornal fez com que, apesar dos diversos diretores, não houvesse mudanças substanciais em sua forma e conteúdo. A folha anunciou os seguintes objetivos “aumentar nos católicos o conhecimento da Religião e o amor à Igreja, a fidelidade no cumprimento dos deveres religiosos e o interesse pelas cousas da Religião” e “repelir as agressões contra a Religião e prevenir os catholicos contra os laços que lhes armam os inimigos da Igreja” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 1, p. 1). Pode-se resumir em dois, portanto, seus propósitos essenciais: reforçar a fé católica e combater seus inimigos.

Em relação aos tão temidos “inimigos da Igreja”, embora a folha tenha veiculado uma infinidade de matérias condenando os frequentadores dos centros espíritas, os protestantes, os livres pensadores, maçons etc., e alertasse contra os perigos das revistas, jornais e folhetos da chamada “má imprensa”, ou seja, aquela de religiões não católicas ou publicações “mundanas”, ela nem sempre citava seus nomes ou dava maiores referências. Exceções por

⁵¹ Interessante observar que com o passar dos anos o periódico começou a incluir, mais frequentemente, as fontes de suas matérias. Ao todo contam-se cerca de 40 referências, dentre elas destacam-se os jornais: *A União* (RJ), *A Imprensa* (GO), *A Tribuna* (SP), *O Democrata* (GO), *A Estrella Polar* (MG), *Correio da Manhã* (RJ), *O Horizonte* (MG), *Mensageiro da Fé* (PE), *America* (EUA).

excelência foram a figura de “santa Dica”⁵² e o jornal *A Imprensa*, em caso narrado abaixo, dentre outros.

Entretanto, alguns relatórios e correspondências trocadas entre os missionários sugerem pistas sobre o avanço dessas manifestações religiosas e seculares. O relatório da Casa de Campinas de 1922, por exemplo, oferece uma ideia, embora parcial, da infiltração do protestantismo em Goiás: das 16 comunidades citadas, 3 delas (Santa Lúcia, Santo Antônio e Nazário) possuíam membros protestantes, 1 (Palmeiras) estava sob ameaça e 1 (Planaltina) contava já com um pastor estabelecido (ÂNUAS, 1919-1931). Em outubro de 1925, padre Kohlmann anuncia ao superior vice-provincial que em Bela Vista residiam dois pastores protestantes que recebiam vez ou outra a visita de um terceiro. Ele adverte “a gente não pode permitir que Goiás se torne protestante!”⁵³ Pe. Kohlmann narra ao superior provincial em dezembro do mesmo ano que os missionários da congregação haviam tido “muito trabalho contra os protestantes, que queriam tornar Goiás inteiro protestante; sangra o coração de quem tem que ver como os norte-americanos trabalham em toda a parte sem que se possa dar remédio...”⁵⁴ Em outra carta em abril de 1926, conta do “terrível abandono religioso do povo goiano” e de pastores ingleses e norte-americanos tentando protestantizar Goiás⁵⁵. Esses poucos exemplos ajudam a compreender porque a Igreja Católica se sentia tão ameaçada pelas “invasões” protestantes etc., e como o investimento em missões, romarias, mídia religiosa, dentre outros, era importante e necessário.

Em 1922, o jornal anuncia em sua primeiríssima coluna que seria um órgão da devoção popular, sobretudo em relação ao Santuário de Trindade – no qual se inspirou, diga-se de passagem, para a escolha de seu nome – que à época era “o mais frequentado e querido dos catholicos deste grande Estado de Goyaz”. Pode-se dizer que o jornal cumpriu os principais objetivos anunciados, conseguiu ser, tanto um importante divulgador desta romaria – ao menos até a assinatura do contrato de 1925⁵⁶ –, quanto um grande defensor da Igreja

⁵² “Santa Dica” é o nome pelo qual ficou conhecida Benedita Cipriano Gomes, responsável pelo mais importante movimento religioso de cunho messiânico do estado de Goiás. O movimento – mescla de catolicismo e espiritismo – ocorreu na fazenda de propriedade da família Gomes (região de Lagolândia), durou de 1923 a outubro de 1925, quando uma intervenção militar invadiu o reduto (o “Dia do fogo”) causando mortes e ferimentos. O movimento messiânico e a figura de “santa Dica” foram fortemente combatidos pelo jornal *Santuário da Trindade*. Para uma leitura aprofundada do assunto, consultar Gomes Filho (2012).

⁵³ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. IX (1925-1927), p. 188. Carta de Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Tiago Klinger.

⁵⁴ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. IX (1925-1927), p. 229. Carta de Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Paulo Gottfried.

⁵⁵ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. IX (1925-1927), p. 297. Carta de Pe. Conrado Kohlmann ao Pe. Paulo Gottfried.

⁵⁶ A assinatura do contrato em 1925 gerou uma nova conjuntura que refletiu também na divulgação da romaria de

Católica, mas talvez, e sobretudo, um incansável combatente contra as outras manifestações religiosas e seculares.

Sobre sua relação com os outros jornais do estado, o *Santuário da Trindade* deixava claro que pretendia ter com estes uma relação de “perfeita harmonia”, posto que seria “sempre alheio às discussões políticas”. Pretendia oferecer aos assinantes “leitura sã e proveitosa” e “informal-os sobre todas as cousas que os interessam de modo que não tenham necessidade de colher informações em outros jornaes” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 1, p. 2). Percebe-se que a ambição do periódico era encerrar em si “todas as cousas que interessam”, para que o público leitor não precisasse recorrer a outro meio de informação – legitimando, assim, poder-se-ia especular, o que deveria ser lido.

Nessa pretensão de “perfeita harmonia” com outros jornais não estava em questão, obviamente, o quesito “convicção religiosa”. Um caso em especial ultrapassou a esfera da impessoalidade e serve a ilustrar o calor dos ânimos da época. Trata-se do intenso debate ocorrido entre o Pe. João Batista Kiermeier – fundador e diretor do jornal *Santuário da Trindade* na época – e o Sr. Carlos Araujo Lins – redator do jornal *A Imprensa*, da capital goiana.

O litígio deveu-se, inicialmente, à matéria intitulada “A maçonaria”, publicada pelo jornal religioso em 21 de outubro de 1922, na qual Pe. Kiermeier explica os motivos pelos quais um maçom não poderia ser um católico e vice-versa. Esse texto gerou um artigo-resposta do Sr. Lins, e durante várias edições esses redatores se digladiaram, em réplicas e contrarréplicas. A discussão durou cerca de 7 meses, e por meio das longas respostas do Pe. Kiermeier⁵⁷ é possível observar uma linguagem bastante irônica, em que mais de uma vez o mesmo utilizou a expressão “bobo alegre” como adjetivo ao Sr. Lins. Este, por seu turno, questionou variadas vezes, dentre outras coisas, os gastos dos recursos financeiros provenientes do Santuário de Trindade, sob administração dos redentoristas.

Os embates intelectuais entre o Sr. Lins e o Pe. Kiermeier foram de tamanha proporção que em abril de 1923, em réplica a uma suposta carta acusatória aos padres redentoristas, escrita por um leitor de Trindade – na qual este alega que os religiosos se recusaram a sepultar uma criança por falta de pagamento, dentre outras pesadas acusações – o jornal *Santuário da Trindade* veicula uma carta-resposta produzida pela “grande maioria dos homens de

Trindade no jornal *Santuário da Trindade*. Sobre esse assunto, consultar: Galvão (2014).

⁵⁷ A grande maioria das informações desse embate foi retirada do jornal *Santuário da Trindade*. Infelizmente as várias pesquisas em arquivos e bibliotecas levaram ao encontro de apenas uma edição do jornal *A Imprensa* do período, trata-se da carta do sr. Lins publicada em 2 de dezembro de 1922.

representação e chefes de família” de Campinas e Trindade. Esta resposta popular continha também um abaixo-assinado composto por 130 assinaturas, deixando bem claro, expõe o jornal católico, que a população reconhecia e admirava o grande trabalho dos padres redentoristas de Campinas.

Ressalta-se ainda que o *Santuario da Trindade* se empenhou em ser o “informante oficial” das famílias católicas sobre os mais variados assuntos. Nesse sentido, é perceptível o esforço de seus redatores em cumprir tal propósito, trazendo notícias religiosas e também notícias leigas. Sobre as “cousas da religião” difundia textos e notas sobre o cotidiano da diocese, o expediente da secretaria do bispado, cartas pastorais, a agenda do bispo, encíclicas e assuntos papais, festas e eventos religiosos, e ainda diferentes conselhos sobre a educação das crianças dentro da moral católica, diversas normas de comportamento para moças e moços etc. No sentido de combater os “inimigos da Igreja”, trazia, espalhadas por grande parte do jornal, matérias sobre os já anunciados “males e perigos” do protestantismo, da maçonaria, do espiritismo, curandeirismo, comunismo⁵⁸, dentre outras.

No tocante às matérias leigas, o jornal estava atento às novidades da época. Reportava uma variada gama de informações e notícias sobre o estado de Goiás, o Brasil e o mundo, a exemplo dos voos do Graf Zeppelin, do crescimento das linhas aéreas, dentre outros. Para além do grande número de textos religiosos, era possível colher informações gerais e atuais por meio dessas notícias. Para se ter uma ideia da diversidade dessas informações é suficiente observar os 40 primeiros números do jornal, os quais trouxeram bem 165 notícias sobre o Brasil, contendo os mais diversos assuntos, desde o aparecimento de novos jornais até os desdobramentos da Revolta do Forte de Copacabana, passando pelas notícias sobre a dívida externa, as exportações e comércio, leis federais, casos de febre amarela pelo país *et cetera*.

A partir desses exemplos constata-se que, mesmo tratando-se de um periódico com caráter eminentemente religioso e regional, seus redatores tinham acesso a uma miríade de informações de toda espécie, o que denota a grande circularidade de notícias no período, propiciada, dentre outras, é importante notar, pelo telégrafo, estrada de ferro e construção das estradas de automóvel e do conseqüente melhoramento dos serviços de correios, levando a uma crescente “diminuição dos espaços” e “dinamização do tempo”. Sobre os serviços postais, peça importante na circulação dos periódicos e no fluxo de informações, o *Santuario*

⁵⁸ Segundo Azzi (1979), foi sobretudo a partir da década de 1930-1940 que se intensificou o combate ao comunismo e ao socialismo, proclamadores do ateísmo e de mudanças na ordem social. Nessa luta, muito contribuíram os Congressos Eucarísticos Nacionais (Bahia, 1933; Belo Horizonte, 1936; e Recife, 1939) reforçando uma presença mais ativa da Igreja Católica na sociedade brasileira.

da Trindade anuncia que em outubro de 1922 houvera o importante aumento de 20% em seu total de viagens da capital de Goiás a Roncador, passando de 150 a 180 viagens anuais, vale dizer, uma a cada dois dias.

No entanto, vale ressaltar que, dos assuntos abordados pelo referido jornal somente aqueles que tratavam exclusivamente de economia, transporte, comércio e algumas curiosidades nacionais e estrangeiras e, outras raras exceções, eram desprovidos de algum sentido/função moralizante ou religiosa.

Um caso singular que será melhor discutido nos capítulos seguintes é a seção “Anedotas”. Esta coluna de humor pode ser vista como uma proposta corajosa do jornal se se considera o humor como parte do não sério e do inoportuno, sendo geralmente pouco valorizado, quando não, repudiado, do ponto de vista religioso. Não obstante, como já assinalado, supõe-se que a coluna fora utilizada pelos editores como uma espécie de chamariz, na intenção de portar, em certa medida, maior “leveza” ao periódico.

Acrescenta-se que era também bastante comum a narrativa de longas histórias – reais ou obras literárias –, divididas em capítulos e reportadas durante várias edições. Um exemplo, dentre vários outros, é a obra regionalista *O eremitão do Muquem*, de Bernardo Guimarães, veiculada a partir de fevereiro de 1927 por um período de cerca um ano, em 44 números. Essa característica jornalística era devida às dimensões restritas do jornal, mas também, como no caso das anedotas, utilizada como uma forma de manter o público leitor interessado no periódico, como bem assinalou a matéria sobre a veiculação dos contos do Padre Silverio, vigário de Paraopeba.

E, para finalizar o tópico, assinala-se que se atualmente algumas matérias da folha conseguem provocar o riso, seja pela sua escrita exagerada, por alguns argumentos grosseiros ou ainda pelas argumentações que beiram o pueril, à época, supõe-se, muitas delas deviam causar grande medo e/ou constrangimento ao público leitor (aspectos que serão melhor discutidos no terceiro capítulo). Nesse sentido, os comportamentos que fugiam ao indicado pela Igreja Católica eram considerados “escândalo social”, ao menos era o que o jornal *Santuário da Trindade* dava a entender. Esse controle é também exemplificado na pesquisa intitulada *Ó riso*⁵⁹, a qual esclarece

Um psychologo conclui das suas observações sobre o riso, que quantos riem deixando ouvir de preferencia a vogal A são de caracter franco e leal mas

⁵⁹ Este texto foi também encontrado em uma publicação do jornal *O Lidador* com o título *O carater e o riso*, de 1913. Do mesmo modo, *O Lidador* não indica a fonte da matéria.

voluvel; os que riem em E são phlegmaticos e melancolicos. Os que riem em I são ingenuos, serviçaes, timidos e indecisos. È este o rir das crianças. O riso onde predomina o O, denota sentimentos nobres, magnitude e inteireza de character. Quem ri em U, é falso, traidor e mentiroso (SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 364, p. 3).

A pesquisa infelizmente não cita a fonte ou o nome do psicólogo responsável, mas anuncia que alguns aspectos do caráter de uma pessoa poderiam ser distinguíveis pela forma como manifestava o riso, de acordo com a ênfase em determinada vogal. Se levada a sério, essa surpreendente forma de “identificação” poderia revelar, através dos adjetivos que menciona, falhas de caráter e/ou qualidades pessoais. Vale dizer que o jornal, mesmo quando propõe uma nota sobre o riso, apresenta certo controle e julgamento moralizadores.

1.3.1. JORNAL *SANTUARIO DA TRINDADE*: ASPECTOS FORMAIS

Em consonância com o esquema proposto por Zicman (1985) será feita uma descrição e análise das características formais, materiais e financeiras, bem como do público-alvo do jornal *Santuario da Trindade*. Em relação ao formato, o periódico era composto de 4 páginas – ou, em raríssimas vezes, 6 páginas – cada uma delas divididas em 4 colunas, com publicações regulares, aos sábados. A linguagem utilizada pelos redatores e colaboradores era simples e de fácil compreensão. Como já referido, não houve grandes mudanças em relação ao seu formato geral ao longo de seus anos de circulação. Relewa-se que sua apresentação parecia seguir uma espécie de “fórmula”, visto que se manteve relativamente igual, no tempo.

Os endereços da tipografia e da redação do periódico não constavam na folha, muito possivelmente devido ao tamanho reduzido da cidade e por serem os redentoristas conhecidos de todos, na comunidade. Indicava somente: “Toda a correspondência deve ser dirigida a: Padres Redemptoristas – Campinas – Est. De Goyaz”. Ressalta-se que era, à época, o único periódico religioso do estado e suas matérias passavam pelo crivo e aprovação do clero, como pode ser observado no cabeçalho do jornal (ver anexo 1).

A folha possuía um modelo bastante atual, sob certos aspectos. A primeira matéria era a mais importante, escrita quase sempre pelo diretor do jornal, salvas poucas exceções, como as publicações das encíclicas papais ou cartas pastorais do bispo diocesano. Havia um espaço destinado às notícias do país, com ênfase em alguns estados, e um para aos assuntos internacionais. Como muito se falava de protestantismo, inúmeras notícias eram referentes aos

Estados Unidos, seus pastores e seu povo. De grande relevo também, obviamente, eram as notícias da Itália, mais especificamente as de Roma. Na seção “Leituras Amenas” se alternavam textos literários, biografias de membros religiosos etc., e constituía-se – juntamente com a coluna de anedotas – na parte mais “despretensiosa” do jornal, embora fossem veiculados, muitas vezes, textos com clara intenção evangelizante.

O periódico apresentava vez ou outra alguma gravura. Eram constantes somente aquelas dos anúncios de propaganda, segundo a descrição do produto a ser comercializado. As matérias eram separadas por títulos em negrito, de diferentes tamanhos, de acordo com a importância que se queria dar ao texto.

Sobre a seção “Annuncios”, observa-se que o *Santuario da Trindade* começou timidamente em 1922, reportando poucas inserções, divulgando somente colégios religiosos e oferta de livros. Tão logo, porém, novas propagandas começaram a surgir, como o de estabelecimentos comerciais, prestações de serviços – advogado, agrimensor, eletricitista, por exemplo –, venda de casas, fazendas, remédios os mais variados, dentre outros.

Os anúncios que inicialmente se limitavam a um pequeno espaço, em julho de 1927 ocupavam já duas inteiras colunas da quarta página ou vinham, por vezes, espalhados pelo jornal, em ângulos inusitados. E, por fim, em 1930 ocupavam toda a última página, e em alguns momentos até mesmo uma página e meia do periódico. Esses indícios denotam, no mínimo, duas situações: por um lado, a folha era reconhecida pelos anunciantes como uma boa forma de publicizar seus “produtos”, observação reforçada pelo fato que muitos deles mantiveram os anúncios por anos a fio, e, por outro lado, a abertura para a publicação desses anúncios era uma forma importante para se arrecadar recursos para a manutenção do jornal. Ver-se-á no próximo tópico a imensa dificuldade financeira que afligiu o periódico, tornando os investimentos dos anunciantes cada vez mais necessários e bem-vindos.

Sobre o público leitor e seu perfil socioeconômico, qualquer comentário correria o risco de imprecisão e superficialidade. Contudo, tentar-se-á aventar alguma ideia. O fato do jornal não possuir um espaço para correspondências do público – nas quais, geralmente, se encontra alguma descrição do remetente – dificulta bastante esse trabalho de identificação.

Não obstante, é possível colher alguns indícios observando pistas deixadas pelo periódico, como certos anúncios contendo agradecimentos por graça recebida ou pedidos de celebração de missas etc. Esses anúncios, como se verá logo abaixo, custavam caro se comparados à anuidade do jornal, e eram muitas vezes firmados por “doutor” ou “coronel tal

de tal” ou ainda “esposa de coronel tal de tal”, fazendo supor que, em linha de máxima, muitas assinaturas fossem de “pessoas da sociedade”. Em contrapartida a esse modesto raciocínio, sabendo que muitas outras assinaturas eram constantemente anunciadas como atrasadas, até de anos, pode-se também supor que parte delas era feita por famílias de poucos recursos e que, após algum tempo, encontravam-se em dificuldade para efetuar o pagamento das anuidades.

A consideração mais ponderada a ser feita na tentativa de identificar o público leitor do jornal *Santuário da Trindade* deveria levar em conta o baixo índice de alfabetização no estado de Goiás na década de 1920. A educação formal, mesmo aquela mínima, era ainda um privilégio destinado a uma pequena parcela da população, geralmente à parcela mais abastada. Fechar-se-ia pacificamente a questão, não fosse um comentário bastante ilustrativo presente no relatório da Casa de Campinas de 1925 a fomentar as possibilidades de interpretação: “apesar do analfabetismo do Estado é ele mui procurado e lido pelos seus assinantes. Surpreendem-se muitas vezes pobres roceiros, no fundo de suas mansardas ou no lombo do animal em viagens, ler e soletrar o 'Santuário'” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 274).

Sobre a anuidade do jornal, a assinatura era recebida de forma antecipada e durante todos os anos de circulação teve um custo anual de 5\$000 (cinco mil) réis, seja no período de números quinzenais – de 1922 e 1923 – ou naqueles semanais⁶⁰ – de 1924 a 1931. Os números avulsos custavam 100 réis e aqueles atrasados, 200 réis. Seu preço pode ser considerado acessível se comparado a outros jornais que circularam em Goiás (tabela 1) e, também, se confrontado a alguns “produtos” anunciados no periódico: por uma missa encomendada se pagava, em 1922, 5\$000 réis, por um pequeno anúncio de 20 linhas se pagava a cifra de 2\$000 réis, ou ainda, 3\$000 réis por um crucifixo vendido pela diocese com as seguintes características: de metal de 8cm, com cruz de madeira envernizada, de 26cm. Acredita-se que o preço bem abaixo da média de outros jornais goianos seja um forte indicativo de seus propósitos evangelizantes, não havia uma intenção de lucro com a venda do periódico e o dinheiro arrecadado com as assinaturas visava somente à sua manutenção.

⁶⁰ No final de 1923, o *Santuário da Trindade* anunciou que “O Exmo. Sr. Bispo, desejoso de dar sempre maior impulso ao jornal catholico da Diocese, pôz a nossa disposição o grande prelo no qual em tempos passados se imprimia o 'Lidador'” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 39. p.1). Essa doação talvez seja responsável pela publicação semanal do jornal a partir de janeiro de 1924, como era desejo de seus redatores.

Tabela 1: PREÇOS DE ALGUNS JORNAIS GOIANOS (1900-1940)			
Jornal	Circulação	Publicação	Preço em:
Jornal de Goyaz	1892-1893	?	1893 - 10\$000
A República	1896-1907	?	1907 - 11\$000
O Lidador	1909-1917	Semanal	1917 - 12\$000
O Democrata	-1916	?	1923 - 12\$000
A Imprensa	1922-1932	Quinzenal	1922 - 12\$000
<u>Santuário da Trindade</u>	<u>1922-1931</u>	<u>Semanal</u>	<u>1922 - 5\$000</u>
O Phanal	1924-1925	Semanal	1925 - 10\$000
O Lar	1926 - 1929	?	1926 - 10\$000
Brazil Central	1931-1964	Quinzenal	1937 - 10\$000

Fonte: autoria própria.

A tiragem do jornal *Santuário da Trindade* no final de 1922 era de mais de 300 exemplares (PAIVA, 2007, p. 238), tendo na Cidade de Goyaz (antiga capital do estado) sua maior parcela de assinantes, seguida por Campinas e, em terceiro lugar, pela cidade de Bonfim (atual Silvânia). Segundo foi possível observar, no final de 1923, as assinaturas chegaram a 900⁶¹ e, pouco antes de seu fechamento este número teria alcançado mais de 1.000 exemplares. Em decorrência de fatores como o baixo índice de alfabetismo e dificuldades econômicas, o público leitor era convidado a ler em voz alta para alcançar o maior número de ouvintes possível, ou ainda, como sugere o próprio periódico “... Muitos não podem assignar jornaes: demos-lhes o nosso que elles tirarão proveito da leitura. Offereçamos o nosso jornal, depois de lido, a um descrente, a um preso, a um doente, e elles lucrarão com a leitura, talvez nella encontrarão o caminho da salvação” (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1924, n. 48, p. 3).

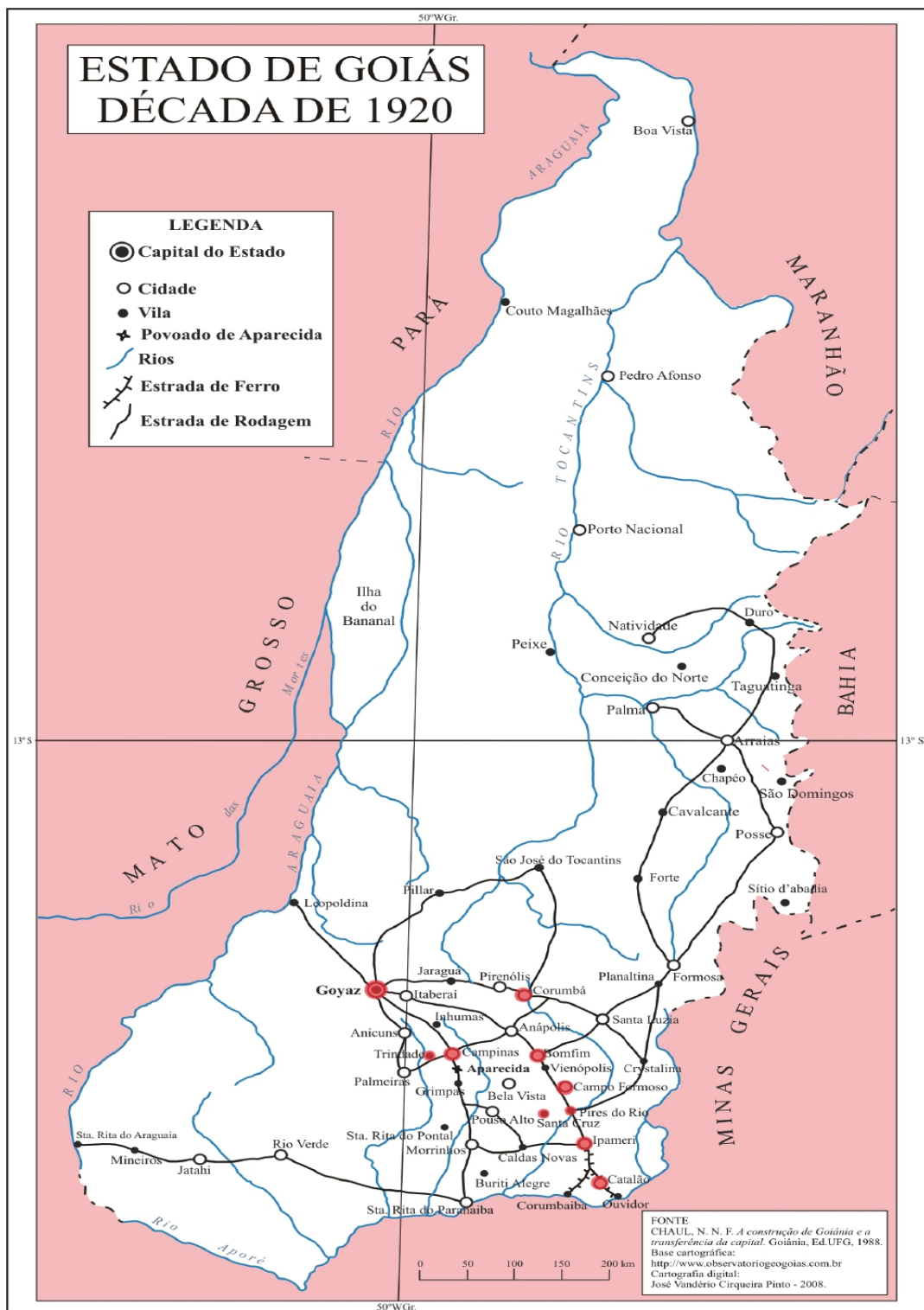
É muito difícil rastrear a circulação exata do periódico, sobretudo pela grande ruralização de Goiás que, no período, contava com poucas cidades. No entanto, uma notícia reportada por Dom Emanuel, ao retorno de sua primeira viagem pela diocese em dezembro de 1923, é importante para elucidar seu alcance inicial. O bispo anuncia que convidara algumas ilustres e respeitáveis pessoas para contribuírem com o *Santuário da Trindade* como seus

⁶¹ É uma tiragem alta se considerado o baixo índice de alfabetismo em Goiás. Utilizando dados do censo de 1920 pode-se calcular que cerca de 10% da população abaixo de 14 anos sabia ler e escrever e acima desta idade, menos de 23%. O relatório de 1923 comemora o sucesso do *Santuário da Trindade* comparando-o ao extinto jornal *O Lidador* que em seu auge possuía somente 187 assinaturas, ou mesmo o jornal oficial da Província, o *Democrata*, que contava na mesma época com apenas 670 (ÂNUAS, 1919-1931, p. 148). Mesmo se as informações d'*O Lidador* estão em desacordo com o *Ânuas* (o jornal anuncia em julho de 1916 que possuía 256 assinantes), esse dado não anula o fato da tiragem do jornal redentorista ser considerada altíssima para o período.

representantes e correspondentes. Esses novos “colaboradores” residiam em diferentes cidades como: Catalão, Anhanguera, Ipameri, Pires do Rio, Santa Cruz, Campo Formoso, Urutahy e Goiandira. Partindo dessas indicações, acredita-se que também estas comunidades passaram a fazer parte da área de circulação do jornal – ou talvez já o fizessem. Como se pode perceber pelo grande número de assinaturas, seu acolhimento foi bastante grande nos primeiros tempos, fato anunciado com júbilo pela folha: “graças a Deus, teve o Santuario em todo o Estado grande aceitação, tanto que já passou a ser o jornal mais espalhado no vasto território goyano” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 39, p. 1).

Com base nestas informações delineou-se no mapa abaixo (mapa 1) o que pode ter sido a abrangência territorial do *Santuario da Trindade* no início de 1924. É possível perceber que a área demarcada é a mais dinâmica do estado, com um maior número de cidades e vilas, se comparada ao norte de Goiás, por exemplo. A área compreendia o trecho que vai de Goyaz a Catalão, praticamente na divisa do estado de Minas Gerais, com o qual Goiás mantinha uma crescente atividade comercial. Essas atividades foram influenciadas diretamente pela ferrovia⁶² que “transformou-se numa importante artéria por onde fluíam pessoas, mercadorias e novas ideias” (BORGES, 2011, p.32). A Estrada de Ferro de Goiás foi a responsável por uma inserção mais efetiva do território goiano no circuito nacional do comércio, sobretudo a partir da década de 1920.

⁶² Sobre a importância da ferrovia para as transformações econômicas (e não somente) em Goiás, ver também: Chaul (2011).



Mapa 1: As cidades marcadas com ponto vermelho são locais de circulação do jornal Santuario da Trindade no final de 1924 (mapa modificado).

1.3.2. O FECHAMENTO DO JORNAL *SANTUARIO DA TRINDADE*

Por fim, algumas questões sobre o fechamento do periódico, após longos nove anos de atividades. Desde já é possível revelar que seus editores lutaram com vigor para que a folha permanecesse em atividade, conscientes de estarem cumprindo um importante papel na defesa da fé e na luta contra os “inimigos da Igreja”.

Apesar das boas características do jornal *Santuario da Trindade*: ser o único jornal católico do estado, custar relativamente pouco e oferecer também diversas notícias nacionais e internacionais, estas não foram suficientes para que o periódico mantivesse seu lugar no universo jornalístico goiano. Informações colhidas no relatório da Casa de Campinas de 1924 oferecem indícios de certa dificuldade econômica já naquele ano. Anunciam que o *Santuario da Trindade* em relação à maçonaria e aos protestantes, “vai vencendo galhardamente no combate, embora financeiramente ele chegue a ver estrelas em pleno dia” (ÂNUAS, 1919-1931, p. 206). E a situação torna-se pior gradativamente, como deixa claro o cronista em 1925, narrando que a manutenção do jornal pesa no orçamento da casa, gerando “não pequeno déficit” no fim do ano (p. 274).

Apesar das dificuldades econômicas, o periódico pretendia prolongar ao máximo possível suas atividades. Nesse sentido, com o intuito de “sensibilizar” o público leitor, veiculava, em quase todas as edições, anúncios sobre o dever do verdadeiro religioso em assinar o jornal e, além disso, procurar outros assinantes para mantê-lo e ajudar na propagação dos ideais católicos. Sua distribuição era feita nas agências postais ou através de algum colaborador que se encarregava, muitas vezes, de recolher as anuidades. O que é perceptível, sobretudo nos últimos anos, é um recorrente apelo aos assinantes para que saldasse suas dívidas.

Fazia-se também grande propaganda da “boa imprensa” em detrimento da “má imprensa”. Esta última lutava em campo oposto aos dos religiosos católicos, ou seja, a imprensa neutra, maçônica e protestante, como já alertava Dom Eduardo⁶³ em Carta Pastoral intitulada “Os abusos e males da imprensa”, escrita em 1902. Neste documento o bispo anuncia tanto os benefícios da “boa imprensa católica” que deveria ser apoiada e valorizada pelas/os diocesananas/os, quanto os grandes malefícios da imprensa protestante cujos livros,

⁶³ Dom Eduardo foi um grande defensor da mídia católica, exemplo disso é a nota publicada no segundo número do diário católico do Rio de Janeiro *A União*. Na mensagem, o bispo goiano diz aprovar de todo coração o novo jornal e valendo-se das palavras do papa Pio IX “um bom jornalista vale mais para se difundir a verdade do que um pregador” (A UNIÃO, 1905, p. 1) incita os prelados a auxiliá-lo.

estampas, folhetos e jornais “ludibrium, offendem e insultam” a religião, fazendo “precipitar de ignominia em ignominia” a pátria. Segundo Dom Eduardo, a leitura dessa “má imprensa” era também responsável pelo “aumento de hospitaes e prizões, o accrescimo do numero de suicidas e loucos” na sociedade, já que levava a “immoralidade” para as famílias, corrompendo as “sciencias e as lettras”, configurando-se como verdadeiras escolas de vício para o bom senso e os bons costumes.

O jornal *Santuário da Trindade* veiculou inúmeras matérias sobre a imprensa. A partir do final de 1929 as discussões em torno do assunto tornam-se mais frequentes, tanto no sentido de promover a “boa imprensa”, por meio da assinatura dos jornais católicos, quanto no de repelir e rechaçar os folhetins e semanários antirreligiosos ou protestantes. Esta promoção pode estar vinculada, também, a uma tentativa de incentivar a assinatura – ou à manutenção desta – do próprio periódico em questão, vistas as dificuldades econômicas que ameaçavam sua continuação.

Nas edições de comemoração dos aniversários de lançamento da folha, os editores, após agradecerem a confiança do público leitor, os correspondentes e as diversas pessoas envolvidas, queixavam-se sempre das dificuldades pelas quais passava, rogando aos assinantes que quitassem seus débitos sob pena de corte na entrega. Esses cortes, na realidade, nunca ocorreram. Essa situação pode ser ilustrada pelo relato de Pe. Lourenço Hubbauer ao Pe. José Francisco Wand – superior vice-provincial à época – sobre o deficit do jornal durante sua gestão (1927-1930) que chegou a 6:581\$ (seis contos e meio). Anuncia que o rombo só não foi maior devido a uma entrada de dois contos no cofre da imprensa, e também de um conto e meio da última festa de Trindade. Pe. Hubbauer reclama que o Sr. Franco (quase seguramente se refere ao gerente Félix Franke), apesar das determinações em contrário, expedia o periódico “a assinantes que não pagavam há 2, 3, 5, 6 anos”⁶⁴.

Mais informações sobre a situação do jornal podem ser colhidas na carta de Pe. Penteado de Oliveira ao vice-provincial José Wand, em junho de 1930. Nela, o padre, então diretor do periódico, anuncia que “as coisas não são tão pretas” como poderiam parecer e que estava disposto a fazer de tudo para salvar o periódico. Relata ainda que devido aos diversos afazeres de seu antecessor, o mesmo não conseguira fiscalizar o livro das assinaturas, e que, com um pouco de organização e cuidado, seria possível salvar o jornal. Ameniza a situação dizendo que não havia propriamente má vontade dos assinantes, e com dedicação,

⁶⁴ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. X (1928-1930), p. 534. Carta de Pe. Lourenço Hubbauer ao Pe. José Francisco Wand.

organização, tempo e interesse o déficit poderia desaparecer. Pe. Oliveira comenta que fora um erro ter deixado tudo por conta do gerente que, muitas vezes, trabalhava até as 10 da noite e, devido ao excesso de trabalho: “serviço de composição, paginação, expedição, livro de assinantes” não conseguia fazer tudo de modo perfeito. Propõe que o redator tomasse para si a responsabilidade, dentre outros, do controle do livro das assinaturas⁶⁵.

Em agosto do mesmo ano, Pe. Benedito da Silva escreve ao vice-provincial lamentando-se da dívida do jornal, que à época contabilizava “o deficit enorme de quase 12 contos para nossa pobre caixa”. O missionário acusa que após o “malfadado contrato” o periódico perdera a “bênção”, posto que os conselheiros não foram ouvidos⁶⁶. É importante assinalar que durante a renovação do contrato aventou-se a proposta, não aceita, de pagar os déficits do jornal com o dinheiro do cofre de Trindade, como assinala Pe. Geraldo Pires de Souza, em crônica posterior, datada de 1943 (p. 82A).

Enquanto Pe. Penteado de Oliveira anuncia em 1930 que não quer deixar morrer o jornal, Pe. Carlos Eugênio Johner (novo superior e pároco de Campinas) desabafa em carta de fevereiro de 1931: “Se Deus quiser, no mês que vem será suspenso o 'Santuário da Trindade'; em 6 anos um déficit de 28 contos”. O redator da folha no período, Pe. Pires de Souza, ao invés, era contrário ao seu fechamento, e em “caráter particular” escreve a Dom Emanuel em 25 de maio de 1931, fazendo-lhe um apelo para que não deixasse perecer o jornal *Santuário da Trindade*. Pe. Pires de Souza argumenta que “com zelo e propaganda por parte dos vigários, dos alunos dos colégios e alguns correspondentes e boa vontade” o bispo conseguiria levar adiante a obra do periódico, em edições quinzenais, com a ajuda financeira dos padres de Campinas⁶⁷. Dois dias depois, em 27 de maio, a resposta de Dom Emanuel sentencia: “Registraremos o fato do triste desaparecimento do 'Santuário' pela maneira com que se o fez e no momento em que, os de boa vontade, deveriam conservar-se em cena, sem medir sacrifícios, pelo triunfo da causa de Deus⁶⁸”.

À época dessa resposta negativa, D. Emanuel já vinha tomando as necessárias providências para o lançamento de seu próprio jornal diocesano. A notícia havia se espalhado, tanto é que o Sr. Franke (gerente do jornal redentorista) escreveu ao bispo oferecendo seus

⁶⁵ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. X (1928-1930), p. 583. Carta de Pe. Antônio Penteado de Oliveira ao Pe. José Francisco Wand.

⁶⁶ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. X (1928-1930), p. 643. Carta de Pe. José Benedito da Silva ao Pe. José Francisco Wand.

⁶⁷ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. XI (1931-1933), p. 119. Carta de Pe. Geraldo Pires de Souza a Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

⁶⁸ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. XI (1931-1933), p. 124. Carta de Dom Emanuel Gomes de Oliveira ao Pe. Geraldo Pires de Souza.

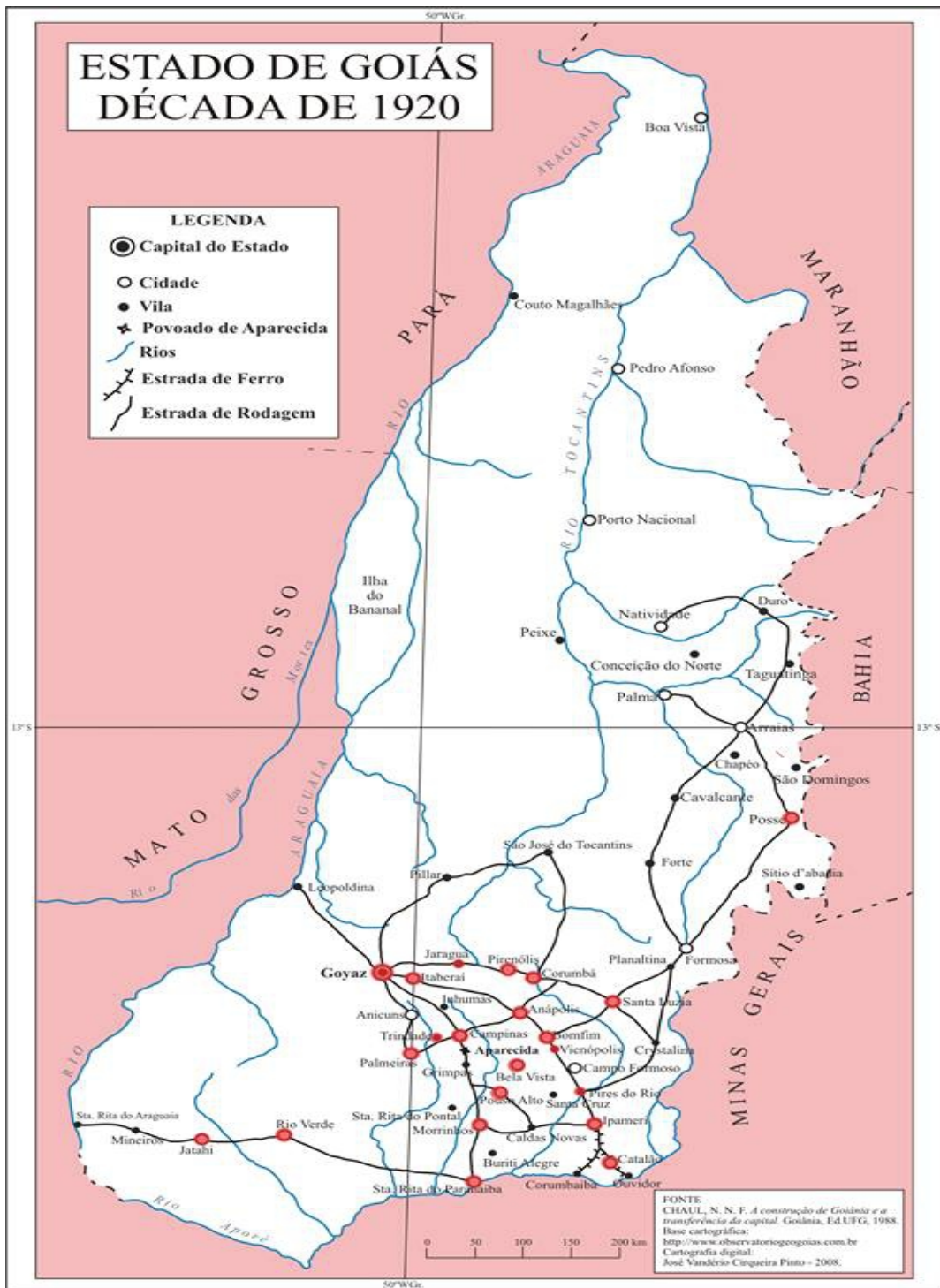
serviços, sendo prontamente contratado para trabalhar na tipografia do jornal *Brasil Central*, como assinala Pe. Carlos Eugênio Johner em carta ao vice-provincial⁶⁹. Um fator agravante à época do fechamento do jornal *Santuario da Trindade* foi a tensa relação entre o superior de Campinas, Pe. Carlos Johner, e Dom Emanuel. Em diversas cartas, Pe. Hubbauer narra o comportamento bastante conflituoso e indesejado do superior de Campinas, sendo “duplamente claro que por imprudência e grosserias do Pe. Johner é que as boas relações foram abaladas, sendo de novo aberta uma ferida já cicatrizada” entre o bispo de Goiás e a Congregação⁷⁰. A “ferida” à qual se refere era decorrente dos complicados episódios relacionados à renovação do contrato em 1924.

Alguns meses antes do fechamento, em outubro de 1930, a fim de minimizar o rombo nas finanças do periódico, surge um personagem, de nome Antão Madruga, que andaria nas cidades, pequenos povoados e sítios, efetuando a cobrança das assinaturas atrasadas e observando o interesse ou desinteresse dos leitores, o zelo dos correspondentes, bem como a boa ou má memória em relação às dívidas dos assinantes.

Através de algumas notas no periódico, avisava-se com antecedência as cidades as quais Antão Madruga visitaria vez por vez, para que os interessados tivessem tempo hábil para preparar o pagamento e avaliar se tencionavam manter seu compromisso com o jornal. As notas eram necessárias “do contrario o pessoal começa com desculpas e acaba com prosa fiada”, adverte Madruga. Esses anúncios são interessantes, pois dizem, embora em forma parcial e não definitiva, da sua área de circulação em 1930. Por meio dessas informações foi possível perceber que o periódico havia se expandido fortemente pelo território goiano, saindo do eixo da estrada de ferro (mapa 2).

⁶⁹ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. XI (1931-1933), p. 134. Carta de Pe. Carlos Eugênio Johner ao Pe. José Francisco Wand.

⁷⁰ Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. XI (1931-1933), p. 182. Carta de Pe. Lourenço Hubbauer ao Pe. Carlos Fridolino Schleinkofer.



Mapa 2: As cidades marcadas com ponto vermelho são locais de circulação do jornal Santuario da Trindade no final de 1930 (mapa modificado).

Com o escopo de cumprir sua árdua e importante missão, o cobrador, empenhado, utilizou-se de diversos meios para chegar às suas, muitas vezes, isoladas destinações. Viajou de trem por não aguentar mais a chuva, ou de carona e, até mesmo, “como bagagem de caixeiro viajante”.

Em 13 de dezembro de 1930, o jornal publicou uma carta do Madruga anunciando, entusiasta, que havia sido muito bem recebido em várias cidades por onde passara, muitos haviam liquidado seus débitos e outros se comprometeram em fazê-lo, em breve. Contudo, em oposição a esta carta que espelhava, sem dúvida, um otimismo quanto ao recebimento dos atrasados do jornal, apareceu uma entrevista, veiculada em 10 de janeiro de 1931, narrando que ao regressar a Campinas “nosso conhecido emissario Franqueza não voltou nada animado. Muito pelo contrário”.

A entrevista de Antão Madruga fornece interessantes dados para se pensar alguns aspectos do jornal no período, tanto naqueles econômicos, quanto em relação ao público assinante. É possível perceber, numa análise não conclusiva, que algo similar nunca havia sido feito até então, vale dizer, a assunção de um cobrador e/ou “pesquisador” para o jornal. Foram-se acumulando diversas situações negativas, constatadas e narradas por Madruga: assinantes falecidos há tempos, sem aviso para suspensão da remessa; assinantes que se mudaram, levando consigo as dívidas; muitos que não retiravam mais as edições nos correios; número altíssimo de 451 assinaturas atrasadas; suspensão da assinatura sem a intenção de saldar a dívida, muitas vezes de 5, 6 ou 7 anos. O redator, em desabafo, ressalta que é “falta de consciência receber um jornal durante annos e depois *negar se* a pagar os annos de assignatura. Tal procedimento em portuguez do reino chama se ficar com o alheio, roubar” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1931, n. 383, p. 1, grifo do redator).

As questões acima apresentadas, sem dúvida, levaram o jornal *Santuário da Trindade* a uma grave crise econômica que contribuiu, refletindo *a posteriori*, ao encerramento de suas atividades. No entanto, à época, nem tudo parecia estar perdido. Em 02 de maio um aviso anuncia: “Em breve será esta redacção transferida para outra cidade. Fiquem, pois, avisados os snrs. assignantes que, por este motivo, o jornal deixará de apparecer por varias semanas, necessárias para a mudança” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1931, n. 398, p. 1). A nota da redacção parecia significar que, apesar da crescente crise econômica e do desinteresse de muitos assinantes, outras estratégias poderiam corroborar na manutenção do único jornal religioso do estado, aquele que, incansavelmente, vinha prestando serviços à diocese e à

Igreja Católica através do anúncio das “cousas da religião” e da luta feroz contra os “inimigos da Igreja”.

A comunicação da transferência da redação apareceu outras 3 vezes e, no dia 01 de junho de 1931, após 9 anos de atividades, o jornal anunciou que aquele seria seu último número. Embora o periódico oferecesse indícios que fariam cogitar a possibilidade de salvação, ressalta-se que seu fechamento (ao menos para os assinantes) se deu de forma abrupta. O último número e outras duas páginas que anunciavam como “substituto” do *Santuário da Trindade* o jornal *Brasil Central*, merecem destaque.

Através do último número chegou-se a saber que o periódico teve circulação fora do estado e até mesmo “atravessou os mares” e que alcançou mais de mil assinaturas⁷¹, embora, lamenta o redator, muitos não tivessem entendido que amparar a boa imprensa era “o dever de um catholico do seculo vinte”. O redator, em nome de toda a redação, agradeceu aos assinantes “conscienciosos”, aos correspondentes “zelosos”, aos propagandistas “incansaveis”, aos agentes dos correios e a todo o público leitor, anunciando, por fim, um pedido que, se fosse atendido, serviria de consolo aos redatores que labutaram nos 9 anos de atuação do jornal. Na íntegra

Não deixem, quantos leram o jornal, cahir em esquecimento as doutrinas, as verdades, os conselhos, as normas que colheram nas paginas do “Santuário”. Toda doutrina boa é semente de qualidade para colheita de cento por um. Principalmente é de importancia não relaxar na repulsa a jornaes e folhetos protestantes, quando se offerecem para illudir e desviar do bom caminho (SANTUARIO DA TRINDADE, 1931, n. 402, p. 1).

O pedido faz lembrar o apelo de um genitor/a que não perde a chance de aconselhar, talvez pela última vez, a filha ou filho que parte, agora desprotegido, para um futuro incerto. As frases do redator trazem os mesmos apelos feitos durante todas as edições: ater-se aos ensinamentos católicos e não se deixar enganar pelos seus inimigos.

As duas folhas avulsas, por sua vez, anunciavam o futuro lançamento do jornal religioso *Brasil Central*. Foram veiculadas, assim como o último número do jornal *Santuário da Trindade*, em junho, e assinadas por certo Chico Madeira, que já vinha assinando matérias do extinto jornal, fazendo supor que fosse um importante redator.

⁷¹ Foi anunciado que no final de 1923 o jornal chegou a ter 900 assinaturas, logo, crê-se que seja bastante plausível que sua tiragem tenha superado o número de mil. Se os atrasados somavam 451 como dito anteriormente, tem-se uma ideia bem clara de como as entradas fornecidas pelas propagandas e anúncios foram importantes, mas não suficientes, para a manutenção do jornal.

A proposta dessas folhas é uma conversa com os ex-assinantes do antigo periódico, na tentativa de incentivá-los à aquisição do *Brasil Central*, que apareceria “dentro de alguns mezes”. Algumas características do futuro jornal são anunciadas nestas páginas: seria escrito e impresso na “capital progressista” do estado, custaria 10\$000 réis com edições quinzenais, seria fundado pelo Exmo. Sr. Bispo que acompanharia sua redação. O *Brasil Central* é anunciado como a “gloria” dos católicos goianos, ambicionava ser um “jornal valente, bem redigido, espantallo dos protestantes” e , por fim, já se prevenindo contra futuros problemas, anuncia o lema “jornal assignado, jornal pago!”.

As duas páginas anunciadoras do futuro periódico são permeadas por uma linguagem, poder-se-ia dizer, “moderna” e descontraída, a exemplo da frase “fôra os nickeis necessarios para sustentar o brilhante jornal 'Brasil-Central'” ou o uso dos termos “capital progressista” e “catholico intelligente” *versus* “catholico atrazado”. A ideia de imprimir um “conceito de modernidade” é compatível com a efervescência do período, e uma boa estratégia de *marketing* é o anúncio do novo como superior ao que existe/existiu. Ressalta-se, contudo, que estas páginas muito têm das pregações do já extinto *Santuário da Trindade*, sobretudo no que diz respeito aos 7 passos indicados para se ajudar um jornal católico. Em linhas gerais: assinar o jornal; recomendá-lo aos amigos; levá-lo em viagem e deixá-lo para que outros possam ler; os negociantes devem deixá-lo no balcão para a freguesia; presentear com uma assinatura; fazer donativos ao jornal; e, enviar notícias locais e avisar dos acontecimentos interessantes. Um “catholico intelligente” seguiria esses passos – dentre outros –, em franca oposição a um “catholico atrazado” que, segundo o anunciado, agiria de forma totalmente inversa.

E assim se concluiu a “saga” do jornal *Santuário da Trindade* em Goiás. Um periódico que circulou por longos 9 anos e procurou ser o farol do bom caminho para a comunidade de fiéis. Seu baixo preço unido a uma má administração gerou o acúmulo de dívidas, levando depois ao seu fechamento. É importante salientar que Dom Emanuel queria um jornal oficial da diocese, sob seu controle e poder, e possivelmente, por isso, não deu auxílio econômico para que o *Santuário da Trindade* pudesse ser salvo, não obstante as súplicas de alguns missionários. A Congregação do Santíssimo Redentor, por sua vez, passava por dificuldades econômicas e não pode oferecer ajuda. É perceptível nas cartas e relatórios redentoristas o “amargo em boca” resultado do fechamento do periódico, ao qual se dedicou, na medida do possível, tanto esforço e dedicação.

2. O PRAZER DO RISO: MOMENTOS DE DISTRAÇÃO

Este capítulo analisa a hipótese da inserção das anedotas no periódico *Santuário da Trindade* como um atrativo, por constituírem uma distração ao público leitor. Assim, acredita-se na ideia de uma funcionalidade da coluna “Anedotas”, no intuito de contrabalançar o viés demasiado sério do jornal, por meio de um relaxamento cerebral proporcionado pelo humor. Esta hipótese é reforçada pela já anunciada “declaração” do próprio jornal referente a inserção de textos literários – inclui-se também a seção de anedotas – como passatempo ou descontração. A seriedade das matérias do jornal *Santuário da Trindade* e o mundo jocoso vislumbrado nas anedotas foram muitas vezes “confrontados” no texto, na intenção de perceber como o humor pode ter sido um chamariz para o periódico.

Esse capítulo conta também com obras literárias, importantes por auxiliarem na compreensão de aspectos diversos da cultura popular goiana. As teorias sobre o humor e o riso que embasam o capítulo são sobretudo as de Bakhtin (1999) e Freud (1905). O primeiro ajuda a compreender aspectos do humor orientados pelo rebaixamento e deboche; e ambos corroboram a ideia do humor como amenizador das tensões cotidianas. Como assinala Bakhtin (1999) sobre a tradição do *risus paschalis*, prática que persistiu na Europa até o século XVI,

a tradição antiga permitia o riso e as brincadeiras licenciosas no interior da igreja na época da Páscoa. Do alto do púlpito, o padre permitia-se toda espécie de histórias e brincadeiras a fim de obrigar os paroquianos, após um longo jejum e uma longa abstinência, a rir com alegria e esse riso era um *renascimento feliz*. Essas brincadeiras e histórias elegres de tipo carnavalesco referiam-se essencialmente à vida material e corporal. O riso era autorizado, da mesma forma que o eram a carne e a vida sexual (interditas durante o jejum) (BAKHTIN, 1999, p. 68, grifo do autor).

Se até dentro da igreja o riso foi permitido em algum momento, não é difícil supor que o humor possa ter sido utilizado com a intenção de distrair o público do periódico goiano, entre uma matéria séria e outra. Com efeito, esse momento de descontração poderia até ajudar na absorção das mensagens sérias, como assinalam Pe. Bos e o diretor do jornal *A União*, em matéria já anunciada.

As piadas com fim de descontração extrapolam uma única categoria/situação/personagem, explorando variadas e sensíveis circunstâncias, que brincam com o deboche e o auto deboche de seus agentes enunciadores. Nelas, diferentes aspectos da

vida foram ridicularizados e várias tragicomédias foram desnudadas. Desse modo, da pobreza aos infortúnios físicos, passando pelas conflituosas relações entre o cidadão comum e os agentes da lei (delegados, juízes e policiais), tudo e todos foram alvo de gozação nos chistes do jornal *Santuário da Trindade*. Nesse sentido, o humor pode ter servido como atrativo do jornal na medida em que brincou com as tensões (e medos) do cotidiano – tensões muitas vezes plausíveis e iminentes. E, por meio de uma linguagem fluida e jocosa, pode ter contribuído, quer-se supor, para uma derrisão quase que libertadora, ou ao menos, desatadora de alguns nós da existência.

2.1. BAKHTIN E O RISO IRREVERENTE

Uma importante obra do século XX, que receberá especial atenção pela sua particular importância para esta pesquisa, é a clássica *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, de Mikhail Bakhtin, publicada em 1965. Alguns subsídios teóricos oferecidos pelo autor, como as ideias de carnavalização do mundo e realismo grotesco, dentre outros, contribuem para se pensar o humor presente no jornal *Santuário da Trindade*. Desse modo, elencar-se-ão alguns pontos essenciais presentes na introdução da referida obra.

Bakhtin (1999) anuncia que é impossível compreender a cultura popular da Idade Média e do Renascimento sem levar em conta a importância do carnaval e do riso. Ele ressalta a abrangência e a influência da cultura cômica popular e a divide em três categorias que, em seu complexo, se inter-relacionam e se combinam de diversas maneiras. São elas: 1. *As formas dos ritos e espetáculos*; 2. *Obras cômicas verbais* e, 3. *Diversas formas e gêneros do vocabulário familiar e grosseiro*. Por meio da compreensão dessas formas de linguagem carnavalesca, o autor pretendeu se aproximar dos sistemas de imagens das obras de Rabelais, objetivo principal do seu texto.

Sobre *As formas dos ritos e espetáculos*, Bakhtin (1999) disserta sobretudo sobre a linguagem e os símbolos dos festejos carnavalescos e as obras cômicas encenadas em praças públicas. Anuncia que além do carnaval – festa medieval por excelência –, diversas festas consagradas pela tradição como a “festa dos tolos”, “festa do asno”, “rito pascal”, possuíam elementos dedicados ao cômico e todas elas ofereciam uma visão diversa de mundo, do homem e das relações humanas, sob um viés não-oficial. O aspecto cômico popular e público

das festas religiosas também acompanhava as cerimônias e ritos civis cotidianos, em que os bufões e bobos faziam paródias dessas cerimônias. Entretanto, esses ritos e espetáculos apresentavam uma diferença essencial em relação àqueles oficiais e sérios da Igreja ou do Estado feudal. O autor anuncia que embora esses aspectos de dualidade do mundo já existissem em períodos anteriores, eles eram, contudo, considerados também sagrados e oficiais.

Foi somente com o regime de classes e de Estado que as formas cômicas perderam seu caráter oficial, seu sentido mudou e se transformou nas “formas fundamentais de expressão da sensação popular do mundo, da cultura popular”, afirma Bakhtin (1999, p. 5). Os ritos do carnaval, presididos pelo princípio cômico, não possuíam misticismo e dogmatismo religiosos. Além disso, algumas formas carnavalescas eram paródias do culto religioso e passaram a fazer parte da esfera particular da vida cotidiana, exteriores à Igreja e à religião. O autor aponta que o “carnaval é a segunda vida do povo” durante o período medieval, ele

... é a própria vida que representa e interpreta (sem cenário, sem palco, sem atores, sem espectadores, ou seja, sem atributos específicos de todo espetáculo teatral) uma outra forma livre da sua realização, isto é, o seu próprio renascimento e renovação sobre seus princípios. Aqui a forma efetiva da vida é ao mesmo tempo sua forma ideal ressuscitada (BAKHTIN, 1999, p. 7).

Assim, os ritos e espetáculos cômicos sob o regime feudal na Idade Média possuíam um elo com as festas religiosas. As festividades eram uma forma primordial da civilização humana cuja aprovação devia ser emanada do mundo dos ideais, ou seja, dos “fins superiores” da existência. Seu clima típico era marcado pela morte e ressurreição e seus aspectos distintivos, pela alternância e renovação, o povo “penetrava temporariamente no reino utópico da universalidade, liberdade, igualdade e abundância” (p.8).

As festas oficiais da Igreja e do Estado feudal não criavam, por seu turno, uma segunda vida, ao contrário, colaboravam a consagrar a estabilidade, a imutabilidade, a fortificar o regime em vigor e suas regras: “hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes” (p. 8). Assim, as desigualdades e a hierarquia eram destacadas intencionalmente, e títulos, graus e funções eram apresentados, reservando a cada um o seu “lugar de direito”. O carnaval, por sua vez, era a festa do tempo futuro (ainda incompleto), ele libertava temporariamente da verdade dominante e do regime vigente, de todas as “relações hierárquicas, privilégios, regras e tabus”(p. 8). A liberação da hierarquia favoreceu a criação

de uma linguagem própria da praça pública com vocabulário e gestos específicos, capazes de expressar as formas e símbolos do carnaval, aproximando os indivíduos. Essa linguagem caracteriza-se pela “lógica original das coisas 'ao avesso', 'ao contrário', das permutações constantes do alto e do baixo ('a roda'), da face e do traseiro, e pelas diversas formas de paródias, travestis, degradações, profanações, coroamentos e destronamentos bufões” (BAKHTIN, 1999, p. 10).

A anedota abaixo consegue ilustrar essa visão carnalizada, na qual os protagonistas, como bufões, fazem troça das boas maneiras, hierarquia e regras sociais.

Em 1862 a cidade de Lavras mandou ao Rio uma comissão de tres cidadãos para cumprimentar o imperador. Ao sairem, os tres tinham de fazer, conforme o costume, tres inclinações ao imperador, recuando cada vez alguns passos e sem voltar-lhe as costas. Percebeu o imperador que os tres estavam a rir-se enquanto recuavam e mandou saber a causa desta hilaridade. Soube então, que o chefe dos tres, dr. José Jorge, velho fazendeiro, disse aos collegas à meia voz e com um aceno especial: Afasta, Malhado; afasta, Capitão; afasta Namorado.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 53, p. 3)

Admite-se que é tentador cogitar que algo do tipo possa ter ocorrido, já que o chiste fornece vários dados espaço-temporais, além de indicativos dos sujeitos como “o imperador” e “dr. José Jorge”. Em todo caso, o interessante nesta piada é que os protagonistas da cidade de Lavras fazem uma mescla entre a formalidade exigida diante do “imperador” e suas próprias práticas cotidianas. Não é difícil supor que “Malhado, Capitão e Namorado” sejam nomes de bois ou bezerros, de suas fazendas. Confrontam-se o sério/oficial com o riso/deboche popular, vale dizer que os membros da comissão, num momento que exigiria extrema compostura, se colocam debochadamente no jogo ao comportarem-se como animais adestrados, comandados “à meia voz” pelo velho fazendeiro. Nesse sentido, a figura do imperador é bastante exposta, já que, no final das contas, ele está sendo reverenciado pelo Malhado, Capitão e Namorado.

Bakhtin (1999) prossegue, assinalando que o riso na festa popular escarnece dos próprios burladores. O povo também se “sente incompleto, renasce e se renova com a morte” (10-1). E esta seria a diferença essencial do riso satírico da época moderna, que emprega o humor de forma negativa, colocando-se fora do objeto, opõe-se a ele, destruindo a “integridade do aspecto cômico” transforma o risível em fenômeno particular (p. 11).

Sobre as *Obras cômicas verbais*, segunda categoria analisada, Bakhtin (1999) assinala

que essa literatura é festiva e recreativa e fortemente marcada por uma linguagem das formas carnavalescas do mundo. Vale lembrar que nas grandes cidades as celebrações carnavalescas poderiam durar três meses por ano. Essa visão carnavalesca marcava fortemente o pensamento e visão de mundo do homem medieval, como por exemplo, impunha-o renegar em certa medida sua condição social (“como monge, clérigo ou erudito”) e a ver o mundo sob a ótica cômica e carnavalesca. Nesse sentido, também os eclesiásticos, teólogos e sábios etc. permitiam-se certas distrações e muitos deles escreviam tratados cômicos e paródias em latim.

Durante o longo período de desenvolvimento da literatura cômica medieval, ela sofreu grandes mudanças em seu gênero e estilística. Essa literatura foi amplamente difundida, chegando às camadas mais elevadas do pensamento culto religioso, por meio de manuscritos em que os ritos oficiais da Igreja eram descritos sob um ponto de vista cômico. Bakhtin (1999) comenta que as duas principais obras que inauguraram a literatura cômica medieval, populares até quase o Renascimento, foram: *A ceia de Ciprião*, na qual a Sagrada escritura era interpretada num estilo carnavalesco, e *Vergilius Maro grammaticus*, que parodiava a sabedoria escolástica e os métodos científicos do início da Idade Média.

O autor anuncia outro gênero literário “quase infinito” consagrado pela tradição e tolerado pela Igreja: a *paródia sacra*. Nela, eram parodiados os elementos do culto e os dogmas religiosos, destacam-se as paródias litúrgicas (Liturgia dos beberrões, dos jogadores etc.), as das leituras evangélicas, orações (como o pai-nosso, a ave-maria etc.), os testamentos (testamento do porco, do burro), também os salmos, hinos religiosos, sentenças do Evangelho etc. Além dessa modalidade *sacra*, existiam também as disputas, crônicas e diálogos paródicos, que denotavam um grau de instrução bastante elevado de seus autores. Não obstante esse riquíssimo acervo, Bakhtin (1999) ressalta que o ápice da literatura cômica latina medieval deu-se durante o Renascimento, por meio da obra *Elogio da loucura* de Erasmo e das *Cartas de homens obscuros* (*Epistole obscurorum virorum*).

Igualmente diversificada e rica era a literatura cômica em língua vulgar, na qual predominavam as paródias e travestis laicos que zombavam do “regime feudal e sua epopéia heróica” (p. 13). Animais, bufões, tolos e malandros eram colocados em cena; romances de cavalaria, heróis épicos etc. eram parodiados. Desenvolveram-se “debates” carnavalescos, diálogos, “elogios” cômicos e disputas, fortemente relacionados com a praça pública, fórmulas e símbolos do carnaval. Contudo, Bakhtin (1999) ressalta que é a “dramaturgia cômica medieval que esteve mais estreitamente ligada ao carnaval” e a peça cômica *Le jeu de*

la feuillée de Adam de la Halle, mostra uma compreensão da vida e do mundo essencialmente carnavalescos. Destacam-se também outros gêneros/elementos carnavalizados, como os milagres e moralidades, as diabruras-mistérios e as *soties* (p. 13).

A terceira categoria apresentada por Bakhtin (1999) intitula-se *Diversas formas e gêneros do vocabulário familiar e grosseiro*. Esses fenômenos linguísticos ganharam corpo durante o carnaval nas praças públicas, graças à já comentada abolição provisória das barreiras, hierarquias e tabus. Assim, expressões e palavras injuriosas, grosserias blasfematórias dirigidas às divindades ganhavam um tom ambivalente, devido à liberdade vivida no período, elas “degradavam e mortificavam, simultaneamente regeneravam e renovavam” (p. 15). Também os juramentos e as obscenidades, excluídas da linguagem oficial, renovavam-se na linguagem familiar do cômico carnavalesco.

Ao tratar da obra de Rabelais, o autor discute um ponto importantíssimo de sua teoria: *o princípio da vida material e corporal*, ou seja, tudo o que está ligado ao corpo, como a comida, bebida, vida sexual e necessidades naturais. Adverte que esse princípio material e corporal é uma herança alterada da cultura cômica popular, batizada por ele de “realismo grotesco”. Nele, o elemento material e corporal é festivo, positivo, popular e universal, e tem como porta-voz, o próprio povo que na “sua evolução cresce e se renova constantemente” (p. 17). A fertilidade, o crescimento e a superabundância constituem o ponto central dessas imagens da vida material e corporal.

O realismo grotesco se caracteriza pelo “rebaixamento”, vale dizer, a transferência ao nível do material e corporal do que é espiritual, ideal, elevado e abstrato. Sobre esse aspecto, Bakhtin (1999) expõe como exemplo as paródias latinas medievais com trechos bíblicos etc., detalhando os aspectos degradantes, ou ainda o deslocamento ao plano material e corporal dos ritos e cerimônias solenes. Cita a gramática jocosa – muito popular nos ambientes escolares cultos medievais – cujas categorias gramaticais, formas verbais e casos, dentre outros, eram transferidas ao plano corporal e material. O realismo grotesco rebaixa, aproxima da terra e corporifica, o “riso popular que organiza todas as formas do realismo grotesco, foi sempre ligado ao baixo material e corporal. O riso degrada e materializa” (18).

Sobre esse assunto, a anedota abaixo é bem ilustrativa: o sertanejo “materializou” o mar sublime.

O mar. Um homem do sertão vê pela primeira vez o mar que se estende interminável. O sertanejo detem-se a mirar aquele mundo d'agua e depois

manifesta assim sua impressão: Êta marsão besta!
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 48, p. 4)

O autor segue explicando que esse rebaixamento do realismo grotesco, essa aproximação e comunhão com a terra, está ligada à absorção e ao nascimento. Assim, é perceptível a ambivalência, um valor negativo e também um positivo: “quando se degrada, amortalha-se e semeia-se simultaneamente, mata-se e dá-se a vida em seguida, mais e melhor” (p.19). Essas degradações começaram a se enfraquecer no Renascimento, contudo, a base da literatura nessa época permaneceu ainda a visão carnavalesca do mundo. Segundo o autor, o realismo renascentista é o cruzamento entre duas concepções de mundo contraditórias: a da cultura cômica popular e a da sociedade burguesa. Afirma que a literatura realista dos três últimos séculos está impregnada de destroços do realismo grotesco, capazes, às vezes, de reaver sua vitalidade. Mas, na maior parte dos casos, esse grotesco perdeu ou enfraqueceu sua ligação com o universo em evolução (p. 21).

Sobre as imagens do corpo no realismo grotesco, Bakhtin (1999) se detém longamente. Afinal, para a compreensão da obra de Rabelais, essa noção é essencial, afirma. Essas imagens tratam de um corpo eternamente inacabado, disforme, que se abre para o mundo e dele recebe sua energia e força, no qual a morte e o renascer se aproximam e se complementam. E são essas características que fundamentam a importância dos orifícios e de atos como o coito, a gravidez, a alimentação, a excreção etc. Esse “corpo cósmico” é popular e universal, ele “não tem lugar dentro da 'estética do belo' forjada na época moderna” (p. 26), na qual prevalece a noção do corpo individual, acabado e perfeito. Contudo, ao mesmo tempo, o autor anuncia que certa concepção de corpo do realismo grotesco pode ser ainda percebida atualmente no cômico do circo e números de feira.

A linguagem, o estilo e a construção das imagens por meio da concepção de corpo no realismo grotesco estão na base das grosserias, imprecações e juramentos, presentes na literatura e nas paródias medievais e renascentistas. O autor argumenta que na modernidade seu sentido ambivalente e regenerador se perdeu, e as grosserias e obscenidades se tornaram puramente negativas, cínicas e insultantes.

Bakhtin (1999) faz uma distinção entre o realismo grotesco do período medieval e o romantismo grotesco, nascido na Alemanha na segunda metade do século XVIII. Assinala, dentre outras características, que nesse último, o riso deixa de ser alegre e jocoso, ele se enfraquece, tomando outras formas: ironia, humor ou sarcasmo (p. 33). Anuncia, contudo, que

as mudanças mais significativas ocorreram em relação ao “terrível”. Enquanto no grotesco medieval e renascentista o terrível era representado pelos “espantalhos cômicos”, na forma do terrível vencido pelo riso; no universo do romantismo grotesco, aquilo que era reconhecido por todos, costumeiro e habitual “torna-se subitamente insensato, duvidoso, estranho e hostil ao homem. O mundo humano se transforma de repente em um mundo *exterior*. O costumeiro e tranquilizador revela o seu aspecto terrível (BAKHTIN, 1999, p. 34, grifo do autor). Assim, as imagens da vida material e corporal, tão significativas no realismo grotesco, tornam-se elementos de “vida inferior”.

O trato com a figura do diabo é outra grande diferença entre o grotesco medieval e aquele romântico. Bakhtin (1999, p. 36) assinala que neste, “o diabo encarna o espanto, a melancolia, a tragédia. O riso infernal torna-se sombrio e maligno”, em contraponto àquele, no qual o diabo é percebido como um “alegre porta-voz ambivalente de opiniões não-oficiais, da santidade ao avesso, o representante do inferior material, etc. Não tem nada de aterrorizante nem estranho. [...] Às vezes, o diabo e o inferno são descritos como meros 'espantalhos alegres’”.

Em resumo

O riso e a visão carnavalesca do mundo, que estão na base do grotesco, destroem a seriedade unilateral e as pretensões de significação incondicional e intemporal e liberam a consciência, o pensamento e a imaginação humana, que ficam assim disponíveis para o desenvolvimento de novas possibilidades. Daí que uma certa “carnavalização” da consciência precede e prepara sempre as grandes transformações, mesmo no domínio científico (BAKHTIN, 1999, p. 43).

Vale ressaltar que mesmo tratando-se de obra fundamental para se compreender alguns aspectos importantes da cultura popular da Idade Média e do Renascimento, o livro de Bakhtin recebeu algumas críticas. Com efeito, Minois (2003) chama atenção para certo aspecto maniqueísta na obra de Bakhtin e, ainda que acredite na “fecunda” ideia do realismo grotesco como transformador do “terrífico em cômico”, eliminando o medo pelo cômico, assinala sua negligenciada visão da ambivalência do grotesco, ilustrada pela aproximação (não percebida) de Rabelais e Jerônimo Bosch.

Gurevich (2000), por sua vez, embora tenha exaltado a fecundidade das ideias de Bakhtin e a importância de suas análises sobre o conceito de “cultura popular”, até então pouco difundido entre os historiadores, assinala também, que sua visão sobre a cultura popular e a oficial é bastante dicotômica. Segundo Gurevich (2000), foi feita uma separação

demasiado rígida entre a cultura oficial, tida como séria e amedrontadora, composta por aqueles que nunca riem e até odeiam o riso, e a popular, vista como a cultura do riso e do carnaval⁷². Dentre outras críticas, Gurevich (2000) destaca (injustamente, vale ressaltar) que na obra de Bakhtin há uma total ausência da ideia de medo ou fobia na população medieval durante as celebrações da cultura popular, análise contrastada com realidades mais pontuais e concretas como o descrito na obra de Le Roy Ladurie sobre o massacre ocorrido no carnaval de Romans em 1580, que, com o tempo, foi se transformando numa espécie de guerra civil.

Ou ainda, a dúvida em relação à afirmação de Bakhtin sobre a cultura popular medieval poder ser realmente considerada a cultura do riso. Gurevich (2000) contrapõe, anunciando que, antes de tudo, “o riso não era estranho à Igreja”, e o uso dos *exempla* demonstra isso, e, reclama também a falta de uma associação entre alegria e medo, carnaval e terror, nessas manifestações populares. Assim, o crítico lança a hipótese de que foi exatamente pelo grande medo da condenação eterna, dentre outros, que o medo encontrou, em certa medida, um alívio psicológico por meio do riso e da felicidade. Afirma, enfim, que sem essa combinação, na qual se interligavam íntima e intrinsecamente a alegria e o medo, é impossível uma compreensão da cultura popular da Idade Média. Sobre esse assunto, Minois (2003) destaca que as autoridades conseguiram empreender a grande separação entre o riso, o medo, o sagrado e o profano, até então intimamente ligados, somente no final da Idade Média e na Renascença. Desse modo, “o confronto entre a cultura aterradora da elite e a cultura carnavalesca do povo, que o livro clássico de Bakhtine [sic] descreve, não aparecerá antes do século XV” (MINOIS, 2003, p. 140).

Ressalta-se que as considerações de Minois (2003) e Gurevich (2000) são importantes por realçarem ainda mais a complexidade das questões culturais as quais se pretende discutir em certa medida nessa pesquisa, todavia, essas críticas não invalidam ou empobrecem as reflexões desenvolvidas na obra de Bakhtin. E, embora essa obra se refira a manifestações da cultura cômica popular de um passado relativamente remoto, ela oferece possibilidades para se pensar também sobre temáticas culturais mais recentes. Assim, as teorias que anunciam um mundo sob uma ótica carnalizada, com a inversão simbólica das hierarquias, a ambivalência do riso, da noção de vida, morte, tempo etc., presentes na estética do realismo grotesco apresentadas por Bakhtin (1999) são utilizados a fim de tentar compreender o humor

⁷² E nesse sentido, ressalta-se a importante obra de Carlo Ginzburg *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*, por meio da qual fica patente a grande circularidade cultural (popular e erudita) do período.

e o riso da coluna “Anectodas” do jornal goiano. E, nesse sentido, Bakhtin (1999) se configurou num eixo importante para este capítulo, no qual a variedade e complexidade das piadas apresentadas exigiram, além de bom humor, certa maleabilidade conceitual e analítica.

2.2. ENTRE RIR E CHORAR, SALVE-SE PELO HUMOR!

O chiste, o cômico e o humor, e o conseqüente riso, são formas construídas pelo sujeito para lidar, de modo mais eficiente, com a constatação inequívoca do mal-estar na cultura, do desamparo estrutural, da pulsão de morte que o habita, das desgraças da vida, da infelicidade que o assola, inscrevendo a dimensão trágica da existência (RIBEIRO, 2008, p. 111).

No presente tópico serão apresentados chistes com personagens e situações diversificadas, não circunscritos a uma categoria única e homogênea. A intenção é demonstrar tanto a pluralidade e complexidade dessas anedotas como material de pesquisa, quanto apresentar a ideia do jornal enquanto veículo desdramatizador da realidade, numa complexa e ambígua relação entre drama e comédia. A leitura dessa relação pode fornecer indícios de um possível modo de ser, se ver e estar no mundo da população goiana do período.

Eis alguns exemplos.

Um fazendeiro mandou seo filho a S. Paulo para estudar. Mas o rapaz caiu logo em mas companhias, gastou muito, vadiou muito e nos exames saiu reprovado. Quando elle chegou em casa, o pae soltou um gemido:
Quantos bois tive de vender para sustentar esse burro.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923 n. 20, p. 4)

O risível da piada acima não é tanto o fato de o rapaz ter enganado, de certa forma, o pai, ou ter se dado mal nos estudos, mas é a constatação “resignada” do fazendeiro ao perceber o dinheiro gasto em vão, com o filho vadio, constatação expressa de forma irônica pelo jogo de palavras final. Nota-se uma crítica direcionada ao filho, chamado de “burro”, mas também, e sobretudo, certa galhofa proposital e auto deboche do fazendeiro, representados pela admissão (quase velada) que o “burro” na história fora ele próprio, em sua inocência e prestatividade paterna.

Em uma escola.
O mestre: Agora tendes na frente o norte, á direita o èste, á esquerda o poente. E que tendes atraz?
– Um remendo na calça! respondeu um discipulo.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924 n. 83, p. 3)

Neste chiste, poder-se-ia interrogar a intenção do estudante. Ao mesmo tempo, ele debocha do mestre, ao denunciar que não compreendera a matéria, logo, não saberia a resposta didaticamente correta para a questão, e, também, faz piada com sua própria pobreza econômica, ao anunciar que usa uma calça remendada nos fundilhos. Qual fosse a situação (ignorância ou pobreza), a condição do discípulo não era das melhores, mas o mesmo se “salvou” pela comicidade provocada pelo equívoco.

Na aula.

O professor. Os carneiros dão a lã fabrica-se a fazenda e com a fazenda faz-se a roupa. Então de que é feita a tua roupa, Carlinhos?

Carlinhos (promptamente): – De uma roupa velha de papae.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 14, p. 4)

– Então, Chiquinho, que ha de novo em casa?

– Papae mandou fazer uma dentadura nova.

– E que farão agora com a velha?

– Certamente mandam-na fazer mais pequena e me dão para usar.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924 n. 54, p. 4)

Estas duas anedotas acima dizem respeito a práticas bastante comuns nas famílias numerosas e/ou pobres. Embora hoje, por vários motivos, atitudes como estas não sejam mais tão frequentes, antigamente eram uma constante. A fala dos dois meninos mostra uma visão debochada e muito consciente de suas realidades. Chiquinho, por exemplo, sabe que deve obediência aos adultos, mesmo em questões sensíveis como esta, ele tem plena noção de sua condição de pobreza, já que anuncia o reaproveitamento de um objeto, diga-se de passagem, bastante íntimo e individual, qual uma prótese dentária. O que o menino anuncia cruamente é que será feita uma remodelagem na dentadura, adaptando-a à sua arcada (menor), para que ele a use. A situação em si, é materialmente impossível, mas não é isso que está em jogo. Este chiste, em especial, corrobora um dito em língua italiana, ainda hoje – sarcasticamente – utilizado pelos irmãos latinos: “in tempi di guerra non si butta niente”, ou seja, em tempos de guerra nada deve ser jogado fora. Mas, nem mesmo uma dentadura usada?

Diante dos exemplos apresentados, cujos alvos são os próprios personagens anunciadores, surge o seguinte questionamento: como situações que realçam certa “desgraça” do protagonista podem parecer engraçadas? Uma possível resposta é que elas são engraçadas justamente porque seus protagonistas, ao se colocarem como estopim do humor e ao “rirem de si mesmos”, “autorizam” o/a leitor/a a rir também. Assim, mesmo tratando-se de histórias burlescamente lamentáveis como a do pai do filho “burro”, dos estudantes e crianças pobres, a

ironia e o exagero utilizados por eles possibilitam o desencadear do riso, pelo patente deboche que fazem de suas situações. Percebe-se que o alvo do cômico não é o “outro” (como na grande maioria das anedotas discutidas nessa pesquisa), mas o próprio personagem enunciador (pai, criança, estudante), em auto deboche. As piadas, assim percebidas, permitiriam – ou ajudariam – ao público leitor rir de suas eventuais desventuras e aflições cotidianas.

Dois exemplos citados por Freud (1905) na obra *Os chistes e sua relação com o inconsciente* contribuem a reiterar o acima anunciado. No primeiro exemplo, é segunda-feira e um condenado à morte pronuncia a seguinte frase ao ver chegar seus algozes ao patíbulo: "É, a semana está começando otimamente". No segundo caso, um condenado à morte, ao ser conduzido ao local de execução, pede um lenço para cobrir-se a garganta, a fim de não pegar um resfriado. O autor comenta que

A situação que devia levar o criminoso ao desespero poderia suscitar intensa compaixão em nós; mas tal compaixão é inibida porque compreendemos que o diretamente interessado não se preocupa com a situação. Em consequência dessa compreensão, a despesa com a compaixão, já preparada, torna-se inutilizável e podemos descarregá-la, rindo. Estamos como que contagiados pela indiferença do vagabundo - embora notemos que isso lhe custa um grande dispêndio de trabalho psíquico. A economia da compaixão é uma das mais freqüentes fontes do prazer humorístico (FREUD, 1905, p. 2003).

Num patamar diverso, outro povo que notadamente se deteve na criação de piadas marcadas pela autocrítica, foi o judeu. Segundo Freud (1905), os chistes tendenciosos são bastante eficazes quando a crítica rebelde dirige-se contra algo que o sujeito (enquanto pessoa coletiva) partilha (sua nação, por exemplo). E nesse sentido, a “autocrítica como determinante pode explicar como é que inúmeros dos mais adequados chistes (dos quais temos uma grande quantidade de exemplos) tenham germinado no solo da vida popular judia. São chistes criados por judeus e dirigido contra características dos judeus” (FREUD, 1905, p. 1920). Dentre as várias anedotas do jornal *Santuário da Trindade* cujos protagonistas são judeus, destaca-se a seguinte.

Meia noite na Opera.
Hirsch encontra Walf:
– Que fazes aqui, a esta hora?
– Vim da casa de Mayer, que anunciou o noivado da filha.
– Isso é bom?
– Perguntas si isso é bom? Mas, meu amigo, é magnifico! Imagina que elle

serviu-nos o banquete na sua esplendida prataria e com o serviço de ouro.
– Mostra-me alguma cousa s'este serviço. Tens ahi no bolso?
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 192, p. 3)

Mesmo que no momento seja impossível afirmar a origem desse chiste, nele ficam evidenciadas ao menos duas coisas: a primeira delas é que o interesse do convidado pelo anúncio do noivado deveu-se à possibilidade de fazer parte do banquete, e segundo, é previsível e natural o fato do convidado ter roubado e portado consigo a prataria de ouro de seus anfitriões. De origem judia ou estrangeira, essa piada reforça o pensamento antissemita que imputa aos judeus os caracteres de povo mesquinho e ladrão.

Em relação à redação do jornal *Santuário da Trindade*, cabe salientar que a colaboração de correspondentes externos (leigos) foi pouca e não se tem notícia de pesquisas de opinião a fim de verificar as sessões preferidas ou matérias rejeitadas pelo público. Vale lembrar também que o periódico não visava o lucro econômico mas somente sua manutenção no mercado. Sua confecção era pensada e direcionada ao precioso público leitor que, por meio de assinaturas, mantinha a circulação da folha. Essas considerações são importantes, pois possibilitam pensar que uma coluna, presente em quase todas as edições, como é o caso da seção “Anedotas”, muito provavelmente fazia sucesso e espelhava, dentro de uma complexidade própria desse tipo de narrativa, uma realidade que fazia sentido aos leitores e com a qual se identificavam em certa medida, seja pela aproximação das temáticas e situações, ou pelo afastamento.

Nesse sentido, se as piadas que tratam da miséria/pobreza ocuparam um espaço relativamente grande na seção de anedotas, elas podem ter servido como forma de aliviar as tensões presentes, por meio de certo deboche descarado – ou velado –, ou mesmo como modo de exorcizar um passado recente, ainda mais miserável e pobre, como foi o caso de Goiás. Como o exemplo do famoso vagabundo dos quadrinhos norte-americanos do início do século XX, Happy Hooligan, que cumpria

[...] um duplo papel compensador. Em certa medida, os leitores exorcizavam através do riso uma categoria de indivíduos que não só representava para eles, pequenos possuidores, uma ameaça (roubo etc.), como ainda simbolizava o medo de uma situação social inferior que um dia pode ser a deles (RENARD apud SANTOS, 2012, p. 86).

Embora alguns de seus críticos digam o contrário, o riso como esconjuração do medo foi assinalado por Bakhtin (1999, p. 79) referente ao período medieval, “tudo que era temível,

torna-se cômico”. E também por Minois (2003, p. 166), para o qual “o riso carnavalesco está lá para dar segurança, para vencer o medo. É por isso que se veem, nos cortejos, figuras exóticas, monstruosas, falsamente assustadoras que ameaçam atacar: provocar medo sabendo que é 'para rir' é um meio de exorcizar o medo”. Também o humor produzido e veiculado durante períodos críticos da história, a exemplo daqueles marcados por guerras, nos quais “rir da situação dá a impressão de tê-la dominado” ou seja, rir das próprias desgraças poderia torná-las suportáveis (MINOIS, 2003, p. 555).

Outros exemplos podem ser citados. Embora o tema das duas piadas abaixo permaneça indiretamente ligado à pobreza, o foco direto agora é outro, o do alto custo de vida. Nelas, contudo, não há medo a ser exorcizado mas somente uma realidade a ser desnudada, e os protagonistas se utilizam de fina ironia, além de bom-humor e irreverência, para fazê-lo.

O pae: – Tens visto correr um comboio expresso? Mais rapidamente ainda correm os cometas por esse espaço, e mais rapida ainda é a luz do relampago...

O pequeno: – E mais rapido ainda que o relampago?

O pae: – Mais rapido do que o relampago... só uma nota de vinte mil reis quando se troca.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928 n. 259, p. 3)

Na Quitanda.

– Dois mil reis por uma couve-flor, é caro!

– Ora, com esse alto preço do transporte na estrada de ferro!

– Então, ellas devem ter viajado em primeira classe, não é?

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 356, p. 3)

Enquanto os personagens acima constatarem, por meio de sarcásticos lamentos, que os produtos de primeira necessidade tornam-se cada vez mais caros, o enunciador abaixo, por sua vez, tenta se precaver das dificuldades procurando um investimento seguro e rentável para aplicar o dinheiro “guardado”.

– Tenho ahi um dinheiro guardado e queria dar-lhe applicação.

– Mas em que sentido?

– Pol-o a render, mas em collocação segura.

– Compra apolices!

– Descem tanto.

– Então...olha...compra foguetes. Esses sobem!

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925 n. 135, p. 4)

Sabe-se que subir, o foguete sobe, mas depois é também seguro que desce

rapidamente, perdendo todo o seu valor, monetário e simbólico, não resultando, definitivamente, num bom investimento. Assim, fica claro que o “conselheiro”, especialista e impaciente, ao perceber rejeitada sua indicação, dispara um absurdo mordaz e zombeteiro. Diante dessa resposta irônica, talvez tenha restado ao “investidor” somente a alternativa de soltar, não um foguete, mas uma boa gargalhada.

Ainda em relação a dinheiro/lucro, em tempos difíceis – ou por falta de talento – nem mesmo uma profissão consolidada pode oferecer garantias de sucesso monetário.

Entre escriptores.

– Dize-me Alfredo, desde que te occupas com a publicação de obras já tiveste algum lucro?

– Sim, meu amigo, mandei uma vez pelo correio, registrado, um manuscrito e como se perdeu, a administração dos correios me indemnizou com 10\$000! (SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 91, p. 3)

Acima, o protagonista brinca com a pergunta do amigo e anuncia ironicamente o balanço de sua atividade (precária), em uma auto-derrisão declarada. Afinal, celebrar como “lucro” o ressarcimento devido por um manuscrito perdido, só é possível diante de uma situação-limite como esta, ou seja, diante da admissão de nunca ter lucrado por via da profissão.

Enquanto as piadas do jornal *Santuario da Trindade* retratavam com bom-humor as condições precárias dos seus protagonistas, a população goiana também convivía com angústias e situações difíceis. Além das carestias e problemas econômicos, da movimentação militar (colunas Prestes e Caiado), dentre outras, Goiás ainda sofria com o perigo das doenças contagiosas. Se a gripe espanhola⁷³ era somente uma lembrança recente e traumática, a varíola, por sua vez, embora pouco frequente, era muito temida no estado, segundo consta nos relatórios dos governadores do século XIX, analisados por Oliveira (2006). Este temor se justificava, afinal, as pessoas contagiadas pela moléstia seguiam um desses dois caminhos possíveis: no pior dos casos, iam a óbito, e no melhor, eram acometidas por sintomas como “febre, calafrios, dor intensa nos membros e no estômago, vômitos, suor, delírio, olhos lacrimejantes, forte dor de cabeça, inchaço no rosto, às vezes, impedindo a visão e voz tênue” (OLIVEIRA, 2006, p. 146), além do aparecimento de bexigas na pele. Esses terríveis sintomas poderiam durar até duas semanas, tempo necessário à recuperação.

⁷³ De acordo com Oliveira (2006), o relativo isolamento de Goiás acabou protegendo-o de frequentes epidemias. Sobre a varíola, por exemplo, narra que houve pequenos surtos nos séculos XVIII e XIX e outros mais graves nas três primeiras décadas do XX. A gripe espanhola, por sua vez, teve seu auge simultaneamente aos países europeus: 1918 e 1919.

Também a hanseníase (na época, denominada lepra) causou pavor ao povo goiano. Com efeito, o jornal *Santuário da Trindade* veiculou diversas matérias sobre a doença, ora alertando a população para os riscos de contágio, ora cobrando das autoridades medidas de segurança e profilaxia, ou ainda anunciando a abertura de leprosários. Alguns membros redentoristas chegaram a contrair a doença, sendo depois internados nesses centros. Vale lembrar que a partir de 1924, ficou determinada a internação compulsória dos infectados como principal medida de controle da doença. As pessoas contaminadas carregavam consigo um enorme estigma social, tanto pelos mitos antigos sobre a doença, quanto pelo fato de ser, à época, contagiosa e incurável, mas também por suas características físicas facilmente identificáveis, como lesões em alguns nervos periféricos e feridas na pele.

Nesse sentido, é interessante observar que não obstante a triste convivência com essas moléstias durante as primeiras décadas do século XX, o jornal *Santuário da Trindade* fizesse circular piadas cujos temas estavam a elas relacionadas. Como é o caso da anedota abaixo, veiculada também em 1923, com algumas palavras diversas mas com conteúdo idêntico.

PREVIDENTE

Um homem perdera o nariz numa grave doença. Uma pobre que elle costumava soccorrer, disse-lhe ao vel-o:

– Deus lhe conserve a vista!

– Amem! Mas porque lembrou-se de pedir pelos meus olhos?

– Porque o senhor não tem nariz para usar oculos.

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1928, n. 264, p. 4)

Magalhães (2007), ao discutir sobre o Humor Negro brasileiro, anuncia que este pode, ou não, provocar o riso e que sua aceitação depende da moral subjetiva, construída pelo modo como as verdades (conjunto de crenças) são concebidas pelo indivíduo/grupo. Contudo, no caso acima, talvez o questionamento mais importante a ser feito, não é tanto se a piada é engraçada, e o que nela provocaria, porventura, o riso. Mas o que pode ter significado para a população goiana da época ler (e quiça, rir de) uma piada como essa.

A complexidade e o drama dessa narrativa, transposta à realidade goiana do período, deve-se ao fato de ela se configurar, não como uma ameaça abstrata, mas como uma realidade possível, devido ao perigo de contração de doenças, como anunciado anteriormente.

Magalhães (2007, p. 172), em análise de piada símile⁷⁴, anuncia que o leitor ri do

⁷⁴ Transpondo, *grosso modo*, algumas reflexões de Magalhães (2007, pp. 171/2) para a piada “PREVIDENTE”, é possível anunciar que o suspense propositalmente mantido sobre o desejo da “pobre” (Deus lhe conserve a vista!) + a fala do “homem” (porque lembrou-se de pedir pelos meus olhos?), que corrobora o distanciamento do público leitor da ideia de deformidade/doença = desdramatização da piada e motivação do riso.

“jogo linguístico arquitetado, do modo como o tema é abordado, e não da deformação em si”. Assim, com base nas considerações propostas pela autora, é possível pensar que questões como “o protagonista tem um defeito físico chocante!” ou “como o protagonista consegue viver sem um nariz?”, não foram cogitadas. E, se a piada sugere que nada é tão ruim que não possa ainda piorar, já que o protagonista na eventualidade de um problema de vista, não poderia portar os necessários óculos, mostra também, de forma mais ou menos clara e consciente, que apesar das sequelas de uma grave doença – a lepra, talvez –, uma vida plenamente “normal” ainda é possível. Percebe-se que houve uma filtragem e atenuação da realidade na piada, possibilitando (talvez) o riso. De todo modo, mesmo se a piada sugere que o “problema” só passaria a existir caso o protagonista necessitasse utilizar óculos, a imagem de uma pessoa sem nariz portando esse objeto é absurda e ridícula.

Em situação um pouco mais amena que a flagrante ameaça de doenças, a “criminalidade” é o tema da próxima anedota.

Em casa do poeta.

Na casa do poeta Balzac entrou de noite um ladrão. Enquanto forcejou para abrir a escrivaninha, acordou Balzac e percebendo de que se tratava, deu uma longa gargalhada. O ladrão voltou-se assustado e como a gargalhada continuasse, animou-se a perguntar, porque estava rindo. – Pois como não hei de rir-me, se o sr. quer de noite e no escuro achar dinheiro onde eu nem de dia não acho.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 13, p. 4)

Seria este um chiste francês, traduzido para a língua de Camões? Impossível precisar. Em todo caso, afirma-se que certamente o roubo (não ocorrido) é somente o pano de fundo para colocar em cena os atores dessa tragicomédia, poder-se-ia dizer, universal. Balzac gargalha da situação ao perceber o trabalho inútil do infeliz “sócio” que sairá de sua casa sem o espólio, e libera, por meio do deboche e auto deboche (afinal, ele mesmo não possuía um tostão), as tensões do cotidiano. Ocorre o que Freud, analisado por Morais (2008), considera o deslocamento no humor, um mecanismo de defesa que, por meio de fontes internas, impede a geração do desprazer. Segundo o “pai da psicanálise”, a intenção do humor seria transmitir a seguinte mensagem: “Olhem! Aqui está o mundo, que parece tão perigoso! Não passa de um jogo de crianças, digno apenas de que sobre ele se faça uma pilhéria!” (FREUD, 1927, p. 4470). Se assim for, Balzac está no caminho certo, visto que acabou por tornar o (seu) mundo um pouco mais suportável por meio de sua reação irreverente.

Como foi possível perceber, as piadas apresentadas tratam sobretudo de auto deboche

e autocrítica. Situações como más condições de vida, deformidades etc. são retratadas com ironia e derrisão. Mas há também outra categoria de chistes, na qual ocorre troca de artilharia pesada. Algumas delas são intituladas “Boa resposta”, dando a entender que o contra-ataque era “lícito” e quase esperado.

Boa resposta.

Uma velhinha ia pela estrada da cidade puxando dous burrinhos carregados de verduras que ella ia vender no mercado.

Uns estudantes que vinham saindo da cidade queriam troçar com ella e disseram:

Bons días, mãe dos burrinhos.

Bons días, meos filhos, respondeu alegre a velhinha.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923 n. 27, p. 4)

Boa resposta. Na cadeia achavam-se dous ladrões, um dos quaes tinha roubado um relógio o outro uma vaca de leite.

– Que horas são no seo relógio? Perguntou o ladrão da vaca.

– São horas de tirar leite, respondeu o outro.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 19, p. 4)

O fogo cruzado entre personagens demonstra a que vieram. Nesta última piada, por exemplo, o fato de ambos estarem presos evidencia que se deram mal nos empreendimentos, e talvez justamente por se encontrarem na mesma situação, o “ladrão do relógio” não se mostre disposto a ser achincalhado pelo outro e responde o sarcasmo à altura. No chiste replicado, segundo Freud (1905), seu propósito se distorce, fazendo com que a pergunta do primeiro agressor (também chistosa e agressiva) seja quase esquecida. Com efeito, nesses casos acima, são espirituosamente “agressores” e “agredidos”, tanto a velhinha que responde alegremente à troça dos estudantes, quanto os dois ladrões. Também nos casos abaixo ocorre a réplica da gozação, e este primeiro chiste possui o agravante de se relacionar a problemas físicos, tornando-o ainda mais perigosamente debochado.

Um homem cego de um dos olhos, encontrou, logo pela manhã, um corcunda, e disse-lhe:

Já de manhã tão cedo carregado?

É, diz-lhe o corcunda: deve ser ainda cedo porque ainda tens um de teus olhos dormindo.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 224, p. 3)

No bonde.

Moço arrogante: – A arca de Noè está cheia?

Passageiro: – Falta o burro; pode entrar.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 314, p. 3)

A anedota “No bonde” possui uma elaboração perfeita. Curtíssima, apresenta seu cenário no título, e o “toma lá, dá cá” ocorre de forma bem direta e rápida.

Outros personagens, menos ferinos, utilizam-se de artimanhas para sobreviverem ou se darem bem. Assim, aproveitam da boa vontade alheia para ganhar algum tostão, como na anedota a seguir.

Cego. Ao filho de um mendigo perguntou um transeunte:

– Quanto tempo já faz que teu pae é cego?

Menino: Desde as sete horas da manhã até as seis da tarde. A esta hora sempre estamos de volta para casa.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 12, p. 4)

Claro está que o menino em sua inocência infantil compreendeu mal a pergunta do passante, e é justamente a resposta derivada desse equívoco que desencadeia o momento cômico. Pela explicação do menino percebe-se que, se por um lado, o pai, mesmo enxergando, ganhava a vida fingindo-se cego, por outro, cumpria uma espécie de horário comercial, “das sete da manhã às seis da tarde”, ou seja, era uma ocupação com horário fixo, o que relativiza em certa medida sua ociosidade. Entretanto, outras situações e personagens são ainda mais debochadas, como no chiste seguinte.

O Chico é muito amigo do trabalho, porem não de trabalhar. O trabalho é uma cousa grande, posso ficar olhando horas inteiras, costuma elle dizer. E elle está mesmo ali, nos edificios em construção, olhando, as mãos mettidas nos bolsos. Um dia um operario disse a elle: Ó vadio, não tens nada a fazer? porque è que andas com as mãos nos bolsos?

– É para saber onde estão, quando um dia precisar dellas, respondeu o Chico.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 56, p. 3)

Ao contrário da piada acima, cujo personagem enunciador exalta o *dolce far niente*, o jornal *Santuário da Trindade* condenava veementemente a ociosidade. Com efeito, em 1922, ano de comemoração do Centenário da Independência, muitas matérias fazem a ligação direta entre o amor à Pátria e o trabalho. A matéria intitulada “Trabalhar pela Patria”, assinada por P. J. B. (padre João Batista Kiermeier), exemplifica bem esta questão. A narrativa afirma que o patriota é tanto o lavrador que cultiva a terra e forma bons pastos, já que “tudo quanto aumenta sua riqueza, é também um augmento de recursos para o paiz”, quanto o oficial, que trabalha pela melhoria de sua cidade e sua pátria, também são patriotas aqueles que trabalham pela instrução, ou seja, pais de família e mestres. Ao contrário, “não é patriota somente o preguiçoso que não se dedica a nenhum trabalho serio e assim torna-se um inutil um peso para

os seus e para a sua terra” e também, finaliza o autor, os que semeiam o ódio e aqueles que não contribuem para o avanço da Religião (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 6, p. 1).

Nesse mesmo número se conclui uma narrativa da seção “Leituras Amenas” (em dois capítulos) intitulada “A sorte é o trabalho”. Em resumo, a história, que corrobora várias mensagens cristãs, passa-se em Lisboa e tem como protagonistas dois irmãos. Um deles, de nome Armando, foi à falência e fechou seu estabelecimento, alegando má sorte nos negócios, enquanto o irmão Avelino se tornava cada vez mais rico. Avelino, generoso, além de saldar as dívidas do irmão empobrecido, ainda lhe emprestou um amuleto da sorte, dizendo que o mesmo fora responsável pelo seu enriquecimento. Porém, para que o talismã “funcionasse”, ele deveria ser reverenciado com um olhar, a cada meia hora. Condição que acabou por condicionar Armando a não se ausentar do negócio. Passados quatro anos, quando Avelino foi reaver o precioso amuleto, Armando, que já havia “assegurado seu futuro”, veio então a saber que a história do talismã como responsável pelo enriquecimento, não passava de um pretexto para que o negócio permanecesse aberto e dirigido pelo proprietário. Ou seja, a mudança de vida fora ocasionada pela determinação e assiduidade no trabalho e não devido a uma questão de sorte proporcionada pela detenção de um amuleto. Esta narrativa, além de descartar certas superstições populares, ainda ensina que o trabalho é a chave para o sucesso econômico e a dignidade social.

Nesse sentido, é interessante observar que algumas piadas tratam com deboche e ironia a questão do trabalho, depreciando-o, como ocorre também no exemplo a seguir.

Na cidade: O senhor não bebe, não joga, não fuma, que é que fica fazendo o dia todo?

– Estou trabalhando.

– É, o snr. sempre foi um homem esquisito.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 59, p. 3)

Este chiste além de associar o ato de trabalhar à esquisitice, ainda sugere que o jogo e o consumo de bebidas e fumo são atividades esperadas. Embora a piada possa sugerir que estas atitudes são típicas do “homem da cidade”, ela traz, contudo, uma mensagem de desvalorização do trabalho, em oposição clara às matérias sérias do periódico, como as acima narradas. O cômico das pilhérias como contraponto da realidade esperada, reitera certa abertura do jornal, afinal, ao proporcionar um alívio provisório das tensões e restrições sociais por meio do humor, o periódico também humaniza seu leitor e suas adversidades.

Nesse sentido, são interessantes algumas piadas que têm como alvo do humor

justamente um dos pilares da religião católica, vale dizer, a família.

– Queres vir até ao Jardim Zoologico?

– Não, obrigado. Fico em casa. A minha filha mais velha anda exatamente como um kangurú; a outra veste como uma arara; o meu rapaz ri como uma hyena; minha mulher falla como um papagaio; a cozinheira è desageitada que parece um urso, e minha sogra diz-me, na cara que eu pareço um orangotango.

Quando vou passear a algum sitio, é para mudar; não è para ver as mesmas cousas.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 169, p. 3)

– Conhece você Lopes o celebre pintor de animais?

– Conheço, elle ja pintou toda a minha familia.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 29, p. 4)

Nos dois casos, os membros das famílias são comparados a animais. No primeiro chiste, o enunciador é o marido, mas no segundo permanece a dúvida. Qual seria a razão de veicular piadas que indicam essa realidade, ou seja, a de possuir uma família inadequada? A resposta plausível permanece aquela do humor como aliviador das tensões e desprazeres cotidianos. Afinal essas piadas liberam um discurso proibido, o de que as famílias geralmente não são como se desejaria que fossem.

Mas vale ressaltar que tudo depende, afinal, de como a vida é percebida. Enquanto alguns fazem galhofa com a própria família (incluindo-se nesse zoo), outros sarcasticamente, encontram o lado positivo até nos infortúnios.

– Que sorte teve o Miguel! Imagina que atravessando o leito da estrada de ferro, foi apanhado pelo trem, que lhe cortou as pernas!...

– E tu ainda achas que teve sorte?

– Naturalmente. Pois elle sofria tanto de callos!

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 90, p. 4)

E a propósito de calos e obras de arte, o protagonista abaixo conta sua experiência com extremo bom-humor e ironia.

Numa exposição de bellas-artes.

– Na verdade, não aprecio muito a esculptura; entretanto, uma ocasião, uma cabeça de mulher, bem modelada em marmore, me fez chorar...

– Tinha tanta expressão assim?

– Não; cahiu-me sobre o pé direito e esphacelou-me tres callos.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 318, p. 3)

No jogo entre a vida ideal e a realidade fática, entram em cena histórias e piadas cujos

personagens participam de aventuras, poder-se-ia considerar, pouco ortodoxas e nada exemplares. Não obstante, e talvez justamente por destoarem do social e cristãmente indicado, é que algumas dessas histórias e seus personagens arquetípicos fazem parte do folclore de um povo/nação. Um bom exemplo dessa irreverência e indignidade é o personagem Pedro Malasartes. Pedro é um personagem em certo sentido universal, na medida em que se constitui num estereótipo daquele que reverte diversas desvantagens em vantagens, contando somente com sua própria inteligência e astúcia. Nesse sentido, são inúmeras e famosas as histórias desse “herói sem nenhum caráter”, que conseguia, por meio de inusitadas inventivas, driblar autoridades, homens ricos etc. Assim,

Esses relatos – que definem o caráter do herói e do meio em que opera – vão de situações nas quais Pedro engana pessoas em posições sociais de poder, até a venda de fezes a um ricoço, passando por situações muito mais ambíguas, quando a distância entre a sagacidade e a ofensa social se confunde, como a indução de um poderoso fazendeiro ao assassinato, o uso de um cadáver para obter lucro, incluindo ainda a destruição consciente e programada de bens de consumo e produção alheios, propriedade particular de um patrão (DAMATTA, 1997, p. 274).

O autor conclui que esse personagem permanece numa esfera intermediária entre a ordem e a marginalidade, ou seja, naquela “zona da inconsistência onde não ter caráter significa justamente o inverso: ser um homem de caráter e nunca, jamais, pretender reformar o mundo apresentando-se como o grande exemplo” (DAMATTA, 1997, p. 301). Partindo dessa premissa, pode-se considerar que alguns chistes do jornal *Santuario da Trindade*, mesmo não tendo o nome de Pedro Malasartes como o do protagonista oficial, são a ele facilmente associados, como o exemplo abaixo.

Apostas: Um hespanhol, montado num cavallinho velho e magro, encontrou-se sobre uma ponte com outro montado num cavallo muito bonito.
– Quer o senhor apostar dous mil reales, disse o primeiro, em que eu faço com o meu cavallo o que o senhor não é capaz com o seu?
– O outro olhou-o com desprezo e disse: Aceito. Então o hespanhol apeou-se e agarrando-se no seu cavallinho entrou com elle da ponte abaixo.
– Agora vejamos, disse elle em seguida,
– Toma, os dous mil reales, que ganhaste respondeu o outro.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 1, p. 4)

O “hespanhol” seria o próprio Pedro Malasartes, que por meio da inteligência e astúcia consegue reverter uma situação de desvantagem em lucro? Com efeito, muitas de suas histórias envolvem apostas, enganações, vinganças, armadilhas, dinheiro e outras

mundanidades, além daquelas que dizem respeito ao céu ou ao inferno. Esse outro exemplo pode conter também algum resquício da malandragem de Pedro Malasartes.

Conta de sommar.

– Quantos litros de leite dá esta vacca?

– Oito litros.

– E que fazeis com tanto leite?

– Dois litros bebemos nós; os outros nove, vendemos.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 381, p. 3)

A adulteração do leite com o acréscimo de água é um mito antigo. No caso, o dono da vaca multiplica o produto, transformando oito litros de leite em onze. Esse chiste exalta certa esperteza do personagem, embora no final das contas a situação seja inofensiva e quase inocente. Situação mais grave e descarada ocorre, ao invés, na pilhéria abaixo.

– Então o doutor leva-me dois mil réis por cada visita?

– É o preço que levo a toda gente.

– Mas a mim devia fazer-me abatimento e não pequeno!...

– Porque?

– Quem trouxe o tifo para o bairro fui eu!...

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925 n. 119, p. 4)

Embora o protagonista esteja nitidamente ironizando o alto preço da visita médica, a anedota apresenta um elemento muito intrigante, vale dizer, o discurso motivador do paciente ao achar-se merecedor de um abatimento na consulta médica. Ele vê o médico como um mercenário e reclama o desconto sob a alegação de ter sido o portador da grave doença à sua localidade, o que conseqüentemente teria “ajudado” o médico a conseguir mais pacientes – com isso, mais réis. O personagem é, no caso, um anti-herói. Em resumo, a imoralidade interesseira do protagonista da piada pode facilmente ser associada à mescla de “sagacidade e insulto social” anunciada por Damatta (1997) presente nas aventuras de Pedro Malasartes.

Outro personagem, este regional e realmente existido, que merece destaque por apresentar sempre uma visão humorística da vida em suas narrativas, conseguindo reverter situações “complicadas” em comédia, foi Geraldo Policiano Nogueira, mais conhecido como Geraldinho⁷⁵. O humorista não possuía educação formal, contudo, considerando sua realidade espaço-temporal, se supõe que ele possa ter tido algum contato com o jornal *Santuário da*

⁷⁵ É importante deixar claro que Pedro Malasartes e Geraldinho são personagens essencialmente diferentes. Enquanto o primeiro é fictício/inventado e se utiliza de mentiras, enganos, vinganças etc, para conseguir seus objetivos, o segundo, ao contrário, realmente existiu, era trabalhador, honesto e geralmente era o alvo cômico de suas histórias.

Trindade, em sua pré-adolescência, afinal, nascido em 1918, numa fazenda próxima a Bela Vista de Goiás, ele restou na localidade até 1934. A Congregação do Santíssimo Redentor foi responsável pela direção espiritual da paróquia de Bela Vista a partir de 1899, por 12 anos. Nesse sentido, os redentoristas tiveram muita influência na cidade e região, devido também à realização de diversos trabalhos posteriores, como a reforma da matriz e a construção de uma outra matriz, “nova e vasta”, em Bela Vista. Segundo informações presentes na citada matéria “Trinta Anos”, veiculada em 13 de dezembro de 1924, esses religiosos

Ainda por duas vezes foram encarregados da mesma paróquia, como no começo deste anno quando as duas igrejas careciam de urgentes concertos (sic) e importantes melhoramentos. A grande estima com que o povo de Bella Vista retribue os esforços dos Redemptoristas, é uma prova frisante de seos nobres sentimentos e de sua cultura (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 88, p. 2).

Também é sabido que o jornal *Santuario da Trindade* circulou até 1931, logo, à época, Geraldinho Nogueira já contava com 13 anos de idade e certamente ia muito à Bela Vista e, nas andanças com seu avô, percorreu várias regiões do estado, como anuncia na narrativa intitulada “Causo do carro de Boi (carreiro)”. Assim, a forte tradição oral no estado goiano pode ter levado Geraldinho a ouvir qualquer anedota do periódico em questão. Em todo caso, tendo sido ou não influenciado pelo humor nele contido, fato é que Geraldinho possuía uma incrível habilidade de prender seus ouvintes por meio de sua narrativa e simpatia, e se tornou o mais conhecido contador de causos humorísticos do estado Goiás – e nesse sentido, a mídia televisiva desempenhou um papel fundamental.

Como personagem midiático, Geraldinho começou a se destacar a partir da década de 1980, inicialmente em comerciais e depois como contador de causos no programa *Frutos da terra*. O grande público passou a conhecê-lo somente após esta década, no entanto, como assinala Silva (2011, p. 24), ele já “tinha fama na região, como dançador de catira, tocador de violão e, principalmente, exímio contador de histórias”.

Certamente há uma considerável distância temporal entre as narrativas televisivas de Geraldinho e as pilhérias veiculadas no jornal *Santuario da Trindade*. Seus causos são inspirados em passagens de sua própria vida ou testemunhadas por ele, ou ainda, histórias ouvidas de pessoas conhecidas. Contudo, o que se pretende ressaltar é que se observam qualquer semelhança entre algumas dessas narrativas humorísticas. Não tanto na linguagem utilizada, mas por certa esperteza e incredulidade tidas como “tipicamente” sertanejas. Como

no exemplo da pilhéria abaixo.

Um caixeiro viajante, tendo para companheiros de viagem dous jecas, lembrou-se de divertir-se à custa de sua ingenuidade e começou a falar-lhes nas invenções do Edison, do Ribas Cadaval, do Gaspar, etc., procurando assombrá-los principalmente com a tal machina de fazer linguíça que, no caso desta não sahir a contento, faz ressuscitar o porco sacrificado!

– E o senhor viu mesmo uma dessa machonas? – pergunta-lhe um dos jecas.

– De certo que vi!

– Pois eu também – replicou o jeca – já vi em uma feira uma machina ainda mais maravilhosado que essa. De um lado se introduzia erva em feno e do outro sahia leite. Que tal?

– Ah! Nessa eu não ando – respondeu rindo, o viajante – e o senhor quer que eu acredite que a viu?

– Lhe juro!

– Bom. Então me diga que foi que a inventou?

– O bom Deus, creio... – respondeu o jeca. – Era uma vacca...

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 69, p. 3)

É patente a analogia desse chiste com um “causo”, tanto pela sua extensão, quanto pela riqueza dos elementos apresentados, mas também pelo tipo de narrativa. Admite-se que o “jeca” da piada não difira em essência – e sarcasmo – de alguns personagens das histórias de Geraldinho Nogueira. O protagonista se utiliza de irreverência e sagacidade para revidar o deboche do caixeiro viajante e de seus “conhecimentos inventivos”, no entanto, à diferença das piadas replicadas apresentadas nesse tópico, nesta há a presença da cordialidade e em momento algum ocorre troca de insultos ou litígio. Não se pretende, com essas observações, romantizar os personagens, mas somente assinalar que a disputa é travada com outras armas e num outro ritmo. Pode-se dizer que eles vão, recorrendo a uma expressão popular, se “cozinhando em banho-maria”, e preparam lentamente o público leitor ao ato cômico final. Símile leitura pode ser feita também em relação à narrativa a seguir.

Um burro a lêr. Estava um cigano n'uma feira vendendo um burro e chegou-se um homem a examinal-o para lh'o comprar.

– O russo [burro] é bom? pergunta o homem.

– É uma criaturinha perfeita; até sabe lêr.

– Qual lêr?

– Lêr, sim, senhor. Ora, mostre cá um papel e verá.

Effectivamente o homem puxa d'uma carta e o cigano, pondo-a diante do burro, diz logo:

– Não está ainda acostumado a letra de mão, se fôsse de imprensa...

O homem, que, por acaso, levava no bolso um annuncio de toiros, tira-o e dá-o ao cigano que, pondo-o diante do burro, disse:

– Veja, veja! Olhe p'ra isto.

– Mas você não diz que o burro lê?

– Lê, sim, senhor, o que não pôde é pronunciar.

É o absurdo do nonsense. O local da piada é tradicionalmente um espaço de negociações, onde os frequentadores estão sujeitos – e se sujeitam – às mais variadas situações e encontros. O “cigano”, figura popularmente conhecida como andarilha e esperta nos negócios, tenta vender um burro, “criaturinha perfeita”, capaz até de ler, a um “homem” (figura anônima). Pode-se imaginar que essas narrativas, além de proporcionarem uma descontração bem-humorada, também poderiam servir de alerta contra os “perigos” desses locais de encontros populares e mundanos como feiras, quermesses etc. A esse propósito, o jornal advertia por meio de diversas matérias, sobretudo nos períodos das festas na região.

Dentre os diversos causos de Geraldinho, um se destaca em especial por invocar o riso por meio do realismo grotesco anunciado por Bakhtin (1999). O caso se intitula “O caso do peão cagão” e narra a história de um rapaz novo e inexperiente que aceitou o cargo de peão numa fazenda, cujo proprietário acabara de vender a boiada. E já no primeiro dia ele é encarregado, juntamente com outros dois companheiros, de buscar o gado vendido no pasto, incluso um boi muito brabo que ninguém conseguia capturar. Devido à sua pouca experiência na montaria, sem saber, ele acabou escolhendo o cavalo mais destemido da fazenda. O animal, corajoso, na perseguição do tal boi bravo conseguiu dominar até o cavaleiro que, por medo de cair do cavalo, acabou tendo uma reação adversa. Nas palavras de Geraldinho: “o rigistim dele num sigurô, acho que ele tava com a barriguinha meia mole, e aquilo foi vacuanu no arreio, minino, e saroba tá ringinu e ele apeganu com o Divino Padre Eterno, e o cavalin jugô o queixo na anca do boi e incostô mesmo...”. Ao final da história, o boi foi vencido pela coragem e agilidade do cavalo que o derrubou dentro de um vale. Quando o peão chamou os outros dois companheiros, estes se aproximaram e perceberam que o boi estava encurralado, mas também o ocorrido ao peão que havia sujado as calças. Com certo deboche, um dos companheiros perguntou o que tinha acontecido no arreio do peão, e a resposta deste, já brabo, foi a seguinte: “É por isso que ocêis num dá conta de pega um boi desses, é que oceis pára pra estrumá, eu num tem disso, não, trem tá saindo e a saroba tá ringinu” (NOGUEIRA, 1990).

O humor desse caso invoca o rebaixamento, há um confronto direto entre a imagem ligada ao “baixo material e corporal” e a “imposição” moderna de um corpo perfeito e acabado. O riso é invocado pela infantilização da figura do peão, que num momento de crise não conseguiu “se segurar” devido ao forte medo, mas também pela argumentação brilhante

que se valeu para sair da situação vexatória e humilhante na qual se encontrava. Ou seja, a presença de espírito do peão foi tamanha que se lhe faltou controle das funções corporais, sobrou esperteza discursiva, afinal, ele conseguiu reverter, ao menos discursivamente, a fragilidade em coragem.

Chegando à reta final do tópico, assinala-se que se as piadas do jornal *Santuário da Trindade* não contemplaram alguns temas sensíveis, como a questão da sexualidade, por exemplo. Contudo, sobre a questão racial foram veiculadas cinco anedotas, duas delas a seguir.

Ao pé da letra.

Numa loja de fazendas, numa capital do Sul do Brasil, entra uma negrinha para comprar um par de meias "cor de carne".

O caixeiro, bastante velhaco, lhe apresenta um par de meias pretas.

– Seu grandíssimo malvado, exclama furibunda a descendente de Cham, eu quero um par de meias, mas é da cor de carne de minha patroa.

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1929, n. 310, p. 4)

Esta piada anuncia que o caso teria ocorrido em uma capital do Sul do Brasil, ou seja, num estado formado majoritariamente por imigrantes europeus, de origem branca, o que dá a entender que ali a diferença entre a cor da “carne” da patroa e a da empregada era ainda mais evidente que em outros estados brasileiros. Essa consideração não pode ser deixada de lado, já que possibilita a interpretação da piada sob um viés ainda mais picante e burlesco.

Passava um negro pela rua, montado num burro branco. Um gaiato se poz a gritar:

– Olha o desaforo do negro que vae em cima do branco. O negro deu uma grande gargalhada e disse: "Ai, sinhô, quem mandou o branco ser burro?"

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1923, n. 36, p. 4)

Na anedota acima, veiculada também em 1928, com algumas palavras diversas mas conteúdo idêntico, há uma resposta replicada do negro, que colhe a oportunidade de responder sarcasticamente ao gaiato que tentou provocá-lo ou, em outra possível análise, deu-lhe propositalmente a chance de se divertir às custas do branco (burro).

Enfim, os diferentes chistes apresentados nesse tópico deixam claro a complexidade e a riqueza do material humorístico presente na seção “Anedotas”, do jornal *Santuário da Trindade*. Exaurir suas possibilidades seria uma missão impossível. Reitera-se que a intenção foi perceber as anedotas como um atrativo do jornal, capazes de proporcionar, talvez, um alívio das tensões cotidianas, um relaxamento cerebral possibilitado pelo humor e o riso. E,

nesse sentido, riu-se de tudo e de todos, de si e também do outro, os alvos foram os mais diversos: a pobreza, a deformidade física, a doença, a família, enfim, a miséria humana em suas variadas formas: material e simbólica. Contudo, ao final de tudo é agradável pensar que as mulheres e os homens, em certa medida, “conseguem transformar o drama individual no simples trágico existencial, salvando-se pelo humor; uma constatação de que nada foi sério fora dos nossos campos imaginário e simbólico” (RIBEIRO, 2008, p. 109).

2.3. HOMENS DA LEI CONDENADOS PELO HUMOR

Uma senhora é testemunha em um processo. O juiz pergunta:

– Quantos annos tem?

– 29 annos.

– Juiz: Mas ha tres annos a srã. já disse a mesma cousa.

– Testemunha: Pois é, eu não sou destas que um dia dizem uma cousa no outro dia outra.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 11, p. 4)

A pilhéria acima, além de corroborar a clássica ideia de que as mulheres não gostam de falar sua verdadeira idade – e às vezes, mentem sobre ela –, anuncia um destemido desejo de irreverência das pessoas, quando pressionadas pelas autoridades, levando os mais afoitos a se arriscarem a ser punidos por isso. Essa importante tradição do humor compreende o riso irreverente e o deboche que marcam a cultura popular, em grande medida.

Ressalta-se que as “crônicas policiais” tiveram relativamente pouco espaço no jornal *Santuário da Trindade*. Contudo, seus editores não se privavam de cobrar das autoridades públicas do Estado o devido cumprimento das leis e a manutenção da ordem, como no combate ao vício do jogo, ao consumo de bebidas alcóolicas e à prostituição, mormente durante as romarias e festas religiosas na região. Também incitavam e cobravam medidas judiciais e policiamento no combate ao charlatanismo – ligado invariavelmente ao espiritismo, segundo o periódico – como no caso de “santa Dica”, dentre outros. Ou, ainda, em alguns casos, teciam elogios aos juízes que ordenavam apreensões de livros e folhetins “indecentes”, ou aos delegados que obtinham sucesso em missões mais arriscadas.

À época da circulação do periódico, o Brasil ainda vivia uma situação bastante complexa no quesito Força Pública. Em Goiás, por exemplo, ela era composta por poucos homens e, em sua maioria, bastante despreparados. Para se ter uma ideia, de acordo com informações do jornal, publicadas em 20 de agosto de 1927, a previsão do efetivo para o ano

seguinte seria de 39 oficiais e 659 praças, constituindo um batalhão de infantaria com cinco companhias e um piquete de capturas. É um número reduzido levando-se em conta o vasto território, os precários meios de transporte e, também, o índice populacional, que somava 511.519 pessoas, de acordo com o censo de 1920. Esses fatores, dentre outros, tornavam sofríveis as condições de trabalho dos agentes da lei, e mais, a situação era agravada por certa aversão popular a esta profissão.

Sobre a ojeriza da sociedade goiana à polícia, Oliveira (2006) relata que esta é uma representação coletiva dos séculos XIX e XX, muito bem apresentada pela literatura regional. Contos e romances de autores importantes como Bernardo Élis e Carmo Bernardes narram passagens que exemplificam e realçam os conflitos entre os policiais e a população. Conflitos marcados pela desconfiança e visão negativa frente aos “representantes da lei”.

E assim como a literatura espelhou essa realidade, também a memória do povo goiano esteve permeada por diversos episódios nos quais a polícia mais causava medo e ansiedade que segurança e tranquilidade. O autor ressalta que a escassa polícia de Goiás teve que conviver – de igual para igual e, às vezes, até em certa desvantagem – com jagunços e bandoleiros contratados por coronéis. Nesse sentido, “procurava-se compensar a quantidade de policiais pela qualidade. Escolhiam-se os policiais mais pela valentia do que pela compostura moral” e, muitas vezes, “na briga entre as forças policiais e os grupos particulares armados a população ficava no meio, sendo, na maioria das vezes, espoliada por ambos os lados” (OLIVEIRA, 2006, p. 95).

No contexto da jagunçada, uma anedota do jornal retrata que nem os juízes escapavam de sua “valentia” argumentativa.

Bom coração. Um sujeito está preso porque deu um tiro em outro para ganhar dez mil reis.

O juiz lhe diz: Como é que por uns miseráveis dez mil reis foste dar tiro em um homem.

O criminoso: Pois é, sr. juiz, quando a gente é bom demais, chega a fazer um serviço assim tão barato.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 58, p. 3)

Consequência dessa atuação policial – marcada por abusos e desmandos – é que ela própria foi responsável por uma sensação de desconfiança e medo na população. Reprimindo e combatendo mais ferozmente os movimentos populares que os chefes de jagunços, quase nunca se metia em briga de “peixe-grande”, restando aos mais fracos e indefesos os resultados

da “prestação dos serviços” da Força Pública .

Ainda segundo Oliveira (2006), as dimensões do território tornavam o “Governo” algo distante e vago que, geralmente, fazia-se efetivamente presente apenas por meio de seus indesejados agentes (policiais, cobradores de impostos, recenseadores, dentre outros) que vinham tirar a população de sua quietude habitual. A aversão popular aos funcionários do Estado é o tema da anedota a seguir:

Pediram a Dumas um auxilio para o enterro de um fiscal que tinha morrido sem deixar recursos.

– Quanto custa o enterro do fiscal? perguntou Dumas.

– 25 francos.

– Tomem aqui 50 e enterrem logo dous.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 149, p. 3)

Destaca-se que, durante as décadas de 1920/30, três importantes episódios contribuíram para piorar ainda mais a visão negativa e o medo dos sertanejos goianos em relação à Força Pública: a temida Coluna Prestes – os “revoltosos”, como ficaram conhecidos –, que passou por Goiás em 1925 causando alvoroço e desconfiança; a Coluna Caiado, criada na intenção de defender o estado – sobretudo a capital – do assédio da Coluna Prestes; e, por fim, a Revolução Constitucionalista de 1932, a qual (como a Coluna Caiado) valeu-se do recrutamento “voluntário” da população civil a fim de robustecer suas tropas, provocando, como nos outros casos, reboliço e “fugas para o mato”.

A propósito da pouca preparação e coragem dos soldados, a anedota abaixo realça e debocha do que pode ter sido a realidade de alguns integrantes da tropa na época.

Num combate renhido volta-se o capitão e vê escondido atraz d'elle o seu assistente.

– Que fazes ahi, covarde?

– Nada, meu capitão, estou lhe guardando as costas.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 143, p. 4)

Com efeito, as *Ânuas* da casa de Campinas de 1925 tecem alguns comentários interessantes sobre a passagem dos “revoltosos”. Narram que após os momentos de tensão vividos pela população, “aos poucos foram todos voltando, quando constou que os rebeldes já estavam em Anápolis. A fuga tornou-se assunto então de risadas e chacotas”. Riu-se da suposta covardia dos fujões, mas talvez, também, tentava-se exorcizar por meio da gozação, o medo ainda latente após o recente sufoco. No final, o cronista conclui em tom realista “mas é fácil rir quando o perigo está longe!” (*ÂNUAS*, 1919-1931, p. 272). A Coluna Caiado,

embora tenha utilizado todos os recursos disponíveis na época à caça da Coluna Prestes, não conseguiu encontrá-la. Segundo algumas vozes, aquela aguardava que esta desocupasse uma comunidade para, só então, aparecer no local. Constatação compartilhada pelo cronista, que comenta:

Os tais da Coluna Caiado sem instrução militar alguma, tremendo de medo diante dos revoltosos, que eram dados como valorosíssimos, corajosos até ao extremo, muito bem munidos etc, etc. andaram durante dois meses correndo atrás dos revoltosos sem nunca alcança-los porque só chegavam a uma povoação quando de lá se haviam retirado os rebeldes... (ÁNUAS, 1919-1931, pp. 270-1).

A complicada realidade vivida pela comunidade civil e militar em Goiás neste período espelhava também o momento delicado da política e da sociedade brasileiras. A população, ao mesmo tempo que sofria os desmandos do Governo, como o recrutamento forçado, abuso do poder policial, impunidade, arbitrariedades administrativas etc., não restava inerte a algumas situações. Oliveira (2006) assinala que muitos grupos populares se formaram a fim de expulsar policiais, delegados ou juizes de suas localidades e que, embora grave, esse tipo de transgressão popular restava geralmente impune, denotando uma força repressora estatal ainda frágil. Dentre outros casos, cita aquele ocorrido em Bonfim em 1921, no qual o juiz de direito da comarca foi deposto e afastado da cidade pelo seu adversário político, apoiado por mais de cem “cavaleiros armados”.

O que fica evidente é que nem sempre as autoridades policiais cumpriam a contento seus papéis profissionais. Fatores como falta de capacitação, vocação, disposição ou meios adequados para tal, foram algumas das razões para essas falhas. E sobre esse assunto, o jornal *Santuário da Trindade* pode auxiliar em certas reflexões. Como mencionado acima, a folha ora os exaltava, ora os recriminava e, insolitamente, na matéria abaixo, faz as duas coisas. Conta que um chefe de polícia do estado do Rio dispôs aos delegados “enérgicas providencias contra certas modinhas e canções, bem como ditos e gracejos picantes” durante os festejos do carnaval, autuando os transgressores por ofensa moral. Disposição esta, que deveria ser copiada pelas autoridades goianas, segundo o periódico. Prosseguindo, o redator se pergunta o que deveria ser feito, já que “certas *autoridades* são os primeiros a fomentar e abrir casas de tolerancia, proteger e tomar parte em jogos, deffender os crimes punidos pela lei e dar o mao exemplo aos outros” ? (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 145, p. 2, grifo do redator). Infelizmente – e talvez propositalmente – neste caso, não fica claro se essas *autoridades* eram

personagens políticos ou membros da Força Pública.

De todo modo, o periódico não se privava de chamar a atenção da população leitora para a incompetência policial. Em 2 de janeiro de 1926, “escrevendo o que toda a gente sabe”, ele narra sobre disputas e entraves políticos da cidade de Campinas. E, uma das diversas consequências dessas disputas era que “os crimes ficam sem punição (uns 6 ou 8), o respeito às autoridades desapareceu, cada um faz o que bem entende”. Nesse caso, o editor parece ter “cutucado a onça com vara curta”, pois uma carta-resposta não tardou a chegar. A resposta fora enviada pelo coronel José Rodrigues de Moraes Filho, juiz municipal da cidade em questão. O juiz, após cumprimentar os responsáveis pelo “sympatico e bem dirigido órgão de publicidade”, sobre a nota de 2 de janeiro declara, mui respeitosamente, que “o toque referente a justiça, despertou na minha autoridade, um dever de revidar o ponto”. Assim, o representante da justiça local assinala que

A justiça aqui é feita regularmente, os crimes são punidos, estando os processos feitos e sendo terminados, sendo efetuadas as prisões dos delinquentes, pois só hoje é que temos força para cumprimento da lei, sendo a justiça respeitada em toda a sua integridade, não tendo politica de cor alguma. Desfazendo essa pequena nota do seo artigo, estou certo de que prestareis a justiça do termo que dirijo, um alto favor desvanecendo quaesquer más impressões que ao longe possuem dar causa, para firmar e a meu favor (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 141, p. 3).

Vale salientar que o periódico demonstrou uma louvável conduta ética ao publicar a carta do juiz, muito embora tenha se valido do direito de permanecer em silêncio. De fato, nenhum outro comentário foi tecido sobre o assunto. Por outro lado, todavia, possivelmente soaria como uma afronta a omissão de tão respeitosa – e resoluta – resposta. A despeito das palavras convincentes do juiz, parece mesmo que, então, certa morosidade e ineficiência eram já bastante evidentes. Ressalta-se que, um ano antes, em março de 1925, o jornal advertira sobre o fato de a cadeia de Campinas estar vazia, não obstante os oito assassinatos ocorridos após a inauguração da mesma⁷⁶.

Na anedota abaixo, a fim de camuflar sua ignorância sobre a questão apresentada pelo arguidor, o discípulo sai pela tangente dando uma resposta distante da questão gramatical.

⁷⁶ Em nota de 21 de outubro de 1922 o jornal anuncia que a construção do “edifício espaçoso e moderno” da Casa do Conselho estava “muito adeantada” e, com um comentário alvissareiro, arremata: “felizmente os commodos destinados a cadeia poucas vezes serão ocupados, pois o povo do municipio é tão pacato que há mais de dous annos não há aqui caso de crime” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 9, p. 4). Se essas informações estiverem corretas, valerá dizer que num tempo inferior a três anos, oito assassinatos ocorreram na região, e mais, restavam impunes até então.

Num exame de grammatica: Pedro matou Antonio. Onde está o sujeito?
Discipulo: Provavelmente na cadeia.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924 n. 73, p. 3)

Se as situações dos chistes seguintes fossem verdadeiras – não se exclui, todavia, que fatos análogos possam ter ocorrido – poder-se-ia afirmar que o andamento dos processos era dificultado também pelos interrogatórios dos acusados, e que estes exigiam muita paciência dos delegados. Nas piadas, os réus, malandros e irreverentes, fazem o possível para confundir e retardar as investigações.

Na chefatura de policia.
– O réu tem parentes proximos?
– Não, senhor.
– Não disse, ha pouco, que tinha pais e irmãos.
– Mas não estão proximos; vivem em Manaus.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 121, p. 4)

PERANTE A POLICIA:
Commissario da policia: Onde moras?
Preso: Em nenhuma parte.
E o senhor? – pergunta ao companheiro d'esse.
No segundo andar da casa desse. Mas não ha elevador.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 234, p. 4)

Porém, não somente de reprovações e insucessos subsistia a força policial e judicial de Goiás. Uma longa matéria, publicada em 14 de agosto de 1926, intitulada “Barbaro assassinato em Pouso Alto” e firmada “Do correspondente”, oferece três exemplos de episódios funestos cujas ações destemidas dos delegados goianos levaram à captura dos criminosos. Ressalta-se que todos eles ocorreram em fazendas de proprietários muito abastados da região, condição que, seguramente, contribuiu ao desenrolar rápido e, quase sempre, eficaz dos episódios. As narrativas – ricas em detalhes cruéis, aqui subtraídos – contam que no primeiro caso ocorreram agressões ao casal proprietário e assalto, mas “graças à energia, esforços e perspicacia” do delegado de polícia, o coronel Avelino Alves Vieira, ambos os bandidos foram presos. Um deles, porém, foi solto por padecer de doença gravíssima (lepra) e, o outro, “terrível assassino e ladrão”, foi transferido para a cadeia “segurissima” de Morrinhos, de onde, pouco tempo depois, conseguiu fugir.

No segundo episódio, mais grave, houve assassinato e roubo. Outra diferença em relação ao primeiro é que neste, os dois bandidos “felizmente não conseguiram escapar à acção da justiça” e foram presos na cadeia local que “apesar de não oferecer segurança, os

conserva ainda a espera de julgamento”. Já no terceiro e último caso, ainda mais comovente e atroz que os outros, ocorreram dois assassinatos seguidos de roubo. Após o ocorrido, os três delinquentes se deram à fuga, mas foram capturados pelo tenente e delegado Severino Sergio dos Santos, “cujas acções energicas no cumprimento de seus deveres, falam exuberantemente por si”. O mesmo, “deu evidentes mostras do desejo que nutre seu bem formado coração de jovem justiceiro, de pôr termo aos desmandos que inspiram no interior deste Estado, promovidos pelos sem occupação” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 169, p. 3).

A narrativa dos crimes ocorridos em Pouso Alto deixa claro que o êxito das três operações foi obtido graças à coragem e ao brilhantismo de – tomando emprestado o jargão policial – “elementos” singulares, e não devido à força de um grupo organizado, investigativo ou de ação, até então inexistente.

Pode-se afirmar, contudo, que se o mister de delegados, juizes, policiais e advogados não teve muito espaço nas matérias sérias do jornal *Santuário da Trindade*, na seção “Anecdotas”, em contrapartida, ele teve mais visibilidade. As ocorrências de piadas cujos alvos são os próprios “homens da lei” foram numerosas e os ambientes cotidianos desses personagens – foros, tribunais, cadeias ou a rua – tornaram-se palco para as situações de troca.

Como compreender a razão desses agentes da força policial e judicial – grandes protetores legais da população – terem sido achincalhados com tal frequência e vivacidade nas piadas no jornal em questão? Nessas pilhérias, o deboche dos réus ou dos simples depoentes frente às autoridades é patente. Os representantes da ordem, embora limitados por diversos fatores, como anunciado anteriormente, não deveriam se respeitados e dignos de admiração, posto que muitas vezes arriscavam suas vidas para proteger a população, no combate à bandidagem? Por que então, ao contrário, eram alvos de chistes, muitas vezes pesados e insolentes?

A hipótese que se apresenta para essa questão é a do “humor-deboche” ou do “rebaixamento”. As piadas abaixo dão uma ideia do anunciado até aqui.

No Jury.
O juiz, paternal, ao réo:
– Espero que seja a ultima vez que o veja neste recinto.
O réo, com interesse:
– Como? Pois V. Excia. pretende aposentar-se?
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 353, p. 3)

Nesse caso, o réu, incorrigível, deixa claro que a única possibilidade de evitar um

novo encontro entre ele e o juiz seria pelo afastamento deste último, já que o mesmo não pretendia abandonar a “profissão”, não obstante a iminência de ser ulteriormente capturado. É desnecessário asseverar, obviamente, que a população leitora do jornal – imagine seus editores! – fosse fortemente contrária à prática de crimes e concordasse que seus executores deveriam ser punidos com rigor. Então, nesse caso, o humor da piada não deriva do fato do réu anunciar sub-repticiamente que outros crimes viriam a acontecer, mas sim do deboche do acusado que, em tom propositalmente ingênuo, achincalha ao mesmo tempo, o sistema repressor do Estado – declaradamente ineficiente –, e a pessoa do juiz, seu representante imediato. Acredita-se que a anedota possa ter agradado e feito sentido ao público, porque na “vida real”, e sobretudo no contexto da época, símile resposta seria quase impensável para uma pessoa de bem, exceto se camuflada por piada que, diz sem querer dizer e fala por vias reversas. Ou, como sugere a teoria bakhtiniana sobre a inversão carnavalesca: o juiz tornou-se vítima do réu. O mesmo aconteceu com o capitão na anedota a seguir:

No quartel.
– Sargento!
– Prompto, seu capitão.
– Porque castigou o soldado 81?
– Porque o apanhei querendo arremedar V. S. diante da companhia.
– Arremedar-me! Mas que faria esse patife?
– Repetia as vozes de commando, berrando como uma besta!
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1931, n. 390, p. 3)

Este chiste trata de um problema interno às escolas militares. Nele, porém, o humor decorre de um ato falho do sargento, ou seja, sua fala intencional sofreu uma interferência – que exprimiu sua vontade inconsciente – não intencional. Vale dizer que o competente militar, ao explicar os motivos da punição exemplar feita ao soldado debochado, acabou por debochar, ele mesmo, do superior. O sargento assinalou, “sem perceber”, que concordava com a opinião do soldado segundo a qual o capitão comandava “berrando como uma besta!”.

Em ambos os casos, há uma espécie de inversão da ordem social e hierárquica, que coloca os figurões do poder à mercê do riso dos mais “fracos”, do “populacho”. É a revanche por meio do bom-humor que os fazem escapar, momentaneamente, de suas condições vulneráveis. Esse humor, contudo, parece não visar à mudança social, mas somente algum tipo de alívio proporcionado pelo divertimento, como sugere Bakhtin (1999).

Dentro do complexo contexto goiano do período, a inserção dessas anedotas que tripudiavam dos “homens da lei” deixa claro o poder do humor como uma possível válvula de

escape, muito bem utilizada pelos editores do jornal *Santuário da Trindade*. Afinal, debochar do delegado, juiz ou policial era algo que poderia minimizar as agruras dos desmandos cotidianos, é a ideia do “mundo virado de cabeça para baixo” como descreve Burke (1989, p. 212) em relação ao carnaval popular da Idade Moderna. Assim, ressaltando a primeira hipótese desta pesquisa, assinala-se que o periódico soube utilizar muito bem as anedotas como estratégia discursiva a fim de atrair o público leitor, dando-lhe “pano pra manga” para triunfar – mesmo que somente na fantasia – sobre as autoridades legais.

As piadas, nesse sentido, exibem as mais variadas situações. Apresentam réus que, fazendo-se de desentendidos, dificultam sua identificação, a exemplo também de dois outros chistes já apresentados.

Na Delegacia:

Juiz: – Qual é o seu estado?

Réo: – Um tanto febril; não pude dormir esta noite toda; mas, em todo caso, agradeço-lhe muito o interesse que se digna ter por minha humilde pessoa.

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1927, n. 227, p. 3)

O JUIZ E O RÉO:

Como se chama? – Quem, eu? – O sr., naturalmente. - João Mestiço. – Que idade tem? – Quem, eu? – (Juiz aborrecido): Ora, pois não estou falando só com o sr.? – Ah! 60 anos? – Onde nasceu? – Quem, eu? – (Juiz zangado): Não, eu!! – "Ué", como posso eu saber onde "vancê" nasceu!?

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1928, n. 274, p. 4)

Em algumas, os delinquentes escamoteiam a realidade procurando se safar das encrências.

Deante do delegado.

– Você está acusado, de ter roubado o burro.

– Não roubei, não sr. delegado; achei-o.

– Mas não viu no burro as letras B. S. D., indicando o dono delle?

– Vi, por isto mesmo é que o levei para casa. Pensei que aquellas letras queriam dizer: burro sem dono.

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1922, n. 8, p. 4)

Um guarda-civil encontra à noite um vagabundo deitado num banco da Avenida Beira-Mar. Acerca-se d'elle e diz:

– Você não pòde dormir num banco d'estes!

– Eu não sou de luxo! è duro mas serve. Agradeço a atenção.

E o vagabundo estira-se de novo.

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1925, n. 133, p. 4)

Em outras, os réus não deixam barato e apresentam argumentos verdadeiramente ferinos.

Pio voto.

Juiz ao condenado: – O senhor foi condenado á morte. Tem ainda um ultimo desejo?

Condemnado: – Sim, senhor juiz, eu desejava muito que o senhor estivesse em meu logar.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 316, p. 3)

Um careca. Juiz ao reo: Se fôr verdade, mesmo que seja só a metade do que dizem as testemunhas, o snr. deve ter a consciencia mais preta que os cabellos.

– Reo: Sr. Juiz, se julgar a consciencia pelos cabellos, o snr. não terá consciencia alguma.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 61, p. 3)

Ao contrário das anedotas acima, na “vida real”, a população respeitava – ou melhor, mais temia do que respeitava – esses agentes da lei. As histórias narradas a seguir dão uma ideia do respeito que lhes tinha a gente comum, e também do estopim curto de alguns desses agentes. A primeira delas é parte da obra *Goiás: humorismo e folclore*, do escritor goiano José Sisenando Jayme. O fato, ocorrido na cidade de Bonfim, atual Silvânia, possivelmente entre os anos de 1912 e 1916, teve como personagem principal o juiz de direito Dr. Alfredo Augusto Curado Fleuri, descrito como um homem de rosto severo, de aparência aristocrática e sempre bem vestido, “respeitadíssimo por toda a população da Comarca”.

A história envolveu o julgamento do processo-crime resultado de uma briga, na qual um rapaz fora gravemente ferido a punhal na residência da “prostituta, apelidada de Maria Que Você Trouxe”. Na audiência, que contou com a presença dos advogados, do promotor público, dos parentes dos envolvidos, das testemunhas e dos curiosos, o juiz travou com o depoente, “pessoa simples e analfabeta”, o seguinte diálogo

– O senhor estava presente, quando ocorreram os fatos delituosos, aos quais se refere o processo?

– Tava, seu dotô juiz.

– O senhor pode declarar o local em que tais fatos se passaram?

– Foi na casa da *Maria Que...*

(JAYME, 1990, p. 257, grifo do autor)

Ao iniciar o nome da mulher, o depoente “engasgou-se e amarelou”, imaginando que sua finalização faltaria com respeito ao juiz. Após alguns segundos, finalmente teve a inspiração que poderia livrá-lo daquela situação de “apertura em que estava. E sem ofensa ao

“*doutô juiz!*”. Quando Dr. Alfredo refez a pergunta, o depoente sem hesitação respondeu: “ – Foi na casa da *Maria Que o Senhor Trouxe*, seu dotô juiz!”.

A surpresa foi tamanha que os presentes emudeceram. O juiz quis mandar prender a infeliz testemunha, por desacato. Nessa hora, complementa o autor, o difícil foi encontrar pessoas que explicassem com as palavras certas o ocorrido ao Dr. Alfredo, “e mais difícil ainda: achar quem explicasse...”.

A narrativa acima mais parece uma anedota. Mas, nesta história, ao contrário das piadas presentes no jornal sobre tribunais e delegacias, estão evidenciados tanto o receio da população em argumentar com as autoridades, quanto a severidade com a qual as questões eram tratadas. Vale lembrar que houve voz de prisão para a testemunha. Infelizmente, para ela, na complicada situação em que se encontrava, não seria a troca de um pronome de tratamento por outro, mais formal e respeitoso, que lhe salvaria a pele.

Se um simples “equivoco” acabou gerando voz de prisão ao depoente, no caso narrado por Jayme (1990), imagina o que teria ocorrido na mesma sala do fórum, se a testemunha se apresentasse bêbada e ainda respondesse de forma deliberadamente atrevida, como na anedota abaixo?

Uma testemunha apresentou-se á audiência embriagado.
– É assim neste estado que se vem ao tribunal?
– In vino veritas, senhor presidente.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 80, p. 4)

“No vinho está a verdade”, alega a testemunha, concordando com os antigos romanos para os quais certa embriaguez contribuía à soltura da língua e à conseqüente aparição da verdade. Por outro lado, certa confusão gramatical e ousadia também devem ser levadas em conta como possíveis efeitos do consumo etílico, como o exemplo da piada abaixo.

No quartel.
O tenente, percorrendo o quartel, encontra um soldado em estado de embriaguez completa. Reprehende-o fortemente dizendo: – Estás bebado! é falta grave para um soldado; sabes, qual è a tua pena?
Soldado: – Pena! não tenho pena alguma, antes pelo contrario sinto-me alegre agora como nunca.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 301, p. 3)

Nesta, o soldado transgressor confunde “pena” significando castigo e punição, proposta pelo tenente, com “pena” no sentido de tristeza e desgosto. A piada explica que a

embriaguez é “falta grave para um soldado”, mas teria sido também para patentes mais altas? Fato é que a ação e resposta do soldado servem a realçar certa subversão da ordem. O soldado não tem medo da punição, ao contrário, sequer compreende a ameaça do tenente, pois se sente completamente tomado pela alegria.

A segunda história – ou histórias – refere-se a um dos agentes da lei mais polêmicos da vida judiciária goiana do início do século XX. Trata-se de Celso Calmon Nogueira da Gama⁷⁷. No livro *Memórias de outro tempo*, Francisco de Britto relata que “como juiz, como chefe de polícia e mais tarde como desembargador, seus atos eram comentados como partidos de um indivíduo intolerante, arbitrário e às vezes burlesco” (BRITTO, 1980, p. 83). Os “comentados” aspectos e atos burlescos de Celso Calmon podem ser derivados da rigidez de caráter e do zelo excessivo com o qual cumpria – e ordenava o cumprimento – as normas da lei⁷⁸, como se verá a seguir.

Britto (1980) narra um caso com “acentuado sabor anedótico, mas que juravam autêntico”, que exemplifica de forma inegável o fanatismo legal do magistrado Celso Calmon. Durante a fixação de um marco divisório na selva, um dos trabalhadores foi picado por uma cobra venenosa. Um morador da região que acompanhava os trabalhos ofereceu-se para aplicar-lhe o soro antiofídico que possuía em casa, ao que Dr. Calmon retrucou que não seria possível, posto que estaria agindo contra a lei que autorizava/permitia a aplicação de injeções somente aos médicos, enfermeiros e farmacêuticos. Vistas as graves condições da vítima, o homem argumentou na tentativa de dissuadir o magistrado, mas foi inútil. “ – Pois que morra. Lei é lei”, teria dito Celso Calmon e em seguida ordenou que se abrisse um inquérito. No fim da história, a vítima da picada se salvou mesmo sem a injeção, mas esteve mal por várias semanas em razão do veneno – e da “Lei”.

O autor prossegue, reiterando que Celso Calmon conseguia transformar atos simples em rituais, em solenidades e “na presidência de uma sessão de júri era como um sacerdote oficiando no altar” (BRITTO, 1980, p. 84). Dr. Calmon elevava às alturas o princípio da autoridade, reagindo energicamente a toda e qualquer violação da lei. O juiz não temia nem criminosos nem figurões importantes dos municípios de sua jurisdição. Em suas visitas a

⁷⁷ Dentre outras razões, as polêmicas envolvendo o Dr. Celso Calmon devem-se inicialmente ao fato de ele ter sido o juiz que presidiu a Comissão destinada a averiguar os supostos crimes cometidos pelos Wolney, no episódio de 1918/9 na vila de São José do Duro, no qual foram mortos, além do poderoso coronel Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, outras 8 pessoas. Para mais detalhes consultar Oliveira (2006).

⁷⁸ Pode-se refletir que o Dr. Celso Calmon destoa muito do “homem cordial” anunciado por Holanda (1995). A polidez e a impessoalidade com a qual tratava o cumprimento das leis deve ter causado estranhamento em grande parte da população, desacostumada pela tradição em conciliar as leis (universais e impessoais) e a realidade diária (feita de acordos de compadrio e privilégios).

Buriti Alegre, por exemplo, que em 1924 fazia parte da comarca de Santa Rita do Paranaíba, da qual era juiz, causava pânico aos serventuários da justiça e aos que tinham “culpa no cartório”. Para se ter uma ideia da impessoalidade, rigidez e das ações exorbitantes do Dr. Calmon, basta pensar que os jurados eram obrigados a incorporar hábitos inusuais, como ficar sentados por horas, parados, sem cruzar as pernas, calçarem e se vestirem em modo impecável, dentre outros.

Em oposição, a piada abaixo exemplifica como a inflexibilidade humana pode ser, em alguns casos, contraproducente. Afinal, no afã de demonstrar a importância do cumprimento do protocolo ao pé da letra, segundo o qual cada um dos participantes só tem a palavra em um momento predeterminado, o juiz acabou por comprometer o desenrolar do julgamento, retardando-o por horas.

No jury de provincia:

Não tendo defensor o réu, o juiz convida algum dos assistentes a servir por caridade. Apresenta-se um e pede a palavra.

– Queira esperar a sua vez - diz o juiz - Vai-se lêr o processo e, depois de falar o órgão da justiça, o Sr. terá a palavra.

O homem senta-se, calado.

Depois de 3 horas de leitura e discurso do promotor, diz o juiz:

– Agora tem a palavra o Sr.

– É que eu queria dizer que sou um tanto surdo. Queria pedir para ficar perto do promotor e das testemunhas...porque não ouvi uma palavra...

Foi necessario recomeçar a sessão.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 189, p. 4)

Já a próxima anedota denuncia que autoridades excessivamente severas, mesmo sendo respeitadas, podem ser malquistas e odiadas. No caso, o benévolo soldado preferiu abdicar de uma possível recompensa, temendo se tornar alvo de vingança dos companheiros por ter salvado o superior.

Lord Wellington era um monstro de severidade e por isso mal visto dos soldados. Quando simples official cahiu accidentalmente num canal e morreria si não lhe tivesse acudido um soldado.

Wellington agradecendo, pergunta-lhe de que modo poderia recompensal-o.

– Calando-se – disse o soldado.

– E porque, amigo?

– Porque si os camaradas souberem que eu vos tirei do canal, atirar-me-ão nelle.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 199, p. 3)

O rigor exagerado do Dr. Celso Calmon possivelmente causava medo – além de

respeito – nas pessoas que o conheciam, mas é plausível pensar que sua figura inflexível e inclemente possa ter gerado também algum tipo de piada ou escárnio sobre seu conto. Sobre esse aspecto, o brilhante romance histórico de Antônio José de Moura, *Sete léguas de paraíso*, oferece uma passagem memorável referente ao magistrado em questão, mostrando que sua visão irremediavelmente intransigente do mundo e seu abuso de autoridade poderiam, na surdina, ser alvo de vingança por meio do riso e do deboche.

O autor associa o juiz Celso Rincon Vieira da Gama (seu nome, no romance) a Drácon, famoso legislador ateniense que ficou conhecido, dentre outros motivos, pela extrema intransigência na aplicação das leis. Moura (1989), ao mencionar o juiz em suas histórias “incríveis”, valeu-se também de antonomásias que são, por si sós, anedóticas, como “dublê de magistrado”, “sentinela da ordem”, “senhor dos códigos”, “palmatória do mundo”, “paladino dos códigos”, “senhor dos autos”, “mandarim da lei”, “prolator de sentenças”, “ferrabrás dos códigos” e “espadachim da justiça”, reforçando a ideia do Dr. Celso como um homem implacável no cumprimento da lei. O uso dessas figuras de linguagem, dessas denominações superlativas, assinala uma espécie de deboche velado, porém contundente. O juiz recebe apelidos como se fosse um personagem de história em quadrinhos, um super-herói, contudo grotesco.

O juiz Celso Rincon, relata o autor, fora alvo de uma pilhéria inventada e prazerosamente contada por certo Dr. Domingos Fregônio, “médico insigne e político de grande cabotagem e largos horizontes”, e que, mesmo sozinho, o esculápio ria de “orelha a orelha à lembrança da lasciva historieta”. Na íntegra

...pergunta o Dr. Domingos, Sabe como ele brinca a melhor das brincadeiras com a esposa? Quem ouve arregala os olhos, e ele, Tem dia certo na semana, uma única vez aliás, hora de começar, duração prevista e exatíssima para o jus copulorum, terça, dez da noite, cinco improrrogáveis minutos que incluem o despir e vestir a roupa, o banho genital de baciinha anterior e posterior ao coitus judicandi, sua excelência ali, firme, de cronógrafo na mão. De repente, com aquela voz de anunciador de catástrofes, o meritíssimo grita

– Cara-metade, é já!

E atira-se sobre a brancona de pernas abertas, esperando. Entra nela, dá aqueles tremeliquinhos de galo, o olho do coração fechado, o direito a vigiar o tique-tique dos ponteiros, dá outro tremeliquinho e finalmente anuncia, desmontando-a,

– Cara-metade, o nosso prazo venceu, queira levantar-se, vamos nos lavar.

(MOURA, 1989, p. 108)

Não se pode afirmar que símile história sobre a intimidade de Dr. Calmon realmente

tenha circulado nos rincões goianos. Muito possivelmente essa passagem seja somente ficção, fruto da fértil imaginação e senso de humor do genial romancista. Contudo, tendo em mente que a literatura pode oferecer pistas sobre os hábitos e visões de mundo dos grupos sociais, reitera-se a hipótese de que os membros desses grupos, não dispendo de ulteriores vias de fuga contra os desmandos e exageros vindos “de cima”, das autoridades, muitas vezes tiram a desforra por meio do escárnio, na “vida real”. E aqui a teoria Bakhtiniana alerta para o rebaixamento, o grotesco.

Até o presente momento, exaltou-se o deboche e a inversão referentes às autoridades policiais e judiciárias – foco primordial desse tópico. Contudo, outros exemplos poderiam ser utilizados, referentes a patrões e empregados, cidadãos/cultos e camponeses/ignorantes, professores e estudantes, médicos e pacientes etc., para reforçar a ideia do “rebaixamento” e da “quebra de lógica” nas relações de poder, institucionalizadas ou não. Bastarão outros poucos chistes para elucidar essa questão.

Pontual.

O chefe do escriptorio: É verdade que quando o relógio dá as quatro horas, o senhor larga a penna mesmo que seja no meio de uma palavra?

– O escrevente: Não é verdade, não senhor. Quando elle está tão perto das quatro com isto eu já não começo a escrever a palavra.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 25, p. 4)

Nessa relação de trabalho, também hierarquizada, há uma cômica inversão de posições, na qual o chefe, no cumprimento de suas funções, se prepara para repreender o mau funcionário, mas acaba desmoralizado por este. Afinal, é o empregado que toma as rédeas da situação, assumindo descaradamente que nem se dá ao trabalho de começar qualquer coisa, ao ver se aproximar o final do expediente. Ele não denota algum medo de parecer incompetente ou preguiçoso, ao contrário, se vangloria do fato de não deixar uma palavra escrita pela metade.

Vida perdida.

Um filosofo, que atravessava um rio n'uma lancha, perguntou ao barqueiro:

– Sabes historia?

– Eu, não, senhor.

– Pois, meu filho, perdeste metade de tua vida.

– E mathematica?

– Nem sei o que é.

– Pois tem perdida a outra metade.

N'isto levanta-se um tremendo pé de vento. Vendo o barco a voltar-se, pergunta o barqueiro:

– O senhor sabe nadar?
– Eu, não.
– Pois então saiba que perdeu a vida toda inteira.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 210, p. 3)

Já na anedota acima, a cena é protagonizada por um culto pedante e um barqueiro “ignorante” que, valendo-se dos argumentos sarcásticos iniciados pelo “filósofo”, anuncia-lhe a morte iminente. O barqueiro detona a hierarquização do conhecimento, deixando claro que todas as informações eruditas e abstratas do estudioso, de nada lhe valeriam naquela situação, cujo conhecimento necessário era de outra monta, mais elementar e prático.

É fácil supor que essa anedota tenha feito todo sentido para a comunidade goiana da época, que possivelmente se identificou com a situação, já que era, em sua maioria, dotada de conhecimentos mais práticos e cotidianos, em detrimento daqueles mais abstratos e ligados à ilustração. No debate da vida, o caipira venceu o ilustre doutor. A mesma coisa ocorre na pilhéria a seguir, cujo alvo é uma autoridade médica. O esculápio, ao invés de ser visto e reverenciado como “salvador de vidas”, é interpelado de forma maliciosa pelo camponês, que o responsabiliza pela morte dos pacientes.

Um médico de aldeia dirigia-se para ver um enfermo, mas para distrair-se pelo caminho, levou a espingarda, pois era grande amigo das caçadas. Na montanha, encontrou um camponês, que perguntou para onde ia:
– Vou visitar um enfermo, respondeu-lhe o esculápio.
– Pois quê? Volveu o rústico, acaso não está seguro de o matar sem a espingarda?
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 148, p. 3)

Também a arrogância intelectual dos professores foi vítima da esperteza dos ignorantes matutos. Na piada a seguir, os professores, grandes ícones da sabedoria e personagens dignos de respeito, são rebaixados e comparados aos “burros”, clássica associação depreciativa referente à falta de inteligência, geralmente dirigida aos estudantes.

No exame de Historia Natural.
Os Professores de Zoologia e Botanica fixam ironicamente o examinado um pouco atrapalhado:
– Vejamos quantas pernas têm os burros.
O estudante levantando o panno verde da mesa e olhando para baixo:
– Quatro, senhores.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925 n. 105, p. 4)

Os argumentos desenvolvidos neste tópico ajudam a compreender que o jornal

Santuário da Trindade foi uma espécie de microcosmo da sociedade, formada pelo sério (autoridades, religião, trabalho, moralidade) e pelo riso (irreverência, deboche, festas, lazer, ludicidade). E corrobora a tese da circularidade dos elementos da cultura popular e da cultura oficial anunciada por Bakhtin, afinal um jornal católico ortodoxo abriu espaço para momentos carnavalescos de deboche das autoridades. Ressalta-se, entretanto, que esse deboche respeitou algumas autoridades, como os padres, por exemplo. Há piadas em que os religiosos são os debochadores, como esta apresentada a seguir.

Um ateu disse a um sacerdote:

– O reverendo sabe uma grande novidade?

– Qual é?

– O diabo morreu, reverendo; e agora?

O padre, sem se perturbar, leva uma das mãos ao bolso, tira 200 réis e oferece ao engraçado:

– Tome lá, meu amigo. Eu tenho muita pena dos orphãos...

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1925, n. 110, p. 4)

Este chiste foi veiculado em 1925 e outras duas vezes no ano seguinte. O espirituoso ateu, tentando debochar da fé do reverendo, procurou colocá-lo numa saia justa anunciando a morte do seu arqui-inimigo: o diabo, mas acaba recebendo – para usar um trocadilho – o troco sarcástico. A resposta ferina da autoridade religiosa revela sua postura de brincalhão, já que é evidente que não há pretensão clara de converter o ateu, mas somente gozar e debochar dele.

Em suma, como assinala Freud

Tornando nosso inimigo pequeno, inferior, desprezível ou cômico, conseguimos, por linhas transversas, o prazer de vencê-lo [...] Um chiste nos permite explorar no inimigo algo de ridículo que não poderíamos tratar aberta ou conscientemente, devido a obstáculos no caminho; ainda uma vez, *o chiste evitará as restrições e abrirá fontes de prazer que se tinham tornado inacessíveis* (FREUD, 1905, p. 1914, grifo do autor).

Nesse sentido, juízes, policiais, delegados, médicos, homens cultos e chefes profissionais foram “vencidos”, ao menos simbolicamente, pelo prazer do deboche e do riso popular nas piadas do jornal *Santuário da Trindade*. Enfim, o processo de disciplinarização das práticas e costumes populares pelo Estado encontrou uma resistência direta (motins, sedições, revoltas), mas também uma resistência de caráter discursivo (como é o caso das piadas).

Contudo não se trata de uma ruptura radical entre o popular e o sério, pois, às vezes até as autoridades se permitiam rir com o povo. E para realçar essa afirmativa, uma última

história merece ser contada. Tudo aconteceu em decorrência da leitura de uma ata do conselho de sentença, em um julgamento. O jurado sorteado para a leitura, por possuir escassos conhecimentos da língua portuguesa, acabou cometendo “uma sucessão de disparates linguísticos, de violações da prosódia, dando às palavras uma pronúncia reverbativa” (BRITTO, 1980, p. 84), provocando uma crise de riso nos presentes (jurados, promotor, advogado de defesa), inicialmente sufocada por lenços e pela campainha do juiz, que pouco depois não aguentou e também “riu a não poder mais”. O juiz em questão era o inexorável Dr. Celso Calmon. E assim, ficou provado que até os “dracons” são capazes de rir!

Finalizando, reitera-se que neste capítulo a ideia foi perceber, à luz da teoria bakhtiniana, as piadas como possíveis atrativos do jornal, por proporcionarem alguns momentos de descontração e relaxamento. Como se pode observar, os temas e personagens foram os mais diversificados. O humor e o riso “não perdoaram” nada nem ninguém: autoridades foram achincalhadas, infortúnios e desgraças foram ironizadas, condições difíceis foram debochadas. Nesse sentido, se as matérias do periódico, em sua maioria, tratavam de temáticas sérias e sugeriam uma conduta de vida restritiva e de contrição, pode-se supor que o humor de algumas piadas serviu a levar um pouco de alívio momentâneo ao público leitor, por meio do riso. As angústias e a difícil realidade material e existencial do período podem ter encontrado uma espécie de antídoto, mesmo que provisório, no humor.

3. O HUMOR E O RISO A SERVIÇO DO CONSTRANGIMENTO

Pretende-se, neste capítulo, discutir a outra hipótese justificativa da presença de um determinado tipo de piadas no jornal *Santuário da Trindade*. Acredita-se que a inserção de certas pilhérias tenha sido uma estratégia utilizada a fim de reforçar preceitos sociais, religiosos e morais na comunidade leitora do periódico, pelo fato de elas revigorarem, muitas vezes, as mesmas mensagens das matérias sérias, de forma aparentemente mais leve e despreziosa. Esta hipótese é corroborada pela teoria do riso do filósofo francês Henri Bergson, na qual o humor cumpriria a função de corretor dos vícios e automatismos sociais.

As categorias escolhidas para análise neste capítulo foram aquelas cujos debates estavam mais em voga no período de circulação do periódico, vale dizer, as críticas em relação ao comportamento de homens e mulheres no casamento – práxis sacramental tão incentivada pela Igreja Católica, principalmente se considerada a resistência tenaz da população goiana a esse respeito –, e as críticas aos costumes considerados “modernos”, “peste virulenta” execrada pela supracitada instituição religiosa.

Vale recordar que, muito embora houvesse indícios fortes de restauração com o Estado, a década de 1920 foi um período ainda bastante delicado para a Igreja Católica. Prova disso foram as lutas do próprio jornal contra as outras manifestações religiosas e seculares, o casamento civil, a invasão da “moda”, a modernização dos costumes, dentre outros. Nesse sentido, tanto o “contrato civil” quanto os costumes ditos “modernos” foram vistos como portadores de degradação e ruína moral, religiosa, familiar e social e, por isso, combatidos vigorosamente pelo *Santuário da Trindade*, não obstante o mesmo exaltar a “modernidade” no plano econômico e social. Assim, a luta pela manutenção de certa visão de mundo e modo de vida dentro dos preceitos cristãos levou seus editores a intensificar o combate às “novidades”. O jornal pregava a vida simples, sem “extravagâncias”, focada no âmbito privado e religioso.

Com o propósito de moralizar e “resgatar” a sociedade para o “lado bom da força”, várias estratégias foram empregadas por seus editores: da pedagogia do medo – com ameaças iminentes de castigos em vida ou *post mortem* –, passando pelos conselhos dos “santos homens da Igreja”, até a utilização do humor em prol da moralização, como se verá a seguir.

As análises do “riso dos teólogos” com o uso de *exempla* cômicos apresentadas por Georges Minois (2003) também corroboram essa hipótese. A estratégia da utilização do

humor nos sermões medievais – prática que não agradou a muitos pregadores – percebia o riso não como um fim em si mesmo, mas como um meio útil, e essa finalidade instrumental buscava “lutar contra os vícios, certamente, e ridicularizá-los. Mas, além disso, de forma menos consciente, trata-se de combater a novidade, a inovação socioeconômica, responsável pela crescente depravação dos costumes” (MINOIS, 2003, p. 222). O autor prossegue, acrescentando que a tentativa de ridicularizar os protagonistas dessa evolução, por meio do riso, representava o desejo de reprimir a própria evolução em curso e, ao contrário do riso individualista, que incentivava cada um a pegar a sua parte, o riso do sermão é comunitário e, por sua vez, almejava suprimir os desejos de independência do indivíduo.

Não obstante as diferenças espaciais e temporais, não se deve descartar a possibilidade de que os propósitos de utilização do humor tenham sido os mesmos nos dois casos – nas pregações medievais do século XII e no jornal *Santuário da Trindade* no início do século XX –, vale dizer, rir chamando a atenção para o ridículo da situação/pessoa no intuito de inibir os comportamentos reprováveis.

É importante ressaltar que os membros redentoristas residentes em Goiás se lamentaram diversas vezes do excesso de trabalho na diocese⁷⁹. Eram em número reduzido e o trabalho com as missões e assistências várias, e ainda a manutenção do convento (onde residiam) ocupavam-lhes praticamente todo o seu tempo. Quase sempre, os diretores do jornal eram também os Superiores de Campinas, fato que prejudicou uma dedicação mais efetiva ao jornal, como assinalam várias passagens das *Ânuas*. Nesse sentido, não obstante a importância das anedotas segundo a hipótese apresentada, é plausível pensar que seus responsáveis não tenham conseguido dedicar tanto tempo à escolha daquelas que contemplassem plenamente os pressupostos religiosos e sociais que pretendiam afirmar.

Feitas essas considerações e ressalvas iniciais, adentra-se finalmente no cerne do capítulo. Pretende-se, à luz da teoria do riso de Bergson, fazer a análise de algumas anedotas do jornal *Santuário da Trindade* relacionando-as aos assuntos “sérios” do periódico na

⁷⁹ Dois exemplos são suficientes para ilustrar essa afirmativa. A carta do então Superior de Campinas Pe. Lourenço Hubbauer ao superior provincial Pe. Paulo Gottfried, em 06 de setembro de 1928, anuncia que “ele [o Bispo] confia demasiadamente em nós, isto é, ele faz de nós cabide de coisas demais; é impossível corresponder inteiramente por muito tempo, com as poucas forças que temos, a tais expectativas” (COPRESP, v. X, 1928-1930, p. 160), e outra carta, de 16 de fevereiro de 1929, endereçada aos Frs. Nogueira e Mello, na qual Pe. Hubbauer confirma que “o Sr. Bispo é sumamente pródigo em provas de confiança, encarregando-nos de tantos trabalhos e cuidados”. Pe. Hubbauer relata que ficaria sozinho na casa até a Páscoa, posto que os outros membros redentoristas estavam empenhados nas diversas festas da região, e que os trabalhos eram tantos: além da administração “tão complicada” da casa, havia a redação do *Santuário da Trindade*, a assistência espiritual no Colégio das Irmãs Franciscanas (80 alunas), a confissão de doentes na roça, etc. (COPRESP, v. X, 1913-1920, p. 313)

tentativa de comprovar a hipótese do uso instrumental de grande parte desses chistes como propagadores do ideal cristão, dentro da função de corretor social. Em todo caso, na pior das hipóteses, mas nem tão ruim assim, se conseguirá dar boas risadas, afinal muitos destes chistes continuam ainda bastante atuais em seus elementos cômicos. Isso não deixa de ser uma grande piada: a moral de uma época é motivo de riso para outra!

3.1. O RISO MORALIZADOR DE BERGSON

Efeitos da pinga.

um bebedor caiu na rua e não pode mais levantar-se. Na mesma posição teve de alijar a carga do estômago.

Percebendo isto um cão, veio regalar-se com aquilo. E como soube por agradecimento, ao passo que ia ingerindo uma dose, lambia a cara do bebedor. Este imaginando estar na casa do barbeiro, disse:

— Compadre, a navalha hoje está macia que nem velludo.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 1, p. 4)

Esta anedota satiriza um ato muito condenado pela Igreja Católica, em geral, e pelos missionários redentoristas, em particular, vale dizer, o vício em bebidas alcoólicas. Este vício era visto pela comunidade religiosa como um enorme problema, um fator de ruína pessoal, de desagregação familiar e social. Prova disso são as inúmeras e severas críticas presentes nas páginas do jornal *Santuario da Trindade*, nos anúncios e comentários sobre as festas religiosas, sobretudo em relação àquela do Divino Padre Eterno em Trindade.

Nesta piada, o estado de embriaguez era tal que o personagem, caído na rua, chega a confundir a língua do cão que lhe lambia a face com a navalha do barbeiro. Nesse sentido, uma possível motivação para a veiculação de piadas desse gênero no jornal em questão pode ser, concordando com Bergson (1983), a de que o riso possui uma função de corretor social, na medida em que procura corrigir os vícios da sociedade através da ridicularização e da humilhação.

O filósofo francês Henri Bergson interessou-se pelo assunto ainda bastante jovem e em 1884, com apenas 25 anos de idade, profere a conferência *O riso. Do que rimos? Por que rimos?*. Contudo, é somente em 1900, com a publicação da obra *O riso, ensaio sobre a significação do cômico*, que o autor desenvolve sua principal teoria sobre o tema. Bergson se formou na mesma escola superior que Durkheim, ambos marcados pela “dimensão social dos comportamentos humanos”, e enquanto a obra *O suicídio* de Durkheim, publicada em 1897,

anuncia que “esse gesto [o suicídio] é consequência do rompimento do feixe das solidariedades sociais”, a obra *O riso* se torna, em certa medida, sua contrapartida, no sentido que Bergson percebe o riso como uma “reação inconsciente que visa manter a homogeneia do tecido social sancionando os desvios de comportamento”, como afirma Minois (2003, p. 521).

O prefácio d'*O riso* anuncia que a obra é composta por 3 artigos, anteriormente publicados na Revue de Paris em 1899, sendo sua intenção determinar os processos de produção do cômico dentro da especificidade e rigor científicos, em forte oposição metodológica em relação àquilo que vinha sendo produzido por outros pesquisadores do tema. Vale a pena analisar esta obra, já que esta se constitui numa importante referência sobre o assunto. Com efeito, diversas pesquisas utilizam-na, muitas vezes como marco teórico principal. Alberti (2002, p. 196), no entanto, considera o texto um dos mais ambivalentes sobre o tema e anuncia que “mais do que um ensaio sobre a significação do cômico, como quer seu autor, constitui um projeto de fixação da significação do riso”, não obstante, sua teoria parece ter adquirido um “caráter de autoridade original” em suas propostas teóricas.

De acordo com Minois (2003, p. 522), a teoria bergsoniana sobre o riso destoa daquelas produzidas no período, que o consideravam apenas como um ato reflexo, sem intencionalidade. Embora Bergson não negue os aspectos psicofisiológicos do riso ressaltados em outros textos, o autor, influenciado fortemente pela sociologia, desenvolve uma teoria que compreende o riso como “manifestação do ímpeto vital”.

No primeiro capítulo do livro, Bergson chama a atenção para alguns pontos relacionados ao cômico: primeiramente anuncia que ele é algo propriamente humano, não existindo, por exemplo, nos objetos, animais ou na paisagem, ou seja, não há algo risível sem a associação direta ou indireta ao humano; ele requer certa dose de insensibilidade para se manifestar, ou melhor “o cômico exige algo como certa anestesia momentânea do coração para produzir todo o seu efeito. Ele se destina à inteligência pura” (p. 8); é um ato a ser vivenciado em grupo, denotando certa cumplicidade entre as pessoas envolvidas; possui uma função social; e, finalmente, sua compreensão requer uma análise em seu ambiente natural, ou seja, a sociedade. Em suma: “o cômico surgirá quando homens reunidos em grupo dirijam sua atenção a um deles, calando a sensibilidade e exercendo tão-só a inteligência” (p.9). Contudo, como anuncia o autor, os dois últimos pontos orientarão e serão a base de suas reflexões, vale dizer, a utilidade do riso na sociedade.

Nesse sentido, várias anedotas do jornal *Santuário da Trindade* corroboram a teoria do

autor. Esta abaixo, por exemplo, realça o alto preço “pago” por um relógio, alvo do roubo de um dos protagonistas:

Numa taberna.

— Olá!...Então já tens relógio?

— É verdade, e bem bom que elle é.

— Quanto te custou?

— Seis mezes de cadeia.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 295, p. 3)

Bergson, após elencar os elementos acima, anuncia sua teoria-chave: o cômico acontece quando o mecânico, de certo modo, suplanta o vivo. Explica que nossas ideias e estados de espírito estão em constante movimento, posto que maleáveis e flexíveis, já os gestos corporais não conseguem acompanhar esta “elasticidade”, gerando certos automatismos. E são justamente os automatismos (essa rigidez mecânica) que provocam as situações cômicas causando o riso, e este, por sua vez, acontece na intenção de reparar sua causa, ou seja, o próprio automatismo humano. Em outras palavras, a sociedade, suspeitando de toda rigidez: corporal, de caráter e de espírito, utiliza-se do riso para corrigir a si mesma. Assim

Do corredor que cai ao ingênuo que se engana, da mistificação ao desvio, deste à exaltação, e desta às diversas deformações da vontade e do caráter, [...] o cômico se instala cada vez mais profundamente na pessoa, sem no entanto deixar de nos lembrar, em suas manifestações mais sutis, algo do que percebíamos em suas formas mais toscas, isto é, certo efeito de automatismo e rigidez (BERGSON, 1983, p. 13).

O riso, prossegue o autor, advém de situações que destacam o desajeitamento de alguém ou de um grupo. Realça algumas categorias, como o cômico das formas (certas imperfeições fisionômicas ou corporais, por exemplo), dos gestos (imitadores ou gestos que se repetem automaticamente), assinala também o risível da moda e do corpo, quando este se sente fora do contexto, dentre outros. Todos os exemplos presentes neste capítulo, corroboram a teoria do riso causado pela “vista do mecânico e do vivo inseridos um no outro” (p. 22), constituindo o ponto de partida e de chegada de seus argumentos teóricos.

Bergson critica as teorias que explicam o riso por meio da causa surpresa ou pelo contraste etc. Segundo o autor, estas teorias dariam uma resposta demasiado simples à questão. Afinal, em inúmeros casos nos quais essas situações acontecem não se sente a vontade de rir. Ao passo que, reitera, “rimo-nos sempre que uma pessoa nos dê a impressão

de ser uma coisa” (p.30).

Na segunda parte do livro, o filósofo se dedica a tratar do cômico de situação – ou ação – e palavras. E, embora reconheça que a vida oferece cotidianamente ocasiões para se observar esse tipo de comicidade, é na comédia teatral que colherá os exemplos para discorrer sobre o tema.

Se inicialmente o riso fora considerado como corretor de algo “condenável” pela sociedade, possuindo um *status* expiatório, aqui ele alcança a *status* de prazer, do qual a humanidade se vale das mínimas razões para produzi-lo. Segundo o autor, a comédia nos permitiria rememorar momentos da infância em que reinava a alegria. Sem perder de vista, contudo, o efeito do “mecânico calcado sobre o vivo”, Bergson traz exemplos da aproximação do cômico de situação com a comédia utilizando-se de analogias com brinquedos infantis e com o boneco de mola. A fim de frisar o automatismo e a repetição de situações, propõe imaginar “uma espécie de mola moral: certa ideia que se exprima, se reprima, uma vez mais se exprima, certo fluxo de falas que se arremesse, que se detenha e recomece sempre. Teremos de novo a visão de uma força que se obstina e de outra resistência que a combate” (BERGSON, 1983, p. 36) anunciando, assim, como a fantasia cômica transpõe o rígido mecanismo material em mecanismo moral.

Outro exemplo indicado é o fantoche a cordões, aludindo à liberdade que os personagens cômicos ilusoriamente acreditam ter. Nesse caso, porém, Bergson (1983) acredita que devido a um instinto natural, os espectadores preferam estar, muitas vezes, do lado dos trapaceiros, de quem manipula os cordões. Essa afirmação do autor é, no entanto, inusitada, pois o ato de concordar com a “manipulação dos cordões”, poderia se configurar no consentimento e participação do mecânico e rígido da atitude humana.

E enfim, como terceiro exemplo, a comicidade pelo circular desencadeamento de circunstâncias, espécie de acontecimentos em séries que, tendo como causa algo insignificante em sua origem, chega a determinado resultado devido a um progresso incontrolável, como uma bola de neve ou o jogo do castelo de cartas. Ri-se pela desproporção entre causa e efeito, tanto de pequenas causas que geram grandes efeitos como também de seu contrário; ri-se, em suma, do dispositivo mecânico que se encerra nesse jogo de causas e efeitos na história de um indivíduo ou de um grupo. Outra causa do riso, prossegue o autor, é a construção de fatos independentes que, em dado momento, interferem entre si, numa coincidência parcial ou total em determinado instante, denunciando uma mecanização da vida, fator constante da

comicidade.

Porém, ao mesmo tempo, observa que “se os acontecimentos pudessem estar incessantemente atentos à sua própria evolução, não haveria coincidências, confrontos, nem séries circulares; tudo progrediria para a frente e sempre” (p. 43) e se, também, os homens estivessem, por sua vez, atentos e em contato consigo mesmos e com os outros, nada levaria a pensar na vida conduzida por molas e cordões. Não só os acontecimentos, mas também a vida real “se esquece a si mesma, porque se estivesse ininterruptamente atenta a si mesma seria continuidade variada, progresso irreversível, unidade indivisa”, contudo, o “desvio dos acontecimentos é excepcional. Seus efeitos são leves. E não há como corrigi-lo, de modo que de nada serve rir dele” (p. 50). Sobre essa passagem, Alberti (2002, p. 190) chama a atenção para o fato de que o autor, no ato de personificar os acontecimentos, imerge a teoria da função social do riso em uma espécie de vácuo, colocando sua eficácia teórica em perigo. Afinal, realça a autora “não adianta rir da distração da vida e da distração dos acontecimentos porque são incorrigíveis”.

Quanto aos efeitos cômicos produzidos pela linguagem, o autor distingue entre aqueles expressos pela linguagem e aqueles criados por ela. No primeiro caso, apesar da possível perda de vigor, o efeito cômico seria traduzível a uma outra língua, já no segundo, entretanto, isso não seria possível devido ao fato que é a própria estrutura da língua a gerar a comicidade, é ela que se torna cômica. Bergson anuncia, no entanto, que a comicidade da linguagem corresponde, em seus aspectos principais, àquela das ações e situações, configurando-se numa projeção destas no plano das palavras. Segundo o autor, uma frase de espírito leva, de forma nítida ou confusa, a uma cena cômica. Para que a frase seja cômica é necessário que ela traga em si algo de reconhecível dito de forma automática, encerrando um “absurdo manifesto”. Tem-se a partir disso uma lei, a qual indica que “obteremos uma expressão cômica ao inserir uma idéia absurda num modelo consagrado de frase” (p. 54), no qual o absurdo não é a fonte da comicidade, mas o meio através do qual o cômico nos é revelado. Obtém-se também o efeito cômico da linguagem quando se emprega no sentido próprio uma expressão dita para ser entendida em seu sentido figurado, dentre outros.

Ao final do capítulo, Bergson revela que a essência do humor constitui-se em descer profundamente no interior do mal, assinalando com fria indiferença suas particularidades. O humorista seria, por seu turno, um moralista disfarçado e, em sentido restrito, o humor faria a transposição do “moral em científico”. Todas essas formas de comicidade ocorrem, não

poderia deixar de ser, devido a certo automatismo que se contrapõe à elasticidade da vida.

Na terceira parte da obra, o filósofo se propõe a analisar a comicidade de caráter, considerada pelo autor como a parte mais importante de sua tarefa. Resultará fácil, admite. Afinal, devido à significação social do riso ligada à falta de adaptação da pessoa à sociedade, o cômico de caráter havia sido seu foco principal, desde o início. Assim, pelo contrário, a dificuldade consistiu em anunciar como o “cômico se pode insinuar num simples movimento, numa situação objetiva, numa frase independente” (p. 64).

Em relação ao seu objeto, o riso se configura numa humilhação, visto que se ri de pequenos defeitos dos indivíduos. Contudo, logo em seguida, o autor faz uma importante revelação: não se ri somente dos defeitos de alguém mas, muitas vezes, também de suas qualidades. Bergson vale-se de alguns personagens de Molière⁸⁰ para expor sua teoria: Harpagon, por exemplo, é risível por sua avareza, já Alceste, por sua honestidade. Talvez não seja cômica a honestidade em si, explica o autor, mas a forma como esta se manifesta, pela insociabilidade da honestidade e do caráter do personagem. Em suas palavras: “o caráter de Alceste é o de um perfeito cavalheiro. Mas é insociável, e por isso mesmo cômico. Um vício maleável seria menos fácil de ridicularizar do que uma virtude in-flexível. Suspeita à sociedade é a *rigidez*” (p. 66). Vale lembrar que essa comicidade será arrebatadora somente se o autor/ator conseguir eliminar a sensibilidade do espectador. Neste caso, certa associação é indispensável: insociabilidade do personagem + insensibilidade do espectador, ambas relacionadas diretamente ao automatismo, afinal, “rigidez, automatismo, distração, insociabilidade, tudo isso se interpenetra, e em tudo isso consiste a comicidade de caráter” (p. 70). Poder-se-ia resumir o quanto foi dito até agora no seguinte trecho

Por um lado, certa pessoa jamais é ridícula a não ser por um aspecto que se assemelhe a um desvio, por alguma coisa que vive nela, sem com ela se organizar, à maneira de um parasita: por isso esse aspecto se observa de fora e pode também corrigir-se. Mas, por outro lado, sendo o objeto do riso esse mesmo aspecto, é útil que a correção atinja ao mesmo tempo o maior número possível de pessoas. Por isso a observação cômica vai por instinto ao geral. Ela escolhe, entre as singularidades, as que são suscetíveis de se reproduzir e que, por conseguinte, não estão indissolúvelmente ligadas à individualidade da pessoa, singularidades comuns, por assim dizer (BERGSON, 1983, p. 80).

Um outro ponto discutido é a vaidade e o ridículo que ela provoca. A vaidade

⁸⁰ Molière (pseudônimo de Jean-Baptiste Poquelin) foi um importante dramaturgo francês do século XVII. Os citados Harpagon e Alceste se referem aos personagens principais das peças *O avaro* e *O misantropo*, respectivamente.

constitui-se num defeito particularmente risível, cujo remédio é o próprio riso. Bergson enfatiza a vaidade presente em certas profissões, tornadas cômicas se exaltadas sua linguagem própria, suas futilidades e extravagâncias. Ele utiliza-se de alguns personagens das comédias francesas como exemplo, mas a seguinte anedota do *Santuário da Trindade* é perfeita também para enfatizar a vaidade profissional e a comicidade da linguagem

Morreu sem esperar a receita.

Um medico, chamado para examinar uma senhora que cahira de uma cadeira, diagnosticou: — "Um plexus traumatico com epistachios hematuricos, interessando a epiderme superficial da região aponevrotica". Receitou, dizendo: — Tome este medicamento. Elle deve estancar a dilatação anormal das cavículas e vesículas produzidas pela emphisema cardio-pulmonar, radiando as turbações parenchimosas e reduzindo as hypertropias ganglionares do cardio que interesse o pericardio e produz as eructações e dispnéas características do sopro normal nos canaes de Bright."

Quando acabou de falar, a mulher morreu.

(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1931, n. 389 p. 3)

O autor se dedica também à “lógica própria do personagem cômico e do grupo cômico”. Mais uma vez refuta algumas teorias que ligam esta lógica cômica ao absurdo. Bergson admite que esta relação pode existir em alguma medida, mas reitera que não é o absurdo que produz a comicidade, ele é decorrência desta; o absurdo não é sua causa e sim seu efeito. Utilizando-se do personagem D. Quixote adverte sobre a idêntica natureza do absurdo cômico e aquela dos sonhos, nos quais é possível rir de raciocínios que, acordados, saberíamos falsos. E acrescenta: “quando o personagem cômico segue sua idéia automaticamente, acaba por pensar, falar, agir como se sonhasse. Ora, o sonho é uma descontração” (p. 91). Bergson admite também que há um movimento de descontração no riso. Observe-se que essa constatação é de todo inusitada se se pensa no que o autor vem desenvolvendo desde o início da obra. Mais ainda quando anuncia que o riso nos repousa da fadiga de pensar e “já não mais se procura ajustar-se e se reajustar sem cessar à sociedade da qual se é membro. Descuida-se da atenção que se deveria prestar à vida. Fica-se mais parecido a um desviado” (p. 92). O riso, cuja função primordial é a correção dos automatismos sociais, agora possui uma outra característica: o de descontrair, a tal ponto que a pessoa que ri, torna-se, ela própria, uma desviada. O riso, que deveria combater os desvios acabou por se tornar, ele mesmo, uma das fontes do desvio.

Contudo, o autor reconsidera logo abaixo, “o riso é, antes de tudo, um castigo. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa” (p. 92) e, prossegue

anunciando que embora exerça uma função proveitosa para a sociedade, não pode ser considerado totalmente justo, posto que não advenha de uma reflexão consciente. O riso, ao mesmo tempo que pune os culpados, por vezes deixa-os impune ou atinge os inocentes, generalizando seus efeitos.

As intenções primordiais anunciadas por Bergson (1983) foram, tanto a de apurar a “causa profunda da comicidade”, quanto sua “função social”, missão árdua, é necessário admitir. Em resumo, a conclusão geral a que se chega é que a função social moralizante do riso é aquela de intimidar por meio da humilhação, e isso só é possível graças àquela pequena quantidade de maldade ou malícia presentes na natureza humana. O humor e conseqüentemente o riso são uma vingança da sociedade contra suas próprias liberdades. Eles agem como repressores das manifestações externas de certos defeitos – e qualidades –, na intenção de corrigi-los para assim aprimorar a sociedade.

Alberti (2002, p. 186) assinala que a teoria bergsoniana se afasta de abordagens estéticas ou filosóficas de teóricos anteriores – dentre eles, Flógel e Schopenhauer –, que se empenharam em “explicar por que a incongruência, o contraste ou o absurdo fazem rir”. Observa também que algumas categorias utilizadas por Bergson para compreender parte dos processos de fabricação do riso, como o cômico de ação e o de palavras, por exemplo, aproximam-se da classificação da retórica antiga, e aqueles provocados pelo “desajeitamento” – cômico acidental ou não-acidental – recordam as teorias de Joubert (autor longamente analisado por Alberti), contudo, Bergson não faz referência à Poética de Aristóteles na discussão da insociabilidade na comédia de caráter, nem mesmo indica o lugar da comédia entre as artes e em relação à tragédia.

Não obstante o fato da obra de Bergson sobre o riso ter sofrido críticas por apresentar algumas incongruências, certamente, sua teoria permanece válida. Com efeito, alguns de seus argumentos colaboram na análise das anedotas para essa pesquisa, sobretudo aqueles da proclamada “função social do riso”. Como se verá a seguir, sua teoria sobre o humor como corretor social embasará todo o capítulo. Afinal, parece mesmo que algumas anedotas reportadas pelo jornal *Santuario da Trindade* tiveram a intenção/função de ridicularizar, humilhar e recriminar os “desvios e absurdos”, reprovando comportamentos e sujeitos não devidamente inseridos nos padrões religiosos, sociais e culturais esperados. Fortalece essa percepção a variedade de “categorias sociais” e “situações” evidenciadas nas anedotas em questão, e para exemplificar o anunciado, serão enfatizadas aquelas que tratam das clássicas

relações conflituosas entre marido e mulher e, posteriormente, as que recriminam a modernização dos costumes. Enfim, a teoria de Henri Bergson corrobora a interpretação do riso como punição dos desvios sociais e de seus agentes, e nesse caso, algumas *anecdotas* do jornal proporcionam uma boa leitura dos costumes condenados no período.

3.2. CASAMENTO EM GOIÁS: CASO DE RIR OU CHORAR?

Os membros da Congregação do Santíssimo Redentor muito contribuíram para a causa católica em solo goiano, tanto nas desobrigas e missões diocesanas, como já anunciado, quanto na disposição das habilidosas penas dos editores-chefes no jornal *Santuário da Trindade*. Também em relação ao sacramento do matrimônio, eles se empenharam em “bons propósitos”: seja no incentivo à adesão da população a esta prática, seja na defesa do casamento, como ideal familiar e social.

Silva (2009) argumenta que os relatos de Saint-Hilaire alertavam sobre o baixíssimo índice de pessoas casadas e ao grande número de concubinatos⁸¹ no início do século XIX, em Goiás. Além das pessoas leigas, também alguns membros do clero seguiam a prática do concubinato. A situação foi verificada pela autora por meio de dois testamentos (datados de 1896 e 1898), nos quais os padres reconheciam seus filhos e filhas, denotando “tanto a violação do celibato quanto a omissão dos bispos goianos acerca do comportamento amoroso desses eclesiásticos” (SILVA, 2009, p. 60).

A autora assinala que faltava ao povo goiano uma cultura matrimonial, incentivada pelas dificuldades econômicas e pelas distâncias geográficas que, muitas vezes, dificultavam o acesso à documentação necessária às núpcias. Contudo, a forte campanha contra a mancebia empreendida pelos bispos Dom Cláudio (1881-1890) e Dom Eduardo (1891-1908) e o grande incentivo ao sacramento do matrimônio, com a facilitação dos procedimentos para tal fim, começaram a mudar o comportamento da população, no final do século XIX. Somam-se a essa campanha eclesiástica os interesses econômicos e pessoais que estavam atrelados ao reconhecimento social proporcionado pelo matrimônio. Nesse contexto, é importante lembrar que, malgrado os esforços contrários da Igreja Católica, o projeto de lei sobre o casamento civil, que vinha sendo discutido há décadas, foi aprovado pelo Parlamento brasileiro em 1890.

A aprovação desta lei, dentre outras já mencionadas no primeiro capítulo desse texto,

⁸¹ O concubinato, forte herança do período colonial, não estava restrito ao estado goiano, mas ao Brasil como um todo, sobretudo nas regiões mais ruralizadas e distantes dos grandes centros.

foi um duro golpe à Igreja Católica e os discursos eclesiásticos pronunciados no intuito de desmoralizar e frustrar essas pretendidas mudanças liberais eram esperados e previsíveis. Os membros religiosos se viam responsáveis pela (re)condução da sociedade ao “caminho do bem”. Afinal, diga-se de passagem, pode ocorrer a toda gente o vivido pelo poeta genial

Nel mezzo del cammin di nostra vita
mi ritrovai per una selva oscura,
ché la diritta via era smarrita.⁸²
(ALIGHIERI, 1816, p. 13)

Mas, nesse caso, não somente indivíduos isolados estavam desencaminhando-se na luxúria, mas toda a sociedade! E tal desvio fora possibilitado pelo Estado, como argumenta o periódico goiano quase quarenta anos depois da aprovação da lei. Segundo o jornal, sobre o abismo que separava o “contrato civil” e o sacramento do matrimônio

não fizeram caso certos legisladores ímpios que, dominados pelo espírito revolucionário, em má hora se empenharam deliberada e acintosamente, em banir das leis todo pensamento cristão, toda ideia e vestígio de fé, e pretenderam livrar o matrimônio e a sociedade inteira da lei soberana de Deus e dos ensinamentos da Igreja de Jesus Cristo (SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 266, p. 2).

Obviamente, o clero católico começou a reprovar esta lei logo após sua aprovação no Parlamento. Dom Eduardo, por exemplo, já em 1891 alertava que o casamento civil era somente uma formalidade aos olhos de Deus, e que os praticantes deveriam se redimir pelo sacramento do matrimônio. Também Dom Prudêncio, por meio de cartas pastorais e do jornal *O Lidador*, combateu ferozmente o casamento civil. Silva (2009, p. 103) anuncia que, ao contrário do que era anunciado pelo clero, o decreto que instituiu o casamento civil não se constituía somente numa formalidade, mas definia a “sociedade conjugal e os bens que dela surgissem e, além disso, dotou o marido de poderes sobre a família”. Em 1916, o código de direito civil passou a conceder poderes ao Estado para regulamentar as questões familiares, tornando o casamento mais uma questão jurídica que sacramental.

Nesse sentido, a autora observa que, a partir de 1892, entre os casais de famílias mais abastadas na Cidade de Goiás, “houve preocupação em regularizar o estado conjugal perante a lei civil, apesar de unidos pela lei de Deus, certamente, a intenção ajuizava em benefício dos filhos já nascidos” (SILVA, 2009, p. 108). Realça que jornais goianos como *Goyaz* e *O*

⁸² “No meio do caminho de nossa vida me vi numa selva escura, porque a estrada verdadeira tinha se perdido” (tradução livre).

Lidador dedicavam artigos sobre a lei do casamento civil. O primeiro, de propriedade da família Bulhões, tratou de incentivar sua prática. Já o segundo, jornal religioso dirigido por Dom Prudêncio, mostrou-lhe combate.

Também o jornal *Santuário da Trindade* na década de 1920 reforçou a campanha contra o casamento civil dedicando diversas matérias à tentativa de desmoralizar e alertar a população contra esta prática, em prol do matrimônio cristão. Um bom exemplo é o texto da coluna “Reflexão”, veiculado em 2 de junho de 1923, segundo o qual o casamento religioso deveria acontecer antes daquele civil, caso não pudesse ocorrer no mesmo dia, do contrário, os cônjuges começariam a união já em pecado mortal, que “os tornariam indignos das bênçams de Deus”. As pessoas que se casassem somente no civil cairiam em pecado mortal, pois este era somente um contrato de bens diante de Deus e “das consciências”, e não um verdadeiro casamento.

A anedota abaixo evidencia tanto a grande desinformação em relação ao “contrato civil”, quanto sua burocracia e exigências alienígenas que acabavam por confundir a população simples e despreparada:

É boa esta.

– Um guasca entrando numa loja de feragens:

– O senhor tem pregos grandes?

– Tem, destes.

– Veja si tem maiores.

– Para que esses pregos enormes?

– ... para meu casamento. O escrivão disse-me que precisava pelo menos dous pregões.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 116, p. 3)

Outra matéria que se dedicou ao combate do casamento civil foi aquela de quase uma página e meia, assinada A. A. L., aprovada pelo Sr. Arcebispo do Rio de Janeiro e copiada de “folhas de propaganda catholica”. A mesma fora veiculada em 11 de agosto de 1928 e explicava as três finalidades de Deus ao instituir o casamento: a perpétua propagação do *gênero humano* (contrato natural), a da *sociedade civil* (contrato civil) e a da *Igreja* (sacramento da igreja). Prossegue explicando que embora pudessem parecer três diferentes contratos, devido aos nomes e aspectos diversos, era um contrato único. O contrato natural tinha no “crescei e multiplicai-vos” seu aval instituído por Deus no paraíso terrestre; aquele civil eram as leis estabelecidas pelos povos civilizados a fim de legitimar os filhos no matrimônio. Nesse sentido a Igreja Católica era a primeira a respeitar as leis justas, aprovadas

pelas autoridades civis; e, por fim, o sacramento da igreja, segundo as leis e cerimônias da igreja.

A matéria reafirma o quanto anunciado no texto de 1923, acima comentado: cometem pecado mortal permanente aqueles que se unem somente pelo “contrato civil”, estando sujeitos a várias penas. As penas incluíam ser considerado indigno de absolvição sacramental, impedido de ter sepultura eclesiástica, ter a prole considerada ilegítima para fins religiosos e a privação da benção após o parto. Incurriam também em pecado grave tanto os pais e as testemunhas, quanto os sacerdotes que participavam do casamento civil. E mais, os que porventura se casassem no civil sendo ainda casados na Igreja seriam excomungados.

O texto conclui explicando que o “contrato civil” era somente uma formalidade, ao contrário do sacramento do matrimônio que formava legítima e irrevogavelmente o laço conjugal, unindo para sempre uma mulher e um homem perante Deus. Arremata, recomendando a propagação destas instruções

para que nenhum dos filhos maus e desobedientes de nossa Santa Mãe a Igreja possa allegar ignorancia e se desculpar ao ouvir, depois da morte, a terrivel e irrevogavel sentença do Justo Juiz que o há de condemnar ao fogo e supplicios infernaes para sempre! (SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 266, p. 2).

Além dessas matérias que incentivavam as cerimônias de casamento dentro da religiosidade cristã (contra o “contrato civil”), os responsáveis pelo jornal *Santuario da Trindade* se dedicavam também, e muito, à conservação dos casamentos já celebrados. Mas, antes de adentrar nos discursos e recursos utilizados pelo periódico para esse fim, serão feitas algumas considerações acerca do estranhamento inicial motivador dessa pesquisa. Tal sensação sobreveio a partir da leitura da seguinte anedota

— Tenho ouvido fallar que os homens casados vivem mais.
— Talvez. Pelo menos o tempo deve lhes parecer mais comprido.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 95, p. 4)

Essa piada deu o ponta-pé inicial para as várias reflexões acerca das particularidades da coluna de humor deste jornal religioso. Este chiste, inusitadamente, parece apontar o casamento como algo bastante monótono, no qual o tempo se arrasta com dificuldade, ao ponto de parecer mais longo do que aquele vivido por uma pessoa solteira. Não se procura afirmar com isso que, no geral, as anedotas sobre casamento o enalteçam. Ao contrário, a

grande maioria delas estereotipa a convivência entre marido e esposa como algo penoso, problemático e difícil. Entretanto, a sensação de estranhamento – necessária a toda investigação – deveu-se à dificuldade em conceber um jornal religioso da década de 1920 satirizando um dos pilares da Igreja Católica. Afinal, o casamento é o sacramento por excelência, posto que legitima a formação da família, vista como a pedra angular da sociedade e da pátria.

A piada acima não é a única no jornal a denunciar o arrastar-se do tempo no casamento. Há outra. Porém, ao contrário da primeira, esta não explicita quem está desabafando, se o marido ou a esposa.

- Amanhan é aniversário do teu casamento.
 - Sim, celebro as bodas de ouro.
 - Como? Não ha cinco annos que te casaste...
 - É. Mas parecem-me 50.
- (SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 196, p. 4)

O belo trabalho de Gesiane Monteiro Folkis sobre as relações marido e mulher nas piadas de casamento explora o material de revistas femininas de 1924 a 1954, e também piadas de livros, internet e revistas mais recentes, de 1999 a 2004. A autora narra que para Freud “há uma certa resistência/incapacidade dos homens em perceber que as normas estabelecidas pela sociedade com o propósito de lhes proporcionar proteção e benefício podem estar, ao contrário, trazendo-lhes sofrimento” (FOLKIS, 2004, p. 10). Dentre essas normas está a instituição do casamento, que, por via de suas regras de funcionamento, estaria minando suas possibilidades de sucesso.

A autora segue observando que os estereótipos mais comuns nas piadas de casamento, observados em sua pesquisa foram: as mulheres casam-se por interesse; as esposas são feias; não cumprem o juramento de obediência ao marido; não deixam o marido falar; gastam muito (ou gastam o dinheiro do marido); mandam no marido. E, os mais usuais em relação aos maridos: são dominados pelas esposas; são beberrões; são cornos (FOLKIS, 2004, pp. 6-7). As anedotas sobre o casamento encontradas no jornal *Santuário da Trindade* são muitas, cerca de 60, ao todo. Pode-se dizer que, em grande parte, elas se aproximam dos estereótipos elencados pela autora. Vê-se o interesse econômico que motiva o casamento

- Terás que trabalhar muito para poder casar com a filha do ricaço da esquina.
- Sim, mas muito mais terei de trabalhar se não conseguir casar com ella.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 94, p. 3)

Esposa que fala demais – atributo relacionado à mulher, de forma geral

– Ha dois annos que não fallo com minha mulher.
– Por que?
– Para não interrompel-a.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 281, p. 3)

Nesta anedota (é a única desse gênero no jornal) o marido é acusado de ser prolixo

Quem é mais talentoso?
Leonor: – Sabes, Maria, que Josefina tem muito mais talento do que o marido della?
Maria: – Por onde conheces isto?
Leonor: – Nisso, que ella se cala, ao passo que o marido della fala até pelos cotovelos.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 294, p. 3)

A esposa é mandona

Corajoso.
– Então sua senhora tem sempre a ultima palavra?
– Mas eu penso sempre depois mais alguma cousa.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 13, p. 4)

A esposa não “cuida” do marido

Em familia. – Henrique, aqui, no retrato, faltam-te todos os botões do casaco!
– Ora, até que emfim! Deus seja louvado! Foi preciso tirar o retrato para vêres que o casaco não tinha botões!...
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 41, p. 4)

A esposa é violenta

O medico, apalpando a cabeça de um caboclo:
– Encontro aqui uma protuberancia, que é signal de violencia de character.
– Tem o senhor razão. Quem isso me fez, foi minha mulher, com uma escova que me atirou.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 165, p. 4)

O marido também é violento

Um acidente.

No tribunal. Senhora que intenta divorcio accusa seu esposo de sevicias graves. Ella citou diversos visinhos como testemunhas das violencias do marido.

— Este homem não é mau, declara um delles; infelizmente è um impulsivo. Desde que se lhe resiste elle perde a noção das cousas. Eu o vi uma tarde atirar uma cadeira á cabeça de sua mulher com uma força tal que a cadeira quebrou-se de encontro à parede.

Confessa isso? perguntou o juiz.

— Sim, senhor juiz, mas foi um accidente.

— Como um accidente, que quer o senhor dizer?

— Eu quero dizer, responde o marido meio atrapalhado, eu lhe digo senhor juiz, que não tinha intenção de quebrar...a cadeira.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 372, p. 3)

O marido possui o caráter “fraco”

O deputado X., lendo a acta official da ultima sessão parlamentar:

— Desta vez, — disse à mulher — constata-se que eu falei...

— Mas si nunca disseste nada...

— Sim, ouve: "Vozes diversas: Não, não, o encerramento!" Pois eu sou uma daquellas vozes!...

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 81, p. 3)

Os estereótipos e os discursos humorísticos sobre esposas e maridos são populares e resistentes ao tempo. Embora os discursos, no geral, sejam produtos que acompanham as mudanças sócio-históricas em sua constituição, parece mesmo que alguns elementos característicos das sociedades estejam na ordem da longuíssima duração, e o humor está aí para recordar e fazer rir disto. Prova dessa premissa é o seguinte exemplo

AMOR VEHEMENTE

Estando um homem para morrer, sua mulher, sentada à cabeceira d'elle, o consolava dizendo: Si te arrebatara a morte, eu me enforcarei de dôr.

O marido, olhando para ella, retorquiu:

Querida, dà-me essa mostra de amor ainda em minha vida.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 230, p. 3)

Um misógino muito doente estava desanimado, mas a sua esposa disse-lhe: “Se sofreres alguma coisa, juro que me enforco”, ao que ele lhe retorquiu: “Isso anima-me se o fizeres mesmo estando eu vivo.” (PHILOGELOS, 2013, n. 248, p. 76)

Basta um olhar rápido para perceber que a essência das duas piadas é idêntica, ou melhor, pode-se argumentar que é a mesma piada: a sequência frasal segue a mesma ordem, o desejo expresso pelo marido é análogo, vale dizer, o de se livrar da esposa por meio do suicídio desta. A idêntica expressão humorística utilizada em contextos espaço-temporais tão

distintos, como no caso do jornal *Santuario da Trindade* e o do *Philogelos*⁸³, está a denotar tanto uma grande circularidade das *facetiae*, quanto o fato de alguns temas/personagens/situações não saírem de “moda”⁸⁴. A compilação grega traz outras oito piadas que tratam do casamento. O mais interessante é que enquanto uma delas se encontra na seção “Sobre mulheres libertinas”, uma outra na “Cidadãos de Cumas”, as outras restantes (incluindo aquela idêntica ao do jornal *Santuario da Trindade*) se encontram na seção “A respeito de homens misóginos”, deixando claro que eram os maridos a reclamarem de suas esposas ou da condição de casados. Nessa avaliação, contudo, não se pode deixar de lado o fato do lugar social de fala ser masculino, segundo a cultura política da época. Estas *anecdotas* renderam e continuam rendendo provocativas discussões ou, mais simplesmente, sorrisos discretos ou quiçá, gargalhadas explícitas. O que isso quereria dizer? Que os temas de algumas pilhérias são assuntos que circulam também de outras formas, que são temas arraigados e estão na ordem do dia? Talvez.

Folkis (2004) assinala:

O discurso humorístico tem, certamente, seus propósitos. Enquanto diverte, produz efeitos de sentido entre interlocutores e, inevitavelmente, este processo de interlocução é afetado pela situação, pelo contexto histórico-social, isto é, pelas condições de sua produção. O discurso humorístico (chistes, piada...), não afirma nenhuma novidade: como todo discurso, ele é resultado de outros discursos que socialmente estão sedimentados, institucionalizados (FOLKIS, 2004, pp. 1-2).

Além de esses discursos estarem socialmente arraigados, pode-se acrescentar que, habitualmente, não se faz pilhéria do que está na “normalidade”, daquilo que segue exatamente as regras, do que atende ao esperado. Ao contrário, o humor – e, conseqüentemente, o riso – brota, mesmo que somente em seus aspectos linguísticos, da traição de uma expectativa. Conseqüentemente, retornando ao tema da união em matrimônio de um homem e uma mulher, se os costumes de determinado povo se baseiam no casamento

⁸³ *Philogelos* significa “Gracejador” ou “Amante de Gracejos” e se constitui numa compilação grega composta por 265 piadas. Esta compilação circulou no período medieval e carrega dúvidas sobre sua autoria (algumas pesquisas indicam ser a união dos escritos de dois autores: Hiérocles e Filágrio) e também sobre a época em que foi elaborada (talvez entre os séculos III e VI d.C.). As piadas foram divididas/organizadas em “caracteres, motivos ou etnias: idiotas; avarentos; habitantes de Abdera; sidónios; engraçadinhos; habitantes de Cumas; mal-humorados; estúpidos; cobardes; preguiçosos; invejosos; glutões; alcoólicos; pessoas com mau hálito; mulheres libertinas; morte; roubo; insónias; homens misóginos” (p. 17). Das 265 piadas presentes no *Philogelos*, 3 delas encontram-se também no jornal *Santuario da Trindade*, além daquela transcrita no corpo do texto, uma está na seção “Cidadãos de Cumas” (número 154) e a outra na “Mal-humorados” (número 183).

⁸⁴ Miotti (2009) oferece outro exemplo ao analisar algumas situações cômicas relatadas por Quintiliano (ca. 95 d.C.) confrontadas com anedotas modernas. A autora conseguiu indicar certa transculturalidade do humor, tanto em relação aos temas, quanto nos aspectos de estratégias linguísticas.

com raízes patriarcais, por exemplo, o que destoar dessa “determinação” será passível de tornar-se um chiste. Pode ocorrer de um grupo estabelecer regras simbólicas, ou legais, as quais determinam que é obrigação do marido sustentar financeiramente a esposa, que esta deve obedecê-lo, que ambos tenham que se manter fiéis, por exemplo, e estas regras não serem cumpridas a contento, o mesmo grupo possivelmente criará e fará circular histórias humorísticas que realcem as relações indesejadas, bem como seus personagens, ridicularizando-os, tencionando corrigir essas “imperfeições”, como assinalado por Bergson (1983).

Muito embora algumas anedotas do jornal *Santuário da Trindade* que tratam da relação entre esposa e marido não deixem claro esse dispositivo de correção, ao contrário, algumas parecem totalmente despreziosas nesse sentido, tentar-se-á aqui, juntar elementos que reflitam sobre a possível intencionalidade dos editores/diretores do periódico em veicular essas piadas no intuito de complementar suas matérias sérias na tentativa de moralização social. Muitas delas – matérias e anedotas – indicavam o passo a passo para uma união estável e harmoniosa, dentro da moral cristã. Várias foram as matérias destinadas às jovens, por exemplo, anunciando o comportamento ideal de uma moça “casadoura”, ou mesmo do que se esperava de uma boa esposa. Dentre essas qualidades estavam, seguramente, a doçura e a paciência com o pretendente ou marido.

Perguntaram a um velho solteirão porque não se casara. Ele respondeu: Ha annos, num aperto de povo, pisei no vestido de uma senhora: nesse tempo ainda não havia as saias curtas da moda actual. — A senhora voltou-se com uma furia e disse: ó grande estúpido, mas no mesmo momento sua carranca transformou-se em sorriso e com muita amabilidade me disse: Ah, desculpe, Snr., pensei que era meo marido.
Desde então não tive mais vontade de casar-me.
(SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1924, n. 50, p. 4)

A anedota acima é bastante clara: a estupidez com a qual a senhora se dirigiu àquele que acreditava ser seu marido fez com que o protagonista da história decidisse permanecer solteiro. O homem acabou por associar a atitude grosseira da mulher ao fato dela estar na condição de esposa, estado que “autorizaria” certa rudeza com o marido. Seguindo a teoria bergsoniana, percebe-se um forte automatismo na atitude não lapidada da esposa, tornando sua reação abrupta algo risível.

Do mesmo modo são os dois casos abaixo. Neles, os maridos lutam para evitar confusões com as esposas e manter a felicidade de seus lares. Para tanto, precisam atender a

todas as vontades das consortes.

Lar feliz.

Orgulho-me em poder dizer que minha mulher não é capaz de brigar comigo.

— Deveras?

— Sim, nunca brigamos em nossa vida. Pois se ella diz que quer uma cousa, eu digo que sim e acabou-se a discussão.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 23, p. 4)

— Minha esposa faz o que quer.

— E você?

— Eu também faço o que ella quer.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 261, p. 3)

O humor destas piadas decorre da boa técnica de sua elaboração linguística e também do inusitado da situação: um marido totalmente obediente – ou, uma mulher que manda no marido – era caso de rir. Analisando estas situações dentro da ótica bergsoniana sobre o riso, eleva-se (ou rebaixa-se) os maridos obediente a seres "mecânicos", passíveis também de serem ridicularizados.

O chiste “Lar feliz” – acima apresentado – foi publicado na mesma edição de uma matéria da coluna “Reflexões” na qual ministros protestantes ingleses são criticados por terem alterado a Bíblia “conforme as suas conveniencias de momento”. Claramente, a matéria foi editada na tentativa de recriminar sobretudo os “inimigos da Igreja”, mas não somente. As recriminações se devem ao fato desses membros protestantes terem suprimido parte da epístola de São Paulo “que é lida na cerimonia dos casamentos, o trecho que diz que a esposa deve ser submissa ao marido”. Esse corte havia sido feito, condena o jornal, para “agradar às defensoras da emancipação da mulher” (SANTUÁRIO DA TRINDADE, 1923, n. 23, p. 2).

Por meio da anedota abaixo, por exemplo, o periódico satiriza uma questão sempre cara às lutas feministas, a da igualdade salarial.

Uma feminista: Minhas amigas, já chegou alguma vez uma mulher a desfrutar o salario dos homens?

Uma voz masculina: Sim senhora, minha mulher consome tudo o que eu ganho.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 99, p. 3)

O verbo “desfrutar” é empregado pela “feminista” no sentido de “ter, receber”, mas o equívoco (proposital) da “voz masculina” coloca-o no sentido de “gozar de”, esvaziando a reivindicação por trás do questionamento. Vale ressaltar que, em todos os sentidos, a

emancipação da mulher era vista como algo ameaçador ao bom funcionamento do casamento em particular e da sociedade em geral. Dentre outras coisas, a mulher/esposa deveria “dulcificar a existência do homem”. Ela era chamada ao recato, à subserviência e à temperança, justamente o oposto do apontado nas anedotas acima, nas quais, a harmonia dos respectivos lares estava nas mãos dos maridos que deveriam sempre anuir aos caprichos das autoritárias esposas. A matéria “Tres coisas que a mulher deve e não deve imitar”⁸⁵, copiado da “Estrella do Sul”, deixa ainda mais claro os argumentos acima apresentados

1ª – Deve imitar o caracol que constantemente, guarda a casa; mas não deve imital-o em trazer sobre o corpo tudo quanto possui.

2ª – Deve imitar o éco, falando somente quando a interroguem; mas não deve imital-o em dizer sempre a ultima palavra.

3ª – Deve imitar o relógio da torre em andar sempre certo e exacto; mas não deve imital-o em fazer-se ouvir pela cidade.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 253, p. 3)

Não obstante diversas vezes o periódico chamasse a atenção para a dedicação do pai e esposo como o agente responsável por proporcionar felicidade à sua família, ele era também “o chefe da família, o rei de seo lar: é elle que resolve, que dirige, que ensina, que administra a sua casa” como anuncia a matéria principal “O pae de família”, veiculada em 18 de novembro de 1922, assinada por P. J. B. (Pe. João Batista Kiermeier), ou ainda, aquela intitulada “Deveres dum chefe de familia”, publicada em 26 de junho de 1928, na qual vêm elencados os critérios de comando que o “dono da casa” deve adotar com os filhos, mas sobretudo com as mulheres da casa (esposa, filhas, irmãs, empregadas etc.) nos quesitos: vestimenta, cortes de cabelo, leitura, dentre outros. Afinal, “elle é o senhor; saiba commandar. Si não o faz é um pae [e marido] fraco, que serve para nada. Elle pagará a sua fraqueza”. Partindo dessas reflexões, é plausível pensar que as anedotas acima podem ter sido utilizadas como estratégia discursiva a fim de elucidar e repudiar tanto a falta de pulso dos maridos (dos quais se esperava o comando), quanto a tirania e arrogância das esposas (das quais se esperava a obediência).

Já o seguinte texto, copiado do jornal carioca *De Tudo um Pouco*, não possui o caráter de uma piada (talvez esteja mais para um drama), mas serve à discussão por narrar, de forma inusitada, o passo a passo de uma relação marital malsucedida

Casamento às presas.

⁸⁵ Matéria idêntica a esta, retirada de “jornaes inglezes”, foi inserida novamente no *Santuario da Trindade* dois meses depois, em 7 de julho de 1928, com o título “A esposa perfeita”.

Apresentação, conversação, admiração.
Agitação, fascinação, infatuação, idealização.
Declaração, aplicação, afirmação, “bolinação”.
Sensação, combinação, preparação, exaltação.
Doação, celebração, solemnização, jubilação.
Consumação, collação, deleitação, paixão.
Peregrinação, satisfação, combinação, reflexão.
Instalação, habitação, decoração, visitação.
Culminação, estagnação, alteração, disputação.
Cálculo, irritação, alienação, detestação.
Desesperação, alívio, reconciliação, osculação.
Palliação, consultação, arbitração, provação.
Litigação, separação, desolação, terminação.
Arruição!
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 294, p. 3)

É válido lembrar que o “sacramento do matrimônio tornou-se um contrato com vínculo perpétuo e indissolúvel entre o homem e a mulher, além de ser a união entre o Senhor e a Igreja” instituído pelo Concílio de Trento no século XVI, como anuncia Silva (2009, p. 51). O texto do jornal, contudo, alerta sobre uma outra realidade. O mesmo traz um título bastante indicativo (não obstante reste certa dúvida sobre a palavra desejada, “presas” ou “pressas”, é plausível pensar que se tenha querido escrever esta última) e cada linha do texto indica um “estágio” da relação, como atos de uma peça teatral. Ao todo tem-se 14 atos que, simplificados, poderiam ser lidos da seguinte forma: nos dois primeiros os personagens se conhecem, tem-se o namoro nos dois seguintes, o casamento e o entusiasmo pela casa ocorrem nos quatro outros, e os seis últimos são dedicados aos desentendimentos que culminam no fim da relação. Mas não somente, vale lembrar que a palavra “arruição” que fecha o texto de forma exclamativa está a significar também: cair em (ou provocar) desgraça moral, física ou financeira. O profético texto não vem acompanhado de nenhum comentário e, coincidência ou não, é seguido pela coluna de anedotas que tem como primeira piada dessa edição a já apresentada “Quem é mais talentoso?”, na qual, inusitadamente, é o marido a ser acusado de falar demasiado.

As anedotas abaixo são perfeitas para se perceber a rápida mudança no comportamento de alguns (irascíveis) casais.

Drama em tres actos.
Antes do casamento: Elle falava, ella escutava.
Durante o primeiro anno de casados: Ella falava, elle ouvia.
No quinto anno de casados: Ambos falam, o vizindario escuta.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 279, p. 4)

Como acontece ás vezes:
Segunda feira ella lhe acenou com o lenço.
Terça feira elles se casaram.
Quarta feira ella lhe acenou com o cabo da vassoura.
Quinta feira elles se apartaram.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 16, p. 4)

Desde há muito – sempre – as matérias sérias seguiam insistindo sobre a necessidade de estabilidade e compromisso no casamento. “O que Deus uniu, o homem não o separe”, diz a sentença do “A firmeza da família”, texto principal da edição de 16 de dezembro de 1922. A matéria anuncia que constituía pecado grave o abandono do cônjuge, e também muito mal fazem aqueles que aconselham a mulher a “abandonar o marido por causa de maiores ou menores desavenças ou dificuldades da vida”, e ainda “os esposos devem aprender a terem paciencia um com as fraquezas do outro, a accomodarem um com o genio do outro”, afinal “quanto mais de trabalhos e sofrimentos tiverem passado juntos” mais se sentirão felizes juntos. As anedotas acima apresentadas ridicularizam justamente esta instabilidade emotiva do casal, além da agressividade dos cônjuges, responsáveis pelas brigas e insucessos matrimoniais. A matéria afirma que a união indissolúvel no casamento era imprescindível para a estabilidade da sociedade e a boa educação dos filhos, e mais, somente nos laços firmes da família “reina a ordem, o respeito, a obediencia, ali tudo irá prosperando na ordem e harmonia”. Em contrapartida, nos locais onde as famílias se separam ou onde reinam as uniões ilícitas “ali há desordens sem fim” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 13, p. 1).

Conclui-se, a partir dos elementos apresentados, que tanto as matérias referentes à importância das uniões e celebrações do matrimônio cristão (em detrimento do “contrato civil”), quanto a sua necessidade de manutenção – e aí a utilização de anedotas como recurso pedagógico moralizante – estão a indicar que os responsáveis do jornal *Santuário da Trindade* não pouparam esforços para persuadir a população leitora da importância do casamento, anunciado como pilar social e pátrio. As anedotas, nesse sentido, podem ter servido para realçar o ridículo das situações dissonantes do esperado, como sugerido na teoria de Henri Bergson. O emprego do estereótipo de esposas autoritárias, coquetes e violentas e de maridos “amansados” ou também violentos evidenciaram certos automatismos a fim de expiar a sociedade desses comportamentos.

3.3. RIR DOS COSTUMES ESTÁ NA MODA!

A tradução da máxima latina *Ridendo castigat mores*: “Rindo castigam-se os costumes”, ou em outra versão “Corrige os costumes sorrindo”, corrobora o defendido neste capítulo, na medida em que indica a intencionalidade ou funcionalidade do riso em castigar/corrigir os costumes sociais. Embora Bergson não tenha incluído textualmente este axioma em sua obra *O riso*, a identificação é inegável.

Nesse tópico serão elencados alguns combates travados pelo jornal *Santuário da Trindade* a certas “novidades” vindas do litoral e do estrangeiro, na tentativa de moralizar os costumes ditos “modernos”. Tendo o conservadorismo como tônica dos debates, os redatores muito tiveram o que discutir e argumentar, afinal estava em curso uma invasão de modelos comportamentais condenáveis pela Igreja Católica, que devagar mas progressivamente ganhavam força no país e no estado de Goiás. O discurso religioso da época anunciava uma crescente “perda de valores”, “corrupção dos costumes” e “decadência moral”, decorrentes das influências dessa nova mentalidade que indicava um modo diverso de se ver e se comportar no mundo.

Ontem como hoje, a juventude foi o alvo principal desses discursos moralizantes. As moças sofreram diversas censuras em relação ao modo de se vestir e as roupas mais curtas, leves e decotadas foram consideradas escandalosas. Também os nascentes “concursos de beleza feminina” e os cortes de cabelo à *la garçonne* foram criticados. Além dessas repreensões direcionadas especificamente ao público feminino, outros comportamentos como as danças nos bailes, a visão de determinados filmes nos cinemas, as “leituras immorales”, o “desrespeito” aos genitores etc. sofreram combate, posto que percebidos como anunciadores do caos social.

Sevcenko (1992), ao tratar das “práticas esportivas” como motivadoras de uma explosão de vivacidade e entusiasmo na cidade de São Paulo, em 1919, anuncia que foi justamente o público jovem a aderir a esse novo movimento. “A ideia de que os corpos orquestrados e suas potencialidades físicas representassem uma dimensão mais significativa da realidade, do que aquela expressa pela materialidade buliçosa das mentes” (SEVCENKO, 1992, p. 45) era fruto de uma nova consciência mundial, nascida após a Primeira Guerra. Tal desenvolvimento esportivo havia atingido variados grupos sociais por todos os cantos da cidade de São Paulo, que à época, vivia um verdadeiro louvor aos “rituais do desempenho físico”.

O autor realça que em meio ao turbilhão de novidades relativas às atividades esportivas, algumas práticas culturais sofreram também mudanças e adequações, como os hábitos de higiene, a alimentação, dentre outras. Nesse novo estilo de vida “o esporte se torna a moda e a moda adquire um acento esportivo”. As roupas passam a refletir essa mudança e tornam-se mais leves e coloridas, mais “apegadas aos contornos da anatomia”. Rapazes e moças adequaram-se às novidades do momento: eles passaram a raspar barba e bigode, a usar cabelo rente estilo militar ou raspado, boné automobilístico ou de caça, dentre outras modas; elas, por seu turno, renunciaram aos adereços, perucas, enchimentos etc., e aderiram aos hábitos modernos e desportivos, aos tecidos leves, colantes e transparentes, os cabelos quase raspados na nuca davam-lhes uma “feição masculina, agressiva, aventureira, selvagem”, as saias encurtaram e os decotes alongaram, causando verdadeira indignação entre os mais conservadores (SEVCENKO, 1992, pp. 47-50).

É fácil perceber que essas novidades chegaram rápido ao interior do país. Sevcenko (1992) se utiliza de jornais da época para narrar a chegada dessas novidades; seu ponto de partida é 1919. Em Goiás, esse novo modo de se vestir já é condenado em 1922 pelo jornal *Santuário da Trindade*, dando a entender que a chegada dessas “modernidades” ocorreu quase simultaneamente nos dois estados. Em terras goianas, esse enfrentamento foi observado durante todo o período de circulação da folha, e não somente seus redatores se dedicaram a ele, mas parece ter sido um movimento mundial da Igreja Católica com a participação de grupos leigos mais conservadores. Em 1930, se valeram até de um pronunciamento do príncipe de Gales, que teria dito às senhoras que usassem vestidos mais longos e, em 1931, reportaram a indignação da rainha da Holanda, que se dizia ofendida com as visitas de estrangeiras à corte vestidas com trajes modernos.

Outro exemplo é a matéria intitulada “Religião e moda”, copiada da Secretaria do Arcebispado da Bahia em 26 de agosto de 1922. A matéria continha a advertência do Santo Padre Pio XI: “o que espero das senhoras de Roma é uma santa cruzada contra as aberrações da moda”. O texto esclarece aos párocos que “não podem servir de madrinha nem são dignas da absolvição sacramental nem da Sagrada Comunhão as senhoras que se apresentarem com vestes transparentes ou demasiadamente curtas, braços nus e collo descoberto” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 5, pp. 1-2) e, conforme o caso, deveria ser-lhes também proibida a entrada na igreja. É perceptível que estava declarada uma santa cruzada do recato.

Além do pretendido recato para as cerimônias religiosas, o intuito era que este se estendesse a toda ocasião. Afinal, era visto como ofensa à moralidade pública “quando as próprias famílias no seu modo de vestir não guardam a decência própria de senhoras ou de donzellas virtuosas mas se apresentam de tal forma que não se as pode distinguir das outras” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 10, p. 1). Neste caso, as “outras” eram as mulheres consideradas “libertinas e devassas”. Ou, como anuncia uma “nobre campanha” dos moços católicos na Itália: uma senhora vestida indecentemente é ridícula e, além de insultar o amor, ainda profana a Pátria.

Outro argumento muito utilizado no convencimento dos malefícios dessas “modernidades” é o discurso médico. As modas não eram consideradas somente indecentes e contrárias ao pudor, mas também nocivas à saúde. Em vista desse risco iminente, algumas medidas práticas vinham sendo tomadas no exterior, como narra a interessante nota da coluna “Reflexões” de 21 de outubro de 1922

As companhias de seguros de Genebra declararam que nos seguros contra doenças as senhoras que usam saltos altos, vestidos curtos ou mangas curtas, tem que pagar quinze por cento mais do que os outros porque está provado que aquelles usos são causa de muitas doenças (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 9, p. 1).

O risco de problemas à saúde devido ao modo de se vestir é reforçado em outra matéria do mesmo ano, veiculada em 2 de dezembro. Uma moça, trajando um vestido fino, muito curto, aberto no peito e nos ombros reclama a um “ótimo medico” estar sofrendo de “tosse secca, dôr nos pulmões, fraqueza geral”. A receita do profissional não poderia ser outra: “Tres metros de fazenda boa, para fazer um vestido decente e que resguarde o corpo das inclemencias do tempo”. A nota não indica o local desse acontecimento, imagina-se, contudo, que seja somente um exemplo retórico. Em todo caso, a veiculação desse tipo de argumento pelo jornal *Santuario da Trindade* não deixa de ter seu lado cômico, pois sabe-se que o calor forte de Goiás é propício para roupas mais leves e frescas, e as ditas “inclemências” do tempo, de sólito, se referem ao clima frio.

Adjetivos como “typas”, “namoradeiras”, “americanizadas”, “cabeças ocas e tosadas” “frívolas”, “extravagantes”, “degeneradas” eram comuns e tencionavam ridicularizar as moças que aderiam aos “costumes modernos”. Essa adesão, segundo o periódico, era fomentada também pela maçonaria que pretendia transformá-las em “simples joguetes e creaturas”, como assinala uma matéria em 26 de março de 1927. E mais, o programa da

reunião do Grande Oriente da França havia estabelecido o seguinte plano: “Em primeiro lugar tratemos de obter que a mulher se despreocupe no que toca a seus vestidos, façamo-la perder o recato no modo de vestir, na sua *toilette*, e bem depressa se relaxará na observância da modestia, logo na sua honra e por fim na sua mesma religião” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 200, p. 1). Nesse sentido, o discurso católico ao passo que tentava impedir a adesão feminina à moda, também pregava contra uma das maiores inimigas da igreja: a maçonaria.

Não era somente uma propaganda de boicote a essas “modernidades”, mas um implacável combate. “O maldito respeito humano a todos domina e assim a immoralidade se alastra”, nesse caso, “os bons” eram convocados a não serem cúmplices das diversas imoralidades públicas, e mais

si os rapazes vaiassem essas moças de cambitos à mostra, si a sociedade repellisse de suas rodas essas mulheres descompostas, si a gente séria não admitisse em seu meio esses homens de bocca suja, os amasiados adulteros, as mulheres de vida alegre e costumes dissolutos, tudo se transformaria em pouco tempo (SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 207, p. 1).

Em relação à “despudorada” moda feminina, os recursos argumentativos utilizados pela folha religiosa, como nos exemplos do tópico anterior sobre o casamento, se estenderam também às anedotas. Exemplo disso são as piadas abaixo que ridicularizam dois comportamentos/situações

Menina, dize à tua mãe
Que não mais exponha às vaias.
Que te encurte as tuas pernas
Ou te alongue mais as saias.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 183, p. 4)

Acabou a procissão. Á porta da igreja muita gente, alguma confusão,
atropellos. Ficou no largo uma criancinha em prantos.
Porque choras, bemzinho, indagou pessoa piedosa.
– Eu quero minha irmã.
– Onde ficou?
– Não a vejo mais.
– Porque não pegaste na saia della?
– Eu sou pequena, não alcanço.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 311, p. 4)

No primeiro caso, o uso de roupas demasiado curtas é visto como motivo de vergonha pública para a família e, no segundo, a moça leva a pecha de irresponsável, já que sua

vestimenta curta não serviu de sustentáculo à irmãzinha, que acabou sendo perdida na multidão. Essa outra traça um paralelo entre a vestimenta feminina e as difíceis condições de vida

– Em que se parece a vida actual com os vestidos das mulheres?

– ?

– Muito curta e muito cara.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 256, p. 3)

Outro comportamento “moderno” combatido no período foi a adesão das mulheres à moda dos cabelos curtos. A ilustrar isso, as “insuspeitas” autoridades médicas que salientavam que o cabelo à *la garçonne*, além de realçar “as assymetrias dos ossos do craneo”, deturpava a “belleza classica nas moças” e ainda depunha contra “o perfeito juizo... das velhas”. Esse corte também poderia ser portador de “affecções parasitarias da pelle e do couro cabelludo”, contraídas nos estabelecimentos especializados por meio de pentes ou escovas, anuncia uma matéria de 30 de novembro de 1929.

Outro interessante exemplo, veiculado em 15 de novembro de 1924, realça os argumentos contra essa moda indesejada. Na matéria, o público feminino pedia esclarecimentos sobre uma nota publicada anteriormente no jornal carioca, referente uma declaração do médico americano Charles Nestle. O comentário médico que “causou arrepios as vaidosas de Paris, Londres, New York e Rio de Janeiro” anunciava: “Em cada ser existe um laboratorio que está constantemente a fabricar cabelo. Si a este não for consentido crescer no craneo, crescerá fatalmente na face e no corpo” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 84, p. 1). Essa informação bombástica deve ter produzido grande pânico no público feminino! O jornal goiano se compraz e embora dê a entender que não acredita no anunciado, conclui que o sr. Nestle faria um favor à humanidade se por meio dessa notícia conseguisse acabar com “taes mulheres masculinizadas”.

Na piada abaixo, a adesão à moda dos cabelos curtos levou a “filha” a ser rejeitada pelo (possível) bom pretendente

Por isso mesmo.

Dama: Diga-me, meo Doutorzinho, porque despreza assim o amor de minha filha? Ella é bonita e se veste à ultima moda.

Doutor: Por isto mesmo, snra. Pergunte a mamãe se eu não aborreço as galinhas de pescoço nú.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 37, p. 4)

O período parecia realmente anunciar o fim dos tempos, pois além dos vestidos curtos, leves e decotados e, os cabelos “masculinizados”, a população feminina ainda se dava ao deleite de certas diversões como os bailes e suas danças imorais. Nestes casos também, os discursos médicos serviam a alertar a população contra seus perigos, a exemplo do doutor Bernard, que, mesmo não sendo contrário ao “bailado são”, advertia sobre as consequências nefastas do tango para as moças casadouras

notam se nellas – escreve – quando examinadas de perto segundo a idade que tem e o ardor com que se entregam a seu *sport* favorito, insomnias, atrazo no desenvolvimento normal, inapetencia, deliquios, perturbações circulatorias, phenomenos de auto-intoxicação, neurosis espasmodicas, anomalias da memoria, incoherencias de caracter, fadiga intellectual, perversão do senso e ás vezes accidentes mais graves [...] uma senhorinha que executa dansas modernas será, physiologica e psychologicamente uma detestavel mãe de família (SANTUARIO DA TRINDADE, 1922, n. 12, p. 3).

Os bailes e as danças modernas eram consideradas obras proficuas de Satanaz, como deixa claro a longa matéria de 2 de fevereiro de 1929, assinada por P. O. P. (padre Oliveira Penteadó). O redator anuncia que as danças serviam a fomentar a sensualidade, a excitar e mover os instintos baixos e vis, a despertar as paixões e preparar as tentações. A repugnante e escandalosa posição dos pares, os trejeitos dos corpos, as contorções espasmódicas do “fox trot”, do “one-stepe”, do “shimmy” e do maxixe eram a ressurreição do cancan “bestial do africano paprico”. Narra que antes da dança havia embriaguez, escândalo, seduções e ruína na saúde e, depois dela, algazarra, brigas, ciúmes, insônias, mal estar etc. Na argumentação contra os bailes, o redator recorre a passagens de Moisés, Cícero, Demóstenes, Ovídio e, fechando em beleza, cita (Job, 21, 11 ss) “Saltam e brincam, levam pandeiro e alaude, dançam ao som dos instrumentos, passam os seus dias em prazeres e num momento descem ao inferno” (SANTUARIO DA TRINDADE, 1929, n. 291, p. 1).

Ao passo que as matérias sérias tentavam dissuadir as moças a não frequentarem certos ambientes de dança, as anedotas, por seu turno, tratavam de expor ao ridículo os frequentadores desses bailes. Nas piadas, esses locais são descritos como dominados por sentimentos condenáveis como o ciúme, a inveja, o desprezo e o rebaixamento humano, ou seja, impróprios às pessoas honestas e cristãs.

A invejosa:

Elsa: Você conhece aquelle moço jovial e affavel que me pediu tres vezes para a dança?

Maria: Conheço sim, elle tem uma mulher muito ciumenta que só lhe permite dansar com moças feias.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1923, n. 34, p. 4)

– Mas porque é que mamãe faz tanto empenho para que eu vá aos bailes?
– Porque nos bailes ha sempre bobos à procura de noiva. Olha...foi num baile que eu conheci teu pae!
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1924, n. 73, p. 3)

O pequeno texto abaixo, embora pareça uma anedota, é anunciado como história verídica e quer deixar claro que também os rapazes consideravam as moças dadas às danças como não sérias e inapropriadas ao casamento

Para que saibam.
Aqui vae uma historia authentica, e não inventada.
Há pouco, encontrando-me com um grupo de rapazes alegres, meus amigos, perguntei-lhes:
– Donde vêm vocês?
– Do baile.
– Do baile? E porque foram dançar?
– Ora essa! Para conhecer as raparigas com quem não devemos casar!
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 345, p. 3)

Outro exemplo de controle e repressão das distrações modernas pode ser observado na repulsa do jornal *Santuário da Trindade* à visão de determinados filmes no cinema. Veem-se notícias de crimes, roubos e suicídios de crianças e jovens que “imitavam” as cenas dos filmes. A visão de espetáculos de circos também era criticada, como pode ser percebido na matéria “Deus nos acuda”, assinada por um “observador catholico” de Ipamery, que narra a permanência do circo Stevanovitch na cidade e os danos causados por suas 4 ou 5 apresentações. As acusações são relativas tanto ao fato do alto custo do ingresso (3\$000 réis) ter prejudicado o já incipiente comércio da cidade, quanto pelo rebaixamento moral provocado pelos “espectaculos licenciosos, condemnaveis”. O “observador” considera

caso de profunda lastima a facilidade, a naturalidade com que pessoas piedosas frequentam semelhante diversão [...] O facto só de estarem ás gargalhadas no circo na razão directa da desclassificação da assistencia – o que entra pelos olhos até dos que não querem vêr – é sufficiente
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 260, p. 3).

A propósito de exposição ao ridículo, além da moda moderna e emancipada também os discursos eram alvos frequentes, a exemplo da anedota abaixo que indica o descompasso entre a fala da “oradora” e os anseios e futilidades do público feminino

N'UM MEETING DE MULHERES.

"Agora, minhas irmãs oprimidas, disse a oradora, depois d'um discurso sobre os direitos da mulher, responderei de boa vontade ás perguntas que queiraes fazer-me."

Uma voz: "Eu desejava muito saber, onde é que compraste o teu novo chapéu."

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 142, p. 4)

As moças que compactuavam com os costumes modernos eram chamadas também, muitas vezes, de “melindrosas” e os rapazes de “almofadinhas”. Nesse sentido, as piadas abaixo dão um exemplo da ridicularização do personagem masculino.

Entre amigas.

– Não sei porque me persegue tanto aquelle almofadinha. Olha-me sempre de preferencia a qualquer outra.

– É. Coitado! Conheço-o. Sempre foi um idiota.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 193, p. 3)

O Pae. – Nossa filha anda a querer casar-se com aquelle almofadinha? Diga a ella que eu não lhe darei nem dez tostões de dote.

A Mãe. – O melhor é dizer isso ao rapaz.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 197, p. 3)

Enquanto a anedota “Entre amigas” satiriza o “almofadinha” como um pretendente que não deveria ser levado a sério, naquela intitulada “O pae”, o moço, acusado de interesseiro, desagrada tanto aos familiares da possível futura esposa que estes planejam boicotar o casamento da filha.

Também a matéria “Os perigos da civilização”, reportada em 12 de dezembro de 1925 é interessante, pois aborda tudo o que foi discutido até aqui. Nela, mais uma vez, o jornal *Santuario da Trindade* se vale de discursos profissionais de médicos dos Estados Unidos, nação onde a vida moderna “alcançou o mais alto grão de perfeição, passou a ser uma das causas mais prejudiciaes à longevidade da existencia!”. O periódico, concordando com os discursos médicos, aconselha como remédio aos males do coração “o regresso à vida antiga!”. A matéria sentencia, alegando que possivelmente a “civilização” perceberá que os progressos conquistados são, na verdade, o maior prejuízo à existência humana. Em face dessa consciência “voltaremos à vida primitiva, à vida dos primeiros homens da terra, às cavernas e

a idade da pedra”. Os argumentos para tamanho descrédito das “modernidades” são os seguintes: atividades como o excesso de passeio, prazeres, álcool, agitação e emoções estavam enfraquecendo fisiologicamente a população, e a consequência direta disto eram as “affecções cardíacas” nos moços e anemia nos anciãos.

Com efeito, a matéria anuncia que segundo as companhias de seguros, as principais causas de morte em 1921 tinham sido os “defeitos organicos do coração; tuberculose em todas as suas formas; mal de Bright; pneumonia em todas as suas modalidades, hemorragia cerebral e accidentes de automovel”. Os problemas de coração não atingiam somente as pessoas velhas, como antigamente, mas eram muito comuns nos jovens, alega o periódico. Sobre o uso do automóvel, algumas anedotas ridicularizam seus usuários, alegando a inaptidão para a prática da direção, esse perigoso hábito moderno!

– D. Anna, como vai seu marido na sua excursão automobilística?
– Muito bem! Escreveu-me duas cartas: a primeira de uma estalagem do arraial, a segunda do hospital.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1925, n. 108, p. 4)

– A morte d'elle foi inesperada??
– Não. Havia pouco que elle tinha comprado um automovel...
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 208, p. 4)

Afinal, qual terá sido o motivo desse intenso combate à modernidade dos costumes? Pode-se levantar algumas possibilidades de interpretação, sendo talvez a principal delas a de que os novos interesses e distrações mundanas fizessem com que as pessoas deixassem de lado a religião e seus mistérios, que os prazeres mundanos afastassem a ideia da “grande recompensa” *post-mortem*. O discurso conservador da Igreja Católica, em meio ao turbilhão de ameaças advindas do crescente alastramento das outras manifestações religiosas e seculares, via-se ameaçado também pela ideia do abandono da religião pelas coisas do mundo: moda, cinema, automóvel, danças etc. O jornal lutou como pode, utilizando-se de discursos e argumentos, muitas vezes, pueris e sensacionalistas. A eficácia dessa luta, obviamente, não pode ser medida devido ao avanço quase inevitável da “modernidade”, cujos interesses e motivações estavam além do controle de um grupo religioso ou político. Essas mudanças eram de caráter quase mundial e espelhavam, ao menos no Ocidente, a ideia de uma “civilização que evolui”.

Não obstante o jornal *Santuario da Trindade* – e a Igreja Católica como um todo – tenha se esforçado para freá-lo, veiculando matérias, notícias, anedotas e conselhos de

autoridades que o condenava, o trem da “modernidade” não pode ser detido na estação, ao contrário, andou veloz...

CONCLUSÃO

“Dizer bom humor é uma redundância! Deveríamos dizer humor e mau humor, porque humor é este estado de bem-estar e escorrega-se dele para o mau humor” (RIBEIRO, 2008, p. 110). Embora não se possa afirmar com certeza que os editores-chefes do jornal *Santuário da Trindade* fossem homens “humorados”, segundo a citação, eles podem ser vistos como possuidores de qualidades como a perseverança e a crença no trabalho, por exemplo. De maneira geral, a vida em Goiás na década de 1920 não era fácil, constatação muitas vezes narradas nas correspondências e relatórios anuais redentoristas. A maioria da população vivia “abandonada”, com poucos recursos, sem educação formal e ainda conviviam com ameaças de graves doenças etc.

Na parte espiritual, os missionários redentoristas investiam em batalhas baseadas na fé, na melhoria das condições de existência e no cumprimento dos deveres cristãos. Na transmissão das mensagens evangelizantes, as romarias e missas foram essenciais, igualmente as missões e desobrigas, por aproximarem os religiosos do povo. A mídia religiosa foi outro importante recurso nessa luta e o jornal *Santuário da Trindade* chegou a ser o mais “espalhado” do estado. E no periódico, lá na terceira ou quarta página, a seção “Anectodas”, objeto principal dessa pesquisa. Pode parecer pouco, mas deu o que falar (e rir).

Esse trabalho partiu do pressuposto de que o humor não foi inserido no jornal como um fim em si mesmo, mas com finalidades em certa medida calculadas. Desse modo, embasadas nas teorias sobre o humor e o riso, as hipóteses sobre sua veiculação levaram em conta aspectos como: o contexto sócio-histórico, eventos do período, aspectos da tradição católica, características do povo goiano etc. Como já mencionado, exaurir as possibilidades de análise desses textos humorísticos é praticamente uma missão impossível, devido ao seu grande número e diversidade. As conclusões a que se chega em cada uma das três partes da pesquisa são expressas abaixo.

O primeiro capítulo *A presença redentorista em Goiás, vamos noticiar!* apresentou o contexto geral da fonte principal do trabalho. E, nesse sentido, as mudanças legais ocorridas no final do século XIX foram essenciais para criar um novo cenário para a Igreja Católica que, a partir de então, não mais estaria sob a proteção do Estado (oficialmente), e passaria a concorrer com outras denominações religiosas e seculares. O lançamento do jornal *Santuário da Trindade* em 1922 se insere nesse contexto de lutas na defesa e propagação da fé católica.

Suas matérias regionais, nacionais e internacionais faziam uma leitura católica e redentorista do mundo. Ele era visto como em iminente perigo, tanto em seus aspectos morais e religiosos, quanto nos sociais e culturais. Enquanto o jornal comemorava seu grande número de assinaturas, outras fontes narram alguns complicados episódios internos e externos na diocese, envolvendo o jornal e a própria congregação, anunciando uma permanência nem sempre fácil desses missionários em Goiás. Por fim, devido a uma conjuntura desfavorável e uma administração falha, após 9 anos de atividades, o jornal fecha suas portas, apesar dos lamentos de alguns membros redentoristas.

O segundo capítulo *O prazer do riso: momentos de distração* apresentou o complexo e rico objeto de estudo desta pesquisa: a seção de anedotas do jornal *Santuário da Trindade*. A teoria de Mikhail Bakhtin (1999) sobre o carnaval e o riso popular na Idade Média e no Renascimento possibilitou perceber que o humor pode cumprir o papel de aliviador das tensões sociais (e individuais). Desse modo, por meio do humor debochado das diferentes piadas, os editores da folha goiana ofereciam fugazes momentos de descontração ao público leitor, momentos que poderiam ajudar também na apreensão dos conteúdos sérios, segundo eles. Seus personagens e situações variadas serviram a realçar, por sua vez, certa abertura do jornal, levando em conta que nem sempre o humor é benquisto nos assuntos sacros. Assim, naquela sociedade sem heróis, formada por pessoas comuns e situações corriqueiras, ria-se da realidade vivida, nua e cruamente. Em certa medida, a sociedade goiana encontrou seu espelho refletor (ora idêntico, ora invertido) no humor do jornal, e rir de si, do outro, das desgraças e do *nonsense* da existência foi possível e consentido. Desse modo, situações como as das pilhérias abaixo deixam claro que por meio do humor deu-se vazão e debochou-se dos discursos “proibidos”.

– O retrato è bonito – dizia a um pintor um seu amigo – é parecido, bem desenhado; mas côr...
– Oh! não se preoccupes com a côr – interrompe o artista. É o retrato de um homem politico, e tu sabes bem como esta gente muda muitas vezes de côr.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 176, p. 4)

Foi mesmo.
– Seu pae falleceu de morte natural?
– Não senhor: – foi tratado por tres medicos.
(SANTUARIO DA TRINDADE, 1930, n. 378, p. 3)

HERANÇA.
– Quando morreu o senhor Gonsales, deixou tudo quanto tinha ao asylo de

orphãos.

– Que homem caridoso! E em quanto montava o que elle deixou?

– Quatro meninos e quatro meninas.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 260, p. 5)

Os políticos vira-casaca, a ineficiência médica e a pobreza/infortúnio são os temas desses chistes, assuntos que, fora do humor que os protege dos cerceamentos (afinal, são “só piadas”), não seriam facilmente aceitos ou ditos por qualquer pessoa e em qualquer lugar. Ao contrário, nas piadas, os discursos sérios são disfarçados e anunciados indiretamente, e, nestes casos, rir do “malfeito” não é pecado e sim “um remédio para a alma”!

O terceiro capítulo *O humor e o riso a serviço do constrangimento* apresentou um conjunto de piadas que, por outro lado, procurou igualmente ser “um remédio para a alma”, inculcando preceitos aceitos e indicados pela moral católica do período. Por exemplo, as matérias sérias que tratavam das difíceis e conflituosas relações entre homem e mulher no casamento, foram complementadas por chistes que ridicularizavam as mesmas questões de conflito. Assim, mulheres mandonas foram colocados em seus devidos lugares de esposas obedientes e submissas, e maridos de espírito fraco foram chamados ao governo do lar e da família, tanto nos textos habituais do jornal, quanto em dezenas de piadas que trataram do assunto. Igualmente, a modernização dos costumes que mais parecia uma praga que se abatia sobre o sertão goiano (e brasileiro), foi ridicularizado nos chistes e nas matérias sérias. Com efeito, em alguns aspectos a imprensa será uma ferramenta moderna utilizada pelos editores do jornal para combater a modernidade. As inserções sérias e humorísticas se complementavam em larga medida, e Henri Bergon (1983) possibilitou enxergar isso com sua teoria do riso como um importante corretor das mazelas sociais, por meio da humilhação de seus comportamentos “mecânicos”.

Enquanto as matérias sérias falavam do necessário respeito e diálogo entre o casal, do ideal de discrição das esposas e de “pulso” dos maridos etc., a anedota a seguir expõe ao ridículo uma situação na qual o marido é submisso e a esposa, pelo muito tagarelar, não “dialogava” com ele desde o dia do casamento.

– Sua mulher se queixa que o senhor a trata tão mal, que desde o dia do seu casamento não tem dirigido a ella uma palavra...

– Sr. Commissario, eu fui bem educado, e por isso não interrompo a quem fala. Tenho estado sempre esperando que ella se cale para eu poder dizer alguma cousa.

(SANTUARIO DA TRINDADE, 1928, n. 280, p. 4)

Ao final da pesquisa, fica evidente que os sentidos do humor não podem ser apreendidos por meio de uma única teoria. Eles são complexos demais para serem “enquadrados” sob um único viés de interpretação, ficando mais próximo talvez à uma figura com múltiplas pontas soltas que se amarrarão, talvez, no infinito. Ao mesmo tempo que o humor pode libertar provisoriamente das convenções e repressões sociais (e pessoais) como sugeriram Bakhtin (1999) e Freud (1905), ele pode aprisionar, se houver mecanização dos atos humanos, segundo a teoria de Bergson (1983). O chiste abaixo é um bom exemplo dessa assertiva.

- Em 20 anos de casamento só tive um desgosto com meu marido.
 - Qual foi?
 - De me haver casado com elle.
- (SANTUARIO DA TRINDADE, 1927, n. 218, p. 3)

Aqui, mais uma vez, se coloca em pauta as relações matrimoniais. Poder-se-ia dizer que o humor desta pilhéria refere-se a um auto-deboche? Que faça gozação da mecanização da vida? Ou ainda, que traga à tona o clichê das eternas esposas exigentes e insatisfeitas? A esposa, ao assinalar um desgosto que se prolongava há 20 anos, faz piada de sua própria situação, desdramatiza a realidade e, ao mesmo tempo, coloca em jogo o ato mecânico e indesejado de estar numa relação infeliz, sendo que o esperado e ideal é a felicidade. Logo, uma interpretação possível dessa anedota é que ela é tudo isso, e mais.

O trabalho serviu a evidenciar também que há algo sério no humor. Ele pode fazer refletir sobre uma comunidade, seus valores, seu modo de enxergar o mundo, pode mostrar seus discursos “proibidos”. Serviu a denotar ainda que objetos de pesquisa aparentemente marginais e inusitados contém possibilidades ricas de indagações sócio-históricas e culturais.

Poder-se-ia finalizar esta pesquisa parafraseando o talentoso Mendes Fradique (1923), ao anunciar que o que associa este trabalho aos dos grandes gênios do conhecimento humano é unicamente a palavra “fim”, que se costuma colocar nas conclusões. Mas, a título de rebeldia, encerrar-se-á ironicamente as discussões como a protagonista da anedota abaixo.

- No final de uma discussão:
- Meus amigos, eu lavo as minhas mãos, como Herodes.
 - Como Pilatos, queres dizer.
 - E essa? Pois Herodes nunca lavou as mãos?
- (SANTUARIO DA TRINDADE, 1926, n. 174, p. 4)

Só rindo!

REFERÊNCIAS

1- Referências bibliográficas:

ALIGHIERI, Dante. *La divina commedia*. Tomo primo: Inferno. Avignone, presso Fr. Seguin Ainé, Stampatore e librayo, 1816. Disponível em:
<http://books.google.com.br/books/about/La_divina_commedia_di_Dante_Alighieri.html?id=cwAsAAAAMAAJ&redir_esc=y>. Acesso dia: 15-09-2014.

AZZI, Riolando. O Fortalecimento da Restauração Católica no Brasil (1930-1940). *Revista Síntese*, Belo Horizonte. v. VI. n. 17. pp. 69-85. set/dez. 1979. Disponível em:
<faje.edu.br/periodicos2/index.php/Sintese/article/download/2291/2570>. Acesso dia: 25-07-2014.

BARREIRA, Catarina. A relação entre gárgulas e textos no contexto tardo-medieval em Portugal: preocupações em torno do comportamento do corpo e os pecados. *Mirabilia: electronic journal of antiquity and middle ages [en línea]*. v. 0. n. 13 . pp. 105-133. jun/dez 2011. Disponível em:
<<http://raco.cat/index.php/Mirabilia/article/view/283135/371008>>. Acesso dia: 30-07-2014.

ALBERTI, Verena. *O riso e o risível na história do pensamento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação do cômico*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BORGES, Barsanufio. Ferrovias e modernidade. *Revista UFG*, Goiânia. Ano XIII n. 11. pp. 27-36, dez. 2011. Disponível em:
<http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/dossie_ferrovia.pdf>. Acesso dia: 21-07-2013

BRITTO, Francisco. *Memórias de outro tempo*. Goiânia: Abertura Ltda, 1980.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CÂMARA NETO, Isnard. *A ação romanizadora e a luta pelo cofre: D. Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. Tese de doutoramento – Universidade de São Paulo, 2006.

CHAUL, Nasr. Catalão e a república do trem de ferro. *Revista UFG*, Goiânia. Ano XIII n. 11. pp. 27- 36, dez. 2011. Disponível em:
<http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/dossie_ferrovia.pdf>. Acesso dia: 21-07-2013

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEUS, Maria. Normatização do Santuário do Divino Pai Eterno. *História Revista*, Goiânia. v. 6, n. 2, pp. 161-178. jul/dez, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10537/7007>>. Acesso em: 10-12-2013.

DEUS, Maria & SILVA, Mônica. *História das festas e religiosidades em Goiás*. Goiânia: AGEPEL/UEG, 2002. (Coleção Histórias de Goiás).

FREUD, Sigmund. Os chistes e sua relação com o inconsciente. In: *Obras completas*. v. 8 (1905). LeLivros. (pp. 1830-2007). Disponível em: <<http://lelivros.gratis/book/obras-completas-dr-sigmund-freud/>>. Acesso em: 04-03-2014.

_____. O humor. In: *Obras completas*. v. 21 (1927-1931). LeLivros. (pp. 4465-4470). Disponível em: <<http://lelivros.gratis/book/obras-completas-dr-sigmund-freud/>>. Acesso em: 04-03-2014.

FOLKIS, Gesiane. *Análise do discurso humorístico: as relações marido e mulher nas piadas de casamento*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, SP : [s.n.], 2004.

GAETA, Maria. A Cultura clerical e a folia popular. *Revista Brasileira de História*, São Paulo. vol. 17, n. 34, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-01881997000200010>. Acesso em: 10-09-2014.

GALVÃO, Andréia. O jornal Santuário da Trindade e os discursos de normatização das festas religiosas. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia. v. 24. n. 1. pp. 37-47. jan/mar 2014. Disponível em: <<http://seer.ucg.br/index.php/fragmentos/article/view/3220/1914>>. Acesso em: 10-11-2014.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GIUMBELLI, Emerson. Religião e espaço público no caso do Cristo no júri – Rio de Janeiro, 1891. *Revista Acervo*. Rio de Janeiro. v. 16. ano 2, pp. 19-42, jul/dez 2003. Disponível em: <<http://www.revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/213/177>>. Acesso em: 10-09-2014.

_____. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. *SciELO - Religião e Sociedade*. v. 28, n.2, Rio de Janeiro, jan, 2008.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872008000200005>. Acesso em: 11-09-2014.

GOMES FILHO, Robson. Do Santuário de Trindade ao jornal “Santuário da Trindade”: reflexões sobre as mudanças de posicionamento religioso dos primeiros Redentoristas alemães em Goiás. *Revista Horizonte*, Belo Horizonte. v. 9. n. 23. out/dez, 2011. Disponível

em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/2318>>. Acesso em: 01-08-2014.

_____. *O movimento de “santa Dica” e a Ordem Redentorista em Goiás (1923-1925)*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP. Mariana, 2012.

_____. O discurso redentorista acerca do “progresso” e “atraso” na imprensa escrita em Goiás (1922-1927). In: Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da história e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha. 7º, 2013, Mariana, Minas Gerais. (Anais) Ouro Preto: EDUFOP, 2013, pp. 1-11. Disponível em: <<http://www.seminariodehistoria.ufop.br/7snhh/7-snhh/anais/#modal-11>>. Acesso em: 13-08-2014.

GRINBERG, Lucia. República Católica, o monumento ao Cristo Redentor do Corcovado. In: KNAUSS, Paulo (org). *Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1999. pp. 57-72.

GUREVICH, Aaron. Bakhtin e sua teoria do carnaval. IN: *Uma história cultural do humor*. BREMMER, J; ROODENBURG, H. (orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 83-92.

HIÉROCLES E FILÁGRIO. *Philogelos (O gracejador)*. Tradução do grego, introdução e notas: Reina Marisol Troca Pereira. Editor: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos. Coimbra. Edição: 1ª/2013

HOLANDA. Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

JAYME, José Sisenando. *Goiás: humorismo e folclore*. Goiânia, 1990.

LE GOFF, Jacques. O riso na Idade Média. IN: *Uma história cultural do humor*. BREMMER, J; ROODENBURG, H. (orgs.). Rio de Janeiro: Record, 2000. pp. 65-82.

LEITE, Fábio. O Laicismo e outros exageros sobre a Primeira República no Brasil. *SciELO - Religião e Sociedade*. v.31, n.1, Rio de Janeiro, jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-85872011000100003&script=sci_arttext>. Acesso dia 24-05-2014.

LORENA, Isac. *Aqueles que nos precederam, falecidos da província de São Paulo*. Edição PDF atualizada por Fl. Castro. Aparecida, São Paulo, 2004.

LUCA, Tânia. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: *Fontes Históricas*. PINSKY, Carla B. (org.). São Paulo: Contexto, 2008. pp. 111-153.

MAGALHÃES, Maria Gramiscelli. [...] e o negro amarelou: um estudo sobre o humor negro verbal brasileiro. Belo Horizonte, 2007. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Letras.

MARIANO, Ricardo. *Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso*. In: 3Er

Congreso virtual de Antropología y Arqueología. NAYa, 2002.
Disponível em: <http://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm>.
Acesso dia 05-06-2014.

MINOIS, Georges. *História do riso e do escárnio*. São Paulo: UNESP, 2003.

MIOTTI, Charlene. Alguma extemporaneidade no riso: piadas antigas, circunstâncias novas, efeitos similares. *Revista Sínteses*. 2009. pp. 245-261. Disponível em:
<<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/sinteses/article/viewFile/1229/913>>. Acesso em: 19-09-2014.

MORAIS, Marília. Humor e psicanálise. *Estudos de Psicanálise*. Salvador, n. 31. out. 2008. pp. 113-123. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/ep/n31/n31a14.pdf>>. Acesso em: 28-10-2014.

MOURA, Antônio. *Sete léguas de paraíso*. São Paulo: Global, 1989.

OLIVEIRA, Eliézer. *As representações do medo e das catástrofes em Goiás*. Tese (doutorado em sociologia). Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2006.

PAIVA, Gilberto. *A Província Redentorista de São Paulo (1894-1955)*. São Paulo: Editora Santuário, 2007.

POSSENTI, Sírio. *Os humores da língua: análises linguísticas de piadas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

_____. *Humor, língua e discurso*. São Paulo: Contexto, 2013.

QUADROS, Eduardo. Conversão com diversão? Ou como o catolicismo fez as pazes com o cinema durante a Primeira República em Goiás. *Revista História da UEG*. v.2, n.1. pp.15-28. jan./jul. 2013. Disponível em:
<<http://www.prp.ueg.br/revista/index.php/revistahistoria/article/view/1548/952>>. Acesso em: 15-12-2014.

REINATO, Eduardo. Imaginário religioso nos ex-votos e nos vitrais da Basílica de Trindade – GO. *Fênix Revista de História e Estudos Culturais*. v. 7. n. 3. ano VII. pp. 1-21. set/out/nov/dez. 2010. Disponível em:
<http://www.revistafenix.pro.br/PDF24/Artigo_02_Eduardo_Jose_Reinato.pdf>. Acesso em: 15-03-2014.

RIBEIRO, Maria. Do trágico ao drama, salve-se pelo humor! *Estudos de Psicanálise*. Salvador, n. 31. pp. 103-112. out. 2008. Disponível em:
<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ep/n31/n31a13.pdf>>. Acesso em: 28-10-2014.

SALIBA, Elias. *Raízes do riso: a representação humorística na história brasileira - da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTIROCCHI, Ítalo. Uma questão de revisão de conceitos: Romanização –

Ultramontanismo – Reforma. *Temporalidades: revista discente do programa de pós-graduação em história da UFMG*. Belo Horizonte. v. 2, n. 2, pp. 24-33, ago/dez, 2010.

SANTOS, Leila. *Ultramontanismo e catolicismo popular em Goiás de 1865 a 1907 à luz da sociologia da religião*. Tese (doutorado em sociologia). Universidade de Brasília - UnB. Brasília, 2006.

SANTOS, Miguel. N. *Trindade de Goiás – uma cidade santuário: conjunturas de um fenômeno religioso no centro-oeste brasileiro*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1976.

SANTOS, Roberto. Reflexões teóricas sobre o humor e o riso na arte e nas mídias massivas. In: SANTOS, Roberto; ROSSETTI, Regina (orgs.). *Humor e riso na cultura midiática: variações e permanências*. São Paulo: Paulinas, 2012 - (Coleção comunicação em pauta). pp. 17-59.

SANTOS, Roberto. Riso cotidiano: as estratégias de humor nas tiras cômicas norte-americanas. In: SANTOS, Roberto; ROSSETTI, Regina (orgs.). *Humor e riso na cultura midiática: variações e permanências*. São Paulo: Paulinas, 2012 - (Coleção comunicação em pauta). pp. 75-100.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Ademir. O domador de bicicletas: cultura, identidade e originalidade em Geraldinho Nogueira. *Revista Educação & Mudança*. n. 24. ano 2011. pp. 23-35.

SILVA, Eduardo. *Passagens: autobiografia de Dom Eduardo Silva, bispo de Goiás*. Goiânia: Ed. Da UCG, 2007.

SILVA, Maria. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: Ed. da UCG, 2009.

SILVA, Mônica. *A Festa do Divino. Romanização, Patrimônio & Tradição em Pirenópolis (1890-1988)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2000. (CAP. II, pp. 68-139).

VAZ, Ronaldo. *Da separação Igreja-Estado em Goiás à nova cristandade (1891-1955)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1997.

ZICMAN, Renée. História através da imprensa – Algumas considerações metodológicas. In: *História e historiografia: Contribuições e Debates*. PUC São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em História. Departamento de história. São Paulo, EDUC, 1985.

2- Sites eletrônicos:

AULETE, Caldas. *Aulete Digital – Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*: Dicionário Caldas Aulete, vs online. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/>>

BRASIL. *CODIGO PENAL DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL (DECRETO N. 847 – DE 11 DE OUTUBRO DE 1890)*. Disponível em:

<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=847&tipo_norma=DEC&data=18901011&link=s> acesso dia 22-06-2013

BRASIL. DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D119-A.htm>. Acesso dia: 24-05-2014.

Dados biográficos sobre Antônio Felício dos Santos, consultar: Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Disponível em:

<http://cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_santosantonio.html>. Acesso dia 19-07-2014.

Dados do recenseamento de 1920. Disponível em:

<<http://www.seplan.gov.br/sepin/pub/GoDados/2003/demografia.htm>>. Acesso dia: 23-11-2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 1872/2010. Disponível em:

<<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso dia: 18-09-2014.

Mapas temáticos sobre o território goiano. Disponível em:

<<http://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/pages/29802>>. Acesso dia 25-06-2013

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria geral de estatística (1929). Recenseamento do Brasil, 01-09-1920, Rio de Janeiro, Tipografia de Estatística, vol IV, 4ª parte. Disponível em:

<http://archive.org/stream/recenseamento1920pop5/RecenGeraldoBrasil1920_v4_Parte4_Populacao#page/n48/mode/thumb>. Acesso dia 18-09-2014.

Normas da ABNT: citações e referências. Disponível em:

<<http://www.leffa.pro.br/textos/abnt.htm#5.9.1.1.1>>. Acesso dia 10-03-2014.

Portal redentorista: <<http://www.redentorista.com.br/>> acesso dia 02-06-2014.

3- Vídeos:

Canal Porta dos fundos. Deus. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=t11JYaJcpxg>>. Acesso dia: 30-12-2014.

Youtube. O caso do peão cagão. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=vtZd3xyp7ys>>. Acesso dia: 22-12-2014.

4- Fontes documentais:

ÂNUAS da Vice-Província de São Paulo, v. II, (1919-1931)

Carta Pastoral de D. Eduardo Duarte da Silva. *Os abusos e males da imprensa*. Uberaba – Typografia do “Correio Catholico”, 1902.

Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. I (1817-1896).

Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. VI (1913-1920).

Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. IX (1925-1927).

Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. X (1928-1930).

Correspondência da província Redentorista de São Paulo – COPRESP, v. XI (1931-1933).

Crônica da Comunidade Redentorista de Campinas de Goiás (1926 a 1939) III volume. Pe. Souza, Geraldo Pires. Para a história do “Santuário da Trindade”. Adenda histórica. Campinas, 8 out. 1943, p. 82A (encarte colado à página 235 da crônica original).

5- Jornais:

A UNIÃO (Arquivo virtual). *Pensamentos*. Rio de Janeiro (RJ), ano 1, n. 02, p. 1, 02/01/1905. Hemeroteca Digital Brasileira.

5.1. Jornais - Coleção Convento Santo Afonso (Goiânia – GO)

SANTUARIO DA TRINDADE (jornal). Campininhas das Flores (GO), 1922-1927. n. 1-211.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *O jornal catholico*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 1, p. 2. Goiás, 1/07/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *O nosso programma*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 1, p. 1. Goiás, 1/07/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Religião e Patriotismo*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 5, p. 1. Goiás, 26/08/1922. Coleção Convento Santo Afonso (Goiânia – GO).

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Religião e moda*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 5, pp. 1-2. Goiás, 26/08/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Leituras Amenas: A sorte é o trabalho*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 5, p. 4. Goiás, 26/08/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Trabalhar pela Patria*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 6, p. 1. Goiás, 09/09/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Leituras Amenas: A sorte é o trabalho (conclusão)*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 6, p. 4. Goiás, 09/09/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Noticias Varias: Pelo Estado*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 8, p. 3. Goiás, 07/10/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *A maçonaria*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 9, p. 1. Goiás, 21/10/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Noticias Varias: Campinas*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 9, p. 4. Goiás, 21/10/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Reflexões*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 9, p. 1. Goiás, 21/10/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *A moralidade publica*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 10, p. 1. Goiás, 04/11/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *O pae de família*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 11, p. 1. Goiás, 18/11/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Reflexões*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 12, p. 1. Goiás, 02/12/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Noticias religiosas: Capellão da força publica*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 12, p. 2. Goiás, 02/12/1922. Coleção Convento Santo Afonso (Goiânia – GO).

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Cuidado com os bailes!* Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 12, p. 3. Goiás, 02/12/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *A firmeza da familia*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 13, p. 1. Goiás, 16/12/1922.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Nobre campanha*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 19, p. 3. Goiás, 10/03/1923.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Reflexões*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 23, p. 2. Goiás, 05/05/1923.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Reflexões*. Campininhas das Flores (GO), ano 1, n. 25, p. 1. Goiás, 02/06/1923.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Importante discurso*. Campininhas das Flores (GO), ano 2, n. 28, p. 1. Goiás, 12/07/1923.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Reflexões*. Campininhas das Flores (GO), ano 2, n. 31, p. 1. Goiás, 25/08/1923.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Reflexões*. Campininhas das Flores (GO), ano 2, n. 38, p. 1. Goiás, 01/12/1923.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *As nossas assignantes*. Campininhas das Flores (GO), ano 2, n. 39, p. 1. Goiás, 15/12/1923.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Reflexões*. Campininhas das Flores (GO), ano 2, n. 48, p. 2. Goiás, 23/02/1924.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Constantino Xavier Maria*. Campininhas das Flores (GO), ano 3, n. 65, p. 2. Goiás, 01/07/1924.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Na brécha*. Campininhas das Flores (GO), ano 3, n. 84, p. 1. Goiás, 15/11/1924.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Trinta annos*. Campininhas das Flores (GO), ano 3, n. 88, p. 2. Goiás, 13/12/1924.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Noticias Locaes*. Campininhas das Flores (GO), ano 3, n. 100, p. 2. Goiás, 07/03/1925.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Na brécha*. Campininhas das Flores (GO), ano 4, n. 127, p. 1. Goiás, 10/10/1925.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Os perigos da civilização*. Campininhas das Flores (GO), ano 4, n. 136, p. 1. Goiás, 12/12/1925.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Em pròl de Campinas*. Campininhas das Flores (GO), ano 4, n. 139, p. 2. Goiás, 02/01/1926.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Carta de José Rodrigues de Moraes Filho*. Campininhas das Flores (GO), ano 4, n. 141, p. 2. Goiás, 16/01/1926.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Na Brécha*. Campininhas das Flores (GO), ano 4, n. 145, p. 2. Goiás, 13/02/1926.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Barbaro assassinato em Pouso Alto*. Campininhas das Flores (GO), ano 5, n. 169, pp. 2-3. Goiás, 14/08/1926.

5.2. Jornais - Arquivo do Instituto de Pesquisa Histórica do Brasil Central (Goiânia – GO)

A IMPRENSA (Microfilme). *A maçonaria e a Igreja*. Goyaz (GO), ano 1, n. 39, p. 3, 02/12/1922.

O LIDADOR (Microfilme) *O carater e o riso*. Goyaz (GO), ano XI, n. 44, p. 1. Goiás, 06/11/1913.

O LIDADOR (Microfilme) Informação sobre o número de assinantes. Goyaz (GO), ano XIV, n. 26, p. 2. Goiás, 29/07/1916.

SANTUARIO DA TRINDADE (jornal). Campininhas das Flores (GO), 1927-1931. n. 212-402.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Noticiario do Estado de Goyaz: Capital*. Campininhas das Flores (GO), ano 6, n. 219, p. 2. Goiás, 20/08/1927.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Na Brécha*. Campininhas das Flores (GO), ano 5, n. 194, p. 1. Goiás, 12/02/1927.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Leituras Amenas: O eremitão do Muquem*. Campininhas das Flores (GO), ano 5, n. 196, p. 4. Goiás, 26/02/1927.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Na Brécha*. Campininhas das Flores (GO), ano 5, n. 200, p. 1. Goiás, 26/03/1927.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Na Brécha*. Campininhas das Flores (GO), ano 5, n. 207, p. 1. Goiás, 21/05/1927.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Noticiario do Estado de Goyaz: Capital*. Campininhas das Flores (GO), ano 6, n. 219, p. 2. Goiás, 20/08/1927.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *O seminario*. Campininhas das Flores (GO), ano 6, n. 252, p. 3. Goiás, 28/05/1928.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Tres coisas que a mulher deve e não deve imitar*. Campininhas das Flores (GO), ano 6, n. 253, p. 3. Goiás, 05/05/1928.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Deus nos acuda!* Campininhas das Flores (GO), ano 6, n. 260, p. 3. Goiás, 26/06/1928.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Miscellanea: Deveres dum chefe de familia*. Campininhas das Flores (GO), ano 6, n. 260, p. 5. Goiás, 26/06/1928.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *A esposa perfeita*. Campininhas das Flores (GO), ano 7, n. 261, p. 3. Goiás, 07/07/1928. Arquivo do Instituto de Pesquisa Histórica do Brasil Central (Goiânia – GO).

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *A clarineta do vigario*. Campininhas das Flores (GO), ano 7, n. 264, pp. 3-4. Goiás, 28/07/1928.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *A moda de Jesus e a do Capêta*. Campininhas das Flores (GO), ano 7, n. 266, p. 3. Goiás, 11/08/1928.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Dados estatísticos*. Campininhas das Flores (GO), ano 7, n. 274, p. 4. Goiás, 06/10/1928.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Atenção! Satanaz é quem dirige...!* Campininhas

das Flores (GO), ano 7, n. 291, p. 1. Goiás, 02/02/1929.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Casamento ás presas*. Campininhas das Flores (GO), ano 7, n. 294, p. 3. Goiás, 23/02/1929.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Os medicos e as escravas da moda!* Campininhas das Flores (GO), ano 8, n. 332, p. 1. Goiás, 30/11/1929.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Para que saibam*. Campininhas das Flores (GO), ano 8, n. 345, p. 3. Goiás, 01/03/1930.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Noticiario do estado de Goyaz*. Campininhas das Flores (GO), ano 8, n. 354, p. 2. Goiás, 10/05/1930.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Ó riso*. Campininhas das Flores (GO), ano 9, n. 364, p. 3. Goiás, 26/07/1930.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Miscellanea: É justo, é logico, é natural*. Campininhas das Flores (GO), ano 9, n. 365, p. 2. Goiás, 02/08/1930.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Carta de Antão Madruga*. Campininhas das Flores (GO), ano 9, n. 379, p. 2. Goiás, 13/12/1930.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Miscellanea: Uma rainha sobre as modas*. Campininhas das Flores (GO), ano 9, n. 382, p. 3. Goiás, 03/01/1931.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Entrevista do Antão Madruga*. Campininhas das Flores (GO), ano 9, n. 383, p. 1. Goiás, 10/01/1931.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Aviso*. Campininhas das Flores (GO), ano 9, n. 398, p. 1. Goiás, 02/05/1931.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *O ultimo numero*. Campininhas das Flores (GO), ano 9, n. 402, p. 1. Goiás, 01/07/1931.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Uma prosa com os leitores do "Santuario da Trindade"*. Campininhas das Flores (GO). Junho de 1931.

SANTUARIO DA TRINDADE (Jornal). *Como se ajuda a um jornal catholico*. Campininhas das Flores (GO). Junho de 1931.

ANEXO 1*

* As quatro páginas seguintes trazem a cópia do exemplar de 28 de dezembro de 1929 do jornal *Santuário da Trindade*. A fim de dar-lhe maior verossimilhança optou-se por utilizar o recurso “página inteira”. A escolha deste número do jornal deveu-se exclusivamente à boa qualidade da imagem.

SANTUARIO DA TRINDADE

ORGAN DO SANTUARIO DA TRINDADE

Director-Redactor: P. Lourenço Hubbauer C.Ss.R.

Com licença e aprovação da autoridade ecclesiastica

Anno 8



Campinas (Estado de Goyaz) 28 de Dezembro de 1929

Gerente:
Feliz Franks.

Numero 336

FIM DO ANNO

Lá se foi o anno 1929.

Muitas alegrias e vantagens, mas tambem muitas amarguras e soffrimentos desaparecerem, so-mem no mar do passado.

E para o primeiro dia do anno 1930 todos se desejam uns aos outros: boas festas do Anno Bom! muitas felicidades para o novo anno.

Os que tem intelligencia e tino para reflectir, não podem deixar de entrar em considerações serias sobre a inconstancia das cousas que passam, sobre a necessidade do christão preparar-se para a eternidade, que cada anno, cada dia mais se approxima.

Os commerciantes, no fim do anno, fazem um ajuste de contas, conferem os lucros e gastos; fazendo o balancete que-rem ver o estado real de suas finanças, para tomar as medidas e cautelas garantidoras de uma marcha feliz em seus negocios para o novo anno.

O christão seriamente preocupado com o maior, mais importante dos negocios, negocio da salvação eterna de sua alma, não deve ficar atraz, não deve ser menos activo e diligente do que os filhos das trevas.

Fim do anno, tambem para elle é o tempo de um ajuste de contas; deve ajustar as contas da consciencia, as contas de alma com Deus, para verificar, si progrediu no caminho do céo, ou si approximou-se do caminho da perdição; si augmentou o numero de boas obras ou se augmentou o numero de faltas e peccados.

Fim do anno, para o bom christão é occasião preciosa para cumprir com o dever tão nobre da gratidão, agradecendo ao céo os beneficios recebidos na ordem temporal e na ordem espirital.

Reparar os erros e faltas do anno findo por meio de uma penitencia sincera, pedir a benção e protecção de céo para o novo anno: eis aqui mais um exercicio de summa importancia para quem conhece o valor do tempo e seriamente se empenha em garantir-se verdadeira felicidade para todo o futuro e para a eternidade.

O Menino Deus, do seu throno de misericordia no presepio, nos lance sua benção, para que o novo anno seja feliz, nos faça chegar mais perto do reino da eterna felicidade.

P. L. H.

quão generosa colaboração tendes prestado á obra dos nossos bispos e sacerdotes, como correspondestes ao appello do proprio Papa.

Auguramos, pois, aos caros filhos do Brasil, que a santa viagem, os sacrificios e a piedade, nelles produzam os mais optimos fructos, dignos e permanentes, que proporcionem consolações, não só como costumam sempre resultar duma visita aqui a Roma, onde a universalidade se apresenta concreta e visivel, mas fructos duradouros de vida cada vez mais christã, de accordo com o desejo do divino Coração de Jesus; fructos de vida santa, não só para vós mesmos, mas tambem de uma vida de edificação, de apostolado, qual a que vos propondes levar.

Nesta visão cheia de confiança, com o coração a exultar e rejubilar por uma visita tão cara, e a augurar-vos regresso propicio e feliz para a Patria, concedemos-vos todas as benções, a vós e ao vosso paiz.

Uma benção que abranja a todos, a todas as cidades, aldeias, regiões e Estados; a todos aquellos que trabalham para o bem do paiz a todos os governos, cuja condescendencia e deferencia para com a religião Nos é conhecida, na convicção de que ahí é que se encontra a base e a coroa de todo o bem e verdadeiro progresso.

Uma benção particular concedemos ao clero, do qual tanto nos lembramos, ás fadigas do seu ministerio, no qual de-

vem os sacerdotes superar grandes distancias para visitarem os fieis e levar-lhes, de tempo em tempo, os confortos da religião e dos sacramentos.

Reservamos uma benção mais intensa aos Bispos, dos quaes tão numerosa e digna representação aqui vemos diante de nós; e na benção dada aos Pastores queremos estejam abençoados os seus rebanhos.

Abençoamos, enfim, todo o caro Brasil, do qual, com continuo agrado, vêm junto de vós um representante e tão digno interprete, na pessoa do Embaixador, ao mesmo tempo que, por nossa vez, com viva satisfação notamos entre vós o nosso Nuncio Apostolico.

Queremos que a nossa benção desça sobre todo o grande paiz, sobre todos quantos nelle habitam e vivem, sobre seu presente e futuro, como portadora das mercêes de Deus.

Fim.

Pedimos a todos os nossos assignantes, que estão em debito com esta Reação, que nos enviem o pagamento de suas assignaturas em vale postal ou carta registrada com valor declarado ou então se entendam com nossos correspondentes nas respectivas cidades em que moram.

«Santuario da Trindade» é o unico jornal religioso do Estado, por isto é dever de ajudal-o e propagal-o!

A palavra carinhosa do Santo Padre.

(Continuação.)

Sabemos que vós recordastes os acontecimentos da vida de nosso Pae, e agora o manifestastes de maneira tão exquisita e carinhosa, de forma que o nosso jubileu se tornou o jubileu de todos os filhos, grangeados nesta santidade de inspirações que emanam das Catacumbas e das Basilicas.

Viestes para enriquecer-vos dos thesouros das orações, dos sacramentos, das graças, das indulgencias.

Com mutua edificação fraternal quizestes arrostar todas as difficuldades, uma viagem tão longa, para de perto testemunhardes ao Papa em quanto apreço tendes taes thesouros e

Noticiario do Estado de Goyaz

CAMPINAS

Collegio Santa Clara.

Nos dias 10 e 11 deste mez realisaram-se no Collegio Santa Clara da Cidade de Campinas, sob a presidencia do Sr. Manoel Aranha, Fiscal deste Collegio, exames finaes do II. e III.

Curso Normal com o seguintes resultados:
Geometria: 5 alumnas nota 10 optima.
Arithmetica: 1 alumna nota

Tem DOR DE DENTE?

Cure com CERA DR. LUSTOSA superior aos remedios liquidos.

10 optima; 3 alumnas 9 boa;
1 alumna 8 boa.

Frances: 1 alumna nota 10 optima; 3 alumnas 9 boa; 1 alumna 8 boa.

Moral e Civico: 5 alumnas nota 10 optima; 1 alumna 9 boa; 1 alumna 8 boa.

Geographia: 6 alumnas nota 10 optima; 1 alumna 9 boa; 1 alumna 7 boa.

Chorographia: 6 alumnas nota 10 optima; 1 alumna 9 boa; 1 alumna 8 boa.

Desenho: 1 alumna nota 9 boa; 4 alumnas 8 boa; 1 alumna 7 boa; 1 alumna 6 boa; 1 alumna 5 soffrivel.

Nos dias 12 e 13 deste houve sob a mesma fiscalisação o exame de admissão para o I. Curso Normal com os seguintes resultados:

Portuguez: 6 alumnas nota 10 optima; 8 alumnas 9 boa; 4 alumnas 8 boa; 4 alumnas 7 boa; 1 alumna 5 soffrivel; 1 alumna 4 soffrivel.

Aritmetica: 11 alumnas nota 10 optima; 7 alumnas 9 boa; 4 alumnas 8 boa; 1 alumna 3 má; 1 alumna 2 má.

Geographia: 9 alumnas nota

10 optima; 4 alumnas 9 boa; 6 alumnas 8 boa; 2 alumnas 5 soffrivel; 1 alumna 2 má.

Historia do Brasil: 16 alumnas nota 10 optima; 3 alumnas 9 boa; 3 alumnas 8 boa; 1 alumna 6 boa; 1 alumna 2 má.

Geometria: 14 alumnas nota 10 optima; 1 alumna 8 boa; 2 alumnas 6 boa; 3 alumnas 5 soffrivel; 1 alumna 3 má; 1 alumna 1 má.

Folhinhas de São Geraldo.

Recebemos algumas folhinhas de São Geraldo; á venda nesta redacção: 3 \$ o exemplar.

Recebemos uma linda folhinha de parede da Casa Eduardo Castro Araujo, negociante neste lugar. Agradecemos.

PLANALTINA

No dia dez deste mez em Planaltina por Dom Emmanuel, dignissimo Bispo diocesano, foi solemnemente benzida e collocada a pedra fundamental da nova Matriz.

PELO MUNDO.

America do Norte.

Os governos do Canadá, dos Estados Unidos e do Mexico combinaram as condições e chegaram a um accordo previo sobre construcção de uma estrada ligando os diversos Estados da America do Norte desde o mar glacial até as republicas da America Central.

Para o começo far-se-á o trecho mais difficil e custoso da estrada, entre Vancouver e Alasca. Será um trabalho para muitos annos a execução do plano gigantesco.

Rumania

Depois de prolongadas negociações afinal foi firmada uma concordata entre a Santa Sé e o governo da Rumania.

DAR PARA A Cathedral,

que é o templo de Deus, é mostrar gratidão a Deus. E o Senhor recompensará vossa generosidade

Anemona-Ovaro-Mamelina

é um remedio maravilhoso para as doenças das Senhoras.

App. pela Directoria da Saude Publica sob o n.º 462.

MISCELLANEA.

Exemplo de heroismo.

Monsenhor Orocco — o Arcebispo mexicano — que, durante tres annos, na perseguição religiosa, soube illudir a vigilancia de miseraveis esbirros, entrevistado por um redactor da revista «America», contou o seguinte facto, de veras commovedor:

Em Guadalajara 85 pessoas, entre homens e mulheres, jaziam na prisão, e, em poucos dias, estariam a caminho do desterro.

Como levar-lhes, para sustentaculo a Sagrada Eucharistia se estavam sempre com guarda á vista?

Uma das prisioneiras, era todos os dias visitada por seu filhinho — criança de 5 annos.

Prestar-se-a Angelito — assim se chamava — a ser o anjo consolador daquelles martyres?

Perguntaram-lhe estes um dia:

— Menino, sabes o que é a Eucharistia?

— E' Jesus Christo.

— E queres tu trazer-l'a até nós?

— Oh! se quero.

— E se os soldados derem por isso, e te quizerem tirar?

— Deixava-me morrer; mas não l'ha entregava.

— Então vae e não tardes...

Angelito correu a procurar um padre, expoz-l'he a missão de que o encarregaram, e dentro em pouco, eil-o á porta da prisão com as particulas precisas, para os que tanto as

desejavam. Levava-as, bem guardadas, bem escondidinhas junto ao peito.

Sorria, brincava com os soldados. Como haviam estes suspeitar do que se tratava?

Introduzido na prisão o privilegiado menino, em breve por cada um dos prisioneiros distribuia a sagrada communhão.

Nesta scena, leitores amigos, não sei o que admirar mais: se a fé e a fortaleza daquelles martyres, se o heroismo christão da angelica criança.

Angelito, fica sendo o Tarcisio dos nossos tempos.

MONS. B.

Do Protestantismo para o Catholicismo.

Durante o anno passado, nos Estados Unidos converteram-se ao catholicismo 33.376 pessoas — mais 2385 do que em 1927.

Progride a olhos vistos nesse paiz a Igreja catholica, graças ao apcstolado incessante de 17 arcebispos, 104 bispos e mais progredirá quando entram na vida publica 14.686 seminaristas que se estão educando em 103 seminarios.

Deus seja bendito!

Semana internacional de orações.

O divino Salvador num dos momentos mais solemnnes de sua vida, antes de dar começo a sua sagrada Paixão, quinta-feira santa, dirigiu a seu Pai celeste uma oração em que pede

Nas Pharmacias São Sebastião

de HONESTINO GUIMARÃES em Trindade

sob a direcção technica do pharm. EDUARDO DE ANDRADE

em Campinas

sob a direcção technica do pharm. JOÃO PUBLICO DE SIQUEIRA

encontra-se grande sortimento de

drogas e productos pharmaceuticos

por preços modicos, e aviam-se receitas com promptidão e asseio

Outros Estados do Brasil.

Brasil

Notas em recolhimento.

De Janeiro a Março.

5 \$, Estampas 15, 16, 17, 18, desconto \$300.

10 \$, Estampas 11, 12, 15, desconto \$600.

10 \$, Estampas 11, 15, desconto 1 \$200.

50 \$, Estampas 11, 12, desconto 3 \$000.

100 \$, Estampas 11, 12, 13, 15, desconto 6 \$000.

200 \$, Estampas 11, 12, 13, 15, desconto 12 \$000.

500 \$, Estampas 9, 11, 13, desconto 30 \$000.

* * *

No dia doze entrou no porto de Guanabara o vapor transatlantico «Lipari», trazendo a maior parte dos peregrinos brasileiros que tinham ido a Roma.

Leia o que diz o Sr. Durval Barbosa Leite

Fiscal da Camara Municipal de Taquaritinga.

En abaixo assignado, fiscal municipal desta cidade, residente á rua Cincinato Braga, 3, venho por meio desta, declarar com a maxima satisfação e tornar publico mais um prodigio do vosso afamado depurativo ELIXIR DE NOGUEIRA, do pharm. chim. João da Silva Silveira. Depois de ter soffrido de horrivel syphilis que atacou-me a epiderme, e ter feito uso de varios preparados sem resultado algum, resolvi experimentar o Elixir de Nogueira, com o qual obtive a cura radical. Tendo em vista o resultado que obtive não podia conservar-me silencioso e por esse motivo venho trazer ao conhecimento daquelles que soffrem, o melhor meio de combater essa molestia usando o poderoso Elixir de Nogueira. Podem fazer desta o uso que convier e incluso remetto a minha photographia para identico fim.

Sem mais subcrevo-me de V. S. Am.º Cr.º e Obr.º

Durval Barbosa Leite.

Firma reconhecida pelo 2.º Tabelião, Carlos Reis Rodrigues. Taquaritinga, 18 de Augusto 1922.

«que todos sejam um como nós somos um».

Significam estas palavras, que entre os christãos no mundo deve haver união perfeita, união de vistas, união de corações, união pela profissão e pratica da mesma religião, para assim honrar e imitar e representar a união completa que ha entre as tres Pessoas da Santissima Trindade.

A esta união oppõe-se a divisão de seitas, proveniente das heresias e da incredulidade.

Para remediar ao flagello da divisão e separação de tantas seitas hereticas, todos havemos de repetir a oração de Jesus: «que todos sejam um, que todos consigam a unidade da fé, cheguem a conhecer e abraçar a unica fé verdadeira, a que foi pregada por Jesus e seus apóstolos.

Afim de estimular o fervor dos fieis nessa cruzada de orações, desde ha annos de 18 a 25 de Janeiro promove-se a chamada «Semana internacional de orações», offerecendo-se cada dia dessa semana orações, communhões, Missas, pela conversão dos herejes e incredulos.

O Santo Padre concede indulgencia plenaria aos que rezam, commungam, ouvem Missa segundo as ditas intenções.

Atrahido pelo bom exemplo.

Nos annos terriveis da ultima guerra mundial os hospitaes catholicos muitas vezes ficaram mais do que repletos. Então as irmãs arranjaram camas e catres até nos corredores, e, quando entravam os feridos asphixiados e moribundos, enchia-se até quasi faltar espaço para passar de porta em porta...

Um rapaz americano, lutheano por nascença e educação, foi assim levado para dentro num dos periodos de maior accumulção. O unico espaço que ficara disponivel foi diante das portas da pequena capella. Puzeram alli o catre — e por muitas semanas bem tristonhas o soldado ferido teve que travar a luta pela existencia.

Salvou a vida, mas salvou mais ainda. Pois dia por dia, quando as portas da capella estavam abertas, elle ponde o

GRAÇA

A senhora D. Virginia de Jesus Ribeiro agradece a Nossa Senhora do Perpetuo Socorro o ter salvo de morte imminente sua prima Maria por occasião de um parto laborioso.

lhar para dentro e vêr o pequeno altar tão lindo com a lampada vermelha sempre acesa diante delle.

Via as irmãs, de andar silencioso e de porte tão reverente, enfeitando o altar com flores, varrendo o pó e limpando a morada de Deus, mudando o linho na mesa do Senhor, de sorte que nunca havia mancha alguma alli.

E sempre, cada vez que ellas passavam diante do altar, via-as dobrar os joelhos; e cada vez antes de sahir da capella via-as ajoelhar um momento, os olhos fitados no tabernaculo, dizendo uma prece.

E no coração do militar fallava ura voz: Deus está aqui, pois só Deus pode inspirar tanta fé e tanta devoção.

Si um dia eu me levantar desta cama, eu tambem me tornarei catholico. A chaga cicatrizou se, veiu a sua demissão, vltou para casa. Hoje em dia, é um catholico praticante. (Transcripto.)

Vinho Creosotado

de pharma.-chim.
JOÃO DA SILVA
SILVEIRA
Poderoso Tónico
e Fortificante
Empregado com grande
sucesso na febre
geral.
RECONSTITUENTE
DE 1.ª ORDEM

Protestantismo e Protestantes julgados pelos proprios Protestantes.

«O mundo não viu em seculo algum uma cafila de incredulos como Luthero, Calvino, Zwinglio, Beza e o resto dos pretensos reformadores da Religião catholica. Cada um delles mais celebre por seus vicios escandalosissimos. Pela propria confissão dos seus sequazes todos «mereciam ser enforcados.» — Colbert, op. t. c. 7.

«Luthero e Calvino não foram «reformadores» mas «deformadores» da Igreja.» (W. Palmer, Vols.)

«A intemperança de Luthero foi tal que lhe occasionou graves doenças.» — (Lemnio, presso Dollinger op. T. III.

AVISO!

Recomendamos a todos os nossos assignantes que procurem sempre seus jornaes nas agencias postaes, já que nossa expedição é feita toda a semana com a mais escrupulosa pontualidade.

Temos recebido devoluções de jornaes pelas agencias dos correios com a nota «Não reclamada» e depois reclamações dos respectivos assignantes que os não retiraram!

ANECDOTAS.

Um mendigo a um avarento.
— Men bemeitor, uma esmola pelo amor de Deus! A miseria bate-me a porta.
— Pois não lhe abra.

Arithmetica infantil, mas rigorosa.

A mamãe apresenta exemplos ao Ernesto para o ensinar a sommar bem.

— Si en te der cinco tostões e o pai te der sete, com quanto ficas?
— Com mil e quinhentos.
— O que? com 1\$500?
— Sim, mamãe; porque eu já tenho 300 réis.

Leituras Amenas

ROSA DE TANNENBURGO

POR C. SCHMIDT.

33

(Continuação.)

Era immensamente fundo; um enorme-balde, movido por uma manivella, servia para tirar agua.

Todas as pessoas que visitavam o castello, admiravam este poço como a mais notavel curiosidade que elle encerrasse. Para dar uma idéa de sua profundidade, atirava-se nelle uma pedra, e era para pasmar o espaço de tempo que decorria até que o ruído causado pela queda fosse reproduzido pelo echo.

Algumas vezes collocava-se no balde uma vela acesa, e se o fazia descer até a superficie da agua: o effeito produzido era maravilhoso.

A luz, illuminando as paredes aonde crescia aqui e acolá um pouco de verdura, reflectia-se em cada gotta dagua produzida pela humidade, brillando como uma avermelhada estrellita no meio de profunda noite.

Uma antiga tradição dizia que outr'ora, antes que se construisse o telheiro que cobria o poço, quem se aventurava a descer naquelle tenebroso abysmo, via, em pleno dia, as estrellas brilharem no azulado céu.

Os filhos do cavalheiro estavam brincando no bello tapete de relva que rodeava esse poço; as duas meninas, Ida e Emma, extasiavam-se diante dos bellos fructos vermelhos das sorveiras, enquanto Alfredo divertia-se em atirar pedras no poço.

Cançado porém deste divertimento, foi brincar um pouco mais adiante do poço.

Nesse momento um passaro veio pousar no balde, e, vendo que havia alli um pouco dagua, entrou para beber e lavar-se. Alfredo viu o passaro justa-

mente no momento em que elle entrava.

«Esperem, disse elle á suas jovens irmãs, com uma simplicidade infantil, me será muito facil apanhar aquelle bonito passaro. Prestem attenção: como elle vae divertir-nos!»

Trepou na beira do poço, estendeu seus pequeninos braços, procurando alcançar o balde; vendo, porém, que não conseguia, debruçou-se um pouco mais, perdeu o equilibrio e cahiu no horrendo abysmo.

Assim que viram Alfredo cahir, as duas irmãs puzeram-se a gritar.

Eugenia, que os havia deixado um momento para ir comer alguma cousa na cozinha, acudiu promptamente. Sem esperança de vê-lo ainda vivo aproximou-se do poço, e ouviu a criança que gritava e gemia ainda; olhou e viu Alfredo, á uma grande profundidade, suspenso pelo paletot em um dos ganchos que havia nas paredes do poço; mas como fazer? como tirá-lo de lá?

A senhora do cavalheiro estava doente de cama; toda gente do castello estava nos campos. A pobre criada, pallida e tremula, com as mãos em cima da cabeça, gritava desesperadamente, invocando o socorro de Deus e de todos os santos.

De repente Rosa appareceu; ella tinha ficado em casa para cuidar da filha da porteira que adoecera durante a noite precedente, parecendo ameaçada de variola.

«Depressa, disse Rosa a Eugenia, ajuda-me a entrar no balde, e com precaução o faça descer; com o socorro de Deus, espero salvar a criança.»

A medida que o balde descia, terriveis calafrios apoderavam-se de Rosa; a sua inquietude

SYPHILIS
RHEUMATISMO
ARTHRITISMO
BOUBAS
DARTHROS
ULCERAS
DEPURE E TONIFIQUE
O SANGUE COM
TAYUYA
DE S. JOÃO DA BARRA

tação augmentava ao sentir o ar frio e humido que vinha do fundo do poço; o sol desaparecia e as trevas que a rodeavam tornavam-se cada vez mais densas.

Enfim ella chegou ao lugar acido estava a criança.

«Pare!» gritou ella do fundo do poço. Procurou tirar Alfredo do gancho em que estava pendurado. Mas a empreza era difficil e perigosa; não podia se servir das duas mãos, porque arriscava-se a ser precipitada no fundo abysmo, se não

segurasse na corrente que sustentava o balde.

Por muito tempo todos os esforços foram infructuosos. Uma inexprimivel agonia apoderava-se de todo o seu ser, e suores frios corriam lhe da frente; do fundo do horrendo lugar pedia a Deus que lhe ajudasse, supplicando-o de não abandonar a em extremo perigo.

Finalmente, após um grande numero de tentativas, conseguiu arrancar a criança de uma morte certa.

(Continúa.)

ANNUNCIOS.

Annuncios em nosso Jornal dão bom Resultado

IMITAÇÃO DE CHRISTO

preço 3 \$ 000

Collegio

DE NOSSA SENHORA
MÃE DE DEUS

Equiparado á Escola Normal do Estado.

Estabelecido

em Catalão

e dirigido pelas
Mães Agostinianas,
recebe alumnas internas, semi-internas e externas e tem o curso primario e o complementar

Tem tambem um Jardim da Infancia

Collegio de Sta. Clara

Equiparado á Escola Normal do Estado.

Este collegio de meninas acha-se estabelecido

em Campinas

Dirigido por Irmãs Franciscanas administra ensino primario e secundario assim como ensina trabalhos de agulha, bordado á mão e á maquina, costura, desenho, pintura, flores, musica, Dactylographia, Tachygraphia.

Colicas Uterinas?

Use

Anemona-Ovaro-Mamelina

App. pela Directoria da Saude Publica sob o n.º 462.



A melhor occasião de se applicar o lombrigueiro as creanças é na mingoante.

O VERMIFUGO SÃO CAETANO é infalível e sem perigo de envenenamento.

Gosto agradável — Não tem dieta

Formula do Pharm. Chim.

A. COUTINHO

Acha-se a venda em todas as boas pharmacias.

Licenciado pelo D. N. S. P. n.º 3442 de 24-2-1925

Encontram-se nesta redação os seguintes livros:

Apostolado da Oração
preço 3\$000.

Novo Testamento

traduzido por Mons. José Basilio Pereira, bem impresso e encadernado
preço 6\$000.

Primeiro Catecismo de doutrina cristã 200 réis

Pelo correio mais 500 réis por um livro ou 200 réis de cada livro quando o pedido é de tres ou mais.

Medalhas, Santinhos

ELIXIR DE NOGUEIRA

Empregado com successo nas seguintes molestias:



Doenças do coração.
Doenças do fígado.
Doenças do estômago.
Doenças do intestino.
Doenças do pulmão.
Doenças do sistema nervoso.
Doenças do sistema circulatório.
Doenças do sistema urinário.
Doenças do sistema reproductivo.
Doenças do sistema locomotor.
Doenças do sistema sensorial.
Doenças do sistema geral.
Doenças do sistema específico.
Doenças do sistema de defesa.
Doenças do sistema de regeneração.
Doenças do sistema de crescimento.
Doenças do sistema de maturação.
Doenças do sistema de senescência.
Doenças do sistema de morte.

GRANDE DEPURATIVO DO SANGUE

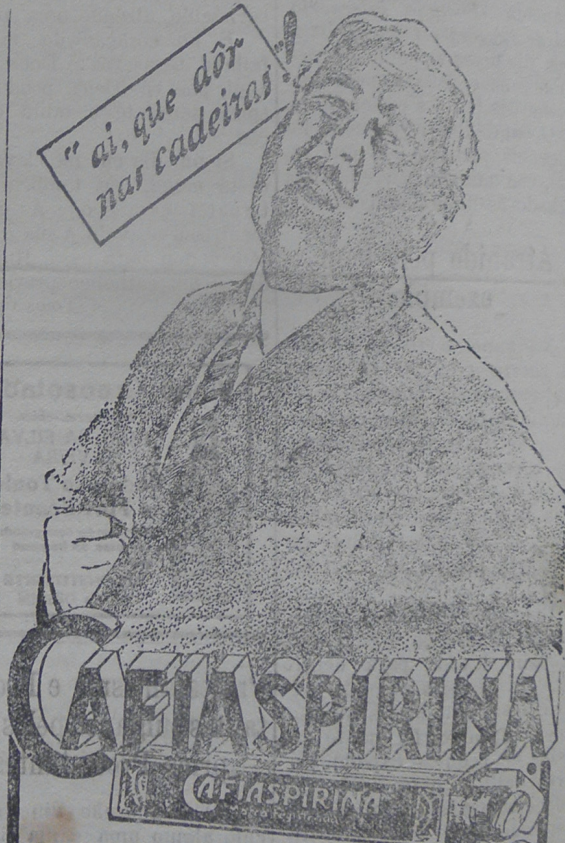
Manual do devoto da Ss. Trindade

Preço 2\$500.

FREI FABIANO DE CHRISTO

Preço 1 \$ 000.

"ai, que dór nas cadeiras!"



CAETASPIRINA

Foi o unico remedio que lhe deu allivio, depois de haver experimentado tantos outros inutilmente!

A Caetaspirina, além de acalmar a dór rapidamente, favorece a eliminação do acido urico, e seu uso constante contribue para a cura das affecções reumaticas. Ideal, tambem, contra as dores de cabeça, dentes e ouvidos; enxaquecas e neuralgias; consequencias de noites perdidas, excessos alcoolicos, etc.



NÃO AFFECTA O CORAÇÃO NEM OS RINS.

"que allivio"